



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

ANTÔNIO GUILHERME DE LIMA SANTOS

**DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A COMUNIDADE LGBTI+:
UMA ANÁLISE COMPARADA NAS AFILIADAS DO PORTAL DE
NOTÍCIAS G1 DA REGIÃO NORTE**

Goiânia
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Antônio Guilherme de Lima Santos

3. Título do trabalho

**DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A COMUNIDADE LGBTI+: UMA ANÁLISE
COMPARADA NAS AFILIADAS DO PORTAL DE NOTÍCIAS G1 DA REGIÃO NORTE**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Ribeiro Borges**, Coordenadora de Pós-Graduação, em 26/02/2025, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Guilherme De Lima Santos, Usuário Externo**, em 26/02/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5195930** e o código CRC **E48B7A16**.

Referência: Processo nº 23070.002444/2025-18

SEI nº 5195930

ANTÔNIO GUILHERME DE LIMA SANTOS

**DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A COMUNIDADE LGBTI+:
UMA ANÁLISE COMPARADA NAS AFILIADAS DO PORTAL DE
NOTÍCIAS G1 DA REGIÃO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e Cultura

Professora Orientadora: Dr.^a Rosana Maria Ribeiro Borges.

Goiânia
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Antônio Guilherme de Lima
Discursos Jornalísticos sobre a Comunidade LGBTI+ [manuscrito] :
Uma Análise Comparada nas Afiliadas do Portal de Notícia g1 da
Região Norte / Antônio Guilherme de Lima Santos. - 2025.
CCXC, 290 f.

Orientador: Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2025.

Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Discursos Jornalísticos. 2. Comunidade LGBTI+. 3. Portal de
Notícias g1. 4. Região Norte. I. Borges, Rosana Maria Ribeiro, orient. II.
Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **03/2025** da sessão de Defesa de Dissertação de **Antônio Guilherme de Lima Santos**, que confere o título de Mestre em Comunicação, na área de concentração em Comunicação, Cultura e Cidadania.

Aos **vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e cinco**, a partir das dez horas, via webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A COMUNIDADE LGBTI+: UMA ANÁLISE COMPARADA NAS AFILIADAS DO PORTAL DE NOTÍCIAS G1 DA REGIÃO NORTE**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Rosana Maria Ribeiro Borges (PPGCOM/FIC/UFG), com a participação dos demais componentes da Banca Examinadora: Professora Doutora Ângela Teixeira de Moraes (PPGCOM/FIC/UFG), avaliadora titular interna e Professor Doutor Francisco das Chagas Alexandre Nunes de Sousa (UFCA), avaliador titular externo, com a participação de todos por videoconferência. Durante a arguição os componentes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus avaliadores. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Rosana Maria Ribeiro Borges, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte e quatro dias de fevereiro de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Angela Teixeira De Moraes, Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2025, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Alexandre Nunes de Sousa, Usuário Externo**, em 27/02/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Ribeiro Borges, Professora do Magistério Superior**, em 27/02/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5201767** e o código CRC **7E6D90EE**.

Referência: Processo nº 23070.002444/2025-18

SEI nº 5201767

Às almas adormecidas pela impiedade da discriminação, que nos ensinaram astutamente a enfrentar a dor, mesmo que muitas vezes sozinho na caminhada da vida. Nos locais marcados pela violência regressiva, encontro a compreensão do amor, da justiça e da verdade que habitam em todos nós.

AGRADECIMENTO

Esse texto será breve, mas representa minha imensa gratidão a todos que contribuíram para o meu desenvolvimento durante este Mestrado e também para meu crescimento pessoal.

Aos meus pais, que compartilhavam meu desejo pelo mestrado tanto quanto eu, e que, com apoio e investimentos, tornaram esse sonho uma realidade coletiva. Minha querida mãe, Cláudia Janaína Ribeiro de Lima, que transformou minhas dificuldades em perseverança, aliviando minhas incertezas com sua força e resiliência. Foi graças a você que enfrentei com menos desafios a experiência de viver sozinho, pois sempre me instruiu para a vida. Meu pai, Gean Carlos de Araújo Santos, que me encorajou a encarar com seriedade as aventuras do mundo, ensinando-me que sempre posso ter ambições e acreditar que sou capaz de conquistá-las.

À Odesse Moreira Ribeiro, minha avó, por manter suas orações e me proteger das injustiças. Sua fé iluminou meus caminhos em momentos difíceis e me mostrou que preciso ser humilde comigo mesmo.

A Dom Erick Amurúz e Janaína dos Santos, por me acolherem com tanto carinho durante minha jornada em Goiás. Compreendi, através deles, que sempre tive uma rede de apoio, que permanece no meu coração, vindo do Acre.

À Juliana Lofego, minha antiga professora da UFAC, que me motivou e orientou para tornar o desejo do mestrado uma realidade após a graduação.

À Rosana Maria Ribeiro Borges, minha querida orientadora, por abrir meus olhos para novas ideias e acreditar nos meus ideais, incentivando-me como pesquisador. Mesmo quando cometi erros, ela me ensinou com paciência e me ajudou a melhorar, sempre com sua sabedoria e experiência, que me inspiram profundamente.

À Representação Estudantil do PPGCOM, por me proporcionar debates enriquecedores com professores e a coordenação, e pela confiança dos discentes, que me permitiram ser a voz de alguns quando surgiam lacunas entre os estudantes.

Às afiliadas do Grupo Globo, que contribuíram com dados exclusivos para esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por suas bolsas e incentivos, que possibilitaram que eu mantivesse o foco integralmente voltado para essa pesquisa.

À Universidade Federal de Goiás, por me proporcionar a oportunidade de vivenciar Goiás e por me apresentar amigas valiosas, além de compromissos com a educação e a ciência.

Essa pesquisa reflete o resultado de um desejo que venho nutrindo ao longo da minha trajetória na faculdade de Jornalismo. É, também, uma escrita que surge da necessidade de dar voz a algumas angústias, cujas injustiças sociais só consigo comunicar através da escrita. Essa luta coletiva, que se estende há anos anteriores ao meu nascimento, me permite hoje provocar essa discussão e refletir sobre ela neste espaço.

“No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover em direção à liberdade, a agir de formas que libertam a nós e aos outros” (hooks, 2000)

RESUMO

A dissertação analisou os discursos jornalísticos sobre diversidade sexual e de gênero, com foco na comunidade LGBTI+, divulgados na Região Norte. O pressuposto principal da pesquisa considera que assuntos relacionados às dissidências sexuais e de gênero estão sujeitos a estigmas e preconceitos discriminatórios. A publicização noticiosa desses temas é influenciada pela reprodução de concepções hegemônicas heterocisnormativas e por formações estruturais binaristas na produção jornalística. Os veículos de comunicação, inseridos em disputas mercadológicas e na produção em grande escala, utilizam o webjornalismo como meio de disseminar informações em tempo real. No entanto, essas publicações frequentemente reproduzem ideias ancoradas em ordens ideológicas e simbólicas dominantes. A produção jornalística, nesse contexto, contribui para a perpetuação de estereótipos, pois a credibilidade das informações transmitidas pelos webjornais está atrelada à reprodução de sentidos que refletem o contexto regional de cada veículo. Assim, o jornalismo regional retrata acontecimentos locais, mas frequentemente adota abordagens anguladas por noções dominantes, marginaliza conteúdos fora das normas sociais e reforça preconceitos em relação à sexualidade e identidade de gênero. A pesquisa analisou os discursos jornalísticos sobre a população LGBTI+ divulgados por oito portais do g1 do Grupo Globo (g1 Acre, g1 Amapá, g1 Amazonas, g1 Pará, g1 Rondônia, g1 Roraima, g1 Santarém e Região e g1 Tocantins), que abrangem os estados da Região Norte do Brasil. Adotou uma abordagem qualitativa, utilizou o método de estudo comparado e triangulou os instrumentos de coleta com uma pesquisa documental nos acervos dos webjornais durante um ano (2023-2024) e realizou análise de conteúdo dos dados obtidos, além de entrevistas em profundidade com jornalistas desses webjornais. As conclusões revelam que as publicações sobre diversidade sexual e de gênero variam entre os portais, embora apresentem semelhanças em determinados eventos. Essas dinâmicas evidenciam a falta de reflexões críticas e de investimentos no tratamento dessas temáticas ao longo da jornada de trabalho dos jornalistas.

Palavras-chave: Discursos Jornalísticos; Comunidade LGBTI+; Portal de Notícias g1; Região Norte.

ABSTRACT

The dissertation analyzed journalistic discourses on sexual and gender diversity, focusing on the LGBTI+ community, as disseminated in the Northern Region of Brazil. The main premise of the research considers that issues related to sexual and gender dissidences are subject to stigmas and discriminatory prejudices. The news coverage of these topics is influenced by the reproduction of hegemonic heteronormative and cisnormative conceptions, as well as by structural binary formations in journalistic production. Media outlets, immersed in market competition and large-scale production, utilize web journalism as a means of disseminating information in real time. However, these publications often perpetuate ideas rooted in dominant ideological and symbolic orders. In this context, journalistic production contributes to the perpetuation of stereotypes, as the credibility of information transmitted by web newspapers is tied to the reproduction of meanings reflecting the regional context of each outlet. Thus, regional journalism portrays local events but often adopts approaches shaped by dominant notions, marginalizing content outside social norms and reinforcing prejudices about sexuality and gender identity. The research analyzed journalistic discourses about the LGBTI+ population published by eight g1 portals of Grupo Globo (g1 Acre, g1 Amapá, g1 Amazonas, g1 Pará, g1 Rondônia, g1 Roraima, g1 Santarém e Região, and g1 Tocantins), which cover the states in Brazil's Northern Region. Adopting a qualitative approach, the study employed a comparative method and triangulated data collection instruments through documentary research in the web newspapers' archives over a one-year period (2023–2024). It also conducted content analysis of the obtained data and in-depth interviews with journalists from these web newspapers. The findings reveal that publications on sexual and gender diversity vary across the portals, although they present similarities in certain events. These dynamics highlight the lack of critical reflections and investments in addressing these themes during the journalists' work routines.

Keywords: Journalistic Speeches; LGBTI+ community; g1 News Portal; Northern Region.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Página <i>home</i> do g1 Acre.....	25
FIGURA 2 – Modelo de pirâmide deitada.....	67
FIGURA 3 – Transcrição da bandeira do Orgulho Progressivo.....	125
FIGURA 4 – Nova logomarca do Portal de Notícias g1.....	151
FIGURA 5 – Notícia divulgada pelo g1 Acre sobre caso de indenização de mulher trans....	173
FIGURA 6 – Notícia divulgada pelo g1 Rondônia sobre cotas de acesso a Unir.....	178
FIGURA 7 – Reportagem produzida pelo g1 Acre sobre a proibição de crianças e adolescentes em eventos LGBTI+.....	181
FIGURA 8 – Notícia divulgada pelo g1 Pará sobre repercussão de fotografia entre presidente Lula e o presidente da França no Brasil.....	185
FIGURA 9 – Reportagem do g1 Roraima sobre veto da linguagem neutras nas escolas de Boa Vista.....	186
FIGURA 10 – Portal g1 Santarém e Região divulga ação de retificação de documentos para pessoas trans.....	187
FIGURA 11 – Divulgação do g1 Acre sobre bloco de carnaval de Rio Branco.....	190
FIGURA 12 – Portal g1 Amapá divulga Parada do Orgulho LGBTI+ em Macapá.....	192
FIGURA 13 – Divulgação sobre o carnaval em Manaus pelo g1 Amazonas.....	193
FIGURA 14 – Cobertura sobre carnaval pelo g1 Santarém e Região.....	198
FIGURA 15 – Portal g1 Acre realiza cobertura sobre ex-sargento envolvido em um trisal..	200
FIGURA 16 – Portal g1 Amazonas divulga crime envolvendo trisal.....	206
FIGURA 17 – Cobertura do g1 Rondônia sobre caso de discriminação homofóbica e machista de professor da Unir.....	207
FIGURA 18 – Cobertura do g1 Tocantins sobre caso de morte de estudante tocantinense.	211

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Equipe do departamento geral de Jornalismo da Rede Amazônica Acre.....	214
FOTOGRAFIA 2 – Estúdios de telejornalismo da TV Anhanguera Tocantins, com coordenadora de Jornalismo do g1 Tocantins, Vilma Nascimento	215
FOTOGRAFIA 3 – Estúdios de telejornalismo da Rede Amazônia Amapá com editores do g1 Amapá, Josi Paixão e Rafael Aleixo	216
FOTOGRAFIA 4 – Estúdios de telejornalismo da Rede Amazônica Acre, com editor do g1 Acre Renato Menezes e o produtor de telejornalismo Gabriel Verçoza	217
FOTOGRAFIA 5 – Redação do g1 Pará, localizada na afiliada TV Liberal, do Grupo Liberal.....	221
FOTOGRAFIA 6 – Redação do g1 Tocantins, localizada na afiliada TV Anhanguera Tocantins, do Grupo Jaime Câmara.....	222
FOTOGRAFIA 7 – Redação do g1 Acre, localizada na afiliada Rede Amazônica Acre, do Grupo Rede Amazônica.....	224
FOTOGRAFIA 8 – Redação do g1 Amapá, localizada na afiliada Rede Amazônica Amapá, do Grupo Rede Amazônica.....	227

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	<i>American Broadcasting Company</i>
AC	Estado do Acre
ACT UP	<i>AIDS Coalition to Unleash Power</i>
AIDS	<i>Acquired Immune Deficiency Syndrome</i>
AM	Estado do Amazonas
AP	Estado do Amapá
APA	<i>American Psychiatric Association</i>
AVEN	<i>Asexual Visibility and Education Network</i>
CAC	Centro de Atendimento ao Cidadão
CAV	Centro de Atendimento à Vítima
CBN	Central Brasileira de Notícias
CE	Estado do Ceará
CID	Classificação Internacional de Doenças
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DGJE	Direção Geral de Jornalismo e Esporte da TV Globo
DF	Distrito Federal
DOB	<i>Daughters of Bilitis</i>
DSM	Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EUA	Estados Unidos da América
GO	Estado de Goiás
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IA	Inteligência Artificial
MG	Estado de Minas Gerais
PA	Estado do Pará
PB	Estado da Paraíba
PcD	Pessoa com Deficiência
PE	Estado de Pernambuco

REDEAM	Grupo Rede Amazônica
RCA <i>Records</i>	<i>Radio Corporation of America</i>
RO	Estado de Rondônia
RR	Estado de Roraima
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SGR	Sistema Globo de Rádio
SP	Estado de São Paulo
STAR	<i>Street Transvestite Action Revolutionaries</i>
TO	Estado de Tocantins

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AMA-LBTI	Núcleo de Acolhimento às Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais
Antra	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CEP-UFG	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás
DPE-AP	Defensoria Pública do Amapá
DPE-PA	Defensoria Pública do Estado do Pará
DPE-RR	Defensoria Pública do Estado de Roraima
Fenaj	Federação Nacional dos Jornalistas
GAA	<i>Gay Activists Alliance</i>
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLF	<i>Gay Liberation Front</i>
Ibrat	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
ISNA	<i>Intersex Society of North America</i>
MCE	Modelo de Conteúdo de Estereótipos
MP-AC	Ministério Público do Acre
MP-PA	Ministério Público do Pará
MPF-AC	Ministério Público Federal do Acre
MPF-PA	Ministério Público Federal do Pará
Neged-IFPA	Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade Sexual do Instituto Federal do Pará
NTC	Novas Tecnologias de Comunicação
SEPM-AP	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres do Estado do Amapá
Sermulher	Secretaria de Estado da Mulher do Acre
STF	Supremo Tribunal Federal

TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UnB	Universidade de Brasília
Unifap	Universidade Federal do Amapá
Unir	Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Percentual médio de divulgações diárias dos webjornais do g1 na Região Norte.....	26
GRÁFICO 2 – Percentual médio de divulgações semanais dos webjornais do g1 na Região Norte.....	27

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Editorias executadas pelos webjornais do Portal de Notícias g1.....	148
QUADRO 2 – Quantidade de webjornais do g1 nas regiões brasileiras até 2023.....	150
QUADRO 3 – Temas de editoriais jornalísticas relacionados as coberturas noticiosas.....	170
QUADRO 4 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de saúde.....	172
QUADRO 5 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de oportunidade.....	176
QUADRO 6 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de política.....	179
QUADRO 7 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de cultura.....	188
QUADRO 8 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de cidade.....	199
QUADRO 9 – Roteiro de entrevista para editores dos portais g1 da Região Norte.....	218
QUADRO 10 – Percentual de divulgações noticiosas nos webjornais do g1 da Região Norte.....	235

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Divulgações jornalísticas do g1 nos webjornais da Região Norte entre outubro de 2023 e setembro de 2024.....	28
TABELA 2 – Acrônimo da representação de termos da sigla LGBTQQICAPF2K+.....	123
TABELA 3 – Divulgações nos editoriais jornalísticos do g1 sobre a população LGBTI+ em webjornais da Região Norte.....	171
TABELA 4 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Saúde.....	284
TABELA 5 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Oportunidade.....	284
TABELA 6 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Política.....	285
TABELA 7 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Cultura.....	286
TABELA 8 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Cidade.....	287

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
1.3. EXPOSIÇÃO DOS DADOS	30
2. FRONTEIRAS JORNALÍSTICAS: TRANSFORMAÇÕES COMUNICACIONAIS E A PRODUÇÃO NOTICIOSA DA MÍDIA DIGITAL DA ERA CONTEMPORÂNEA	33
2.1. UM ESTUDO SOBRE DINÂMICAS COMUNICACIONAIS: INFLUÊNCIAS HEGEMÔNICAS E TECNOLÓGICAS.....	33
2.1.1. A (Re)produção da realidade, o acontecimento e a opinião pública.....	39
2.1.2. Pautando a redação: procedimentos e funcionalidades jornalísticas	45
2.2. JORNALISMO COMO TEORIA E O <i>NEWSMAKING</i>	51
2.3. A NOTICIABILIDADE DOS FATOS NA ERA DA PÓS-MODERNIDADE DIGITALIZADA: O WEBJORNALISMO E OS DESAFIOS DO “WWW”	60
3. PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS E TEÓRICAS SOBRE CULTURA E MÍDIA: EVOLUÇÃO, SIMBOLISMO E HEGEMONIA	69
3.1. ENTRE EXPRESSÃO DISCURSIVA E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE DA CULTURA E DOS EFEITOS DOMINANTES NA SOCIEDADE	69
3.2. CONSTRUÇÕES CULTURAIS E ESTIGMAS OCIDENTAIS: ANÁLISES TEÓRICAS E HISTÓRICAS.....	75
3.3. MARGENS DECOLONIAIS DE UMA REGIONALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA E A INCIDÊNCIA DE PRECONCEITOS DISCRIMINATÓRIOS.....	83
3.4. A CONCEPÇÃO HEGEMÔNICA INSERIDA NO DISCURSO DAS MEDIAÇÕES LATINO-AMERICANAS SUBALTERNAS.....	90
4. MOVIMENTOS CUIR E O PAPEL DAS MÍDIAS JORNALÍSTICAS NA FORMAÇÃO E REPRESSÃO DE IDENTIDADES LGBTI+	101
4.1. CORES E IDENTIDADES: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS EXPRESSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	101
4.2. A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA: POLÍTICAS ATIVISTAS E REINVIDICAÇÕES CIVIS.....	111
4.3. O (C)ISTEMA: UMA SÍNTESE DE NORMAS DE IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO NA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA	125
4.4. INFLUENCIA NEOLIBERAL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: A RELAÇÃO ENTRE O JORNALISMO E O ATIVISMO CUIR BRASILEIRO	133
5. GRUPO GLOBO: O LEGADO DO JORNALISMO SUL-AMERICANO BRASILEIRO	141
5.1. DA TELINHA <i>PLIM PLIM</i> AO DIGITAL: A EVOLUÇÃO JORNALÍSTICA DA GLOBO NO PORTAL DE NOTÍCIAS G1.....	146
5.2. DIRETRIZES EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO E SUA INFLUÊNCIA NA RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO.....	151
5.3. COPRODUÇÕES E SERVIÇOS JORNALÍSTICOS: AFILIADAS DA REGIÃO NORTE	162
5.3.1. Grupo Rede Amazônica	163
5.3.1.1. <i>Rede Amazônica Amazonas</i>	164
5.3.1.2. <i>Rede Amazônica Acre</i>	164
5.3.1.3. <i>Rede Amazônica Amapá</i>	165
5.3.1.4. <i>Rede Amazônica Rondônia</i>	166
5.3.1.5. <i>Rede Amazônica Roraima</i>	166
5.3.2. Grupo Rede Liberal	167
5.3.3. Sistema Tapajós de Comunicação.....	168
5.3.4. Grupo Rede Jaime Câmara	168
6. A POPULAÇÃO LGBTI+ NOS WEBJORNALS NORTISTAS DO G1	170
6.1. EDITORIA DE SAÚDE NO G1.....	172
6.2. EDITORIA DE OPORTUNIDADE NO G1.....	176
6.3. EDITORIA DE POLÍTICA NO G1.....	179
6.4. EDITORIA DE CULTURA NO G1	188

6.5. EDITORIA DE CIDADE NO G1	199
6.6. REFLEXÕES CUIR NAS REDAÇÕES DO G1	214
6.7. (RE)PRODUTIBILIDADE HETEROCISJORNALÍSTICA.....	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
REFERÊNCIAS	251
APÊNDICE	284
ANEXOS.....	289

1.INTRODUÇÃO

Para iniciar as discussões sobre esta pesquisa, é válido destacar uma questão fundamental: “O que é o jornalismo?”. Para alguns autores, o jornalismo é uma prática social e cultural que, por meio do exercício profissional, cumpre deveres primordiais, como disseminar informações de interesse público através dos meios de comunicação (Melo, 2011; Schudson, 1995; Wolf, 1999).

Quando essa pergunta é refinada para abordar a função dos profissionais da área, surge outra indagação: “Mas o que é um jornalista?”. A resposta para essa questão torna-se ainda mais complexa. Traquina (2008a) argumenta que o jornalista é um sujeito constituído pelo senso crítico, cuja função é essencial para a manutenção da ordem democrática e social. Nesse sentido, a cultura jornalística é definida como “[...] uma cultura constituída por uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção das notícias” (Traquina, 2008a, p. 121).

Assim, a produção jornalística desempenha um papel fundamental ao dar voz e visibilidade a subjetividades coletivas, singulares e sociais. Compreendendo o jornalismo dessa forma, sua identidade noticiosa é caracterizada por sua dimensão histórica, bem como por sua relevância na construção da cidadania (Melo, 2011). No entanto, os jornalistas, em seus processos de trabalho, estão sujeitos à cultura, que, como aponta Traquina (2008a), inclui um amplo conjunto de subjetividades que reproduzem a organização social (Bourdieu, 1997).

A cultura, entendida como um sistema simbólico repleto de significados, materializa-se em uma pluralidade de práticas e hábitos, incluindo a produção de conteúdos noticiosos. Com a inserção da cibercultura na sociedade, surgem novos desafios, uma vez que a visibilidade passa a ser permeada por interações em tempo real e mediadas remotamente, permitindo uma participação mais direta do público nos meios de comunicação. Antes, esses meios determinavam, de forma quase unilateral, o consumo de conteúdos divulgados pelos veículos jornalísticos.

Nesse contexto, uma nova era do jornalismo começa a emergir. O jornalismo tradicional, caracterizado pelo contato “cara a cara” (Silva, 2022), transforma-se em uma dinâmica de produção adaptada ao ambiente digital. O webjornalismo redefine a atuação dos profissionais, que passam a desempenhar funções como apuração e

contato com fontes predominantemente de forma remota. Esse novo modelo, frequentemente denominado “jornalismo sentado” (Ferrari, 2008), resulta dos avanços tecnológicos, que simplificaram a comunicação entre jornalistas e entrevistados, reduzindo a necessidade de encontros presenciais.

A simplicidade comunicacional proporcionada pelos meios digitais e eletrônicos contribuiu para que a cultura da interatividade transformasse o público em um participante ativo no processo comunicacional. No entanto, estruturas hegemônicas e culturais continuam a impactar a maneira como os profissionais da comunicação desempenham suas atividades (Castells, 2003; Thompson, 1998). Isso é evidente na reprodução de concepções que marginalizam narrativas, eventos e sujeitos inseridos em contextos de vulnerabilidade e subalternidade social. Essa realidade é especialmente perceptível em relação a temas de diversidade sexual e de gênero, frequentemente associados à população LGBTI+.

Os veículos jornalísticos, especialmente aqueles inseridos no modelo de webjornalismo que divulgam notícias factuais do cotidiano em tempo real, estão frequentemente atados a condicionantes estruturais e a percepções hegemônicas heterocisnormativas e binaristas. Essas estruturas acabam potencializando discursos conservadores estereotipados e estigmatizantes, comprometendo a democratização social e a visibilidade das dissidências LGBTI+.

Em um caso analisado de transfobia ocorrido na Região Norte (Santos, 2022), três veículos jornalísticos divulgaram a notícia com perspectivas distintas. Dois webjornais locais adotaram abordagens que culpabilizaram a travesti vítima, associando-a a questões como drogas e álcool. Por outro lado, o portal g1 do Grupo Globo demonstrou uma conduta mais ética, ao investigar e apurar o caso antes de publicá-lo, evitando reproduzir preconceitos relacionados à identidade de pessoas trans e travestis.

Todavia, a construção abjeta de pessoas LGBTI+ nos discursos jornalísticos é frequentemente moldada por concepções hegemônicas que influenciam a prática das redações. A busca incessante pelo "furo jornalístico" pode comprometer a sensibilidade crítica dos jornalistas, resultando em tipificações imagéticas que reforçam estereótipos. Esse padrão heterocisnormativo condiciona editoriais a perpetuar comportamentos que invisibilizam dissidências sociais, especialmente em temas relacionados à diversidade sexual e de gênero (Santos; Borges; Vidica, 2023).

Essas práticas e comportamentos homoesbotransfóbicos refletem nos índices anuais de violência contra a população LGBTI+ no Brasil, que é um dos países com maior número de registros globais de crimes motivados por ódio. Esses dados são frequentemente compilados a partir de publicações jornalísticas, monitoradas por ONGs e associações, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2024) e o Grupo Gay da Bahia (2024). Na Região Norte, estados como Amazonas e Pará figuram entre os mais perigosos para a população LGBTI+, embora a incidência de registros seja menor em comparação com outras regiões do país. Essa discrepância pode estar relacionada ao estigma e à abjeção que cercam os temas de diversidade sexual e de gênero, perpetuados por padrões heterocisnormativos e binaristas na cobertura jornalística local. Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes para garantir a qualidade de vida dessas pessoas é outro fator pouco abordado ou discutido de forma limitada pelo jornalismo regional, pois muitas vezes essas coberturas não são tratadas com enfoque noticioso.

Atualmente, o portal g1 do Grupo Globo Comunicações e Participações S/A, presente em todos os estados brasileiros, realiza coberturas em tempo real sobre fatos e acontecimentos regionais. Por não se limitar a um público específico, o g1 aborda uma ampla diversidade de temas ligados às realidades locais. Essa abordagem é guiada por um princípio editorial formalizado e padronizado, seguido por suas afiliadas e filiais, o que permite que os jornalistas explorem diferentes perspectivas e temas no cotidiano de suas redações.

Na Região Norte do Brasil, diversas afiliadas da Rede Globo realizam coberturas webjornalísticas por meio dos portais do g1. Entre essas empresas estão o Grupo Rede Amazônica (g1 Acre, g1 Amapá, g1 Amazonas, g1 Rondônia e g1 Roraima), o Grupo Rede Liberal (g1 Pará), o Sistema Tapajós de Comunicação (g1 Santarém e Região) e o Grupo Jaime Câmara (g1 Tocantins), totalizando oito webjornais vinculados ao g1.

Cada regionalidade é marcada por condições históricas e sociais específicas, influenciadas por seus aspectos culturais e comunicacionais, que, por sua vez, são mediadas por estruturas hegemônicas (Martín-Barbero, 2004). Esses fatores refletem nos discursos jornalísticos, implicando diferentes modos de produção simbólica e construção de sentido nas narrativas divulgadas, uma vez que cada localidade reproduz acontecimentos e realidades subjetivas.

No caso da população LGBTI+, os discursos jornalísticos frequentemente refletem concepções estereotipadas e estigmatizantes, levando à abjeção de temas relacionados às dissidências de sexualidade e gênero (Butler, 2003). Essa marginalização é reforçada por estruturas hegemônicas que objetificam e precarizam as identidades LGBTI+, comprometendo a perspectiva de sobrevivência e visibilidade dessas comunidades (Pelúcio, 2014).

Diante dessas questões, esta pesquisa tem como *corpus* a análise de publicações jornalísticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero voltadas à população LGBTI+ nos portais do g1 localizados na Região Norte. A escolha desse recorte justifica-se, em primeiro lugar, pela presença consolidada das coberturas realizadas pelas afiliadas do Grupo Globo em todos os estados da região e, em segundo lugar, pela adesão dessas afiliadas a um princípio editorial que prioriza a ética e a objetividade jornalística, diretrizes estabelecidas pela Rede Globo para todos os seus colaboradores. Assim, a dissertação será orientada pela seguinte questão-problema: “Como os discursos jornalísticos sobre diversidade sexual e de gênero nos oito webjornais das afiliadas do Portal de Notícias g1 localizadas na Região Norte contribuem para a reprodução de hegemonias sociais?”.

Parte-se do pressuposto de que as concepções hegemônicas podem influenciar os discursos jornalísticos nos portais nortistas do g1, levando os webjornais a reproduzirem semelhanças, prevalências e diferenças discursivas em temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, especialmente nas divulgações sobre a comunidade LGBTI+. Para confirmar ou refutar a hipótese principal da pesquisa, considera-se que, apesar de seguirem um padrão editorial unificado, os portais do g1 podem apresentar discursos tendenciosos ou pejorativos. Além disso, aponta-se que jornalistas podem carecer de domínio nas discussões sobre diversidade sexual e de gênero, comprometendo a qualidade das apurações e produções jornalísticas.

Essas premissas estão ancoradas em estruturas socioeconômicas e culturais heterocisnormativas e binaristas que influenciam a produção jornalística. Supõe-se que essas dinâmicas hegemônicas, reproduzidas no âmbito institucional, influenciam as narrativas sobre diversidade sexual e de gênero, contribuindo para a perpetuação de desigualdades que afetam as coletividades LGBTI+. Assim, a hipótese central aponta que essas práticas jornalísticas, influenciadas por padrões de normatividades sociais, podem legitimar a desigualdade ao mesmo tempo que tornam os profissionais

"reféns" de processos que reforçam essas estruturas de exclusão em suas produções noticiosas.

Para alcançar as metas propostas e confirmar o pressuposto apresentado, o objetivo geral desta pesquisa será realizar um estudo comparativo dos discursos jornalísticos dos oito webjornais nortistas dos portais g1 sobre a população LGBTI+.

Os objetivos específicos são:

a) Identificar as semelhanças e diferenças nos discursos jornalísticos sobre a população LGBTI+ publicados pelos webjornais do g1 nas capitais da Região Norte;

b) Analisar como as hegemonias sociais se manifestam nas publicações jornalísticas dos webjornais;

c) Contextualizar como o mapeamento da violência contra a população LGBTI+ é estruturado nos estados da Região Norte;

d) Examinar os padrões de normatividade social e suas construções sistemáticas, destacando discursos heteronormativos e binaristas produzidos por jornalistas;

e) Contribuir para a desconstrução das formações hegemônicas em temas frequentemente estigmatizados e estereotipados sobre diversidade sexual e de gênero no jornalismo.

Os processos comunicacionais são influenciados por condicionantes históricas e culturais que impactam a produção jornalística realizada nas redações. As hegemonias heterocisnormativas, além de moldar pensamentos dominantes sobre eventos e acontecimentos, submetem as dissidências sociais a formações estruturais que reforçam percepções estereotipadas e estigmatizantes. Isso pode influenciar diretamente as abordagens jornalísticas relacionadas a temas de diversidade sexual e de gênero, especialmente quando se trata da população LGBTI+.

O campo webjornalístico, como espaço de interatividade globalizado, é amplamente influenciado pelas dinâmicas das mídias sociais digitais, o que permite a reprodução de uma diversidade de conteúdos. Entretanto, tais conteúdos podem tanto apresentar semelhanças quanto refletir diferenças regionais e locais. Assim, os processos simbólicos e culturais específicos de cada veículo jornalístico do g1 que realiza coberturas noticiosas podem revelar como as hegemonias heterocisnormativas e as estruturas binaristas afetam a realidade do trabalho jornalístico, particularmente na produção de materiais sobre sexualidade e gênero.

1.1. REFERENCIAL TEÓRICO

Para abordar questões de sexualidade e gênero no contexto do webjornalismo, inicialmente se considerou a riqueza das pesquisas sobre mediações comunicacionais desenvolvidas por estudos latino-americanos. Embora reconheça a relevância das pesquisas acadêmicas oriundas do norte global, caracterizadas por seus contextos estadunidense e europeu, percebe-se que elas frequentemente perpetuam uma concepção dominante dessas regiões, que atraem perspectivas provincianas marcadas pela colonialidade do poder quando comparada ao que é produzido cientificamente para além do contexto desses locais.

Aníbal Quijano (2005) argumenta que as dependências neocoloniais continuam a ser reproduzidas por meio do capitalismo, que atua como uma fonte de poder. Esse sistema reflete-se na dependência estrutural de países latino-americanos, subordinando seus territórios a condições de inferioridade nos aspectos sociais e culturais. O autor defende que isso se manifesta no fato de que “[...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento” (Quijano, 2005, p. 121).

Este trabalho, portanto, discute perspectivas que decolonizam as linhas de pensamento importadas de contextos dominantes, direcionando o foco para realidades sociais locais, como o caso brasileiro. No contexto do jornalismo, questões de diversidade sexual e de gênero apresentam horizontes concretos, nos quais a valorização das expressões culturais e sociais contribui para atender às necessidades das comunidades.

Para Larissa Pelúcio (2016), as correntes de pensamento cuir latino-americanas enfatizam um recorte temporal e histórico, reconhecendo que as dissidências sociais e as abjeções nesses contextos não podem ser abstraídas das realidades socioeconômicas específicas de cada regionalidade. A heterocisnorma, incorporada às normas hegemônicas de gênero e sexualidade, reflete opressões influenciadas pela colonialidade do poder.

Ao complementar com a ideia de Walter Mignolo (1995), que argumentar que a colonialidade do poder, ao influenciar e controlar reflexões críticas dominantes,

dificulta o reconhecimento de espaços de resistência. Contudo, esses espaços também possibilitam reflexões críticas que questionam as estruturas hegemônicas, contribuindo para a desconstrução do domínio colonial.

Antonio Gramsci (1995), ao tratar da hegemonia, aponta para as divisões de classe que estruturam a sociedade, caracterizando a subalternidade como um aspecto naturalizado da vida social. O autor afirma que “[...] a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ideológica” (1977, p. 332) sustenta a hegemonia. No jornalismo, isso se traduz na produção de representações da realidade, incluindo aquelas que tratam da diversidade de identidade de gênero e sexualidade.

Para Stuart Hall (1998), as desigualdades e subalternidades são legitimadas por espaços de poder que operam, entre outros meios, pela linguagem. Essa relação também se manifesta no jornalismo, que exerce influência sobre a formação da opinião pública:

Pretender a uma cultura é pertencer, grosso modo, ao mesmo universo conceitual e linguístico, saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens e como a linguagem pode ser interpretada para se referir ao mundo ou para servir de referência a ele (Hall, 1998, p. 43).

Complementando essa perspectiva, Pierre Bourdieu (1999) observa que as hierarquias sociais, profundamente incorporadas nas práticas cotidianas, perpetuam desigualdades. O autor explica que essas hierarquias se manifestam “[...] em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (Bourdieu, 1999, p. 17). Guacira Lopes Louro (2008), por sua vez, ressalta o poder da mídia na persuasão dos conteúdos que publica. Seus estudos evidenciam o papel da mídia como um instrumento de participação institucional biopolítica no Brasil, particularmente em relação à manipulação midiática que impacta negativamente populações subalternas.

Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? Como esquecer o cinema e a televisão, os shopping centers ou a música popular? (...) Vivemos mergulhados em seus conselhos e ordens, somos controlados por seus mecanismos, sofremos suas censuras. As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou

igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais (Louro, 2008, p. 18).

Paul Preciado (2014) reflete sobre a desconstrução das práticas sistemáticas de naturalização de gênero, que sustentam a hierarquização das articulações sociais, dos comportamentos e dos hábitos culturais. O autor argumenta que a binaridade de gênero orienta as organizações políticas por meio do que denomina "sistema heterocentrado naturalizado" (Preciado, 2014, p. 44). Nesse contexto, há uma invisibilização de discursos e sentidos relacionados aos corpos dissidentes. Warner (1991) descreve esse fenômeno como heteronormatividade, apontando que o comportamento social foi normalizado em torno do sexo, promovendo a padronização de estereótipos e estigmas de gênero. Essa normalização não apenas reforçou desigualdades, mas também naturalizou a violência contra identidades dissidentes. Além disso, a homonormatividade é frequentemente associada a valores inferiores e medíocres, perpetuando o ciclo de exclusão.

Com o advento da tecnologia, surgiu uma nova era da informação, na qual as redes digitais influenciam estruturas sociais, econômicas e políticas. As mídias deixaram de seguir uma organização temporal convencional. Manuel Castells (1999) observa que a instantaneidade das redes enfraquece o sentido de temporalidade, já que o acesso aos conteúdos ocorre em tempo real, independente da ordem cronológica dos fatos.

Lévy (1999) complementa essa análise ao destacar que a conectividade digital fortalece a cibercultura, promovendo uma interatividade circular que descentraliza a informação e o conhecimento, antes monopolizados pelos veículos tradicionais de comunicação.

As transformações provocadas pelo webjornalismo impactaram profundamente a prática jornalística. Gaye Tuchman (1978) explica que o jornalismo é composto por funções interligadas, que vão da apuração à divulgação das notícias. Nesse processo, os veículos de comunicação utilizam critérios de noticiabilidade e valores-notícia para influenciar suas linhas editoriais, influenciando o viés das informações publicadas.

No contexto do webjornalismo, Pollyana Ferrari (2003) aponta os novos desafios enfrentados pelos jornalistas, que agora assumem uma maior

responsabilidade sobre os conteúdos divulgados. A pesquisadora destaca que, na internet, a interação direta dos usuários pode comprometer a reputação de empresas ou profissionais caso ocorram negligências éticas ou imprecisões nos dados, devido à ampla visibilidade e exposição proporcionadas pela web

No entanto, o imediatismo do webjornalismo, associado à necessidade de atrair usuários, muitas vezes prioriza a utilização de recursos linguísticos para estimular o engajamento dos leitores. Essa prática pode incentivar a produção sensacionalista, comprometendo os valores de noticiabilidade. Conforme Tuchman (1978, p. 19), “[...] a notícia não é um relato, mas uma construção” (tradução própria). Isso implica que divulgações tendenciosas, voltadas para atrair leitores, acabam oferecendo uma perspectiva redundante da realidade. Nesse sentido, a notícia não representa necessariamente um acontecimento factual, mas uma reinterpretação criativa do jornalista, que pode estar influenciada por estereótipos e estruturas sociais.

Jesús Martín-Barbero (1997) contribui para essa análise ao destacar que as mediações desempenham um papel determinante na relação entre as mensagens veiculadas e a forma como os receptores atribuem sentidos a elas. Para o autor, o poder da mídia é responsável pela construção de um saber coletivo estruturado em quatro eixos: tecnicidade, institucionalidade, sociedade e ritualidade. Essa perspectiva permite compreender as relações entre comunicação e cultura como um sistema dinâmico de produção e consumo, que denomina “mapas noturnos”.

Quando Martín-Barbero (1997) se refere à tecnicidade, ele destaca a capacidade das estruturas de produção, circulação e recepção da cultura por meio das técnicas dos meios de comunicação, especialmente no que diz respeito à forma como as tecnologias disponibilizam acesso à informação e moldam a experiência de quem consome os conteúdos.

Já a institucionalidade diz respeito às normas, regulamentações e estruturas dentro das quais os meios de comunicação operam. O autor argumenta que esses meios são influenciados por códigos de ética, leis e políticas públicas, que estabelecem regras internas para as empresas do setor.

A sociabilidade está relacionada à maneira como os meios de comunicação influenciam as construções sociais, os estilos de vida e as formas de interatividade. Além disso, eles também produzem e definem padrões culturais e de socialização.

Por fim, a ritualidade refere-se ao consumo dos meios de comunicação por meio de práticas e hábitos coletivos que reforçam estruturas do cotidiano e criam experiências com significados culturais e sociais. Exemplos disso incluem o hábito de assistir ao telejornal à noite ou acompanhar novelas diariamente

Essa abordagem teórica também reflete sobre o contexto identitário dos indivíduos em relação à indústria da comunicação, especialmente sobre como os receptores se apropriam dos discursos jornalísticos. Os profissionais do jornalismo são igualmente mediados por hegemonias sociais, o que afeta a produção de sentido nos conteúdos que elaboram para as empresas jornalísticas. Como parte dessas estruturas sociais, os jornalistas são influenciados por atribuições de sentidos e ações, incluindo aquelas relacionadas à produção de matérias sobre a população LGBTI+.

Nesse contexto, o Portal g1, atuando como produto jornalístico nacional desde 2008, durante esse período, diversas narrativas e personagens LGBTI+ foram abordados, mas há evidências de que esses conteúdos frequentemente são moldados por perspectivas estereotipadas. A publicização de temas relacionados à sexualidade e identidade de gênero influencia a opinião pública, refletindo os padrões editoriais do g1.

1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O escopo desta dissertação adota uma abordagem qualitativa. Para Maria Cecília de Souza Minayo (1994), essa metodologia permite reconstruir teoricamente o significado do objeto de estudo nas Ciências Sociais, pois a “[...] realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante” (2001, p. 15). Essa abordagem considera um conjunto de ações sociais que facilita a compreensão e interpretação do objeto de análise a partir de uma perspectiva circular e técnico-analítica sobre os conteúdos a serem explorados.

Essa dinâmica, que conecta os sujeitos às suas interações sociais, é geralmente conduzida por meio da coleta de dados e informações obtidas por observações, relatos e entrevistas — recursos que não podem ser alcançados por uma pesquisa quantitativa (Gil, 1946). Como o objetivo desta pesquisa não é realizar análises de dados numéricos, o enfoque está em compreender como as discussões jornalísticas são divulgadas à sociedade e como os reflexos desses discursos são

legitimados pelas concepções hegemônicas ao retratar a população LGBTI+ no webjornalismo nortista brasileiro.

Ao investigar as interações profissionais do jornalismo e sua relação com as formações socioestruturais — especialmente no que se refere aos estigmas e estereótipos pejorativos ligados à comunidade LGBTI+ —, optou-se pela abordagem qualitativa. Essa abordagem requer não apenas uma análise crítica dos materiais jornalísticos para entender como as formações hegemônicas são introduzidas nos discursos dos webjornais, mas também a busca por respostas sobre como essas premissas podem impactar, direta e indiretamente, a sociedade e as pessoas que pertencem a essa população.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa envolvendo a análise de materiais jornalísticos sobre diversidade sexual, de gênero e a população LGBTI+, o desenvolvimento metodológico desta dissertação iniciou-se com pesquisas bibliográficas realizadas ao longo da trajetória acadêmica. Para embasar a problematização e o recorte temático propostos, foram investigadas fontes oficiais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) entre setembro de 2023 e outubro de 2024.

Na primeira etapa, foi elaborado um recorte de palavras-chave como "Comunicação", "Webjornalismo", "Região Norte" e "Comunidade LGBTI+". Contudo, essa busca não resultou em trabalhos diretamente relacionados. Uma segunda tentativa utilizou termos como "Teorias *Queer*", "LGBT", "Estudos Comunicacionais" e "Divulgações Jornalísticas", identificando uma dissertação relevante: o trabalho de Eder Luís Cordeiro de Santana (2016), desenvolvido no programa de Mestrado em Cultura & Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Santana (2016) fundamenta sua pesquisa em conceitos dos Estudos *Queer* e das Teorias de Jornalismo, com Michel Foucault como autor central. Seu objeto de estudo abrange dois jornais do Grupo A TARDE: o popular "É Massa!" e o "A Tarde", voltado para um público com maior poder aquisitivo. O foco da análise não se restringe às diferenças socioeconômicas dos consumidores, mas à forma como ambos os veículos abordam questões relacionadas à população LGBTI+, delimitando esse grupo como recorte central de seu *corpus* analítico.

Novas buscas bibliográficas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) entre janeiro e novembro de 2024. Inicialmente, identificaram-se 142 trabalhos relacionados à palavra-chave "Webjornalismo". No entanto, ao refinar os resultados com termos como "LGBT", não foi encontrado nenhum estudo diretamente relacionado. Pesquisas adicionais no *Google Scholar* identificaram artigos sobre representações e identidades LGBTI+ na mídia, mas nenhum especificamente voltado à Região Norte ou que relacionasse webjornalismo a questões de diversidade sexual e de gênero.

Concluiu-se que não havia referências suficientes para fundamentar uma construção empírica completamente alinhada à metodologia proposta nesta pesquisa. A ausência de estudos anteriores diretamente relacionados reforça a originalidade deste trabalho e destaca a necessidade de aprofundar as investigações sobre diversidade sexual e de gênero no contexto do webjornalismo nortista brasileiro.

Para superar essa lacuna, o procedimento de análise comparativa dos discursos jornalísticos dos portais do g1 na Região Norte foi estruturado com base no método de Estudo Comparativo, aplicado às publicações sobre diversidade sexual e de gênero relacionadas à população LGBTI+. Esse método possibilitou a exploração de fenômenos complexos em contextos específicos, permitindo a identificação de padrões, semelhanças e diferenças nos discursos analisados.

O objetivo principal foi identificar fatores comuns e distintivos entre os objetos de pesquisa e seus respectivos *corpus*. Para isso, utilizou-se o método comparativo proposto por Sergio Bulgacov (1998), baseado nos estudos de John Stuart Mill, que fornece ferramentas para analisar elementos convergentes e divergentes nos fenômenos observados.

De acordo com Schneider e Schmitt (1998), a aplicação do método comparativo requer a análise detalhada das características e desempenhos das partes estudadas. No contexto desta pesquisa, o foco está nos discursos jornalísticos de oito webjornais que abordam diversidade sexual e de gênero. Esse método visa aprofundar o entendimento de questões específicas, como as narrativas sobre a população LGBTI+ na Região Norte.

Para organizar a análise, os dados foram estruturados em eixos temáticos: *Saúde, Oportunidade, Política, Cultura e Cidade*. Esses blocos editoriais facilitaram a aplicação das abordagens comparativas descritas por Bulgacov (1998). O método da concordância identificou fatores comuns entre os casos em que os fenômenos

analisados estavam presentes, enquanto o método da diferença destacou os fatores distintivos entre os casos em que os fenômenos ocorreram e aqueles em que não foram observados.

Além disso, segundo Schneider e Schmitt (1998), o estudo comparativo possibilita compreender a relação entre singularidades históricas e generalizações sociais, fundamental para abordar a complexidade e a multifacetada realidade dos sujeitos analisados. Relacionando essa perspectiva ao tema da pesquisa, observou-se que as manifestações dissidentes no jornalismo variam de acordo com o modo como os conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero são reproduzidos em sociedades marcadas por ideologias heterocisnormativas e binaristas.

Essa abordagem metodológica oferece uma visão ampla sobre as dinâmicas do jornalismo regional, destacando como as concepções hegemônicas moldam as narrativas jornalísticas sobre a comunidade LGBTI+, permitindo uma análise crítica e contextualizada.

Para a coleta do *corpus* da pesquisa, foi empregada a pesquisa documental como instrumento principal, explorando os acervos digitais dos portais do g1 da Região Norte. A coleta de dados foi realizada de forma sistematizada, com verificações semanais nos acervos de oito webjornais analisados. Essa estratégia possibilitou a análise e interpretação de informações utilizando técnicas de busca e exame de registros textuais ou materiais previamente publicados. Todos os documentos analisados foram obtidos diretamente nos arquivos digitais dos webjornais do g1.

Segundo Gil (1946), a pesquisa documental tem como objetivo explorar, descrever, interpretar e identificar documentos em sua diversidade de aspectos, sejam fenômenos históricos ou evidências. Lakatos e Marconi (2003) destacam que essa metodologia exige a definição de objetivos e questões claras para avaliar os arquivos, incluindo a verificação de autenticidade e a identificação dos tipos de documentos a serem analisados. Além disso, conforme Minayo (2010), é fundamental aplicar técnicas que auxiliem na interpretação do conteúdo e na organização das informações extraídas em categorias e temas

O procedimento de coleta concentrou-se na seção intitulada "Últimas Notícias", localizada nas páginas principais dos webjornais, conforme ilustrado na Figura 1, que apresenta o exemplo do g1 Acre. Essa seção foi escolhida por reunir

todas as divulgações realizadas em tempo real, organizadas cronologicamente por data e horário de publicação. Essa organização garantiu acesso direto e atualizado ao acervo editorial disponível, permitindo a obtenção de um conjunto abrangente e representativo de dados para a pesquisa.

FIGURA 1 – Página *home* do g1 Acre



Fonte: *Screenshot* (2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/ultimas-noticias/>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

Nesta pesquisa, o período de coleta abrangeu 12 meses, que corresponde de 1º de outubro de 2023 a 30 de setembro de 2024, garantindo um panorama abrangente. As verificações semanais foram realizadas nos webjornais da g1 na Região Norte, e as amostras coletadas foram registradas em relatórios contendo as seguintes informações: nome do webjornal, data de divulgação, título da notícia (utilizado como nome do arquivo) e o *hiperlink* de acesso ao documento.

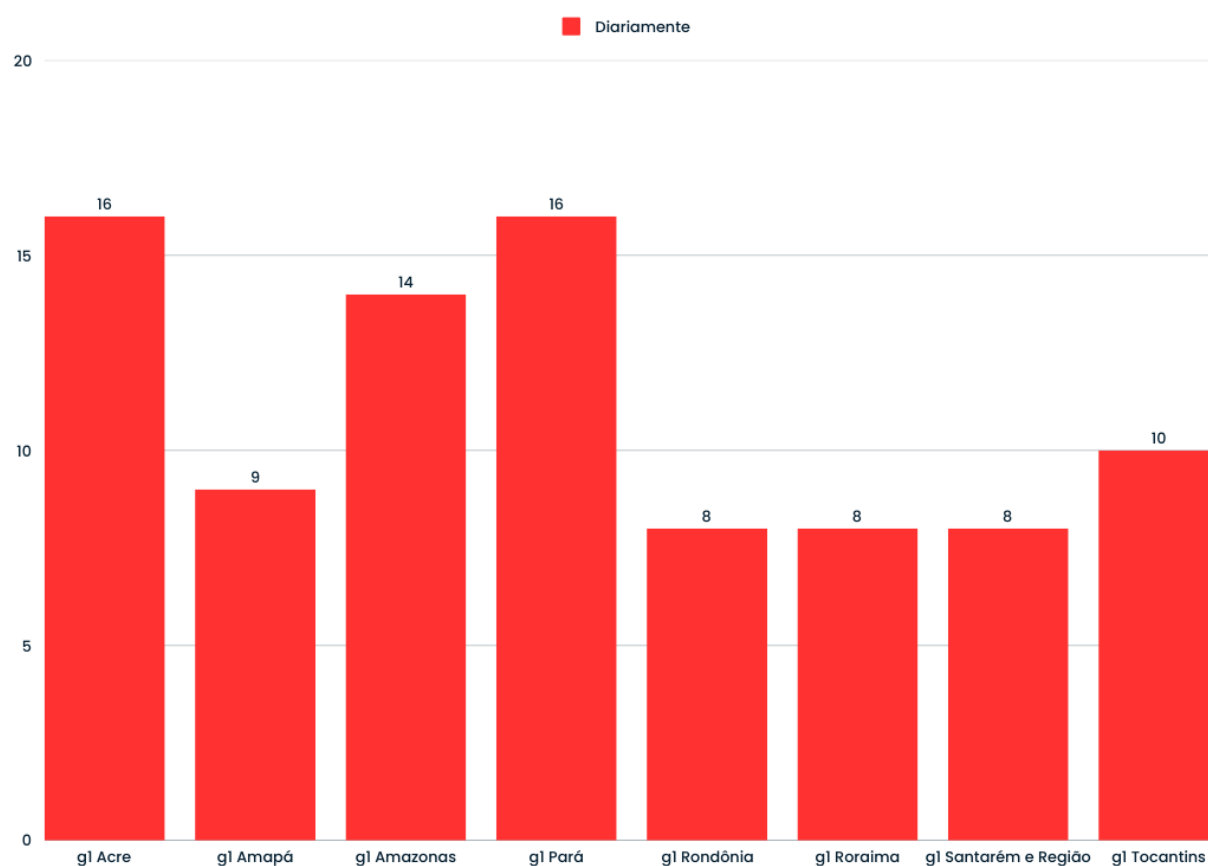
Na presente pesquisa, foram utilizadas palavras-chave para identificar notícias relacionadas à diversidade sexual e de gênero, com o objetivo de analisar tanto conotações preconceituosas quanto representações progressivas sobre o tema. As palavras-chave foram selecionadas de forma a abranger termos que representassem a população LGBTI+ e contribuíssem para a identificação das amostras, possibilitando uma análise detalhada do *corpus*.

Além disso, todas as notícias semanais foram examinadas para verificar a incidência dos critérios de identificação previamente estabelecidos. Entre as palavras-chave utilizadas, destacam-se: *gay(s)*, *bissexual(is)*, *lésbica(s)*, *homossexual(is)*, *homofobia*, *transfobia*, *LGBTfobia*, *LGBT*, *LGBTI+*, *LGBTQIA+*, *LGBTPQNIA+*, *sapatona(s)*, *bicha/bixa*, *trisal(is)*, *não-binário*, *não-binária*, *travesti(s)*, *trans*, *transexualidade(s)*, *homossexualidade*, *bissexualidade*, *homoafetivo(s)*, *transmasculino(s)*, *transmasculinidade*, *transfemicídio*, *homotransfobia*, *homolesbotransfobia*, *transviado*, *cuir* e *queer*.

Esse critério permitiu filtrar as notícias mais relevantes para o estudo, garantindo que o *corpus* fosse composto por materiais alinhados ao objetivo da pesquisa.

Durante o período de verificação dos webjornais para a coleta das amostras, foi observada a quantidade de divulgações jornalísticas realizadas diariamente e semanalmente. O g1 Acre e o g1 Pará destacaram-se como os webjornais com maior número de publicações, com uma média de 16 divulgações diárias. Semanalmente, o g1 Acre apresentou 84 publicações, enquanto o g1 Pará alcançou 86.

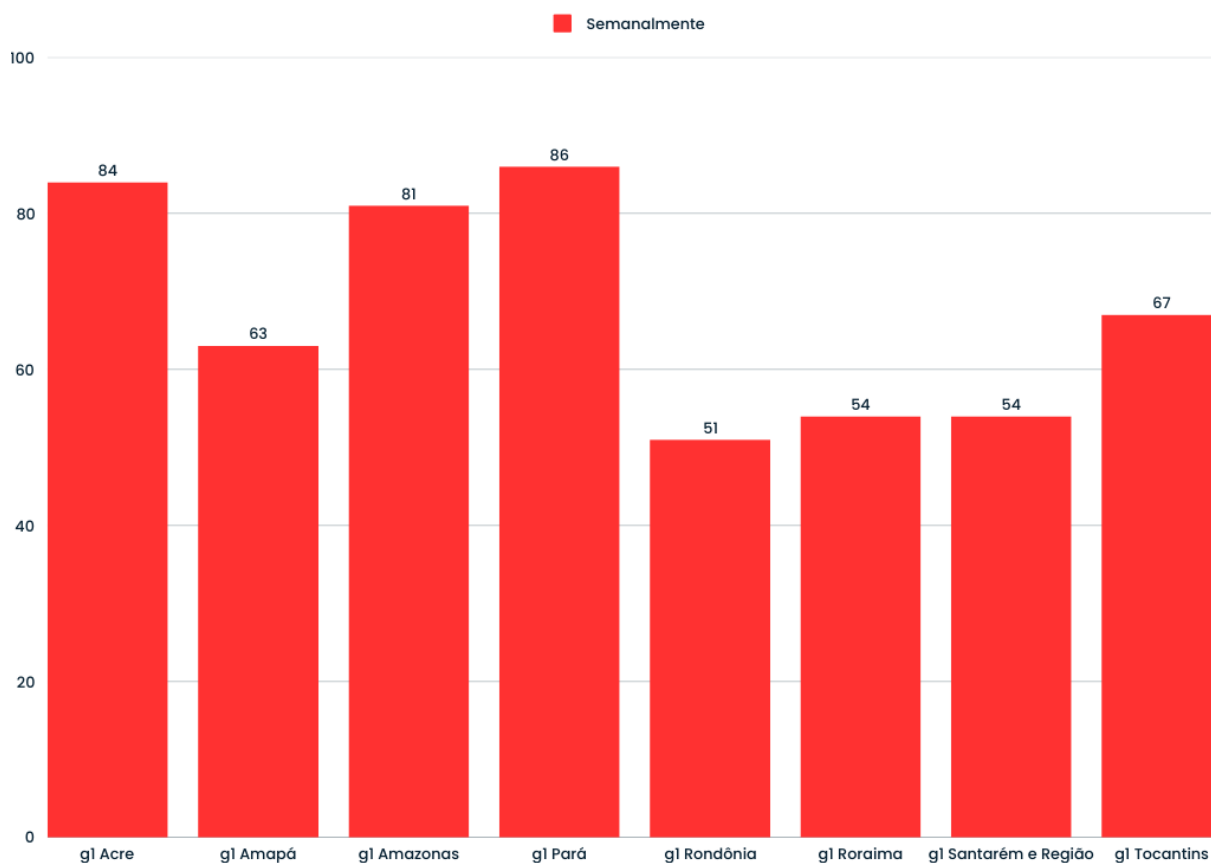
GRÁFICO 1 – Percentual médio de divulgações diárias dos webjornais do g1 na Região Norte



Fonte: Elaboração própria (2024).

Por outro lado, os webjornais com menor frequência de publicações foram, respectivamente, o g1 Rondônia, o g1 Roraima e o g1 Santarém e Região, com uma média de oito divulgações diárias. O g1 Roraima e o g1 Santarém e Região registraram 54 publicações semanais, enquanto o g1 Rondônia apresentou o menor número, com 51 publicações semanais.

GRÁFICO 2 – Percentual médio de divulgações semanais dos webjornais do g1 na Região Norte



Fonte: Elaboração própria (2024).

Ao todo, foram coletadas cerca de 223 divulgações jornalísticas relacionadas a temas de diversidade sexual e de gênero, com ênfase na população LGBTI+. Entre os webjornais analisados, destacaram-se o g1 Pará e o g1 Acre como os que mais frequentemente publicaram notícias sobre essas questões, registrando 61 e 50 divulgações, respectivamente. Em contrapartida, os veículos que menos abordaram esses temas durante o período de 12 meses foram o g1 Santarém e Região, com apenas 8 publicações, e o g1 Rondônia e o g1 Roraima, com um total de 14 matérias. Esses dados estão apresentados detalhadamente na Tabela 1.

TABELA 1 – Divulgações jornalísticas do g1 nos webjornais da Região Norte entre outubro de 2023 e setembro de 2024

Afiliadas do Grupo Globo e webjornais do g1		Divulgações jornalísticas relacionadas a assuntos de diversidade sexual e de gênero				Total de divulgações jornalísticas em 1 ano
		Out-Dez 2023	Jan-Mar 2024	Abr-Jun 2024	Jul-Set 2024	
Rede Amazônica	g1 Acre	15	19	4	12	50
	g1 Amapá	2	6	9	9	26
	g1 Amazonas	3	6	5	10	24
	g1 Rondônia	3	6	3	2	14
	g1 Roraima	5	2	3	4	14
TV Liberal	g1 Pará	9	12	11	29	61
TV Tapajós	g1 Santarém e região	2	3	1	2	8
TV Anhanguera	g1 Tocantins	6	4	5	11	26
Total de divulgações jornalísticas trimestrais		45	58	41	79	223

Fonte: Elaboração própria (2024).

Para ampliar a abrangência dos resultados, foi adotada a triangulação de métodos, o que envolveu a identificação de elementos específicos correspondentes ao *corpus* da pesquisa. A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa documental foi conduzida utilizando a técnica de análise de conteúdo, priorizando interpretações analíticas em detrimento de abordagens qualitativas. Para isso, foi adotado o método sistemático e descritivo de Laurence Bardin (2009), que busca identificar e quantificar padrões, mensagens, significados, intenções ou relações em conteúdos comunicacionais.

No contexto dessa metodologia, Fonseca Júnior (2006) desenvolveu uma sistematização das categorias utilizadas para a análise do *corpus*, que, neste estudo, abrangeu os temas e assuntos tratados nas divulgações jornalísticas dos webjornais do g1. Essa etapa é central à pré-análise, descrita por Bardin (2009) como o momento de organização e preparação do material a ser examinado.

Nesse processo, destaca-se a codificação, definida por Bardin (2009) como a sistematização dos dados para facilitar sua análise. A codificação exige critérios claros para selecionar os conteúdos que serão analisados. Fonseca Júnior (2006) complementa essa abordagem com o conceito de unidade de contexto, que analisa

mensagens específicas relacionadas ao *corpus* da pesquisa a partir de palavras-chave. Essa etapa foi essencial para filtrar e selecionar as notícias utilizadas como amostras.

Para aprofundar os resultados do estudo comparativo e compreender como as produções jornalísticas sobre a população LGBTI+ são retratadas pelas corporações jornalísticas analisadas, foram realizadas entrevistas em profundidade com editores dos webjornais do g1. O objetivo dessas entrevistas foi identificar limitações e lacunas na produção jornalística sobre diversidade sexual e de gênero. Esta etapa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG), e os termos de anuência foram assinados pelos representantes das empresas participantes.

Após a aprovação do projeto pelo CEP-UFG, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi encaminhado aos jornalistas-editores das afiliadas nortistas do g1 para garantir que estes compreendessem detalhadamente suas atribuições ao participar da pesquisa. O TCLE foi assinado, permitindo a realização das entrevistas em profundidade. No documento, estavam descritos os principais riscos e benefícios da participação, bem como a autorização para a decisão sobre o uso de certos recursos na obtenção dos dados para a investigação. Uma vez assinada a autorização, o documento também foi assinado pelo pesquisador e ficou disponível para que os participantes pudessem consultá-lo.

As entrevistas com os editores de cada uma das afiliadas da Rede Globo na Região Norte foram realizadas de forma individual, pois acredita-se que esse formato permite maior liberdade aos participantes para responder às perguntas. Segundo Moré (2015), os participantes devem se sentir protagonistas para expressar suas questões, vivências e experiências pessoais relacionadas ao tema, e essa abordagem de entrevistas em profundidade favorece a privacidade dos participantes ao responderem às perguntas.

Considerando que o tema é frequentemente estereotipado e estigmatizado, optou-se por entrevistas em profundidade com questões estruturadas, para que os participantes, além de compartilharem suas perspectivas sobre diversidade sexual e de gênero, pudessem também expressar outras impressões sobre sua profissão jornalística em relação à população LGBTI+.

O procedimento para a realização das entrevistas foi realizado de forma híbrida para determinados participantes. O primeiro contato com os funcionários das afiliadas e a documentação submetida na Plataforma Brasil foram obtidos de forma eletrônica, através dos canais de comunicação virtual. Nesse processo, foi realizado o convite e coletadas as assinaturas eletrônicas, por meio da plataforma Gov.br, dos Termos de Anuência das afiliadas da Rede Globo, autorizando a realização das entrevistas.

Embora tenha-se priorizado encontros presenciais, algumas entrevistas foram realizadas remotamente, por meio de teleconferência. Segundo Duarte (2008), o contato físico pode proporcionar maior intimidade e harmonia nas conversas, favorecendo a qualidade das entrevistas em profundidade. Contudo, devido a limitações logísticas e de tempo, algumas entrevistas foram conduzidas por meio de *Google Meet*.

As afiliadas participantes da pesquisa foram: Rede Amazônica Acre (g1 Acre), Rede Amazônica Amapá (g1 Amapá), Rede Amazônica Rondônia (g1 Rondônia), Grupo Rede Liberal (g1 Pará), Sistema Tapajós de Comunicação (g1 Santarém e Região) e Grupo Jaime Câmara (g1 Tocantins).

1.3. EXPOSIÇÃO DOS DADOS

A estrutura deste trabalho visa aproximar o leitor de uma compreensão ampla, mas acessível, das principais categorias conceituais e teóricas aplicadas nesta pesquisa. Embora a discussão adote uma textualidade acadêmica, o objetivo é transformar esta pesquisa em um guia prático de comunicação, como uma espécie de manual, especialmente voltado para profissionais da área, superando barreiras que inconscientemente estigmatizam a diversidade sexual e de gênero. O texto busca desmistificar o tema, apresentando-o como algo inerente à realidade de todos os indivíduos, mesmo diante de desafios culturais e sociais que desestabilizam essas dinâmicas.

O debate foi organizado em capítulos, subcapítulos e subitens, detalhando abordagens conceituais e teóricas específicas para cada categoria utilizada na pesquisa. Foi elaborado um recorte histórico e linguístico que conecta os dados coletados à problematização central, promovendo uma reflexão sobre como o tema

deve ser incorporado ao cotidiano, especialmente na prática jornalística. Assim, esta pesquisa propõe recursos que incentivam uma abordagem inclusiva e crítica, evidenciando como os desafios dos estudos Cuir latino-americanos e do jornalismo brasileiro permanecem relevantes e interligados. Ao tratar os temas com a profundidade necessária, este trabalho pretende servir como referência para novas produções acadêmicas e jornalísticas.

O texto está estruturado em cinco capítulos, que articulam as discussões conceituais e teóricas aplicadas à análise do *corpus*. A organização abrange temas como jornalismo, hegemonias, estigmas e estereótipos, ativismo LGBTI+, teorias Cuir latino-americanas e o histórico de atuação do Grupo Globo e suas afiliadas na Região Norte, com foco no portal de notícias g1 e sua abordagem das questões de diversidade sexual e de gênero.

O primeiro capítulo “Fronteiras Jornalísticas – Transformações Comunicacionais e a Produção Noticiosa na Mídia Digital Contemporânea”, discute os estudos comunicacionais latino-americanos e a influência das hegemonias culturais na produção noticiosa, abordando como o webjornalismo se estabelece como uma nova referência para o jornalismo, com padrões editoriais próprios e desafios associados à escala de produção moderna.

O segundo capítulo “Perspectivas Antropológicas e Teóricas sobre Cultura e Mídia – Evolução, Simbolismo e Hegemonia”, explora o ocidentalismo na reprodução de estigmas e estereótipos, enfatizando como processos discriminatórios estruturam relações de poder. A partir de estudos latino-americanos, discute-se a hibridez cultural e o impacto das dinâmicas hegemônicas na marginalização de identidades.

O terceiro capítulo “Movimentos Cuir e o Papel das Mídias Jornalísticas na Formação e Repressão de Identidades LGBTI+”, aborda a construção social das identidades sexuais e de gênero em contextos de repressão binarista e o papel do jornalismo na reprodução de estigmas heterocisnormativos, destacando as vivências de dissidências sexuais na América Latina.

O quarto capítulo “Grupo Globo – O Legado do Jornalismo Sul-Americano Brasileiro”, debate o papel da Rede Globo como referência no jornalismo brasileiro, com destaque para suas afiliadas na Região Norte. Este capítulo apresenta um panorama histórico das quatro afiliadas que coproduzem conteúdos jornalísticos na região.

O quinto capítulo “A População LGBTI+ nos Webjornais Nortistas do g1”, faz uma análise dos materiais jornalísticos sobre diversidade sexual e de gênero publicados pelos portais do g1 na Região Norte. O capítulo compara os dados coletados, destacando semelhanças e diferenças no tratamento das questões LGBTI+ entre os diferentes veículos.

As *Considerações Finais*, são debatidos os objetivos e de que forma a problematização das hipóteses dessa Dissertação evidenciaram na obtenção dos resultados que foram analisados. Na sequência, as *Referências, Apêndice e Anexos*, encerram a pesquisa.

2. FRONTEIRAS JORNALÍSTICAS: TRANSFORMAÇÕES COMUNICACIONAIS E A PRODUÇÃO NOTICIOSA DA MÍDIA DIGITAL DA ERA CONTEMPORÂNEA

As análises sobre o jornalismo são influenciadas por diversas correntes de pensamento que refletem abordagens interdisciplinares. Com os avanços das mídias digitais e contemporâneas, a produção de notícias tem sido influenciada por hegemonias e dinâmicas culturais associadas à modernização tecnológica. Este estudo explora como as transformações comunicacionais afetam a prática jornalística no contexto digital, introduzindo novas formas de linguagem e ressignificando a produção de notícias.

Para isso, são utilizados referenciais teóricos baseados em conceitos do jornalismo, especialmente relacionados à teoria do *newsmaking*, articulados com os Estudos Culturais. O estudo também analisa como as teorias do jornalismo esclarecem o impacto do webjornalismo na jornada de trabalho dos jornalistas, ao destacar como as práticas cotidianas das corporações influenciam a produção de sentidos e símbolos nas divulgações jornalísticas, fomentando debates críticos entre os públicos consumidores.

A análise presente neste capítulo se concentra em como as mediações comunicacionais moldam a sociedade, ao considerar os processos práticos e editoriais influenciados por visões hegemônicas na produção jornalística. Em uma era cada vez mais tecnológica e digital, os consumidores também desempenham um papel ativo na disseminação e repercussão das informações divulgadas pelos veículos de comunicação.

2.1. UM ESTUDO SOBRE DINÂMICAS COMUNICACIONAIS: INFLUÊNCIAS HEGEMÔNICAS E TECNOLÓGICAS

O campo da comunicação é fundamentado em significados e conceitos derivados da análise das práticas comunicacionais, a partir de diferentes áreas interdisciplinares que investigam a sociedade em suas dimensões morais, éticas e culturais. Essas práticas podem legitimar, direta ou indiretamente, os veículos de comunicação e fomentar um senso crítico sobre suas produções. A comunicação não possui uma definição simples, pois abrange objetos de estudo com sentidos e

significados variados. Em outras palavras, comunicação não se refere apenas ao compartilhamento de hábitos ou ações, mas a uma relação intencional direcionada a outrem (Martino, 2008, p. 14) que, por sua vez, envolve múltiplos processos de produção social de sentidos, balizadores das ações humanas.

Para que a comunicação tenha sentido, é crucial compreender como são criados valores simbólicos. A linguagem é fundamental nesse processo, influenciando a produção de sentido e a interação. De acordo com Setzer (2001), a informação é um significado que pode ser uma definição ou compreensão sobre dados, que são sequências de símbolos quantificados. Portanto, a comunicação pode ser vista como a representação e armazenamento de sentido, incluindo a estrutura sintática e o campo semântico que dá significado à informação. Martino (2008) afirma que a informação é a decodificação e reconstituição da consciência, ou seja, um “rastros” deixado em um suporte material para ser recuperado e simulado por outra consciência.

Embora a linguística e a comunicação sejam áreas distintas, ambas se entrecruzam na análise dos dispositivos de mensagem. Jakobson (2005) argumenta que a comunicação apoia a linguística na operação das atividades verbais para transmitir mensagens entre emissor e receptor, focando na probabilidade transicional da informação. A diferença é que, para a comunicação, o código é um meio de troca de mensagens, enquanto para a linguística, ele envolve a construção dos signos, tanto verbais quanto não verbais. O autor observa que, em determinado período, tanto a linguística quanto os estudos de comunicação consideravam a semântica como ruído semântico e a excluí-la do estudo das mensagens verbais.

Todavia, a interdisciplinaridade entre linguagem e comunicação abrange não apenas as Ciências Sociais e Humanas, mas também disciplinas com abordagens histórico-culturais, bem como a própria psicologia social. Esse tipo de análise permite integrar teorias e conceitos, conectando sociedade, indivíduos e a produção de sentidos na comunicação. Talvez, seja por isso que o impacto dos meios de comunicação de massa nas relações sociais e nas técnicas e tecnologias nas humanidades marcou o início dos estudos na teoria da comunicação.

Ana Carolina Rocha Temer (2004) defende que a terminologia para as polarizações das comunicações de massa começou a se desenvolver no século XX. Segundo a autora, as Ciências da Comunicação estudam os “fenômenos da

comunicação humana, associados à produção, armazenamento e difusão de informações” (Temer, 2004, p. 10), com o objetivo de explicar as ações humanas na sociedade. Wolf (1999) argumenta que os estudos sobre os meios de comunicação de massa, ou *Mass Media* (como é utilizado pelo autor), não devem ser organizados cronologicamente. O autor identifica dois fatores na elaboração das teorias: primeiro, sendo o contexto histórico, social e econômico; e segundo, as referências sociológicas e culturais.

Os modelos de processos comunicativos fundamentam os paradoxos conceituais, de modo, que os meios de comunicação de massa atuam como mediadores entre a comunicação e a sociedade, transmitindo mensagens através de mídias comunicacionais como rádio, televisão, computadores, jornais e revistas. Assim, as teorias de comunicação devem ser revisadas considerando como as escolas analisam esses meios e sua relação com a cultura de massa.

A ideia dos *mass media*, aliada às evoluções tecnológicas, transformou continuamente os aspectos comunicacionais. Desde o século XV, com o surgimento da produção de informação, as transmissões de mensagens tornaram-se simbólicas e centrais para o intercâmbio social e comunicacional. John Thompson (1998) argumenta que, apesar das inovações nas instituições de comunicação, a comunicação passou a ser tratada como uma mercadoria na modernidade.

Essa característica conferiu à mídia a noção de "cultura" como produção, armazenamento e circulação de materiais que criam e recebem significado. As instituições definem as posições e trajetórias nesses aspectos, refletindo que “[...] o poder de um campo ou instituição está intimamente ligado ao poder que ela possui” (Thompson, 1998, p. 21). Esse poder orienta objetivos e interesses através de ações sociais nas comunicações. Essa noção sobre a cultura e comunicação se relaciona com a noção de Fiske (1990), que define a comunicação como um processo de interatividade, participação, recepção e emissão de novas informações. Esse processo também envolve a manipulação de ideias na construção da realidade.

A comunicação é uma atividade social distinta que envolve a produção, transmissão e recepção de formas simbólicas, utilizando diversos recursos (Thompson, 1998). Esse processo é compreendido através do conceito de meio técnico, que se refere à transmissão de mensagens simbólicas e informativas entre produtor e receptor. No contexto comercial, os meios de comunicação utilizam e

reproduzem essas formas simbólicas por meio da mercantilização das mídias comunicacionais. O meio técnico envolve regras e procedimentos para a codificação e decodificação da informação, ou seja, os estudos comunicacionais mostram que a cultura de massa, resultante da comercialização em grande escala pela mídia, é moldada por interesses políticos e econômicos, essa condição visa manipular o consumo de produtos dentro de uma cultura capitalizada e inautêntica.

Bourdieu (1997) entrelaça a concepção de massa com a análise das relações entre classe e sociedade através do conceito de capital cultural. Esse conceito refere-se às formações subculturais dentro das classes sociais e aos setores que as compõem. Ainda segundo o autor, as subculturas servem como um recurso de poder para a segregação social. O autor afirma que as atividades culturais atuam como capital simbólico, portanto, podem influenciar em concepções de classe social, criando um espaço multidimensional de poder, que abrange condições de vida e noções de distinção em relação a estilos, valores e estruturas. Assim, a cultura é vista como um novo campo de poder nas lutas de classes sociais. Em contraste com a cultura de massa, a cultura erudita, refinada pela classe elitizada, é considerada de elite. A forma como a cultura erudita é acessada pela cultura popular também é relevante (Valle Silva, 1995).

A teoria de Bourdieu (1997) mostra como as produções são ressignificadas pelas narrativas socioeconômicas, passando de uma perspectiva global para uma local. O autor examina como os recursos de poder moldam a percepção cultural, influenciando o imaginário e distorcendo aspectos culturais conforme os interesses dos meios de comunicação de massa.

A abordagem desses mecanismos se relaciona com a "crise de reconhecimento" descrita por Hall (1998) nos Estudos Culturais. Hall afirma que a identidade é formada ao longo do tempo através de processos inconscientes, e não algo inato desde o nascimento (Hall, 1998). Isso implica que uma cultura globalizada deve integrar as manifestações locais e culturais, coexistindo com as complexidades capitalizadas pelas produções de classe e de massa.

Embora as contribuições de Hall (1998) sejam baseadas em perspectivas ocidentais, especialmente no campo da Comunicação, elas refletem contextos britânicos e legitimam outras manifestações etnográficas. Escosteguy (2018) argumenta que as pesquisas da Escola de *Birmingham*, onde surgiram os Estudos

Culturais, se conectam com perspectivas latino-americanas e decoloniais, buscando descolonizar o poder e os saberes eurocêntricos (Quijano, 1992). Escosteguy (2018) sugere uma fronteira interdisciplinar com o trabalho de Jesús Martín-Barbero, particularmente sua obra "Dos Meios às Mediações" (1997).

Do mesmo modo, Guillermo Orozco-Gómez (1998) argumenta que os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, não são neutros, pois refletem interesses institucionais, ou seja, são moldados por fatores institucionais, tecnológicos e midiáticos. Esses fatores podem influenciar em impactos variados na percepção dos públicos, tanto de formas positivas quanto negativas. Orozco-Gomez (1998) usa o termo "multimediações" para descrever as mudanças resultantes das transformações tecnológicas na televisão. O autor também define "hipermediações" como novas formas de mediação introduzidas pela crescente interatividade dos dispositivos e suas interfaces (Orozco-Gómez, 2010).

“Comunicação não é mais do que informação”, afirma Martín-Barbero (2004, p. 77). Segundo o autor, tudo pode ser entendido como comunicação, pois os processos de mediação e recepção que conectam comunicação e cultura são moldados pelas lógicas da hegemonia cultural (Gramsci, 1999). Nesse contexto, Martín-Barbero destaca diversas fontes de mediação, como tecnicidade, ritualidade e sociabilidade, que desempenham um papel central na configuração dos resultados das interações com os meios de comunicação.

O deslocamento dessas mediações é caracterizado por um processo sincrônico que abrange as lógicas de produção, recepção e consumo. Esse movimento evidencia a dinâmica contínua entre os conteúdos comunicativos e os sentidos atribuídos a eles pelos receptores, tornando visíveis as relações de poder e as influências culturais que permeiam a comunicação.

O processo hegemônico de produção é sustentado pela materialidade técnica da mediação. Martín-Barbero (1997) vê isso como uma potencialidade comunicativa que promove transformações culturais, especialmente com as inovações tecnológicas. A mediação, como dispositivo da hegemonia, transforma o sentido social, impactando tanto a materialidade institucional quanto a cultural, e afetando as relações e experiências das comunidades.

A comunicação é um campo interdisciplinar que vai além dos meios de comunicação de massa, envolvendo também análises das transformações sociais e

culturais para entender a diversidade de seus processos de produção. As práticas de comunicação criam dinâmicas de consumo e envolvem mediações hegemônicas. Para as teorias da comunicação, o jornalismo não se limita à divulgação de notícias, sendo influenciado por fatores técnicos e institucionais que moldam o que deve ser noticiado.

Para Rosana Maria Ribeiro Borges (2013), a produtividade e a difusão jornalística são muitas vezes legitimadas por concentrações hegemônicas em suas significações comunicacionais. Assim, os editoriais de jornais podem refletir condições econômicas e ideológicas, reproduzindo angulações de poder através de suas mediações discursivas.

Borges (2013, p. 80) também destaca que “[...] o conteúdo ideológico das instituições midiáticas pode naturalizar movimentos desumanizadores, como guerras, e mitificar o mundo e seus eventos”. Dessa forma, as divulgações noticiosas podem oferecer visões fragmentadas da sociedade e suas manifestações sociais e culturais, seja em níveis territorial, local ou global. Isso ocorre porque, mesmo ao atenderem às agendas de interesse público, os veículos jornalísticos estão integrados às hegemonias institucionais.

O jornalismo, enquanto fenômeno midiático, organiza a produção e divulgação de informações através de diversos meios. No entanto, essas divulgações muitas vezes são restringidas pelas mediações hegemônicas das corporações jornalísticas, refletindo os interesses editoriais dos veículos.

As produções jornalísticas seguem o modelo de divulgação das corporações, que une aspectos técnicos e interesses do público. A era digital e a globalização transformaram a construção e disseminação de notícias. Anteriormente, a informação era veiculada por telejornalismo, rádio e periódicos impressos. A internet trouxe um novo paradigma, desafiando esses meios tradicionais e dando origem ao jornalismo digital, ou webjornalismo. Este novo modelo adota técnicas inovadoras para a produção e divulgação de notícias, alinhadas com interesses hegemônicos e capitalistas.

2.1.1. A (Re)produção da realidade, o acontecimento e a opinião pública

Embora a realidade possa ser complexa e multifacetada, a reprodução dos acontecimentos em uma sociedade é influenciada pelas dimensões da informação cotidiana, que abrange tanto a vida das pessoas quanto assuntos de interesse público. Em um mundo repleto de verdades e filosofias diversas, é essencial reconhecer e analisar esses aspectos em níveis local, regional, nacional e internacional. Assim, uma definição abrangente de jornalismo pode levar a uma reflexão mais profunda sobre o seu papel e impacto na produção social de sentidos.

Walter Lippmann (2008) desenvolveu uma análise crítica sobre a imprensa e o conceito de "opinião pública". Influenciado pela definição de "vontade do povo" proposta por Jean-Jacques Rousseau em *O Contrato Social*. Lippmann (2008) defende que, para manter a formação democrática da opinião pública, as instituições dependem das reações às coberturas jornalísticas e aos interesses que estas representam.

Lippmann (2008) argumenta que o enfraquecimento das instituições é perigoso, pois os interesses públicos são frequentemente manipulados pelas classes dominantes. O autor descreve essas classes como "irresponsáveis", pois agem sobre informações não compreendidas pelo público amplo e só podem ser responsabilizadas pelo fato consumado (Lippmann, 2008, p. 267). O autor critica a imprensa por não organizar as opiniões públicas, mas sim por influenciá-las. E acredita também que o jornalismo deve reverter manipulações e promover o pensamento crítico, organizando as opiniões públicas de forma independente (Lippmann, 2008). Nesse sentido, a imprensa enfrenta o desafio de superar estereótipos e fragilidades, ajudando a simplificar as complexidades e distanciamentos sociais através da produção de notícias.

Refletir sobre a reprodução da realidade na manipulação de códigos e símbolos midiáticos também envolve considerar a influência da mídia na produção de conteúdos de interesse público. No contexto da produção jornalística, Park (1972) identifica desafios semelhantes aos de Lippmann (2008), destacando como as informações muitas vezes são moldadas por interesses econômicos e políticos. Esses interesses exercem controle social sobre o que é produzido e interpretado como realidade cotidiana para o público.

Machado (2005) explica que, para Park (1972), a notícia é sinônimo de jornalismo, e o jornalismo, por sua vez, é sinônimo de “jornal”, ou seja, de informação. Nesse contexto, a notícia é vista como um conhecimento de efeito, onde os acontecimentos são assimilados através de representações simbólicas e sociais. Para Park (1972), esse conhecimento é construído a partir dos efeitos do senso comum. No entanto, a realidade se distancia desse efeito ao ser sistematizada e adaptada por técnicas, artifícios e jargões.

Park (1972) também afirma que a notícia se baseia na observação e no fato, mas somente após o fato ter sido verificado, rotulado, sistematizado e ordenado segundo a perspectiva do pesquisador. Assim, a realidade, ao ser elaborada a partir dos fatos, é mediada por interpretações da linguagem para tornar o conteúdo inteligível. O conhecimento, portanto, incorpora características filosóficas, lógicas, classificatórias e históricas, pois estas categorias, especialmente a história, buscam retratar os acontecimentos em suas diferenças e subjetividades. A notícia, por sua vez, apresenta e descreve a realidade, registrando os fatos em sua relação com o real e o presente.

A notícia não é um conhecimento sistemático como o das Ciências Físicas. Antes, na medida em que se refere a acontecimentos, semelha a História [...] Entretanto, a notícia não é história, e seus fatos não são fatos históricos. Não é a história porque, em primeiro lugar, se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los nem com sequências causais nem com sequências teleológicas. A história não só descreve os acontecimentos, mas também procura colocá-los no lugar que lhes cabe na sucessão histórica (Park, p. 174, 1976).

O jornalismo, ao anunciar fatos, confere sentido ao conhecimento sobre o presente. Esses acontecimentos divulgados são fundamentais para a formação da opinião pública descrita por Lippmann (2008), que argumenta que a cobertura noticiosa orienta as discussões sobre a realidade dos fatos e a interpretação dos aspectos econômicos e políticos, levando em conta o contexto social do público. Em outras palavras, ainda de acordo com o autor, a função da verdade é revelar eventos ocultos, relacioná-los e criar um quadro da realidade no qual as pessoas possam agir.

A notícia assume características que refletem assuntos específicos, tornando o jornalismo um processo de seleção particular dos acontecimentos e uma narrativa do presente. Essa seleção sistemática, conhecida como enquadramento jornalístico,

permite apresentar os fatos de forma inteligível. Esse processo envolve práticas institucionalizadas e concepções corporativas que definem o que deve ser noticiado, priorizando posicionamentos ideológicos e hegemônicos. O conceito de enquadramento jornalístico, desenvolvido por Erving Goffman (2006), ajuda a entender a tecnicidade das narrativas noticiosas.

Goffman (2006) explica que as experiências sociais influenciam a disputa pelo significado na narrativa da realidade, moldando a organização social e suas representações de interesse. Assim, o jornalismo, ao noticiar os fatos, atua como um ator social nas interações com seu público. A seleção e preparação do conteúdo noticioso são definidas pela linha editorial de cada veículo, refletindo escolhas institucionais que orientam o que será divulgado.

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Essa definição de enquadramento. Minha expressão análise do enquadramento é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência (Goffman, 2006, p. 11).

Esses quadros determinam a estrutura das relações sociais, pois possibilitam a interpretação da realidade na qual a produção de notícias é fundamentada. Eles são vistos como construções das representações humanas e dos interesses sociais, que são essenciais para a prática jornalística.

Assim, o enquadramento jornalístico, ao narrar os fatos, constrói uma visão da realidade para o consumidor. A prática de produção noticiosa permite que os veículos de comunicação institucionalizem suas operações, definindo o “viés” de cada veículo jornalístico e os interesses de seu público. Esse processo influencia a perspectiva do que é considerado notícia e molda a linguagem jornalística utilizada para interpretar o mundo. Em outra abordagem, essa interpretação é conceituada como linha editorial e política editorial.

Luiz Beltrão (2006) afirma que, ao avaliar um fato ou acontecimento para publicação, o jornalista deve considerar a política editorial do veículo, que reflete a orientação ideológica do jornal e público-alvo. Assim, os veículos de jornalismo definem práticas e técnicas específicas com base no posicionamento ideológico adotado pela corporação.

Nesse sentido, Neveu (2006) argumenta que as divulgações noticiosas favorecem determinados posicionamentos políticos devido às diretrizes dominantes de cada veículo de jornalismo, especialmente no tratamento das informações publicadas. Conseqüentemente, o conceito de objetividade jornalística, discutido por Schudson (1978), tende a ser ignorado, resultando em uma prática jornalística que pode ser estereotipada e influenciada pelas noções editoriais de evidência.

A objetividade jornalística é uma condição conceitual que busca estabelecer princípios fundamentais para a angulação da produção noticiosa. No entanto, a falta de atenção aos editoriais pode levar à construção de uma realidade distorcida, refletindo os interesses e a abordagem ritualística do jornalista, sem interferência subjetiva na narração dos acontecimentos. Em outras palavras, a interpretação na produção das notícias deve ser o mais fiel possível à realidade, garantindo a qualidade do produto final e evitando a manipulação das informações na divulgação.

A noção de objetividade, definida por Amaral (1996) como a gênese da verdade, implica que a relação entre o sujeito e o objeto deve ser claramente diferenciada. O sujeito é visto como um resultado ontológico de sua interação com a realidade. Para o autor, essa condição de objetividade deve se basear na lógica do que é considerado justo e equilibrado para ser relatado, tornando-se uma virtude essencial nas práticas jornalísticas.

Amaral (1996) vê a objetividade como um ideal que influencia o valor das atividades dos profissionais de jornalismo em suas produções. Contudo, o autor observa que, além de jornalistas, esses profissionais são também influenciados por suas subjetividades, que podem impactar o resultado das notícias. Assim como o público que consome essas informações, os jornalistas estão moldados por seus “[...] valores, preconceitos, históricos familiares, formação escolar, e outros afetos e desafetos” (Henriques, 2018, p. 259). Portanto, a objetividade como ideal é constantemente confrontada com a subjetividade.

Na década de 1960, o conceito de objetividade jornalística inspirou o movimento conhecido como Novo Jornalismo, que emergiu em resposta às inquietações e desconfianças geradas pela propaganda de guerra. Esse movimento desafiou a visão tradicional da objetividade ao motivar jornalistas a adotar novos estilos e técnicas para a produção jornalística. Assim, a objetividade passou a ser vista como uma “[...] forma de subjetivismo capitalista que defende atitudes de isenção ou

puramente objetivas, ou a exclusão de opiniões pessoais na pesquisa e na análise social" (Amaral, 1996, p. 19).

Além disso, considerar a perspectiva que valoriza o objeto em detrimento do sujeito, e que supõe que a mente pode acessar diretamente a realidade por meio da percepção (Japiassu; Marcondes, 1996), leva à reflexão de que a objetividade pode ser ilusória. Isso porque a realidade é manifestada através das subjetividades dos acontecimentos e, portanto, não é retratada de forma plena ou completa.

Quanto ao estilo de produção noticiosa, Eugênio Bucci (2006) aborda a intersubjetividade, um conceito desenvolvido por Isabelle Anchieta Melo (2007). A autora defende que a prática da objetividade jornalística depende de vários fatores para a checagem dos fatos. Nessa perspectiva, o jornalista deve atuar com ética e honestidade em relação à realidade dos acontecimentos. A profissão exige bom senso e considera os jornalistas como “[...] os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e reportam, e os que tomam conhecimento do fato por meio do relato” (Bucci, 2006, p. 93).

A produção jornalística padronizada demanda neutralidade, isenção e imparcialidade na apuração e na elaboração das informações. No entanto, a subjetividade desafia essa neutralidade, exigindo estratégias para conter potenciais ataques à imprensa. Tuchman (1983, p. 75) observa que “[...] os jornalistas invocam a sua objetividade quase como um camponês mediterrânico põe um colar de alhos ao redor do pescoço para afastar os espíritos malignos” (tradução própria). Acerca do assunto, Christofolletti (2004) acrescenta que a objetividade jornalística:

[...] requer distanciamento das pessoas, das circunstâncias que compõem o fato, das versões a ele ligadas. Requer não envolvimento com as partes, proximidade e engajamento. Pressupõe equilíbrio, dispensa a parcialidade no relato, espera o mínimo contato possível com os objetos do relato. Desta forma, devem ficar muito bem nítidas e estabelecidas as fronteiras que separam comentários e opiniões dos relatos informativos, pretendidos com isenção de qualquer traço de subjetividade (Christofolletti, 2004, p. 64).

Embora a intersubjetividade nas produções noticiosas seja reconhecida, Perseu Abramo (2014) aponta para a presença significativa de manipulação das informações na imprensa brasileira. Esse fenômeno se manifesta na distorção da realidade sob o pretexto de objetividade ética. Muitas vezes, os veículos de jornalismo no Brasil priorizam lógicas comerciais e adotam princípios editoriais que visam seduzir

o público com o conteúdo divulgado. Assim, o que é apresentado como objetividade frequentemente revela uma subjetividade influenciada pelos interesses dos conglomerados de comunicação. Abramo (2004, p. 39) ainda destaca que “[...] a gravidade do fenômeno decorre do fato de que ele marca a essência do procedimento geral da produção cotidiana da imprensa, embora muitos exemplos ou matérias isoladas possam ser apresentados para contestar essa característica geral”.

A falta de neutralidade e o uso excessivo de recursos linguísticos adjetivados e emocionalistas contribuem para produções sensacionalistas, deslegitimando a credibilidade da relação entre a imprensa e o público.

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso (Angrimani, 1995, p. 16).

A prática do sensacionalismo tem suas origens nos primeiros jornais vendidos a preço popular na Europa durante o século XIX. Angrimani (1995) explica que esses jornais tinham o objetivo de entreter e informar os leitores, como exemplificado pela *penny press* nos Estados Unidos da América (EUA). Esses periódicos utilizavam recursos exagerados e uma abordagem sensacionalista para tornar a produção mais atraente e acessível ao público, visando a mercantilização da informação por meio da divulgação ampla e apelativa (Marcondes Filho, 1986).

O jornalismo deve se distinguir da produção sensacionalista, que não serve ao interesse público. De acordo com Vizeu (2000), o sensacionalismo é caracterizado pela distorção dos fatos de forma cômica ou apelativa, o que configura uma "produção de senso comum". Nesse mesmo contexto, Bucci (2006) argumenta que a ética jornalística não apenas estabelece limitações comportamentais para os profissionais da área, mas também garante que o jornalismo cumpra seu papel social como uma instituição democrática.

Todavia, é importante não confundir sensacionalismo com gênero jornalístico. Embora os discursos comunicacionais, especialmente o jornalístico, possam variar em características, estilos e formas de produção, eles compartilham uma função comum: a de informar. Isso é particularmente relevante quando consideramos as

deontologias dos processos comunicacionais e a necessidade de distinguir entre práticas jornalísticas legítimas e práticas sensacionalistas.

2.1.2. Pautando a redação: procedimentos e funcionalidades jornalísticas

Para os veículos de jornalismo, a notícia é uma mensagem informativa que abrange aspectos políticos, históricos, sociais, naturais e culturais, moldada por diversas hegemonias em suas elaborações. Ela pode ser considerada tanto um elemento fundamental para a produção jornalística quanto um estado intermediário do jornalismo. Para sua efetiva execução, são necessários processos funcionais definidos pelos meios de comunicação de massa, garantindo que sua "matéria-prima" (Traquina, 2008b) seja adequadamente preparada. O acontecimento torna-se um elemento sociocultural com significados variados, influenciando o resultado da produção jornalística. Assim, os jornais adotam critérios específicos no desenvolvimento da cobertura das informações, assegurando que as notícias sejam tratadas de acordo com padrões estabelecidos.

A linha editorial ou perfil do jornal define a essência do veículo e orienta quais estratégias e modalidades profissionais devem ser adotadas pelos jornalistas para cumprir suas funções institucionais. Assim, a linguagem utilizada pelo jornal segue um padrão estabelecido pelos valores da corporação. Segundo Pena (2005, p. 55), "a lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo; ela indica seus valores, aponta seus paradigmas e influencia decisivamente na construção de sua mensagem". A linha editorial determina as abordagens linguísticas a serem empregadas nas produções e as alternativas adequadas para a construção e apuração das pautas jornalísticas. Por meio desse editorial, o veículo define sua posição e expressa sua identidade, seja ela ideológica, política ou comercial.

Para que um evento se torne um fato noticioso, é necessário estabelecer uma ordem e entender as motivações que levaram à sua ocorrência. É fundamental considerar os valores-notícia adotados pelos veículos de jornalismo e os fatores que influenciam a qualidade da apuração das informações. Isso é crucial, especialmente no que diz respeito à conotação que a notícia deve evidenciar, ao determinar o que é de interesse público e deve ser divulgado.

Um dos momentos privilegiados para perceber tensões, hierarquias, tipos de relações que se estabelecem, formas de controle entre e sobre os jornalistas, que são colegas de jornal, é a ocasião do dia em que se realiza a reunião de pauta. Toda redação faz a sua. Mas, apesar de ter um objetivo principal comum – que é o de preparar um roteiro inicial de assuntos a serem investigados ao longo do dia e que deverão transformar-se em matérias -, os participantes, procedimentos e rotinas que compõem as reuniões variam de jornal para jornal (Nogueira, 2002, p. 63).

A pauta jornalística é uma etapa crucial na elaboração de uma notícia, definindo antecipadamente quais temas serão abordados. Não é necessário que a pauta esteja vinculada ao momento exato em que um fato ocorre, pois nem todos os eventos são previsíveis. Esse planejamento permite que os jornalistas nas redações executem suas funções de apuração de maneira organizada. Anteriormente, a responsabilidade por definir quais notícias seriam divulgadas era atribuída ao pauteiro. No entanto, com as transformações do período pós-fordista, as funções nas indústrias midiáticas se tornaram mais especializadas. O "acúmulo" de funções foi substituído por múltiplas tarefas distintas, resultando na extinção de cargos como o de pauteiro (Sant'ana, 2001).

Quanto à definição das pautas, os funcionários se reúnem para determinar as atribuições que cada jornalista deve executar durante sua jornada diária. Durante essas reuniões, os profissionais discutem o que outros jornais concorrentes já publicaram, assim como o que o próprio veículo de jornalismo já divulgou. Esse momento é crucial para ajustar e avaliar o conteúdo a ser produzido. A reunião de pauta é essencial para a sistematização da apuração das informações sobre novos assuntos de interesse público, definindo claramente as responsabilidades de cada membro da equipe. Ela funciona como um "fórum de debates" (Nogueira, 2002), onde os participantes apresentam sugestões de tópicos, sejam eles inéditos ou já discutidos. As pautas podem originar-se de propostas pessoais ou referir-se a publicações anteriores que ainda têm potencial para novas atualizações, como acontece com algumas notícias que se transformam em "casos" que os jornais continuam a acompanhar e atualizar.

Melo e Assis (2016) explicam que durante a definição da pauta, são decididas as publicações que serão veiculadas imediatamente ou agendadas para divulgação posterior. É nesse processo que se estabelece a abordagem de cada produção noticiosa e a angulação temática que o assunto deve adotar. Além disso, são

sugeridas fontes ou personagens que serão contatados para entrevistas. Essa sistematização operacional funciona como um planejamento, organizando o horário e a modalidade de cada produção, e orienta a equipe sobre como conduzir a apuração das informações da pauta.

Nogueira (2002) explica que o planejamento funcional da redação deve ser orientado pela hierarquia das funções de cada jornalista, pois cada um desempenha uma atividade técnica específica. Essa hierarquia visa manter a harmonia nas atribuições dos profissionais e assegurar a qualidade na apuração das informações. O controle hierárquico permite identificar e lidar com críticas avaliativas, o que ajuda a resolver problemas técnicos e a corrigir o desempenho profissional nas produções diárias, conforme a linha editorial do jornal.

Levando-se em consideração todos esses constrangimentos característicos do meio jornalístico e que se refletem nos comportamentos dos profissionais de imprensa, pode-se dizer que as preocupações com a concorrência, com a avaliação pelos pares, as pressões do mercado capitalista e as relações quase sempre ambíguas entre jornalistas e fontes (informantes) acabam por ter como efeito a produção de uma certa homogeneização dos jornais. Os assuntos e suas abordagens são geralmente os mesmos, tratando-se quase sempre de um ir além antes do que ir de outro modo (Nogueira, 2002, p.69).

Após a definição das pautas, inicia-se o processo de apuração. Esse processo envolve a investigação e coleta das informações determinadas pelo editor-chefe da redação. Embora essa tarefa seja geralmente realizada pelos repórteres, em alguns casos, dependendo do tipo de mídia (como telejornalismo ou radiojornalismo), outros profissionais com funções específicas também podem desempenhar essa função.

Segundo Lage (2001), a qualidade final da notícia pode ser afetada pelo processo de apuração. O autor ressalta que a produção jornalística “[...] não se resume apenas a seguir um roteiro de apuração e apresentar um texto correto” (Lage, 2001, p. 35). Isso ocorre porque as pautas podem ser comprometidas por problemas técnicos relacionados aos recursos disponíveis, como informações pré-concebidas sobre o acontecimento ou as condições dos dispositivos de coleta. Esses imprevistos são situações que não podem ser totalmente antecipadas durante o planejamento.

Boas pautas são aquelas que dão origem a matérias que devem sair com destaque e, supostamente, acrescentam algo ao currículo do repórter. Pautas ruins ou podres são matérias eventualmente trabalhosas, mas que, presume-

se, vão resultar em textos secundários, de menor interesse (Lage, 2001, p. 35).

A pauta pode ser compreendida como um recurso que pode ser considerado ou não na apuração e checagem dos fatos. As informações e dados coletados são essenciais para a etapa de redação jornalística, que envolve um conjunto de regras e técnicas de linguagem e estrutura textual estabelecidas pelos manuais de redação do jornal. Nesse contexto, as práticas jornalísticas produzem sentido simbólico ao noticiar, uma vez que a notícia é um produto cultural (Schudson, 1995). Portanto, o discurso jornalístico é composto por dispositivos de signos que traduzem o resultado de suas elaborações em códigos informativos, estabelecendo uma operação entre a mensagem e o receptor. Assim, a informação retrata uma realidade construída a partir de outra realidade discursiva, ou seja, o jornalismo é uma construção social de uma realidade específica (Sodré, 2012).

Em relação a isso, Lage (2001) define quatro tipos de pautas para coberturas jornalísticas:

- a) Eventos programados (julgamentos de acusados, votações em assembleias, inaugurações de obras etc);
- b) Eventos continuados (greve, festejos, pontos de estrangulamento no trânsito etc);
- c) Desdobramentos (suítes, continuações) de fatos geradores de interesse (acompanhamento de investigações policiais, recuperação de vítimas de atentados ou acidentes, repercussão de medidas econômicas etc);
- d) Fatos constatados por observação direta e que estão lá, esperando ser noticiados (mudanças nos costumes, ciclos de moda, deterioração ou recuperação de zonas urbanas etc) [...] (Lage, 2001, p. 17).

A notícia é, portanto, um meio de divulgar aspectos da realidade, que são moldados por angulações hegemônicas e formam um produto baseado nas pautas definidas pelos meios de comunicação. Assim, a notícia constitui um gênero específico com editoriais que refletem a noção de fato sobre a realidade. Em outras palavras, existe uma diferença na forma como o conceito de acontecimento é abordado e tratado pelos jornalistas.

Para Sodré (2012), um fato é a realidade objetiva relativa à experiência e ao estado das coisas, moldada por diversas ordens, como política, social, econômica e também cultural ou natural. Em outras palavras, não existe uma ordem universal ou padronizada para a realidade. O acontecimento, portanto, depende da definição do

'fato' para se concretizar. Nesse sentido, Sodré (2012, p. 33) afirma que “[...] a hipótese que sustentamos é a de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de fato”.

Para que um acontecimento seja transformado em notícia, é necessário que o tema seja considerado um “fato social” (Sodré, 2012, p. 71). Para isso, é preciso aplicar um conjunto de critérios de noticiabilidade que determine se a realidade de um evento pode ser traduzida em conteúdo jornalístico. A publicação noticiosa é, então, um discurso narrativo de um “gênero sociodiscursivo” (Sodré, 2012, p. 138). A narrativa jornalística é elaborada a partir de relações simbólicas, culturais e ideológicas. Assim, enquanto uma notícia pode ser tanto um fato quanto um acontecimento, nem todo fato ou acontecimento é necessariamente noticiado.

Como resultado da corrente antipositivista do século XX, a ideia de Novo Jornalismo introduziu jargões destinados a estabelecer uma relação padronizada com a profissionalização da imprensa. Muitos desses termos têm origem estadunidense, refletindo as influências dos conceitos de noticiabilidade e jornalismo, que se enraizaram no formato do periódico *penny press*, um tabloide que ganhou popularidade em Nova Iorque.

No Brasil, o termo "matéria" tornou-se característico da imprensa e refere-se à produção noticiosa. Essa expressão está relacionada às publicações de um determinado jornal, indicando que as divulgações são materiais jornalísticos. Além das notícias, o conceito de "matéria" abrange também a construção de gêneros jornalísticos, como a entrevista e a reportagem, que são outras formas de elaboração informativa.

A reportagem, assim como a notícia, é elaborada para tratar de assuntos de interesse público e está fortemente ligada à credibilidade e objetividade jornalística, com base nos valores-notícia. Esse gênero informativo se caracteriza por sua estrutura e técnica de produção específicas. De acordo com Lage (1979), a notícia se refere a um assunto de interesse imediato e é essencialmente factual. Em contraste, a reportagem pode abordar o mesmo tema noticioso, mas com uma abordagem e um enfoque investigativo mais aprofundados, oferecendo uma análise detalhada da informação apurada.

O jargão “furo”, originado do termo inglês “scoop”, surgiu com a estrutura da reportagem para designar uma divulgação exclusiva concedida a um determinado

veículo jornalístico. Segundo Schudson (1978), essa concepção confere credibilidade ao jornalismo, pois os jornais competem entre si para noticiar informações de primeira mão. No entanto, no jornalismo contemporâneo, o furo e a reportagem desempenham papéis mais distintos. No passado, a reportagem estava frequentemente associada à descoberta de um fato “novo” e exclusivo.

Para elaborar uma notícia ou uma reportagem, é essencial coletar dados que garantam a credibilidade das informações e a relevância dos relatos jornalísticos. Durante a apuração, o jornalista segue a pauta designada e frequentemente realiza entrevistas com fontes e personagens relacionados ao tema em investigação. A entrevista, nesse contexto, é uma conversação entre duas ou mais pessoas em que o jornalista busca obter declarações por meio de perguntas direcionadas ao entrevistado. Para Lage (2001), essa técnica jornalística é definida por métodos e princípios objetivos:

- a) Rituais – são breves. O ponto de interesse está mais centrado na exposição [...] do entrevistado do que no que ele tem a dizer;
- b) Temáticas – são entrevistas abordando um tema, sobre o qual se supõe que o entrevistado tem condições e autoridade para discorrer. Geralmente consistem na exposição de versão ou interpretações de acontecimentos [...];
- c) Testemunhais – trata-se do relato do entrevistado sobre algo de que ele participou ou a que assistiu [...];
- d) Em profundidade – o objetivo da entrevista, aí, não é um tema particular ou um acontecimento específico, mas a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser, geralmente relacionada com outros aspectos de vida [...] (Lage, 2001, p. 32-33).

Em relação aos objetivos pretendidos, Lage (2001) identifica quatro circunstâncias principais para a realização de entrevistas: em Ocasionais, que ocorrem de forma programada ou não, com o objetivo de questionar o entrevistado; de Confrontos, nas quais o repórter apresenta acusações e contra-argumenta com base em informações acusatórias; ou Coletivas, em que o entrevistado responde a perguntas de diversos repórteres simultaneamente; e Dialogais, entrevistas pré-agendadas e mais controladas, voltadas para o aprofundamento e detalhamento das informações.

Por fim, a construção jornalística depende dessas etapas para realizar as produções noticiosas de maneira eficaz. Embora cada veículo midiático possa adotar

princípios diferentes em suas elaborações, o jornalismo ainda requer essas etapas essenciais para investigar dados e divulgar informações de interesse público. Sem a devida apuração na produção informativa, a atividade em questão não pode ser considerada jornalismo.

2.2. JORNALISMO COMO TEORIA E O NEWSMAKING

A primeira escola de jornalismo foi fundada em 1869 no *Washington College*, na Virgínia (EUA). No Brasil, a graduação em jornalismo teve início em 1947 com a criação do curso na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em São Paulo. A definição erudita e científica do jornalismo como campo de investigação surgiu no século XVII, por volta de 1690, na Universidade de Leipzig, na Alemanha. A tese de doutorado intitulada *De Relationibus Novellis*, traduzida como "Os Relatos de Novidades", marcou essa definição. Essa obra científica é creditada por tornar Tobias Peucer conhecido como o "progenitor" das teorias de jornalismo.

A pesquisa de Peucer (2005) visava estabelecer uma metodologia comparativa para analisar as diferenças entre as atribuições funcionais do jornalismo e os fenômenos metodológicos no campo da história. Os resultados obtidos pelo autor identificaram, além das relações entre os jornais e as notícias, que a essência comum dos periódicos era a função sistemática de informar sobre a sociedade. Isso permitia ao público compreender os aspectos sociais e culturais, sejam eles locais ou regionais.

O primeiro termo utilizado para definir notícia é "*novellae*", que se traduz como "nova comunicação". O autor define esse termo como a ação de relato, ou mais especificamente, como relato jornalístico, cuja divulgação estabelecia uma inter-relação entre a causa e o reconhecimento dos acontecimentos pelo público. Isso permitia identificar e registrar os eventos mais importantes do presente como parte da história.

Não afirmaria absolutamente que a utilidade dos periódicos seja tão grande como a da História escrita com bom senso, dado que os autores daqueles se encontram quase desprovidos daquilo que é necessário para estabelecer a história escrita, como conhecimento dos fatos, competência, juízo elevado, documentos autênticos obtidos de arquivos não suspeitos e, finalmente a linguagem e estilo adequados à história (Peucer, 2005, p. 27).

Os “relatos de novidades”, conforme denominado na pesquisa de Peucer (2005), são manifestações que definem o jornalismo como um meio de práticas noticiosas e as transformações sociais que essas práticas provocam pela disseminação de informações.

As discussões acadêmicas sobre comunicação começaram a divergir em relação ao jornalismo, levando a uma abordagem que analisa as produções jornalísticas como um processo de construção da realidade. Segundo essa perspectiva construtivista, a produção de conteúdo sobre a realidade está intimamente ligada às ações sociais, uma vez que não é possível prever ou controlar os acontecimentos do mundo. Em vez disso, a realidade é moldada pelas “[...] construções históricas e cotidianas dos atores, tanto individuais quanto coletivos” (Corcuff, 2001, p. 26). Assim, a realidade dos acontecimentos é entendida como uma construção social baseada em valores simbólicos e na representação das formas de expressão e das materialidades do cotidiano. Essa construção reflete a complexidade e a pluralidade do mundo. Quando as notícias são credibilizadas por valores jornalísticos são vistas como fontes confiáveis de informação, que, por sua vez, contribuem para a produção de conhecimento.

A informação jornalística institui, no processo de produção de sentido, um conhecimento que vai agregar, questionar ou negar a relação e comportamento que o usuário mantém no espaço coletivo das complexas sociedades contemporâneas (Gadini, 2007, p. 80).

Durante o século XIX, o paradigma de construção da realidade no discurso jornalístico era influenciado pelas correntes positivistas, que acreditavam que os acontecimentos deveriam ser traduzidos de forma objetiva e fiel à realidade. Assim, o jornalismo era visto como “[...] um processo de produção, definido como percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima, os acontecimentos, em notícias” (Traquina, 2005a, p. 60). Nesse contexto, a comunicação era considerada um instrumento para organizar a estrutura interna do corpo social (Temer, 2019). Embora os jornalistas não seguissem uma ordem ética estrita em suas produções, isso se devia ao fato de que a imprensa estava frequentemente comprometida com interesses comerciais, tratando a notícia como uma mercadoria.

Considerando as hipóteses sobre a influência dos meios de comunicação de massa para manipulação de interesses políticos, ideológicos e econômicos no século XXI, como as propagandas nazistas analisadas pela Teoria Hipodérmica, intelectuais criticaram a forma como a comunicação é mediada pelo capitalismo. De maneira geral, os conteúdos noticiosos eram vistos como parte do discurso sistemático da mídia. Essa crítica levou os agentes sociais a refletirem sobre o *ethos* profissional, especialmente no que diz respeito a jornalistas e à imprensa.

A ideia de jornalismo, ao atribuir veracidade às informações, gerou a necessidade de uma nova base epistemológica para compreender como suas funções são exercidas, indo além dos conceitos de interesse público e exatidão nas produções. A imprensa, que tinha assumido a responsabilidade de manter a opinião pública informada sobre assuntos de interesse público, também passou a ser analisada como um "quarto poder", um termo inventado por Lord Macaulay em 1828. Esse conceito descreve as produções noticiosas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Assim, a informação é considerada um direito democrático essencial.

Nelson Traquina (2005a) em sua obra "Teorias do Jornalismo", dividida em dois volumes, oferece uma sistematização histórica e conceitual dos estudos sobre a imprensa. O autor explica que o "*ethos* jornalístico" está associado à ideia de o jornalismo ser um guardião do cidadão, com o objetivo de conter violações e abusos de poder por parte de autoridades políticas ou sociais. Nesse contexto, a teoria democrática vê o jornalismo como um agente contra o poder repressivo e um formador de opinião pública. Para desempenhar esse papel, a imprensa deve ser pautada por valores de liberdade e objetividade.

A liberdade de imprensa foi um movimento crucial para afirmar a relação simbiótica entre a imprensa e a preservação da democracia social. Esse movimento possibilitou aos profissionais do jornalismo desempenhar sua função com autonomia, comprometendo-se com a independência na apuração de informações de interesse público. Esse período foi fundamental para que os jornalistas estabelecessem a credibilidade de suas funções, fundamentadas em valores e princípios éticos. Traquina (2005a) descreve essa constelação de valores, que inclui rigor, exatidão, honestidade e a noção de equidistância, como frequentemente associada ao conceito de objetividade.

A credibilidade jornalística deve ser entendida como um elemento crucial na relação de confiança entre a imprensa e a sociedade, assim como na função dos jornalistas de garantir a confiabilidade das informações. Isso se realiza por meio da construção interpretativa da representação social das produções noticiosas (Traquina, 2005a). Dessa forma, a interação das notícias com o discurso jornalístico influencia diretamente as configurações culturais e sociais relacionadas ao que é publicado. A interpretação das divulgações deve, portanto, ser definida pela qualidade da informação apresentada.

A credibilidade é fundamental na relação entre o interlocutor e o espectador, pois atribui uma expectativa de honestidade e confiabilidade. Segundo Charaudeau (2010), esse conceito está vinculado à autoridade legitimada da imprensa no que diz respeito à narração da realidade dos acontecimentos. Assim, os jornalistas desenvolvem "[...] representações de suas ações e de suas palavras, às quais atribuem valores" (Charaudeau, 2010, p. 73). O interesse público está profundamente ligado à verdade, e é nessa base consensual que o jornalismo se configura como um dispositivo fundamentado pelos valores do *ethos* jornalístico. Em outras palavras, a credibilidade surge da relação de confiança entre o jornalista e o público, estabelecendo-se como um contrato de comunicação (Charaudeau, 2010).

Lippmann (2008) explica que a ideia de que a mídia e os jornalistas deveriam definir os valores para sua profissão surgiu durante a formulação de políticas democráticas. Nesse período, alguns dos fundamentos teóricos do jornalismo começaram a se consolidar, influenciados pelos impactos sociais e econômicos das revoluções industriais dos séculos XIX e XX. Essas revoluções contribuíram para a percepção da imprensa como um objeto de comercialização.

Surgiu a hipótese de uma versão expurgada da realidade a respeito dos jornalistas, com o objetivo de entender “o porquê ‘as notícias são como são’” (Traquina, 2005, p. 146). Esse conceito, conhecido como teoria do espelho, pressupunha que os jornalistas eram desinteressados por assuntos específicos e que seu interesse profissional estava exclusivamente voltado para a intenção de informar a verdade, pois a profissão exigia isso. Essa visão da imprensa estava relacionada à epistemologia da realidade e ao conceito de objetividade, no qual todos os fatos eram considerados merecedores de confiança, apesar de haver uma transgressão entre realidade e ficção (Traquina, 2005, p. 149). A teoria do espelho refere-se à

legitimidade e à credibilidade dos jornalistas, baseadas na crença social de que as notícias refletem a realidade. Ou seja, a hipótese valida o jornalismo, mas não necessariamente a integridade dos profissionais. Em contraste, a hipótese *gatekeeper*, ou teoria da ação pessoal, desenvolvida por David Manning White, relaciona o conceito de decisão de aquisição de alimentos de Lewin à seletividade no fluxo de produção das notícias, focando mais na ação dos agentes que produzem as notícias.

O processo de seleção das notícias é, portanto, subjetivo, pois depende de um conjunto de decisões relacionadas a juízos de valor. Segundo Schudson (1978), essa perspectiva privilegia uma abordagem micro-sociológica, pois foca na organização interna da redação e nos interesses intencionais dos profissionais da instituição. A seleção das notícias está diretamente ligada ao conceito de valores-notícia, que se refere aos critérios que influenciam e explicam o que torna um acontecimento de interesse público, ou seja, um componente de noticiabilidade.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia'. (Traquina, 2005, p. 63, grifos do autor).

Para Wolf (1999), os valores-notícia são essenciais para determinar o que pode ser noticiado. Dessa forma, a noticiabilidade e os valores-notícia são componentes primordiais que explicam o jornalismo como um dispositivo de construção da realidade. Isso significa que a produção jornalística não se limita a refletir a realidade, como sugere a teoria do espelho; ao contrário, a realidade é construída a partir de diversas possibilidades nas quais um fato ou acontecimento está inserido. Em resumo, é isso que a teoria do *newsmaking* propõe. A hipótese para esse estudo do jornalismo não está apenas vinculada a uma teoria específica; seu conceito teórico também é originado das hipóteses da teoria de *gatekeeping*.

Tuchman (1978) é uma das precursoras dos estudos relacionados à teoria do *newsmaking*. Esta teoria do jornalismo está vinculada ao paradigma da Construção Social da Realidade, que também se relaciona às noções sobre as construções simbólicas de conhecimento mediadas pelas produções dos meios de comunicação

de massa. Essa perspectiva reflete sobre a intersubjetividade das atribuições jornalísticas na constituição dos efeitos de noticiabilidade. Para Wolf (1999), esses efeitos são um resultado da cultura profissional, e seus valores são fundamentais para a organização editorial da imprensa.

A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia (Wolf, 1999, p.195, grifos do autor).

A pesquisa de Tuchman (1969) analisa como a produção noticiosa é influenciada por valores de interesse público, que são cruciais para a elaboração final das divulgações jornalísticas. O estudo focou na análise de três veículos de comunicação e examinou notícias da editoria criminal, particularmente aquelas relacionadas a crimes hediondos contra crianças, adolescentes e mulheres. O objetivo era entender como os profissionais de TV moldavam suas abordagens e atribuições jornalísticas, considerando as influências organizacionais e as condições de trabalho que impactavam suas decisões.

A teoria do *newsmaking* de Tuchman (1978), embora tenha sido resumida por autores que estudam a teoria da comunicação, é considerada uma teoria de Jornalismo (Wolf, 1999). Isso se deve ao fato de que suas análises buscam entender os processos que levam à representação da realidade nos noticiários, levando em conta as influências das condições institucionais e organizacionais sobre as produções noticiosas e a atuação dos profissionais. Para Traquina (2005), o conceito teórico está associado à teoria etnoconstrucionista. Dessa forma, o resultado e a transformação das notícias são determinados pela construção feita pelos agentes profissionais, como editores, repórteres, revisores e produtores.

Tuchman (1978) percebeu que a legitimidade das produções jornalísticas está relacionada à imprevisibilidade dos acontecimentos. Em outras palavras, a distribuição das notícias é moldada pela forma como o jornal organiza o tempo e o espaço para retratar a realidade. Assim, os temas abordados tendem a coincidir com as escolhas mais relevantes para o assunto que se pretende destacar. Nesse contexto, a seleção dos valores-notícia é influenciada pela relação entre o assunto e a localidade, fatores que cada veículo jornalístico deve considerar. Como Tuchman

afirma, “[...] a notícia coordena as atividades no interior de uma sociedade para tornar disponível a todos a informação que, de outra forma, seria inacessível” (Tuchman, 1983, p. 16, tradução própria).

Interessados em noticiabilidade, Johan Vicente Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965) desenvolveram o conceito de "valores-notícia" (*news values*) para analisar a cobertura de crises internacionais por jornais noruegueses. Os autores identificaram que as notícias são tematizadas com base no significado atribuído aos acontecimentos, seguindo um fluxo noticioso sistematizado em doze categorias. Segundo esses autores, “[...] o que escolhemos como ‘acontecimento’ é determinado culturalmente” (Galtung; Ruge, 1999, p. 63), já que alguns fatos não despertam uma percepção psicológica de senso comum. Nesse contexto, Wolf (1999, p. 173-174) explica que “[...] os valores-notícia se tornam regras práticas que abrangem um corpo de conhecimentos profissionais que, implicitamente e, muitas vezes, explicitamente, explicam e orientam os processos operacionais nas redações”.

Os componentes de valor de noticiabilidade estão ligados a valores de impacto. O primeiro desses valores é a frequência: para que um acontecimento seja considerado notícia, ele deve se desenrolar em um período de tempo que permita ao assunto ganhar significado. Em outras palavras, “quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio noticioso, maior a probabilidade de que ele seja registrado como notícia por esse meio” (Galtung; Ruge, 1999, p. 64).

O segundo valor é a amplitude: quanto mais pessoas estiverem envolvidas em um acontecimento, maior a probabilidade de que ele seja noticiado. Esse valor está relacionado à proximidade entre o público e o assunto, indicando o nível de interesse que o fato gera. Em outras palavras, “quanto mais dramático for o acontecimento, maior a tendência de exagero na cobertura” (Galtung; Ruge, 1999, p. 65).

O terceiro critério é o sinal: quanto maior a clareza da informação sobre um acontecimento, maior será o interesse do público pela notícia. Em outras palavras, “quanto menos ambiguidade houver, mais o acontecimento será notado” (Galtung; Ruge, 1999, p. 65). O sentido de interpretação do acontecimento deve ser claro e evidente.

O quarto critério é o significado: para que um acontecimento se torne relevante, ele deve ter uma proximidade cultural com o público. A notícia deve ter uma

estrutura etnocêntrica para ser efetiva. Assim “aquele que procura um acontecimento dará particular atenção ao familiar e ao semelhante culturalmente, enquanto o distante culturalmente será notado com menos facilidade e passará mais despercebido” (Galtung; Ruge, 1999, p. 65).

O quinto valor é a identificação, que está relacionado ao significado, mas se diferencia pela quantidade de significado que um acontecimento culturalmente distante pode ter. “Um país culturalmente distante pode ser trazido à tona através de um padrão de conflito com o próprio grupo de indivíduos” (Galtung; Ruge, 1999, p. 66).

O sexto critério é a expectativa: refere-se a eventos que estão aguardando para acontecer. “Uma matriz mental facilita a recepção e o registro do acontecimento, se ele finalmente ocorrer, especialmente se há uma expectativa de que ele aconteça” (Galtung; Ruge, 1999, p. 66).

O sétimo critério é o inesperado. Eventos inesperados tendem a ter mais impacto do que aqueles que são previstos. “É o inesperado, dentro dos limites do significativo e do consonante, que atrai a atenção. Por inesperado, queremos dizer essencialmente duas coisas: inesperado ou raro” (Galtung; Ruge, 1999, p. 66).

Os nono e décimo valores são composição e equilíbrio. Esses valores referem-se a coberturas noticiosas relacionadas a pessoas de influência, sejam elas de uma determinada região, nacional ou internacional, ou a informações sobre locais de elite. “Quanto mais o acontecimento estiver associado a nações de elite, a pessoas de elite, e puder ser visto em termos pessoais, especialmente se for negativo em suas consequências” (Galtung; Ruge, 1999, p. 67), maior será a sua probabilidade de ser noticiado.

O critério de personificação refere-se à notificação de eventos que têm impacto em uma coletividade ou estão relacionados a indivíduos específicos, permitindo ao público se identificar com a força social ou com atores sociais que têm relevância ou que desapareceram de algum contexto.

Por fim, o valor de negatividade refere-se a eventos que envolvem morte ou violência de grande impacto, que atraem mais a atenção do público em comparação com outros valores-notícia e são geralmente mais fáceis de noticiar. A dramaticidade associada a casos de assassinatos, acidentes, conflitos, atentados, tragédias naturais ou sociais, e políticas, bem como a morte de celebridades, exerce um impacto direto

na audiência. Isso ocorre porque mudanças positivas são muitas vezes vistas como normais e triviais, sem gerar novos desdobramentos ou representações significativas. Portanto, “uma cultura com regressão, como fato normal, preveria uma torrente de notícias positivas” (Galtung; Ruge, 1999, p. 70). Os autores exemplificam isso com a atualização do quadro clínico de uma pessoa importante.

Os valores-notícia são fundamentais para a sistematização das notícias, conforme Tuchman (1983) as conceitua como “estórias”. O interesse pela realidade do acontecimento está intimamente ligado à organização literária e narrativa adotada pelos jornalistas na produção das notícias. Portanto, a autora ressalta que “[...] a notícia, como todos os documentos públicos, é uma realidade construída, possuidora de sua própria validade interna” (Tuchman, 1983, p. 262, tradução própria).

Los relatos informativos no sólo prestan a los acontecimientos su existencia como sucesos públicos, sino que también les imparten carácter, puesto que los reportajes informativos ayudan a dar forma a la definición pública de los acontecimientos atribuyéndoles, de manera selectiva, detalles específicos o “particulares”. Hacen accesibles a los consumidores de noticias estos detalles (Tuchman, 1983, p. 204).

A ideia de cultura transnacional, conforme desenvolvida por Traquina (2005b), sugere que a comunidade profissional está ligada à sua própria “tribo” ou grupo. Cada jornalista possui uma sensibilidade especial para interpretar a realidade dos acontecimentos, mesmo que isso vá além dos limites impostos pelas organizações de mídia em que estão inseridos ou pelos territórios de produção de notícias. Assim, a tradução da realidade também está conectada às práticas profissionais e à compreensão das categorias da linguagem jornalística usadas na produção de notícias. Traquina denomina esse valor como “faro jornalístico”, referindo-se à habilidade dos jornalistas em reconhecer e aplicar a ordem dos valores relevantes na elaboração de suas produções.

Essa perspectiva de Traquina (2008a; 2008b) sobre a hipótese de Tuchman (1983) está igualmente associada à teoria interacionista, que argumenta que a produção de notícias é moldada pela imprevisibilidade dos acontecimentos em relação ao tempo e ao espaço.

2.3. A NOTICIABILIDADE DOS FATOS NA ERA DA PÓS-MODERNIDADE DIGITALIZADA: O WEBJORNALISMO E OS DESAFIOS DO “WWW”

Na era digital e pós-moderna, as novas tecnologias possibilitaram um acesso globalizado à informação, com desempenho instantâneo e interativo. Aparelhos celulares com acesso à internet permitem que qualquer pessoa busque e navegue sobre assuntos e fatos de seu interesse, criando suas próprias bolhas de informação com base em conteúdos semelhantes. Apesar dessa nova realidade, que se consolidou nas últimas décadas do século XX, os meios de comunicação de massa têm se adaptado para incorporar as tendências virtuais. No jornalismo, hábitos também foram modificados, como evidenciado pela prática do jornalismo "sentado", um conceito derivado do francês *journaliste assis* (jornalista sentado). Esse conceito contrasta com o modelo inglês de *gatherer* (jornalista de pé), que se refere ao jornalista que busca dados e informações diretamente com as fontes (Neveu, 2001).

A produção em rede também possibilitou novas formas de fazer jornalismo. Atualmente, a imprensa gerencia seus conteúdos com uma velocidade quase ilimitada, ajustando seu processo produtivo e sua linguagem às dinâmicas que simplificam a jornada de trabalho. No entanto, isso também pode levar à sobrecarga devido ao reducionismo das funções resultante das novas tecnologias e da produção capitalista. Segundo Marcondes Filho, a rotina do webjornalismo é marcada pela tecnicidade da produção em tempo hábil. Para ele, "[...] bom jornalista passou a ser aquele que consegue, em tempo hábil, atender às exigências de produção de notícias, mais do que aquele que sabe mais ou escreve melhor" (Marcondes Filho, 2000, p. 36).

Essa nova linguagem jornalística, conhecida como "webjornalismo", resulta da combinação do termo "jornalismo" com o substantivo "web", derivado do inglês, para definir o uso da rede de computadores e da internet. Refere-se à criação e utilização de softwares de navegação e edição na rede mundial de internet, ou "world wide web", que se popularizou na década de 1990 (Castells, 2003). Além de "webjornalismo", outras denominações têm sido usadas para descrever a evolução da imprensa em rede, como "jornalismo eletrônico", "jornalismo digital", "ciberjornalismo" e "jornalismo on-line", cada uma representando uma fase distinta da internet

(Mielniczuk, 2003). Johnson Bruce (2007) observa que essas classificações refletem as diferentes gerações de jornalismo virtual, diretamente ligadas ao desenvolvimento das condições de padronização digital. Além disso, a terminologia também reflete a tecnicidade dessa nova linguagem jornalística (Canavilhas, 1999).

A difusão da interatividade digital, promovida pelos usuários da internet, tem um ponto em comum: os aparelhos eletrônicos, que funcionam como intermediários no acesso às redes virtuais. Sobre essa transição da comunicação digital para a era da virtualidade, Lévy (1999, p. 48) explica que as atualizações tecnológicas transformam a linguagem técnica tradicional de código binário em formatos virtuais. Em outras palavras, “os códigos de computador se convertem, em alguns lugares, agora ou no futuro, em textos legíveis, imagens visíveis na tela ou no papel, e sons audíveis na atmosfera”.

Nesse contexto, Wolton (1999) apresenta um modelo para entender a lógica das transmissões das Novas Tecnologias de Comunicação (NTC) por meio do conceito de bidirecionalidade, que descreve a interação e a comunicação entre emissor e receptor nas Mídias Tradicionais ou de Massa. Na era virtual e digital, o autor introduz o conceito de demanda, que se refere à funcionalidade de fornecer acesso à informação para todos os usuários. Essa nova fronteira comunicacional representa uma revolução para os meios de comunicação de massa, que antes eram os únicos responsáveis pela transmissão de informações. Com os novos recursos de comunicação, a conectividade é ampliada, permitindo aos internautas não apenas acessar, mas também manipular e produzir informações na web.

A reflexão sobre a produção de informação por usuários "on-line" nas redes está intimamente relacionada à credibilidade das publicações noticiosas realizadas pelo jornalismo profissional. Autores como Traquina (2005), Bucci (2006) e Sodré (2012) compartilham pontos de vista semelhantes sobre a ética profissional no contexto da difusão digital. Eles destacam a importância de considerar o processo de produção conceitual, funcional e técnico que diferencia a divulgação de notícias na web da prática jornalística tradicional.

Para Canavilhas (2008), o processo informativo do jornalismo está inserido em um ecossistema midiático que deve integrar a relação entre o leitor e o "utilizador" por meio dos novos meios de comunicação. O autor critica o conceito de jornalismo cidadão, argumentando que, embora os internautas produzam informações, nem

sempre elas atendem aos critérios que definem o que é considerado notícia. Esses critérios de objetividade e subjetividade são, segundo Canavilhas, dominados e fundamentados exclusivamente pelos jornalistas.

Compete ao jornalista balizar essa colaboração, passando de uma escrita PARA os leitores, a uma redação COM os leitores. Abre-se aqui um parêntesis para sublinhar que se trata de uma escrita COM os leitores e não DOS leitores (Canavilhas, 2008, p. 155, grifos do autor).

Outra característica do webjornalismo é a sua fase inicial de digitalização e a revolução que ocorre na relação entre a consistência da noticiabilidade dos fatos e os aparelhos eletrônicos. No início, a imprensa se integrou a esses meios, e a adaptação envolveu a digitalização de conteúdos que antes eram veiculados apenas em impressos. Assim, o jornalismo digitalizado na época era predominantemente “publicizado”, ou seja, era apenas exibido, sem uma produção própria nos meios virtuais; tratava-se de materiais transpositivos (Dreves et al., 2005), ou seja, notícias originalmente produzidas para periódicos e então transportadas para o ciberespaço. Este ciberespaço, associado à cibernética, refere-se a um ambiente social e cultural caracterizado por elementos da informática e da eletrônica (Santi, 2009).

A transição para o ciberespaço envolveu a digitalização das informações e a incorporação de recursos gráficos, imagéticos, auditivos e audiovisuais, inicialmente requeridos pelos computadores. Barbosa (2002) explica que, devido a esses desenvolvimentos, o jornalismo passou a ser descrito também como multimídia. Essa mudança reflete o interesse comercial na digitalização da nova era da informação em rede, levando a uma evolução na tecnicidade jornalística e na produção de conteúdo na pós-modernidade tecnológica.

O ciberespaço é fundamental para entender as primeiras manifestações técnicas do jornalismo contemporâneo e em rede, pois esse ambiente na internet também trouxe um novo sentido cultural para a produção virtual, em conjunto com a disseminação das tecnologias de informática. Segundo Lévy (1999), a realidade virtual está vinculada aos sentidos técnico, informático e filosófico, criando um paradoxo entre o que é real e o que é virtual. Essas transformações influenciaram as codificações simbólicas, possibilitando uma interatividade cibernética e a hipertextualidade.

O ciberespaço apoia muitas tecnologias intelectuais que desenvolvem a memória (através de bases de dados, hiperdocumentos, Web), a imaginação (através de simulações visuais interativas), raciocínio (através de inteligência artificial, sistemas especiais, simulações), percepção (através de imagens computadas de dados e telepresença generalizada) e criação (palavras, imagens, música e processadores de espaços virtuais) (Levy, 2008, p. 165).

Apesar das mudanças na linguagem jornalística, a essência do jornalismo permanece a mesma. A identidade de um jornal se manifesta por meio de suas produções, seja em um jornal impresso de grande circulação, em um programa de rádio bem-sucedido, ou na interatividade dos telejornais com o público. Essas manifestações só são possíveis graças à produção e divulgação noticiosa.

Para Groth (1995), essa manifestação está atrelada à própria essência da imprensa, ou seja, à continuidade das produções jornalísticas com o objetivo de representar uma realidade sobre determinado acontecimento. Nesse contexto, Fidalgo (2004) sistematizou os conceitos sobre a regularidade considerada essencial no jornalismo online, conforme a perspectiva de Groth.

O primeiro pressuposto é a periodicidade: os veículos de jornalismo online devem manter uma regularidade nas publicações para garantir que os acontecimentos permaneçam relevantes e atualizados para o público. Em segundo lugar, está a universalidade: é essencial conhecer o público-alvo e estar atento às suas curiosidades e interesses globais, abordando temas que sejam relevantes para ele. O terceiro pressuposto é a atualidade: o jornalismo online deve constantemente atualizar suas informações para refletir os eventos mais recentes, contribuindo também para a preservação da memória das notícias na internet.

Por fim, a hipótese de publicidade sugere que a universalidade dos assuntos deve ser restringida a um circuito temático específico pelo qual o jornal pode filtrar suas publicações. A publicidade pode ser vertical (focada em um público social específico) ou horizontal (voltada para um público regionalizado). No contexto da internet, a publicidade horizontal se destaca por sua capacidade de divulgação externa, permitindo que as informações sejam compartilhadas entre públicos de diversas localidades.

A fase do webjornalismo representa a integração de todas as adaptações do jornalismo na era digital. As novas tecnologias transformaram o processo de produção

noticiosa, com o website assumindo o papel de emissor de informações e o webleitor ou internauta como receptor. Este receptor, por sua vez, também se torna emissor, pois a internet oferece inúmeras possibilidades para que os usuários interajam publicamente ou privadamente. No contexto das atividades web, que envolvem a modernização dos recursos digitais e virtuais, o conceito de fato hipermediático (Alzamora, 2004) aponta para o surgimento de novas nomenclaturas no campo do jornalismo.

Em relação às características do webjornalismo, é possível observar uma releitura da elaboração editorial para a difusão dos formatos de publicação. Jo Bardoel e Mark Deuze (2000) identificam quatro elementos essenciais que definem o jornalismo de rede: interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimídia. Esses elementos foram ampliados por Marcos Palacios e Luciana Mielniczuk (2006), que adicionam também as características de personalização e memória à análise do webjornalismo.

A interatividade refere-se à capacidade dos usuários da internet de manifestar suas opiniões sobre o que é noticiado, influenciando assim as discussões em torno das publicações jornalísticas. Para Bardoel e Deuze (2000), esses processos interativos aproximam os usuários do conteúdo divulgado, criando um ambiente onde as informações podem ser compartilhadas e, conseqüentemente, estimulando um senso crítico sobre as publicações. Além disso, esses autores abordam a customização do conteúdo, também conhecida como personalização, conforme descrito por Palacios (1999). A personalização permite que os jornais na internet adaptem os conteúdos de acordo com os interesses individuais de seu público-alvo. Isso possibilita ao internauta selecionar notícias relacionadas a editorias de seu interesse, como polícia, saúde, comportamento, entre outras.

A multimídia, ou convergência, conforme descrito por Palacios (1999), refere-se à utilização de diversos recursos audiovisuais na produção de notícias, como imagens, sons e elementos textuais. Isso enriquece a narrativa das publicações, oferecendo uma experiência mais detalhada e envolvente.

Por outro lado, a característica de memória, também chamada de perene por Mielniczuk e Palacios (2006), refere-se à acessibilidade a materiais noticiosos já publicados. Essa característica abrange tanto o tempo de disponibilidade das notícias

quanto o tipo de material jornalístico, permitindo que conteúdos antigos sejam facilmente acessados e consultados pelos usuários.

O elemento de hipertextualidade torna a experiência de acesso às informações noticiosas mais interativa. Segundo Lévy (1999), o hipertexto, ou hiperdocumento, é uma publicação que integra recursos textuais e audiovisuais. Bardoel e Deuze (2000) destacam que essa característica do webjornalismo permite uma dinâmica de acesso não apenas à publicação principal, mas também a outros componentes que facilitam a navegação para documentos noticiosos previamente publicados.

O *hiperlink*, por exemplo, conecta dois elementos em uma estrutura de dados (Lévy, 1999) e pode ser usado para "linkar" a sequência de divulgações já realizadas. Nesse contexto, a "suíte" do fato refere-se à atualização e complementação de um acontecimento previamente divulgado. Uma suíte é uma seção adicional colocada após o lead da notícia, que expande ou atualiza o conteúdo já transmitido, com a extensão dessa seção dependendo do tempo decorrido entre o novo fato e o acontecimento inicial (Erbolato, 2006).

Canavilhas (1999) e Bardoel e Deuze (2000) consideram a interatividade um elemento central do webjornalismo, pois permite o uso de *links* para acessar outros conteúdos noticiosos já divulgados, abrangendo uma variedade de temas no acervo do webjornal. Assim, a hipertextualidade contribui para a construção do texto jornalístico, facilitando a conexão entre diferentes informações e expandindo a forma como os fatos são apresentados. Canavilhas (1999) também destaca que esse recurso possibilita a integração de múltiplas pirâmides invertidas, enriquecendo a estrutura e a hierarquia das informações no jornalismo digital.

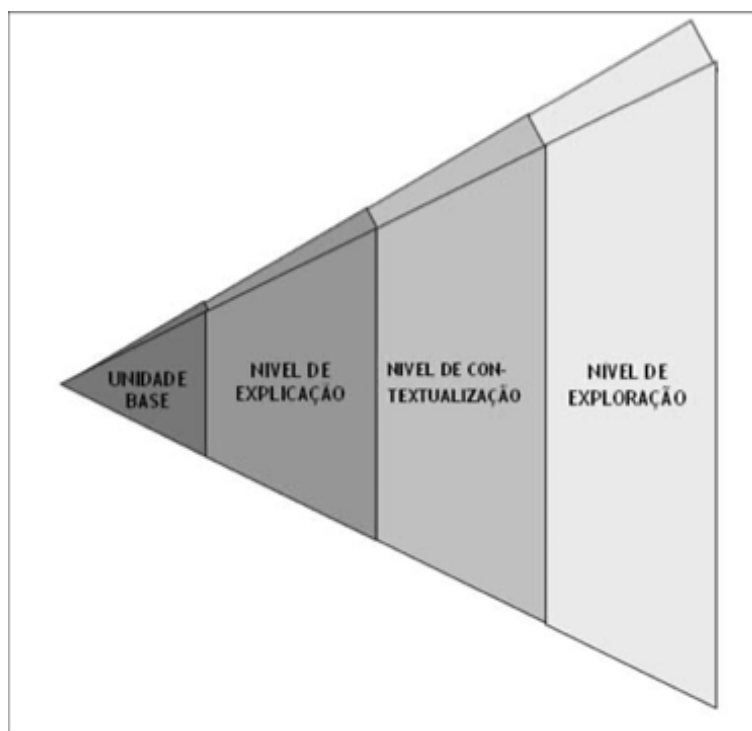
Os "portais" são um termo que se popularizou a partir de 1997 para designar as plataformas que funcionam como portas de entrada para notícias e informações (Ferrari, 2008). Esses portais geralmente estruturam as notícias de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos manuais de redação dos veículos. Segundo Schudson (1955), a padronização do texto jornalístico, entretanto, tem suas raízes na técnica da pirâmide invertida, que se tornou uma referência importante durante a Primeira Guerra Mundial. A pirâmide invertida envolve a hierarquização das informações, dando mais destaque a certos dados e menos a outros, de modo a organizar as notícias de forma clara e eficaz (Morin, 2000).

A hierarquização dessa técnica consiste, inicialmente, em responder às seis perguntas fundamentais do lide, que é uma adaptação do termo inglês "*lead*" (que significa guia ou à frente). Essas perguntas são: o quê, quem, onde, como, quando e por quê. Essas informações elementares devem estar presentes no primeiro parágrafo do material noticioso. Conforme Canavilhas (p. 28), "a redação de uma notícia começa pelos dados mais importantes – a resposta às perguntas O quê, quem, onde, como, quando e por quê". Para uma reportagem, a técnica da pirâmide invertida deve ser utilizada como uma "prévia" do que será abordado na matéria jornalística. Assim, não é necessário que todas as perguntas do lide sejam respondidas imediatamente no início, mas a técnica ajuda a organizar e priorizar as informações de maneira clara e eficaz.

A técnica da pirâmide invertida surgiu para promover a objetividade jornalística, uma necessidade premente durante o século XIX nos EUA, quando os repórteres de guerra enfrentavam limitações significativas na transmissão de notícias devido à restrição de espaço nos telégrafos. Cada parágrafo da notícia era enviado separadamente, o que tornava essencial apresentar as informações mais importantes no início para garantir a clareza e a compreensão imediata. Além disso, a técnica ajudou a eliminar o "nariz de cera", um jargão usado para descrever o uso excessivo de suspense ou "enrolação" nas notícias, que comprometeria a objetividade e a eficiência da comunicação (Mühlhaus, 2000).

A técnica da pirâmide invertida, com sua arquitetura noticiosa padronizada, estabelece uma estrutura que prioriza a informação mais importante no início do texto, facilitando a compreensão e a investigação do gênero jornalístico. No entanto, para o webjornalismo, Canavilhas (2006) propõe a técnica da "pirâmide deitada", que adota uma estrutura linear e aberta, aproveitando as possibilidades oferecidas pela hipertextualidade. Diferentemente do modelo tradicional, a pirâmide deitada permite uma flexibilidade maior na leitura, uma vez que na internet, é o usuário quem determina o percurso de leitura, e não a "importância" das informações divulgadas. Assim, "[...] o leitor pode abandonar a leitura a qualquer momento sem perder o fio da história" (Canavilhas, 2006, p. 38).

FIGURA 2 – Modelo de pirâmide deitada



Fonte: Canavilhas (2006, p. 38). Disponível em: https://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110824-barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf#page=31. Acesso em 12 ago. 2024.

A técnica da pirâmide invertida deve responder às perguntas essenciais do lide na unidade básica: "O quê", "Quando", "Quem" e "Onde". Em seguida, no nível de explicação, deve-se abordar as perguntas "Por quê" e "Como" para fornecer uma visão mais detalhada do acontecimento. No nível de contextualização, é possível oferecer mais informações e detalhes adicionais sobre o evento, utilizando recursos como texto, vídeo, áudio, infográficos e fotografias, conforme recomendado por Canavilhas (2006). Por fim, o nível de exploração inclui arquivos de publicações anteriores ou outros recursos externos divulgados pelo jornal. Como destaca Canavilhas (2006, p. 39) “[...] o jornalista tem ao seu dispor um conjunto de recursos estilísticos que, em conjunto com novos conteúdos multimídia, permitem reinventar o webjornalismo em cada nova notícia”.

As transformações promovidas pelo webjornalismo abrem novos horizontes para a área, tanto no que diz respeito às atribuições funcionais quanto aos recursos de interatividade com o público. A internet ampliou o acesso a informações e conteúdos de interesse coletivo ou individual. No entanto, essa evolução também traz desafios para a imprensa, especialmente no que se refere à credibilidade profissional.

Com a nova dinâmica de espaço e tempo na web, a produtividade e a execução das notícias tornam-se questões de competitividade comercial.

Para Adghirni (2004), a instantaneidade das informações coloca em risco a qualidade da produção noticiosa e, conseqüentemente, a confiabilidade dos conteúdos publicados. Além disso, a prática comum de copiar material de concorrentes afeta a qualidade do webjornalismo, resultando em uma produção menos original e menos cuidadosa. Ferrari (2008) argumenta que os princípios éticos da profissão são essenciais para mitigar essas práticas inadequadas e manter a integridade do jornalismo.

A sistematização do jornalismo de rede tem constantemente aberto novas perspectivas para a profissão. É crucial refletir sobre os limites que afetam a produtividade, levando em conta a necessidade de equilibrar a instantaneidade com a objetividade e a subjetividade na apuração das informações de interesse público. Os webjornalistas devem se empenhar em produzir um webjornalismo informativo e verdadeiro, enfrentando o desafio da desinformação na internet, frequentemente alimentada por usuários que manipulam informações com falsa credibilidade, especialmente quando concepções hegemônicas legitimam discursos ideológicos.

3. PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS E TEÓRICAS SOBRE CULTURA E MÍDIA: EVOLUÇÃO, SIMBOLISMO E HEGEMONIA

As interações sociais são influenciadas por implicações e complexidades culturais que refletem uma profunda especificidade na evolução do conceito das humanidades. Essa evolução é influenciada tanto pelas práticas sociais diárias quanto por correntes e símbolos interpretativos que contribuem para uma abordagem dominante. Essa abordagem exerce poder cultural sobre os indivíduos, especialmente os cidadãos ocidentais, e molda o sentido da mídia.

As mudanças sociais são fragmentadas por camadas de manifestações culturais, visíveis nas experiências e conflitos dos comportamentos regidos por sistemas de normas e hegemonias. Nesse contexto, as concepções centrais e ocidentais destacam as atribuições capitalistas como formas de controle ideológico ligadas aos interesses dominantes.

A mídia, inserida nesse contexto, amplifica estereótipos e estigmas ao reproduzir preconceitos e discriminações na percepção das alteridades sociais. As normatividades ocidentais, refletidas na mídia, impõem valores sobre as populações, especialmente aquelas colonizadas na América Latina.

Portanto, esse escopo teórico analisa as perspectivas antropológicas das culturas e reflete como as ferramentas de poder moldam as identidades em um contexto global e tecnocapitalista. Esse contexto é caracterizado por interseções simbólicas, hegemônicas e de comunicação de massa. Estudos sobre interesses políticos e econômicos, frequentemente influenciados por concepções imperialistas, estão relacionados às resistências culturais fragilizadas.

3.1. ENTRE EXPRESSÃO DISCURSIVA E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE DA CULTURA E DOS EFEITOS DOMINANTES NA SOCIEDADE

A cultura pode ser entendida como um conjunto de definições, que variam de básicas a complexas conceituações, sobre a sociedade e a humanidade, e seus hábitos. Segundo o Novo Aurélio, um dos dicionários mais populares do Brasil, cultura é definida como o “complexo dos padrões de comportamentos, das crenças, das

instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade” (Ferreira, 1986). Esse significado é influenciado pela definição conceitual de Sir Edward Burnett Tylor. Em sua obra *Primitive Culture* (1871), Tylor apresenta um conceito evolucionista de cultura, entendendo-a como um conjunto de conhecimentos, crenças, artes, leis, morais e costumes. Para o autor, a civilização é composta pelos hábitos e capacidades adquiridos socialmente, e o resultado desse processo é o que se define como 'cultura'. Seu conceito deriva de análises das realidades, especificidades e diversidades das culturas ocidentais.

A expressão conceitual de cultura, especialmente na fase pós-moderna, refere-se a um conjunto de análises críticas sobre as realidades progressivas e as dimensões simbólicas virtuais, segmentadas pelas comunicações de massa na era da rede. Essa era é caracterizada por comportamentos e valores segmentados, influenciados por discursos de ordens e concepções hegemônicas, e moldada por valores ideológicos relacionados às estruturas socioeconômicas.

Nesse contexto, os fenômenos culturais qualificam seu acervo simbólico através das práticas de conhecimento, valores e costumes inseridos em um ambiente sócio-histórico, marcado pelo estilo de consumo de massa do pós-modernismo. Essas dimensões simbólicas também se refletem no comportamento de diversos grupos sociais, de modo que os aspectos socioculturais constituem alteridades dentro da diversidade sociológica, formando uma totalidade identitária humana.

As concepções antropológicas sobre cultura apresentam perspectivas que entrelaçam as análises dos estudos culturais desenvolvidos por diferentes escolas acadêmicas. Em particular, ao reconsiderar as abordagens construcionistas, que estabelecem como as relações entre significação e significante definem a linguagem por meio do sentido arbitrário e convencional de técnicas e práticas sociais transmitidas através do discurso de signos (Carrara, 1994).

Durante a história das humanidades, diversos contextos sociais são influenciados por condições socioculturais, considerando suas particularidades e subjetividades, e transmitidos através de processos ancestrais que constroem formas singulares e plurais de pensamento e comportamento. Esses processos são fundamentados em eixos teóricos que conferem sentido à elaboração de crenças e culturas compartilhadas por grupos de indivíduos.

Para Geertz (2008), a cultura está entrelaçada a um conjunto de estruturas e significados que são aceitos e interpretados nas relações interpessoais. O autor propõe que as manifestações socioculturais devem ser compreendidas como textos, no sentido de que cada indivíduo 'escreve' suas próprias experiências e conflitos, contribuindo para a manutenção de sua existência.

A perspectiva de Geertz (2008) sugere que a cultura pode ser entendida como um sistema de valores elaborado a partir de possibilidades organizacionais. Nesse sentido, os grupos sociais são formados por valores que estabelecem limites, imposições e impasses, em contraste com outros sistemas de valores, crenças e normas. Esses sistemas são constituídos por espaços simbólicos que legitimam o controle social em diversos campos, como político, econômico e social. Esses espaços simbólicos são construções que conferem sentido à interação e às relações de poder (Leite, 2000).

A noção simbólica, especialmente no contexto do simbolismo, refere-se à significação das implicações interpretativas para a representação das atribuições culturais, de modo a construir rituais que refletem relações de poder. Nesse sentido, assume-se que os rituais se formam e se expressam por meio de crenças, sejam elas de ordem cultural ou social. Para Turner (1996), esse processo é responsável por criar a lógica da estrutura cultural, pois as influências desses rituais legitimam o comportamento dos indivíduos segundo regras e normas estabelecidas pelas capacidades simbólicas dos processos rituais. Assim, o simbolismo atribui significado a objetos, gestos, palavras e ações, formando um conjunto de simbolizações rituais.

O estilo de símbolo ritual das noções sociais, conforme elaborado por Turner (1996), refere-se à sistematização do comportamento por meio da formação ritual. Cada experiência social é uma manifestação da “[...] referência a crença em seres ou poderes místicos” (Turner, 2005, p. 49). Dentro dessa lógica, os rituais podem representar significados contraditórios e paradoxais em relação às ações simbólicas, refletindo a diversidade das relações humanas. Isso ocorre especialmente ao considerar que cada indivíduo age de forma independente, baseando-se em suas próprias escolhas.

O símbolo ritual, portanto, serve para a manifestação de disputas identitárias pelo poder, uma vez que a multivocalidade simbólica dos rituais representa um processo assistemático em relação ao sentido vivido pelas experiências sociais. Em

outras palavras, as representações simbólicas devem construir e transformar a consciência de um coletivo, influenciando a visão que esse grupo tem sobre o ritual simbólico e suas relações sociais. Em relação à significação desses processos, e avançando para uma perspectiva contemporânea de reflexões críticas marxistas, Raymond Williams (2000) define a cultura como um 'modo de vida'. Williams argumenta que o capitalismo transformou o processo simbólico em um percurso de consumo de massa, moldado pelos interesses de classe e impulsionado pelo movimento de mercadoria da indústria e pela democracia da civilização de massa do século XX.

Williams (2000) argumenta que a sociedade industrial da era moderna está entrelaçada com uma ideologia que diferencia o acesso e o consumo cultural de acordo com padrões de excelência e inferioridade. Para abordar esse paradoxo, o autor propõe o conceito de 'cultura culta', que se refere à produção simbólica erudita e consumida através de expressões e estilos que transmitem uma relação de superioridade sobre a 'cultura de massa'. Esta última é caracterizada por operações industrializadas e populares, que são mais acessíveis ao público, mas muitas vezes são vistas como 'sem cultura' devido ao seu valor significativo reduzido.

As análises sobre a significação da cultura mostram que as práticas e relações dos indivíduos em relação ao consumo de arte estão adaptadas a uma hierarquia de superioridade e inferioridade, influenciada pelo estilo de vida global. Este estilo de vida compreende um sistema de significações sobre a produção cultural, que é moldado por uma lógica capitalizada e estética presente no cotidiano social. Assim, a cultura também pode ser entendida como um sistema de significações “[...] mediante o qual uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (Williams, 2000, p. 13).

Nesse contexto conceitual sobre cultura, Hall (2010) aborda as transformações identitárias e midiáticas no cotidiano, sugerindo que as práticas culturais e suas relações com a sociedade ocidental estão imersas nas atividades políticas e, conseqüentemente, socioeconômicas, uma vez que a cultura passou a ser consumida como um produto capitalizado, defendendo que “[...] nossas identidades são formadas culturalmente” (Hall, 2010, p. 8), o que o autor denomina “centralidade da cultura”. Esta interpretação refere-se à produção de novas significações linguísticas geradas pela globalização, que cria um conjunto de códigos ligados aos

sistemas sociais e à ação social. Em outras palavras, “toda ação social é "cultural" e todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado; neste sentido, são práticas de significação” (Hall, 2010, p. 1).

Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), da Escola de Frankfurt, embora se distanciem das propostas teóricas de Hall nos Estudos Culturais britânicos, apresentam conceitos que podem ser relacionados à ideia de cultura que Hall discute. Adorno e Horkheimer definem a 'indústria cultural' como a 'mercantilização' das formas culturais promovida pelas produções capitalistas liberais. Para esses autores, os meios de comunicação de massa geram lucros acessíveis às massas e funcionam como mecanismos de manipulação ideológica e controle social. Assim, existe uma hierarquia na qualidade do que é acessado pelo público, com a cultura tornando-se mercadoria para os sistemas econômicos, influenciada pelas grandes escalas de produção da Revolução Industrial.

O conceito proposto por Hall (2010) pode ser interligado com a crítica à cultura de massa feita por Adorno e Horkheimer, que abordam a cultura de massa como uma ferramenta de dominação, no qual o significado dessas produções capitalizadas reforça a resistência à hegemonia capitalista. A compreensão de que as mensagens ideológicas reproduzem possibilidades de resistência é reforçada pelas desigualdades nas estruturas de poder, mantendo conflitos na arena cultural e nas dinâmicas de negociação e conflito.

Mesmo com o processo de globalização das novas tecnologias de comunicação pós-modernas, a cultura de mídia continua a reproduzir pré-conceitos e concepções ideológicas sobre diversidade e alteridade social. A produção de conteúdos midiáticos para os espectadores reflete esse fenômeno. Guy Debord, em seu conceito de “sociedade do espetáculo”, argumenta que o consumo de materiais midiáticos, por serem capitalizados, contribui para a formação de pensamentos e comportamentos moldados pelo estado de entretenimento das identidades. O autor afirma que esse espetáculo “[...] unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes” (Debord, 1967, p. 10). Em outras palavras, sugerindo que a cultura midiática também representa valores sobre eventos e fenômenos sociais e naturais.

Essa produção, no contexto das multimídias, é apresentada em formatos de entretenimento ou informação, retratando as experiências de vida como um consumo

passivo por parte dos espectadores. Estes, por sua vez, são influenciados pelos sistemas de valores culturais, morais, políticos e capitalistas. A produção desse espetáculo representa uma disseminação criativa e comercializada que exerce controle sobre os hábitos e estilos de vida dos espectadores, moldando suas atividades sociais e coletivas.

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato (Debord, 1967, p. 18).

Douglas Kellner (1992) explica que a tese de Debord (1969) sustenta que o espetáculo das mídias é uma ferramenta “despolitizadora”, pois reproduz elementos criativos da realidade de maneira superficial. Kellner utiliza os estudos do teórico francês para analisar como a mídia popular serve como uma influência cultural e política alternativa. Sua pesquisa revelou que os veículos de comunicação, especialmente os da era pós-moderna, determinam se a produção de sentido sobre as identidades sociais será apresentada de forma negativa ou positiva. O autor observa que esses veículos reproduzem padrões de estigmas e estereótipos em seus conteúdos, influenciados pelo tecnocapitalismo (2001).

Na cultura da imagem pós-moderna, o estilo e o visual se tornam parâmetros cada vez mais importantes de identidade e de apresentação do indivíduo na vida cotidiana, e os espetáculos da cultura da mídia mostram e dizem às pessoas como devem se apresentar e se comportar (Kellner, 2004, p. 9).

A análise de Kellner (1992) examina os estereótipos e estigmas reproduzidos pelas mídias estadunidenses, observando que essas mídias produzem efeitos que legitimam padrões variados de classe, gênero, raça e religião nos EUA. Nesse contexto, o autor identifica que ícones simbólicos são adaptados de maneira suscetível ou ofensiva e são transformados em espetáculos que servem às hegemonias capitalistas.

Ao considerar a interatividade midiática no ciberespaço, Kellner (2001) argumenta que essa dinâmica tem reestruturado os aspectos do capitalismo tecnocapitalista, resultado da tecnocultura da internet. Assim, novos paradigmas

emergem, moldando modelos de vida política, econômica e social. Esses espetáculos, expandindo-se por meio de interatividade e globalização, introduzem novas formas de cultura e sociedade, que, por sua vez, podem refletir novas formas de dominação e opressão, além de potencializar a democratização e a justiça social (Kellner, 2004, p. 14).

Ao integrar os estudos de cultura com a teoria do *newsmaking*, Tuchman (1978) fornece um exemplo relevante para a análise da imprensa. A autora observa que a mídia, particularmente a jornalística, reproduz estereótipos socioculturais, um fenômeno que a autora denomina "aniquilação simbólica". A autora destaca que os jornais frequentemente distorcem a representação de gênero, evidenciado pela sub-representação das mulheres nas publicações.

No contexto dessa construção simbólica na prática jornalística, Traquina (2005) argumenta que os jornalistas, como indivíduos imersos em suas próprias culturas, influenciam suas produções noticiosas de acordo com as representações sociais e culturais das quais fazem parte.

A cibercultura, nesse contexto, é descrita como um conjunto de influências midiáticas e políticas, já que a indústria cultural "multiplica" as possibilidades de acesso às produções dos veículos de comunicação de massa. Com isso, as manifestações tecnoculturais passaram a sintetizar suas circulações midiáticas, transformadas por lógicas de mercadoria. Assim, o espaço de dominação dos *mass media* na era digital molda a interação do público com as divulgações, especialmente na cultura de mídia. Ao ampliar o processo de interatividade das suas produções, intensifica-se também o impacto dos significados e símbolos presentes nas informações e dados disseminados pela cultura contemporânea das telas.

3.2. CONSTRUÇÕES CULTURAIS E ESTIGMAS OCIDENTAIS: ANÁLISES TEÓRICAS E HISTÓRICAS

A cultura também pode ser entendida como uma epistemologia que reconstrói o entendimento das origens e fundamentos dos processos humanos e históricos, analisando a realidade dos acontecimentos através das ações e comportamentos pessoais. Esse processo crítico está ligado a concepções estruturais influenciadas por

hábitos e rituais socioculturais. Assim, tem motivado eixos acadêmicos a aprofundar pesquisas nas humanidades, focando em suas especificidades e alteridades sociais, especialmente dentro de uma perspectiva pós-modernista.

No século XVIII, Firmin Didot introduziu o termo "estereotipia" para descrever um processo de impressão executado por uma máquina de prensa. Esse método tinha o objetivo de reproduzir páginas tipográficas em larga escala, garantindo a disseminação padronizada de informações (Fortuna, 2000). Utilizando placas metálicas, o processo permitia a reprodução idêntica de textos e imagens, tornando as produções acessíveis e uniformes para os consumidores. No século XX, a produção em massa de livros e jornais inspirou o desenvolvimento do conceito de "estereótipo". Lippmann (2008) foi o primeiro a adotar esse conceito, fazendo uma analogia entre a prensa de estereotipia e o controle do conhecimento nas produções impressas, bem como sua influência na formação da opinião pública. Sobretudo, os estereótipos são "imagens na cabeça" que simplificam a realidade, funcionando como percepções que influenciam nossa compreensão do mundo e das pessoas.

O estereótipo é uma noção pré-estabelecida baseada em experiências sociais e vivências de diferentes contextos socioculturais, influenciando a interpretação e a reação às ações e manifestações nas interações sociais. Esses estereótipos podem ser positivos, negativos ou neutros, dependendo das generalizações feitas sobre determinados grupos sociais. No contexto dos estudos pós-coloniais, análises adicionais revelam como as práticas hegemônicas do poder capitalista perpetuam estereótipos originados na Europa Ocidental, especialmente durante o processo de colonização das Américas, com ênfase na América Latina.

Algumas abordagens visam "descolonizar" as configurações estruturais manifestadas pelos estereótipos sociais, desafiando as hegemonias enraizadas nas ideias iluministas da Europa do século XVII. A ideia de pós-colonialismo, portanto, não representa uma ruptura com as mazelas estruturais, mas sim uma corrente de pensamento que busca reorganizar as representações sobre construções temáticas relacionadas à diversidade cultural e às identidades estigmatizadas.

O princípio crítico do pós-colonialismo questiona como as manifestações culturais ocidentais são moldadas por fatores sócio-históricos que refletem interesses de dominação. Edward Said (1995) discute a estereotipação consensual e sociocultural ao analisar como as influências imperialistas ocidentais criam

concepções simbólicas racionais e irracionais que formam normas subjacentes às perspectivas culturais orientais, resultando em uma luta de interesses. Segundo Said (1995, p. 93): “A cultura é exonerada de qualquer envolvimento com o poder, as representações são consideradas apenas como imagens apolíticas a serem analisadas e interpretadas como outras tantas gramáticas intercambiáveis, e julga-se que há um divórcio absoluto entre passado e presente”.

Said (1990) argumenta que as relações de poder refletem as concepções estruturais coloniais e imperiais europeias, estabelecendo padrões de normatividade e racionalidade que, em última análise, projetam uma visão sociocultural centralizada e marginalizam as alteridades sociais orientais. Segundo essa lógica, tudo o que se distanciava das ideias etnocêntricas imperiais foi marginalizado. Said atribui a formação de um discurso dominante e ocidental a essa dinâmica.

Sua abordagem é influenciada pelas teorias de Williams (2000), que explora como as concepções hegemônicas resistem ao idealismo cultural, tratando-o como uma realidade falsificada. O autor argumenta que a linguagem e o processo de formação cultural estão inseridos em superestruturas fechadas, refletindo e perpetuando essas dinâmicas hegemônicas.

Ao entrelaçar suas ideias com as perspectivas gramscianas, Said (1995) identifica que as hegemonias culturais estabelecem uma reprodução normativa das identidades políticas e culturais, disseminando um sistema de valores simbólicos por meio da manifestação e representação de poder em relação a outros movimentos sociais, especialmente através de discursos hegemônicos (Carvalho, 2010, p. 17). Esse processo revela uma relação de força impulsionada pela ideia de imperialismo, que estabelece uma autoridade sobre realidades sociais distantes e promove um sentimento de nacionalismo sociocultural. Esse nacionalismo, por sua vez, resulta em “[...] esquecimento, dominação ou expatriados; o exílio significa uma forma de mediação que estimula a experiência que atravessa fronteiras culturais e desafia limitações nativistas” (Carvalho, 2010, p. 55).

A consolidação dessas manifestações, conforme explicitado por Said em seus estudos sobre o orientalismo, é representada por distinções consensuais e conceituais que padronizam o estilo ocidental e imperial. Isso reforça que os estereótipos ocidentais criam uma noção de superioridade em relação ao Oriente, que é visto como uma região sociocultural exótica, inferior e estática.

Outra perspectiva sobre a ideia de cultura nos estudos pós-coloniais, especialmente em relação a identidade, poder e estereótipos ocidentalizados, é a visão de Homi Bhabha (1998). O autor propõe o conceito de hibridismo cultural, que resulta da interação entre as perspectivas culturais do colonizador e do colonizado. Esse processo de interação leva à naturalização homogênea das enunciações de sentido moldadas pela lógica ocidental e imperial, condicionando determinados grupos à narrativa de identidades subalternas. Em outras palavras, Bhabha argumenta que o hibridismo cultural “representa uma certa derrota, ou mesmo uma impossibilidade, do ‘Ocidente’ e sua legitimação da ‘ideia’ de colonização” (Bhabha, 1998, p. 245).

Para compreender o processo de incorporação das interações culturais, Bhabha (1998) propõe a noção de "espaço-terceiro". Esse conceito refere-se à criação de um espaço intermediário caracterizado por ambiguidades entre o colonizado e o colonizador, onde emergem significados de novas identidades. Esse "espaço-terceiro" possibilita a manifestação de ideias que não pertencem exclusivamente a uma ou outra cultura, mas sim a um híbrido dessas interações. Bhabha (1998) explica que, nesse contexto, pode haver resistência ao poder discursivo colonial, especialmente ao redefinir identidades. Assim, a construção de novas formas culturais pode subverter a hegemonia dos colonizadores, promovendo uma reconfiguração das relações culturais estabelecidas.

Ao considerar o hibridismo cultural na perspectiva proposta por Bhabha (1998), é possível entender como certas identidades sociais emergem a partir de um conjunto de símbolos e significados construídos por mitos e narrativas impostos pelo grupo colonizador. As representações socioculturais dos grupos subalternos são frequentemente vistas como "impuras" tanto pela coletividade dominante quanto pelas próprias categorias colonizadas, devido à influência do discurso colonial. Nesse contexto, a superioridade atribuída pela interação com o colonizador pode levar a uma percepção "positiva" dos estereótipos de acordo com as definições coloniais, enquanto as representações subalternas continuam a ser subjugadas e estigmatizadas por esses mesmos estereótipos negativos.

É apenas quando compreendemos que todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender porque as reivindicações

hierárquicas de originalidade ou “pureza” inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo (Bhabha, 1998, p. 67).

Os conceitos de construções culturais pós-coloniais propostos por Bhabha (1998) e Said (1995) podem ser interligados ao analisar como as relações de poder estrutural consolidam discursos dominantes que influenciam a reprodução de estereótipos nas interações sociais. Esses discursos, muitas vezes originados de perspectivas coloniais e ocidentais, resultam na formação de estigmas que afetam a representação de grupos subalternos e dissidentes.

As dinâmicas de poder e resistência oferecem também a possibilidade de subversão das identidades socioculturais diante das concepções hegemônicas e das estruturas dominantes. Nesse contexto, Goffman (1982), analisa como os processos de interação social são mediadores simbólicos das ações e percepções humanas no cotidiano. O autor argumenta que a construção do estigma envolve a transmissão de significados e a interpretação de conceitos e informações sociais e identitárias. Em outras palavras, a forma como os estigmas são elaborados e comunicados está profundamente enraizada nas interações sociais e nas percepções compartilhadas. Ou seja:

O estigma, a socialização dos estigmatizados e as reações encontradas em situações de interação social são descritos e analisados. A interação social é marcada por símbolos cujo sentido é compartilhado e pressupõe manipulação da identidade (Carvalho, 2012, p. 367).

Goffman (1982) define o estigma como uma associação negativa atribuída a uma característica, condição ou grupo social ou cultural, que é percebida de maneira desvalorizada e associada à ameaça de "desgraça", resultando em discriminação e exclusão social.

Em outras palavras, o estigma refere-se ao controle identitário social baseado em informações, onde as ações simbólicas são fundamentadas em como "informações sociais são transmitidas por signos" (Goffman, 1982, p. 39). Alguns desses signos, que transmitem informações sociais, podem ser frequentemente acessíveis e regularmente buscados e recebidos.

Os estigmas são marcados por um sistema de símbolos que expressam resistência e subversão em relação às identidades marginalizadas, especialmente

quando há uma condição moral ditada pelas normas sociais e hegemônicas. Nesse contexto, signos de prestígio não são considerados estigmatizantes, mesmo quando há manipulação das interações de sentido para promover a desqualificação. Goffman (1982) descreve essa reação como "condescendência" e "invasão de privacidade", pois envolve a depreciação de uma situação ou de algo sob o disfarce de elogio.

Pode-se acrescentar que todas as vezes que um indivíduo entra numa organização ou numa comunidade, ocorre mudança marcada na estrutura do conhecimento sobre ele – sua distribuição e seu caráter – e, portanto, mudança nas contingências do controle de informação (Goffman, 1982, p. 60).

Howard Saul Becker (2008), outro autor relevante no campo do pós-colonialismo, desenvolve uma teoria sobre estigma por meio de sua teoria do etiquetamento, argumentando que os desvios sociais são implicados nas construções sociais entre os indivíduos, ou seja, as identidades são moldadas pela atribuição de rótulos que classificam determinadas ações como desviantes em relação às normas da sociedade. Esses desvios são definidos pela natureza das normas e valores socialmente construídos, resultando na formulação de estigmas que afetam tanto os grupos dominantes quanto os dominados, especialmente as minorias.

As teorias interacionistas do desvio, como as teorias interacionistas em geral, prestam atenção à forma como os atores sociais se definem uns aos outros e a seus ambientes. Prestam particular atenção a diferenciais no poder de definir; no modo como um grupo conquista e usa o poder de definir a maneira como outros grupos serão considerados, compreendidos e tratados. Elites, classes dominantes, patrões, adultos, homens, brancos — grupos de status superior em geral — mantêm seu poder tanto controlando o modo como as pessoas definem o mundo, seus componentes e suas possibilidades, e também pelo uso de formas mais primitivas de controle. Podem usar meios mais primitivos para estabelecer hegemonia. Mas o controle baseado na manipulação de definições e rótulos funciona mais suavemente e custa menos, e os grupos de status superior o preferem. O ataque à hierarquia começa com uma ofensiva a definições, rótulos e concepções convencionais de quem é quem e o que é o quê (Becker, 2008, p. 204).

Becker (2008) reflete sobre os "*outsiders*" (ou "estranhos", no português), referindo-se a grupos de classes sociais que são suscetíveis à estigmatização devido à seletividade dos valores sociais, conforme a indiferença prevista por normas diferenciadas ao longo de linhas de classe social, étnica, ocupacional e cultural (Becker, 2008, p. 17). Essas normas especificam o que é considerado "errado" e

"certo" por meio de regras. Assim, "[...] a pessoa que presumivelmente infringiu essas regras pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as normas estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider" (Becker, 2008, p. 15).

A proposta de Becker (2008) destaca como os comportamentos desviantes são moldados pelo controle das normas socioculturais, que são estabelecidas por padrões de autoridade e poder na sociedade. O desvio dessas regras, quando observado sob uma perspectiva hegemônica, leva à "rotulação" do comportamento de um indivíduo. A aplicação de um rótulo, então, reproduz o processo de identificação como desviante para quem o pratica ou está associado a essas práticas. Dessa forma, o indivíduo marginalizado é estigmatizado por certas sociedades. Ao infringir essas normas, esses indivíduos são rejeitados por transgressões que os qualificam como desviantes. Como Goffman (1982) observa, "em nossas mentes, [o estigmatizado] é reduzido de uma pessoa inteira e comum a alguém marcado, desacreditado" (Goffman, 1982, p. 3, grifos do autor).

Uma pessoa considerada um "*outsider*" pode reagir ao julgamento dos grupos dominantes que lhe atribuem rótulos. Essa reação pode resultar em uma estigmatização adicional do indivíduo devido aos seus supostos "desvios". Nesse contexto, surge um segundo significado para o termo "*outsider*": aqueles que infringem as regras podem perceber que seus juízes também são outsiders (Becker, 2008, p. 15).

Outra característica importante da teoria de Becker é a noção de desvio secundário. Este conceito refere-se à manifestação do indivíduo desviado ao tentar reintegrar-se ao sistema de regras. Nesse processo, a identidade e o comportamento do indivíduo podem ser alterados devido aos rótulos que lhe foram atribuídos, perpetuando assim uma mudança na sua posição social e na forma como é percebido pela sociedade.

Susan Fiske (2002), em colaboração com Jun Xu, Peter Glick e Amy Cuddy, desenvolveu o Modelo de Conteúdo de Estereótipos (MCE). Esse modelo categoriza os diferentes tipos de estereótipos que se manifestam entre grupos sociais e é estruturado com base em duas dimensões principais: calor e competência.

A dimensão do calor refere-se à percepção de um grupo social como tendo boas intenções e sendo digno de confiança. Grupos que são vistos como calorosos

são geralmente considerados amigáveis e confiáveis. Por outro lado, a dimensão da competência avalia a percepção das habilidades e capacidades de um grupo social, associando-os a um alto status social e, portanto, a uma imagem de eficiência e sucesso.

O MCE é útil para entender como estereótipos e preconceitos variam entre diferentes grupos sociais. Ele fornece um marco conceitual que explica as diferenças na forma como os estereótipos são aplicados e os motivos por trás dessas variações (Fiske et al., 2002).

Os conceitos de calor e competência podem ser combinados para analisar como os julgamentos sobre moralidade sociocultural são influenciados por conjuntos simbólicos e arranjos culturais e sociais. Para integrar essas duas dimensões, é crucial considerar o impacto das emoções, que frequentemente moldam a percepção dos comportamentos estereotipados. Assim, entender como as emoções influenciam essas percepções pode oferecer uma visão mais completa sobre como os estereótipos e os julgamentos sociais se manifestam e se perpetuam.

Fiske et al. (2002, p. 881) descrevem quatro quadrantes distintos para as percepções de grupos sociais, com base nas dimensões de calor e competência:

a) Alto calor e alta competência: Grupos percebidos com altos níveis de calor e competência são associados a emoções de orgulho e respeito. Esses grupos geralmente pertencem a classes socioeconômicas médias a altas e são admirados pela sua habilidade e boas intenções.

b) Alto calor e baixa competência: Grupos que são vistos com altos níveis de calor, mas baixa competência, provocam emoções de compaixão e condescendência. Esses grupos são percebidos como inofensivos, amigáveis, mas ineptos, recebendo piedade.

c) Baixo calor e alta competência: Grupos com baixa percepção de calor, mas alta competência, são frequentemente associados a emoções de inveja. Isso inclui minorias étnicas de alto status ou mulheres em carreiras de prestígio, que são vistas como competitivas e bem-sucedidas.

d) Baixo calor e baixa competência: Grupos percebidos com baixos níveis tanto de calor quanto de competência geram emoções de desprezo e repulsa. Esses grupos, como aqueles de minorias socioeconômicas afetadas ou estigmatizadas, são negativamente avaliados independentemente de suas habilidades ou intenções.

O MCE oferece explicações sobre como os estereótipos afetam as interações sociais, gerenciando e associando grupos específicos a determinados estigmas. Além de atribuir emoções que influenciam as percepções dos grupos, o modelo prevê que diferentes estereótipos podem levar a variações em discriminação e preconceito.

John Bargh (1989) aborda a manifestação de pensamentos, comportamentos e decisões estereotipadas, explicando que esses processos ocorrem em circunstâncias onde a consciência atua conscientemente em resposta a estímulos ambientais. Segundo Bargh (1989), os estigmas surgem como resultado de fatores socioculturais estruturais e são processados de forma automática, sem esforço consciente. Esse processamento ocorre de maneira subliminar, o que significa que a pessoa age sem estar plenamente consciente das influências. Informações são processadas de maneira eficiente e rápida pelos recursos cognitivos da mente. O autor usa o termo "*priming*" para descrever esse fenômeno, que se refere a estímulos ambientais que provocam "consequências inconscientes do pensamento consciente" (Bargh, 1989, p. 14, tradução própria).

A opinião pública, manifestada em decorrência das construções estereotipadas, deve ser compreendida através de suas influências dinâmicas. Primeiramente, isso envolve considerar o contexto histórico e sociocultural no qual a opinião pública está inserida e como essa opinião pode variar em aceitação em relação a outras. Em segundo lugar, é importante avaliar como os movimentos sociais e as mudanças culturais podem alterar a percepção dos estereótipos e estigmas estabelecidos pelas normas sociais e concepções hegemônicas.

Além disso, a disseminação de estigmas e estereótipos levanta preocupações sobre como a representação dos grupos sociais é reforçada, especialmente pelas mídias na era pós-moderna. Nesse contexto, dissidências podem ser discriminadas com base em preconceitos estabelecidos pelas formações estruturais dominantes.

3.3. MARGENS DECOLONIAIS DE UMA REGIONALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA E A INCIDÊNCIA DE PRECONCEITOS DISCRIMINATÓRIOS

Em resposta às estruturas de poder, outro aspecto que legitima a precarização da identidade de grupos sociais subalternos são os processos de

discriminação e preconceito provenientes das formações estigmáticas e estereotipadas. Embora discriminação e preconceito muitas vezes coincidam, é possível analisar cada conceito de forma independente.

O estereótipo de que mulheres dirigem de forma imprudente exemplifica um preconceito que, por si só, não necessariamente se traduz em discriminação. Um exemplo é uma empresa de transporte coletivo que decide contratar apenas mulheres como motoristas de ônibus, acreditando que essa ação combateria estigmas machistas. Nesse caso, embora o preconceito esteja presente, a iniciativa não constitui discriminação direta, pois busca desafiar estereótipos, ainda que de maneira problemática. Em contrapartida, discriminação ocorre quando uma escola pública não oferece um ambiente adaptado para a mobilidade tátil de pessoas cegas, mesmo que os funcionários não apresentem preconceito contra a deficiência ocular. Aqui, a ausência de adaptações configura discriminação institucional.

Henri Tajfel (1981) explica que a complexidade do comportamento preconceituoso é determinada por processos psicossociais que refletem relações de poder e favoritismo entre categorias sociais. Essas categorias são fundamentadas na diversidade de aspectos socioculturais. Assim, a identidade social é estabelecida através de um “auto-reconhecimento” que conecta o mundo físico e social, revelado pela categorização dos processos sociais. Isso ocorre quando os grupos sociais se identificam com um ambiente específico (endogrupos) e se distinguem daqueles que não pertencem a esse ambiente (exogrupos).

É a partir dos procedimentos psicossociais que surge o conflito de comparação e, conseqüentemente, são constituídos aspectos que modulam a discriminação através da subjetividade influenciada por estruturas e estereótipos sociais. A categorização social atua como “[...] um sistema de orientação que ajuda a criar e definir o lugar do indivíduo na sociedade” (Tajfel, 1981, p. 291). Assim, a identidade social de um grupo é sustentada por princípios de autoestima e autovalorização, para que seus membros não se sintam reduzidos ou desvalorizados em relação a um exogrupo. Dessa forma, a discriminação pelo endogrupo perpetua a reprodução arbitrária de preconceitos por meio de comportamentos estigmáticos e dinâmicas discriminatórias entre os subgrupos.

Quando o endogrupo manifesta ações hostis que desvalorizam o exogrupo, isso tende a prejudicar também o grupo externo. Tajfel (1981) descreve esses

fenômenos como "discriminação intergrupar". Nesse contexto, grupos mínimos são conduzidos por práticas de repressão e exclusão, baseadas na interatividade que favorece tendências de favoritismo intergrupar. Essas tendências geram diferenças triviais de julgamento entre confiabilidade e competência, agravando conflitos sociais e processos discriminatórios.

Allport (1954) define o preconceito como uma generalização cognitiva sobre um grupo social específico, caracterizada por atitudes que envolvem reações estereotipadas, emoções reprimidas e comportamentos predispostos a conflitos discriminatórios. O autor analisa como grupos socialmente desvalorizados são afetados pela hostilidade estereotipada e estigmatizados pela discriminação, que é estimulada intrapsiquicamente. Essa discriminação é alimentada por antipatia, expressa e fundamentada em crenças estruturais e socioculturais, e é estabelecida nas relações intergrupais através das informações (Tajfel, 1981).

Allport (1954) esclarece que os estereótipos funcionam como categorias na formulação de ideias, e, portanto, a mente humana depende dessas representações estereotipadas para gerar dimensões emotivas e sociais em suas manifestações. Ainda de acordo com o autor, “uma vez formadas, as categorias são a base do preconceito normal. Não podemos evitar esse processo. A vida ordenada depende disso” (Allport, 1954, p. 20). Em outras palavras, os estereótipos são essenciais para a criação de distinções interpretativas entre o indivíduo e o mundo. Eles são fundamentais para a vivência e o sentido de existência em sociedade, mediando experiências cotidianas e relações sociais.

A nossa própria capacidade de agir e reagir depende das informações que nos são transmitidas pelos outros e que precedem a nossa experiência direta. Quando se fala de estereótipos e preconceitos como algo a ser combatido, faz-se essa referência exclusivamente aos conhecimentos a priori que são formados por “preconceituar”, no sentido de causar dano, a determinada pessoa (Santoro, 2014, p. 16).

Por outro lado, a discriminação deve ser entendida como um comportamento que visa prejudicar e desqualificar indivíduos com base nas características associadas a determinados grupos marginalizados. Essa manifestação não deve ser confundida com o preconceito, pois a discriminação envolve atitudes ou sentimentos que orientam ações com base em convicções positivas ou negativas.

Os comportamentos discriminatórios, segundo Allport (1954), se manifestam de várias formas, podendo ser individuais (quando um indivíduo age contra práticas ou pessoas com base em características específicas), institucionais (quando atos e práticas políticas são incorporados pelas instituições, promovendo desigualdades), e estruturais (quando práticas discriminatórias ocorrem devido a disparidades nas normas e tradições, mesmo que não intencionais, que impõem desvantagens a certos grupos sociais).

Essas definições são abordadas pela teoria do contato de Allport (1954), que sugere que o preconceito pode ser reduzido através de interações entre grupos, promovendo a igualdade nas relações. A teoria também enfatiza a importância do apoio de autoridades, leis e normas para proteger pessoas mais suscetíveis à exclusão, incentivando a igualdade por meio de políticas que combatam a discriminação e promovam a inclusão de grupos marginalizados.

O comportamento humano, ao interagir e formar dinâmicas cognitivas, é influenciado por concepções hegemônicas que resultam da marginalização de certos grupos. Nesse contexto, há uma inter-relação entre os conceitos de estereótipo, preconceito, estigma e discriminação, com esses elementos se retroalimentando mutuamente. Essas dinâmicas estabelecem ciclos que legitimam e perpetuam as desigualdades estruturais.

Um preconceito pode manifestar-se de maneira estigmática ou discriminatória quando, por exemplo, se acredita que as populações do estado do Acre possuem hábitos exóticos. Essa percepção é influenciada pelo fato de o Acre estar localizado no norte do Brasil, na região da Amazônia (Sá, 2004), conhecida por sua biodiversidade única e por sua diversidade sociocultural influenciada pelos povos originários. Como resultado, surgem lógicas estigmáticas que afirmam que acreanos não têm o mesmo acesso ao letramento disponível em centros urbanos e polos socioeconômicos mais desenvolvidos, sendo, portanto, subestimados por serem considerados amazônidas. Conseqüentemente, as pessoas nascidas nesse território podem ser propensas à subalternidade e à exclusão social e política devido aos seus recursos socioculturais. Em outras palavras, os processos discriminatórios baseados no estereótipo do Acre e de seus habitantes refletem um tratamento hostil, decorrente dos preconceitos que desqualificam essa população a concepções provinciais.

A literatura latino-americana contribuiu para uma construção "romantizada" da região amazônica, representando-a como um ecoespaço periférico, caracterizado pelo arquétipo de uma natureza intocada e inexplorada (Slater, 2001). Essa visão romantizada reflete uma perspectiva preconceituosa em relação às populações locais e indígenas da região Norte do Brasil. O estudo sociocultural revela um antropocentrismo hegemônico que distorce a vivência das pessoas amazônidas (Sá, 2004).

As tendências estereotipadas são influenciadas por uma perspectiva estigmática e colonizadora, que entrelaça concepções discriminatórias com a complexidade subalterna da realidade política e econômica dos nativos nortistas, considerando seu arranjo ecogeográfico e sociocultural (Heffes, 2014). Segundo Said (1990), um imaginário estigmático e exótico é inserido nas representações sociais como parte de uma ordem de controle e poder estatal.

As práticas estigmáticas ocidentais têm suas raízes em processos imperialistas que emergiram durante as estruturas coloniais, influenciados pela resistência às formas de saber dos colonizadores europeus. Essa influência dominante ajudou a legitimar valores sociais que perpetuam certas relações de poder, especialmente na representação sistemática da política, da economia e das identidades culturais ao longo das dinâmicas históricas. Essa perspectiva crítica se desenvolveu entre as décadas de 1970 e 1980, quando surgiram correntes anticoloniais que analisaram as fases de ocupação e formação estrutural do colonialismo em estados anteriormente colonizados. Esses estudos deram origem a pensamentos críticos pós-coloniais e decoloniais (Brito, 2021).

No contexto latino-americano, Quijano (1992) elaborou o conceito de colonialidade, que se refere ao processo que gerou perspectivas hegemônicas de reprodução de conhecimento idealizadas pelo ocidentalismo europeu. A aplicação totalitária dessas práticas foi apropriada como símbolos de saberes dominantes para os povos colonizados. Em outras palavras, trata-se do “[...] controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada, que possui uma identidade diferente, e cujas sedes centrais estão, além disso, em outra jurisdição territorial” (Quijano, 2007, p. 93).

As relações de poder no contexto ocidental são também caracterizadas pela estética eurocêntrica, conforme compreendido por Mignolo (1995). Essa estética é

uma concepção aplicada na forma de repreensão colonializadora. Nesse contexto, surgiram os estudos de decolonialidade, que são perspectivas conceituais que analisam como as imposições epistemológicas e ontológicas subordinam as configurações de saber e a identidade do sujeito moderno latino-americano inserido em uma sociedade colonizada pelas concepções hegemônicas europeias.

A hierarquia do pensamento colonial impactou diretamente a desvalorização dos saberes e das ancestralidades dos nativos locais e dos povos originários. Isso ocorreu porque o conhecimento europeu foi estruturado como uma imposição universal e superior, desconsiderando e marginalizando as formas de conhecimento e as práticas culturais dos povos colonizados.

Mignolo (1995) argumenta que a estética modernista colonial europeia adotou uma tática hegemônica em relação aos povos não ocidentais e latino-americanos. Essa tática foi aplicada tanto aos espaços socioculturais quanto identitários desses povos, perpetuando a ideia de que eles não devem evoluir. Como resultado, impôs-se um controle que legitima a percepção desses grupos como atrasados e inferiores.

A concepção hegemônica eurocêntrica consolidou a estrutura das identidades latino-americanas, especialmente ao impor uma dependência relacional à ideia de hipervalorização das repreensões manifestadas pelas lógicas colonizadoras durante os períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial. Essa perspectiva cristalizou-se em elementos socioculturais que perpetuaram a assimilação e marginalização dos próprios elementos identitários. Portanto, o espaço de privilégio da globalização cultural latino-americana origina-se da resistência colonial. Como Mignolo (2003, p. 139) sugere: “[...] a razão subalterna deve ser entendida como um conjunto diverso de práticas teóricas emergindo como um conjunto diverso de respostas aos legados coloniais na interseção euro-americana moderna”.

Mignolo (1995) argumenta que a pluralidade epistêmica dos saberes deve ser reestruturada a partir de uma perspectiva decolonial para transformar a interpretação e valorização das identidades latino-americanas que foram colonizadas. A dominação eurocêntrica resultou em identidades que reagem negativamente à sua própria existência, conforme definida pela universalidade do conhecimento europeu.

Nesse contexto, a resistência às hegemonias imperialistas e coloniais reflete uma resposta à história geopolítica e cultural da América Latina. O eurocentrismo,

como corrente de pensamento dominante e universal, impõe normas, valores e conhecimentos que influenciam a perspectiva dessas identidades.

A opressão colonial eurocêntrica gerou interpretações hierárquicas das crenças e hábitos culturais das localidades latino-americanas. Dessa forma, os arranjos eurocêtricos pressionaram significados que trivializam e desvalorizam a maneira como os espaços colonizados compreendem seus próprios hábitos, costumes e crenças.

A colonização alterou profundamente o sentido simbólico e a interação dos povos com o mundo, resultando na fragmentação das formações culturais em identidades regionais. Essas identidades, marcadas pela incorporação de elementos de resistência, originaram novas manifestações culturais. Segundo Taussig (1997), essas práticas representam uma reação autônoma à forma como os processos econômicos e culturais globais influenciaram as narrativas regionalizadas, especialmente diante das pressões das transformações socioeconômicas do neocolonialismo.

O fenômeno do neocolonialismo gerou fragmentações sociais que potencializam a marginalização da identidade latino-americana. Isso ocorre porque o neocolonialismo, influenciado pelo capitalismo exacerbado e pela política neoliberal da indústria, reprime sujeitos dissidentes através de um identitarismo hegemônico e globalizado de poder socioeconômico.

A influência do neoliberalismo fragiliza as identidades subalternas ao comprometer sua capacidade de resistência. Esse processo se agrava com a imposição de mecanismos de exclusão que reforçam desigualdades identitárias e culturais, enfraquecendo as dinâmicas e expressões sociais híbridas e contra-hegemônicas da América Latina. Além disso, a presença de elementos eurocêtricos impulsiona a substituição de aspectos culturais locais por estruturas dominantes, afetando os elementos culturais de resistência da região.

3.4. A CONCEPÇÃO HEGEMÔNICA INSERIDA NO DISCURSO DAS MEDIAÇÕES LATINO-AMERICANAS SUBALTERNAS

Como discutido, os processos culturais na América Latina foram moldados por correntes ideológicas provenientes das práticas colonizadoras e das estruturas eurocêntricas hegemônicas. Essa força dominante emprega recursos ideológicos para controlar e impor normas morais e simbólicas que, até hoje, legitimam a diversidade de identidades colonizadas. Isso é especialmente visível na marginalização de grupos que não se encaixam nos padrões socioculturais dominantes, como pessoas pretas, indígenas, mulheres, LGBTI+ e outras subalternidades sociais. Esses grupos são frequentemente categorizados como subalternos e excluídos no sistema das minorias dentro das estruturas estatais e políticas.

As estruturas de poder, como mecanismos indutores do discurso dominante, dificultam a representação adequada dessas pessoas subalternas. Isso ocorre porque esses grupos sociais estão em uma posição de exclusão social, marcada por estigmas e preconceitos discriminatórios que distorcem suas realidades e perspectivas para atender aos interesses das concepções hegemônicas. O silenciamento e a marginalização dessas vozes iluminam o conceito de subalternidade, conforme proposto por Gayatri Chakravorty Spivak (1988).

Spivak (2014) utiliza o termo “subalterno” de Gramsci para realizar uma análise aprofundada das dinâmicas de poder e marginalização em contextos pós-coloniais. Sua investigação vai além das adversidades enfrentadas por classes sociais específicas e abrange também grupos oprimidos pelas estruturas de poder. A crítica de Spivak concentra-se na necessidade de conscientização sobre a representação das vozes ativas e passivas dentro das hegemonias ocidentais, destacando como discursos distorcidos perpetuam a marginalização das subjetividades sociais.

Em outras palavras, a sistematização cognitiva do pensamento é moldada pela consciência das identidades dominantes e subalternas, refletindo a impossibilidade de expressão plena das minorias. Spivak observa que a silenciação das vozes alternativas é um reflexo de uma “recusa ideológica coletiva”, evidenciada pela prática legal sistemática do imperialismo (Spivak, 2014, p. 82).

A obliteração intelectual ocidental, portanto, ignora as desigualdades que emergem das concepções coloniais e reproduz simbolicamente o discurso estrutural na sociedade. De acordo com Spivak (2014), os aspectos imperialistas contribuem para a formação de uma ideologia que centraliza o poder e produz a omissão de grupos periféricos. Esses grupos permanecem em condições marginalizadas devido à impossibilidade de deslocamento identitário, resultado da predominância das narrativas dominantes.

A subalternidade pode se manifestar como opressão através de comportamentos cognitivos que aparentam ser bem-intencionados. Quando uma identidade dominante silencia outra identidade vulnerável, isso pode reforçar a violação da vulnerabilidade dos grupos subalternos, perpetuando estigmas impostos por hegemonias estruturais.

Spivak (2014) aplica o conceito de interseccionalidade de Crenshaw (1989) para ilustrar como as manifestações hegemônicas coloniais são reproduzidas. A autora cita a ideia de “[...] homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (Spivak, 2014, p. 119) para destacar a falta de reflexividade e autorreflexão na representação da subalternidade. Spivak argumenta que os discursos e comportamentos dominantes frequentemente distorcem a ideia de "salvação", o que intensifica a marginalização e o silêncio das vozes subalternas.

A hegemonia é um elemento crucial para o controle gradual e predominante sobre classes e grupos sociais fragilizados por crises sistemáticas, bem como para a criação e perpetuação de dispositivos discriminatórios e estigmáticos. Esses dispositivos surgem de preconceitos e estereótipos estruturais profundos. A força dominante atua para manter os sujeitos subalternos sob a ordem das formações culturais e ideológicas estabelecidas, que definem normas e valores sociais.

Os estudos sobre hegemonia, particularmente na cultura, são uma contribuição significativa de Gramsci (1999). O autor explorou como a classe dominante exerce controle cultural e ideológico. Durante o regime de Benito Mussolini e enquanto estava preso na ditadura fascista, elaborou os "Cadernos do Cárcere". Em seus escritos, Gramsci expandiu a ideia de hegemonia, analisando como as classes dominantes mantêm o poder não apenas por meio da força política e social, mas também através do consenso, que é associado às lideranças morais e intelectuais.

Gramsci (1999) desenvolveu suas ideias a partir dos escritos críticos de Karl Marx e Friedrich Engels, que abordaram como a classe dominante exerce poder sobre as demais classes sociais. O termo "hegemonia" tem origem grega e se refere à liderança e ao domínio sobre uma cidade-estado em relação a outras.

No entanto, a ideia de hegemonia gramsciana está especialmente relacionada às manifestações simbólicas, incluindo a produção comunicacional. Para Gramsci (1999), o consenso e o dissenso nas disputas de sentido entre as lideranças das classes sociais são moldados pela articulação ideológica, cultural e política sobre as percepções de uma classe específica (Moraes, 2010).

As convicções sobre o uso da força de coerção são fundamentais na forma como as representações estatais constroem hegemonias culturais. Segundo Gramsci (2001), essas representações são geridas por intelectuais orgânicos, que são responsáveis por articular e disseminar visões de mundo dentro de cada classe social. A construção desses movimentos culturais representa a aliança entre diferentes grupos sociais. A produção de consenso resulta na formação de um bloco histórico, que une diversas classes sociais em torno de objetivos comuns na sociedade civil.

Um Estado é estruturado para regulamentar a interação social e organizar a convivência dentro da comunidade. As instituições, que desempenham funções essenciais para as comunidades, dependem da coesão, frequentemente estabelecida por regras, normas e procedimentos. A sociedade civil, conforme descrita por Gramsci (1999), inclui instituições políticas, religiosas, educacionais, jurídicas e sociais. Essas instituições formam os campos hegemônicos culturais, moldados pelas normas e expectativas de comportamento e pela ordem que assegura a segurança e a estabilidade social por meio da provisão de serviços.

Portanto, são essas resoluções civis que definem o bloco histórico de classes. Como Gramsci afirma, “[...] depois, quando exerce o poder e mesmo o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente” (Gramsci, 2002, p. 63).

As superestruturas, que incluem as instituições da sociedade civil, mantêm e reforçam o poder em relação à infraestrutura, mas não são diretamente moldadas pela base econômica (Gramsci, 2001). Essas instituições, por meio de lideranças morais e intelectuais, geram um senso ideológico que molda a percepção das classes

subalternas, criando uma falsa consciência que reforça o consenso dominante de uma classe sobre as massas, muitas vezes através da força.

As classes subalternas, afetadas por essa produção de subordinação, podem, no entanto, resistir através de suas expressões ativas dentro das construções hegemônicas emergentes. Essas resistências se manifestam por meio da consciência de classe dos intelectuais orgânicos, que emergem das próprias classes sociais. Gramsci (2002) explica que esses movimentos promovem o senso de interesse das classes subalternas ao combinar métodos práticos e teóricos de influência sobre a cultura e a política. Assim, a ideia de subalternidade está intrinsecamente ligada à subordinação dentro das estruturas sociais, econômicas e culturais.

Para Gramsci (1999), o poder na sociedade é tanto mantido quanto contestado por meio de repressão política ou controle econômico, mediado por termos consensuais culturais e ideológicos. A hegemonia assegura a dominação das classes por meio de práticas ideológicas dominantes. No entanto, pode haver também um consenso mais abstrato e passivo, no qual as classes dominantes, para neutralizar e evitar a incorporação das perspectivas subalternas, adaptam suas políticas às transformações sociais. Essa adaptação pode parecer uma incorporação reformista dos movimentos sociais, mas, na prática, pode funcionar para manter a ordem estabelecida.

[...] sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de ordem econômico-corporativa, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. [...] Mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 2000, p. 48).

Pierre Bourdieu (1987) analisa como as classes sociais são mantidas e dominadas através da reprodução de normas e valores socioculturais, conceito que o autor denomina "capital cultural". Esse processo é mediado pela violência simbólica exercida pelos agentes de socialização, que impõem e legitimam esses valores. Esse conceito se relaciona com a ideia de intelectuais tradicionais proposta por Gramsci (1999).

A análise da hegemonia cultural por esses autores parte de pressupostos que, embora convergentes, apresentam diferenças. Gramsci (2000) sugere que os intelectuais tradicionais, apesar de parecerem independentes das classes sociais, na verdade cristalizam a produção ideológica das instituições dominantes e promovem lógicas que são tidas como universais e naturais. Por outro lado, Bourdieu (1987) examina como os agentes de socialização influenciam comportamentos através do capital cultural, potencializando as estruturas sociais existentes e aprofundando desigualdades, particularmente entre as classes dominantes e subalternas.

[...] em função dos esquemas de percepção e apreciação que lhes são próprias, as diferentes classes sociais estabelecem custos (econômicos, sociais e físicos) e lucro são diferentes esportes [...] lucros físicos imediatos (Bourdieu, 1979, p. 18, tradução própria).

Olinda (1995) explica que o conceito de capital cultural contribui para que a reprodução social privilegie determinadas classes dominantes por meio das disposições do *habitus*, especialmente em relação às identidades femininas e masculinas. Esse debate sobre diversidade sexual e de gênero será abordado posteriormente. Para Bourdieu (1979), o *habitus* é um conjunto de percepções moldadas pelas experiências sociais e pela posição do capital cultural de um indivíduo. Nesse sentido, um paralelo pode ser estabelecido com a reprodução da hegemonia, pois as práticas culturais e as implicações das classes dominantes não se restringem ao privilégio de acesso a certos espaços sociais. A perspectiva de classe desses grupos orienta uma lógica quase natural do capital cultural que legitima o sucesso, enquanto a classe subalterna enfrenta a falta dos mesmos recursos e apoios, o que provoca desigualdades sociais.

É importante destacar que a hegemonia cultural é uma dinâmica complexa de conflitos e disputas de classe. Williams (2011) explica que as práticas e valores sociais emergem das manifestações culturais. Essas manifestações, por sua vez, se transformam e reproduzem novos significados e definições, lutando para incorporar o campo de poder que consideram normal e natural nas estruturas dominantes. “[...] É por isso que a hegemonia não pode ser entendida no plano da mera opinião ou manipulação. Trata-se de todo um conjunto de práticas e expectativas; [...] a nossa

compreensão corriqueira da natureza do homem e do seu mundo” (Williams, 2011, p. 53, grifos do autor).

Segundo Williams (2011), as lutas pela hegemonia são refletidas em articulações ideológicas formais que reproduzem lógicas e normas sobre os indivíduos em relação ao mundo, sendo especialmente influenciadas pelas experiências de um período histórico específico. O autor introduz a ideia de "estrutura de sentimento", que se refere à compreensão de que novas práticas culturais envolvem processos compartilhados de emoções, valores e percepções. Essas práticas não se articulam completamente, mas influenciam aspectos das hegemonias sociais e dos processos culturais nos quais as massas estão inseridas.

As ideologias reproduzem elementos que permitem analisar como as forças hegemônicas interagem com outras formações culturais, particularmente em relação à competitividade contra a influência dominante das hegemonias. Williams (2000) explica que a resistência a essas tensões culturais resulta em oposições às alternativas ideológicas dominantes, levando ao surgimento de novas formas de produção cultural. Assim, é a partir dessas manifestações de resistência que se originam as contra-hegemonias e as forças emergentes.

Outra perspectiva sobre a manutenção das ideologias dominantes como instrumentos de poder e dominação nas sociedades contemporâneas é oferecida pelos estudos de mídia e cultura desenvolvidos por John Thompson (2009). Thompson argumenta que a relação de poder da mídia se manifesta na transformação da influência sobre as subjetividades culturais, por meio da transmissão de informações através das tecnologias de comunicação, que disseminam crenças e concepções para as massas.

Os conceitos de Thompson e Williams se entrelaçam, pois ambos reconhecem a disputa e o poder entre os dispositivos culturais e de mídia em seus processos dinâmicos de influência pelas forças sociais e históricas. Enquanto a "estrutura de sentimento" (Williams, 2011) se refere ao processo de captura de experiências vividas e compartilhadas durante um período histórico, Thompson (2009) analisa como a recepção de mídia constrói seus discursos informativos com base nas convicções das experiências humanas em seus contextos sociais. Assim, o papel da mídia não se limita apenas à produção de informação, mas também à criação de abordagens ideológicas que funcionam como agentes mediadores culturais.

As transmissões de mensagens ideológicas representam um espaço crucial onde a mídia contribui para a manutenção das hegemonias culturais, reforçando as concepções dominantes por meio da representação dos resultados dos conflitos de poder (Thompson, 2009). Os interesses das massas tradicionais continuam a existir e são preservados através da formulação de normas e valores, reorganizando o pensamento por meio de símbolos socioculturais. Assim, as mídias criam nuances consensuais de sentido por meio de elementos culturais híbridos. Como Thompson (2009, p. 181) observa, “[...] os indivíduos têm acesso crescente ao que podemos descrever como um conhecimento não local”.

No entanto, o sistema de crenças das ideologias é também potencializado por preconceitos e estereótipos presentes nas superestruturas. As massas tendem a se identificar com um determinado conformismo cultural, como Gramsci (1999, p. 94) explica: “[...] pertencemos sempre a determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir”. Com os avanços da globalização e o contexto da produção midiática, as concepções hegemônicas geram novos elementos discursivos que favorecem a perspectiva de realidades culturais dominantes.

Borges (2013) investiga como os meios de comunicação de massa, especialmente a imprensa, influenciam as percepções públicas. A autora observou que as hegemonias culturais sustentam estruturas de poder por meio das representações midiáticas, que visam beneficiar e preservar as estruturas dominantes de uma sociedade. Borges (2013, p. 94) argumenta que “[...] estão inseridos no contexto comunicacional, cuja principal característica é simbólica e está relacionada ao jogo do poder, às ideologias, à conformação de hegemonias e à dispersão dos pensamentos”.

A relação entre cultura e poder, considerando como o campo de contestação dominante influencia a representação das opressões sociais nas mídias. Utilizando o conceito de interseccionalidade, Borges (2013) identifica como a representação midiática discursa sobre identidades marginalizadas. A autora defende que a imprensa não apenas seleciona interesses específicos dos meios midiáticos, mas também perpetua valores e normas dos grupos dominantes, desempenhando um papel crucial na manutenção das hegemonias culturais.

Estereótipos podem reforçar a naturalização de narrativas hegemônicas, marginalizando perspectivas alternativas através das representações midiáticas. A imprensa contribui para essa marginalização ao promover concepções dominantes que perpetuam desigualdades sociais por meio das mediações. Borges (2013, p. 378) observa que “[...] apontam os rumos da apropriação e da captura territorial, envoltos em simbologias e mitos que agravam os danos ambientais e as desigualdades sociais e, fundamentalmente, negam os modos de vida”.

Martín-Barbero (2004) complementa essa análise ao destacar que o processo de seleção dos interesses midiáticos é influenciado pelas mediações, que são os processos sociais, culturais e históricos que moldam as mensagens comunicacionais. Assim como Borges (2013), Martín-Barbero (2006) argumenta que as concepções hegemônicas influenciam e cristalizam uma sistematização da comunicação que se relaciona com o público. No entanto, o autor enfatiza que as mediações dependem dos contextos e das práticas culturais da sociedade para a produção e transmissão das informações.

Durante a década de 1980, Martín-Barbero (2006) adota a perspectiva de que as comunicações devem ser analisadas dentro do contexto cotidiano em que se inserem, pois seus elementos e símbolos culturais são distribuídos e negociados. O autor, ao estudar o contexto latino-americano, observa que a globalização das comunicações exerce uma influência significativa através das telecomunicações, destacando que o processo de produção de significados envolve elementos que moldam comportamentos por meio da mediação midiática, impactando os estilos e formas de vida das classes subalternas.

As características sociais subalternas tornam-se o foco dos reflexos do processo de hibridação cultural, no qual a mediação simbólica está inserida. A comunicação não é apenas um processo linear de decodificação das mensagens transmitidas; deve reconhecer a complexidade dos significados e sentidos, que precisam ser considerados prioritários no contexto social, cultural e histórico em que cada hegemonia está inserida (Martín-Barbero, 2006).

A recepção das mediações é marcada por uma diversidade cultural que influencia diretamente a interpretação das mensagens, resultando em significados e crenças distintos na América Latina. Martín-Barbero (2004, p. 161) afirma: “Não me refiro à categoria literária de gênero, mas a um conceito que deve ser situado entre a

antropologia e a sociologia da cultura”. As estruturas sociais desempenham um papel crucial nas dinâmicas de mediações, pois são elas que influenciam a produção das mensagens e influenciam a distribuição das interpretações através da disputa simbólica dos discursos hegemônicos (Martín-Barbero, 2006).

Orozco-Gómez (1991) amplia a análise de Martín-Barbero (2004), argumentando que as mensagens midiáticas ressignificam a interpretação das representações das classes subalternas, frequentemente estereotipadas conforme as hegemonias. Nesse contexto, as representações estigmatizantes são potencializadas pelas audiências. A disputa simbólica das concepções hegemônicas culturais, ao serem divulgadas midiaticamente, tende a atribuir significados marginalizados às suas próprias narrativas.

No entanto, esses elementos podem ser negociados e não precisam ser totalmente dominados pelas estruturas. Orozco-Gómez (1991) defende que a educação capacita os indivíduos a serem críticos em relação ao que é produzido pelas mediações, permitindo uma análise mais reflexiva e menos submissa às hegemonias.

Para que realmente surtan efectos positivos los cambios educativos propiciados por la inclusión de nuevas tecnologías de comunicación, es necesario hacer modificaciones sustantivas también a los procesos tradicionales en los sistemas educativos (Orozco-Gómez, 2013, p. 314).

As mediações culturais envolvem uma recepção ativa, na qual os meios de comunicação interagem com o público. Nesse processo de interatividade, a construção da interpretação e a ressignificação educacional dos conteúdos são ajustadas conforme os contextos socioculturais específicos dos receptores.

A educomunicação, conforme abordada por Orozco-Gómez (1994), é legitimada por fatores que influenciam a formação identitária do receptor, como classe social, etnia, gênero e localidade geográfica. Esses fatores moldam a transmissão das mensagens, refletindo as diversidades e dinâmicas específicas da América Latina. Como afirma Orozco-Gómez, “[...] proceso de estructuración que configura tanto la interacción de los miembros de la audiencia con los medios como la creación del significado de esta interacción” (Orozco-Gomez, 1994, p. 74).

A influência das estruturas sociais sobre as concepções de hegemonias culturais concede à mídia o poder de influenciar perspectivas estereotipadas por meio

da comunicação e da informação que chegam aos indivíduos. Esse processo ocorre através das complementaridades focais das mediações e é particularmente evidente na sociedade moderna, onde as redes de comunicação permitem a instantaneidade informacional e o fluxo contínuo de conteúdo.

Em outras palavras, essa mobilidade cultural resulta de um padrão globalizado de transmissão de mensagens aos receptores. Portanto, as mediações culturais, moldadas pelas tecnologias informacionais, representam o fluxo dominante como uma reprodução das lógicas de poder econômico e político na produção de conteúdo.

Castells (1999), que analisou profundamente as tecnologias de informação e comunicação desde a década de 1970, explora como grandes organizações e instituições conectam a sociedade por meio das redes de informação. O autor destaca como a cultura política e econômica atua como um recurso que reconfigura os discursos veiculados pelos meios de comunicação. Em suma, o controle do acesso à informação é gerido por um conjunto de estruturas sociais e de poder que influenciam as redes.

As comunicações são entendidas como um fluxo interativo entre grupos e comunidades com diversidade cultural, e as redes se configuram como uma estratégia organizacional que conecta diferentes escalas sociais, políticas e econômicas. Esse esquema das redes é integrado pelas ordens capitalistas de execução. Castells (1999, p. 43) afirma que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. Em outras palavras, há uma reconfiguração do fluxo das tecnologias tradicionais para uma dimensão virtual e digitalizada. Castells (1999, p. 50) ressalta que “[...] a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variações históricas consideráveis nos diferentes países”.

A informação veiculada pelos meios de comunicação está inserida no fluxo de produtividade capitalista. Uma vez produzido o conteúdo, ele se torna um elemento diretamente relacionado a um modo de produção socioeconômico, que Castells (2003) conceitua como informacionalismo. O fluxo das redes é influenciado pelas especificidades locais e impulsionado pela lucratividade das entidades financeiras, refletindo uma competitividade capitalista em que a informação se torna um discurso

produzido por estruturas dominantes e liberais, proeminente na "galáxia" de informações virtuais.

Todavia, a comunicação está descentralizada nas interatividades de produção de informação, pois os receptores participam diretamente e indiretamente na disseminação das informações. Isso ocorre tanto na criação dos conteúdos transmitidos quanto no consumo globalizado por meio das novas plataformas tecnológicas (Castells, 2003). Como resultado, a polarização social gera diferentes impressões sobre a realidade. Cada grupo se baseia nos filtros das informações que recebem, uma vez que a identidade adquire um novo aparato de mediação pela cultura da virtualidade. Assim, a transformação simbólica dos discursos continua a ser moldada pelas hegemonias dominantes. Ou seja, as forças hegemônicas ainda têm um papel crucial na elaboração e controle das narrativas. Portanto,

[...] a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (Castells, 1999, p. 414).

A interatividade, ao desviar-se das formas tradicionais de produção de informação, possibilita mudanças nas convergências e disparidades socioculturais entre os grupos sociais. A pluralidade de ideias e a possibilidade de conteúdos personalizados tornam a comunicação virtual uma dinâmica que desafia o controle das informações. Embora as redes sociais aproximem e facilitem a expressão das subjetividades, as bolhas informativas podem concentrar e utilizar a globalização das informações digitais para estratégias que geram crises de credibilidade rápidas e remotas.

Os discursos midiáticos podem ser reforçados pela propagação de informações dominantes e hegemônicas, acentuando percepções radicais sobre a realidade. Apesar de os meios econômicos e políticos ainda exercerem forte influência sobre as convicções ideológicas e socioculturais de uma sociedade fragmentada, indivíduos que navegam e ampliam a comunicação por meio de formações expressivas e estereotipadas sobre os acontecimentos contribuem para que os meios de comunicação permaneçam resistentes às pressões tradicionais de normas e valores sociais.

4. MOVIMENTOS CUIR E O PAPEL DAS MÍDIAS JORNALÍSTICAS NA FORMAÇÃO E REPRESSÃO DE IDENTIDADES LGBTI+

Assim como a evolução da sigla LGBTI+ ao longo das décadas, as discussões sobre diversidade sexual e de gênero passaram a ser objeto de frequentes análises críticas. Esses debates se tornaram um campo interdisciplinar que examina as experiências culturais e os atravessamentos históricos, refletindo a pluralidade de identidades moldadas e reprimidas por categorias discriminatórias e estigmatizantes. Essa dinâmica perpetua a resistência desses grupos sociais contra as normas estabelecidas.

Os movimentos ativistas e acadêmicos *queer*, especialmente os estudos cuir latino-americanos, têm reavaliado, através de lentes decoloniais, a imposição de normas e hegemonias culturais, sociais e políticas, que muitas vezes são reproduzidas pelo contexto midiático. O combate a essas violências deve, portanto, incluir uma abordagem crítica no novo jornalismo, especialmente no Brasil, onde um regime ideológico nacionalista e patriarcal sustenta estruturas de poder que perpetuam discriminação e exclusão.

4.1. CORES E IDENTIDADES: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS EXPRESSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A sigla LGBTI+ representa o avanço nas discussões sobre diversidade sexual e de gênero, inicialmente referida como “comunidade gay” na década de 1960. A necessidade de reconhecer uma gama mais ampla de identidades surgiu do contexto cultural marginalizado e das variações regionais e históricas dessas identidades. Ao longo das décadas, debates sobre identidades de gênero e orientação sexual geraram várias abreviaturas, refletindo a fragmentação e a união de grupos em um movimento de resistência. Esse movimento busca promover direitos sociais interseccionais para todas as pessoas.

Em relação às primeiras manifestações da sexualidade não-heterossexual, Regina Lins (2012) observa que as práticas afetivas e sexuais evoluíram de forma regressiva em comparação com a fase pré-histórica, há mais de 2.500 anos. Na

Grécia Antiga, a homossexualidade era considerada parte do *status quo*, desempenhando um papel fundamental na passagem da sexualidade masculina e sendo integrada a ritos sagrados e valorizados.

Esse sistema “pedagógico” baseava-se no conceito de efebia, em que o sistema político e cultural grego determinava que um homem mais velho atuasse como tutor de um homem mais jovem. Philippi (2005) explica que o processo de “púbere” envolvia a transformação do “eromenos” (homem jovem) da puberdade para uma fase de maiores responsabilidades, consideradas mental e fisicamente adultas. Como parte do treinamento de efebo, era comum manter relações sexuais com o “erastes” (treinador), com o objetivo de adquirir experiências sociais para constituir uma família.

Estudos foucaultianos expandem a compreensão sobre a construção da identidade social e pessoal através dos discursos das estruturas sociais relacionadas à sexualidade. Foucault (2000) argumenta que as normas do cristianismo primitivo, na Idade Média, impuseram práticas dominantes sobre a percepção das práticas homossexuais. O sistema de valores cristãos ocidentais, centralizado pela Igreja Católica Romana, resultou em punições severas para essas práticas, que eram moralizadas como pecaminosas e heréticas dentro das políticas sociais.

Todavia, os reflexos dessas estruturas socioculturais persistem até hoje, manifestando-se em padrões de preconceito e estereótipos reforçados por discursos estigmatizantes e discriminatórios. Dessa forma, pessoas não heterocissexuais¹ são diretamente afetadas pelo sistema estatal, que resiste como um movimento contra-hegemônico na luta pela reivindicação de direitos civis e políticas públicas específicas.

Essa população, portanto, abrange uma diversidade de rótulos identitários, representados por termos relacionados à sexualidade, orientação, gênero, atração, anatomia, sexo e relacionamentos.

Para analisar a origem desses termos, Taylor (1999) propõe, no âmbito dos Estudos *Queer*, um modelo de atração dividido, que abrange dimensões românticas, sexuais e emocionais. Esse modelo pode influenciar a percepção sobre a identidade de gênero e a orientação sexual das pessoas. Taylor (1999, p. 105, tradução própria) argumenta que “[...] os movimentos e organizações não são apenas reflexos de

¹ Termo que mescla a noção de uma pessoa que é heterossexual e cisgeneridade.

identidades e interesses pré-existentes, mas fazem parte integrante de sua criação e transformação”. Em outras palavras, essas implicações estão atreladas às normas culturais e sociais que moldam essas temáticas em diferentes sociedades. Nesse contexto, “[...] compreender a atração requer reconhecer a fluidez do gênero e da sexualidade e como essas dimensões interagem para influenciar a dinâmica relacional” (Taylor, 1999, p. 83, tradução própria). Assim, é possível distinguir a atração sexual da atração romântica com base nessas interações.

[...] continuam a evoluir e a assumir diferentes formas e significados em diferentes culturas e faixas etárias, e é [...] terminologia. Assim como há diferentes maneiras de pensar sobre pessoas sexual e de gênero diversas, também há [...] continuam a evoluir, assim como a terminologia usada para descrever indivíduos que não se alinham com o binário masculino-feminino. [...] LGBT, LGBTQ e outros – são usados ao discutir dados e evidências com base nessas designações específicas (Gross et. al, 2021, p. 25-26, tradução própria).

O glossário de termos divulgado pelo *LGBT Resource Center* (2021) apresenta definições de identidade sexual e de gênero. Nesse contexto, quando um indivíduo se sente atraído fisicamente por alguém, esse processo é descrito como um “estágio terciário” e refere-se à atração estética, que não é diretamente relacionada ao interesse sexual ou romântico, mas sim a um desejo estético pessoal. Assim, a percepção de orientação sexual é descrita como “um padrão duradouro de atração (ou falta de atração) por pessoas de um determinado gênero ou conjunto de gêneros” (LGBT Resource Center, 2021, tradução própria).

A *The Asexual Visibility and Education Network* (2024) define atração ou orientação romântica como o desejo de fazer atividades românticas com alguém, frequentemente descrito pelo interesse afetivo por essa pessoa (LGBT Resource Center, 2021). Embora o espectro assexual se refira a pessoas que não experimentam atração sexual, isso não significa que não possam sentir atração romântica, sensual ou estética. A orientação romântica pode ser distinta da sexualidade, e o espectro assexual considera a condição romântica como uma forma cultural de relacionamento. Pessoas que não experimentam atração romântica são identificadas como aromânticas dentro desse espectro (Mardell, 2016).

Cada letra dessa sigla reflete a evolução das nomenclaturas que se incorporam ao espectro de identidades afetadas pelas normas e valores

hegemônicos, especialmente pelas estruturas patriarcais heterocisnormativas. Assim, a diversidade dentro desse movimento leva à "fragmentação" das pautas de interesse, resultando na exclusão de certos grupos da comunidade, que também enfrentam vulnerabilidade e desigualdades sociais, refletidas em políticas públicas moldadas por estruturas que favorecem práticas e comportamentos cisgêneros e heterossexuais. "[...] Os movimentos sociais frequentemente introduzem novas formas de identidades de gênero na esfera pública, desafiando entendimentos tradicionais e criando novos espaços para diversas expressões" (Taylor, 1999, p. 35, tradução própria).

O "ABC" dessa população, conforme descrito pelo *The New York Times*, em 2018, reflete mudanças nas discussões sobre diversidade sexual e de gênero, especialmente em relação à atualização linguística sobre identidade de gênero e orientação sexual não heterocissexual (Gold, 2018). A adoção do termo tem sido uma forma de resistência contra lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia desde meados do século XX.

Para englobar as manifestações discriminatórias e preconceituosas, foi adaptado o termo "homolesbotransfobia" para incluir todas as formas de violência contra essas comunidades. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU também reconhece o termo LGBTfobia (Unicef, 2023), e ambos os termos são adequados para descrever os diferentes crimes contra essas populações. A discussão das terminologias foi analisada em um relatório que revisou o uso interseccional de pesquisas acadêmicas sobre representações e sub-representações ao longo de mais de um século (Thelwall et al., 2022). Os autores concluíram que opressões políticas e sociais impactam diretamente a produção de pesquisas sobre diversidade sexual e de gênero, apesar de um aumento na quantidade de publicações, especialmente nas áreas de saúde, psicologia, educação e direitos humanos.

Blackmore (2021) aponta que a primeira "letra" reconhecida na terminologia refere-se à classificação de mulheres que se relacionam amorosamente e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, representadas por Sappho², uma poetisa grega da ilha de Lesbos que viveu por volta do século VI a.C. e escrevia poemas líricos sobre erotismo, romance e amizade entre mulheres (Kaplan, 2018). Seus fragmentos

2 No português é traduzida para Safo. Possui outros nomes estrangeiros como Psafu, Psafa ou Sapho.

manuscritos em papiro foram analisados por Bernard Grenfell e Arthur Hunt (1898), influenciando a derivação da palavra “lésbica”, que corresponde ao “L” no conjunto de siglas de diversidade sexual e de gênero (Elledge, 2010).

O termo se popularizou no século XIX, após Henry Havelock Ellis e John Addington publicarem o primeiro dicionário médico sobre a homossexualidade em 1896. Ellis abandonou o termo “lesbianismo”, que na década de 1870 se referia a uma régua de pedreiro e, mais tarde, passou a descrever conceitos “amorosos” e “eróticos” (Whitney, 1889). Ellis aplicou o termo à análise da sexualidade e da psicologia, explorando práticas sexuais que desafiavam as normas da época. Algumas lésbicas, por exemplo, preferem se identificar como gays ou mulheres gays, e a expressão “alinhado à mulher” se refere a pessoas não binárias parcialmente alinhadas com o gênero feminino (McNabb, 2020, p. 11).

Outra identidade sexual é a sáfica, que se refere a mulheres que amam romanticamente outras mulheres e sentem desejo sexual por identidades alinhadas à mulheridade, em alusão a *Sappho*. Esse termo, originalmente pejorativo, surgiu por volta de 1500, ligado ao estilo poético de Safo. Embora o substantivo tenha sido registrado pela primeira vez em 1925, seu uso como sátira data do século XIX, como exemplificado na obra “*The Toast*” de William King, que utilizava o pseudônimo “Peregrine O’Donald” (1732) para críticas literárias e políticas em formato jocoso.

Em outro lugar, o mesmo comentarista conjectura que Myra é uma corrupção de Myrrha, uma famosa cortesã de Atenas, que primeiro praticou e ensinou nessa cidade à maneira Safo e os jogos lésbicos (King, 2011, p. 65, tradução própria).

Todavia, o termo “sáfico” refere-se a um conceito abrangente que inclui a solidariedade ou os relacionamentos amorosos e sexuais entre mulheres e identidades trans não-binárias. Esse termo foi popularizado pelo movimento ativista de diversidade sexual e de gênero na década de 1950. Naquela época, ainda não havia denominações específicas para a bissexualidade, e o termo “safáfica” era usado pejorativamente contra mulheres identificadas como “lésbicas”. Segundo McCann (2021), o termo tem voltado a se popularizar, especialmente em pesquisas online, que mostram tendências desde 2014. “[...] inclui mulheres lésbicas, bissexuais, pansexuais e *queer*, além de pessoas não-binárias que se identificam com a feminilidade” (LGBT Resource Center, 2021, tradução própria).

Assim como Safo, o herói grego Aquiles também representa relações afetivas e sexuais entre homens. O termo “aquileu” ou “relação aquileia”, introduzido pelo historiador John Symonds em 1883, se refere ao relacionamento romântico entre Aquiles e Pátroclo, descrito por Teócrito no século III a.C. como uma amizade ideal masculina. Bingham (2020) argumenta que a contribuição de Symonds marcou o início dos estudos sobre homossexualidade no século XIX, definindo o amor entre essas figuras homoafetivas e influenciando a compreensão das identidades masculinas.

[...] homens que são atraídos por homens, incluindo homens gays, bissexuais, pansexuais e *queer* e pessoas não binárias que se identificam com a masculinidade. Um termo que se refere ao herói grego Aquiles, modelado após o uso do termo “sáfico” para mulheres que são atraídas por mulheres (LGBT Resource Center, 2021, tradução própria).

Portanto, “*gay*” é uma terminologia “guarda-chuva” usada para se referir a pessoas que se sentem atraídas afetivamente por pessoas do “mesmo sexo”. No entanto, o termo é popularmente associado a homens, especialmente entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, quando:

[...] à medida que o que era então chamado de movimento de libertação gay ganhou força, a frase “gay e lésbica” tornou-se mais popular como uma maneira de destacar as questões semelhantes, mas separadas, enfrentadas pelas mulheres na luta pela tolerância (Gold, 2018, tradução própria).

A primeira variação da palavra “*gay*” surgiu das contribuições do alemão Karl Heinrich Ulrichs no século XIX. Ulrichs rotulou o desejo sexual e afetivo de pessoas com características semelhantes às de Aquiles e Sáfico como uma identidade distinta das normas vigentes (McCormick, 2004). Em sua obra “Pesquisa sobre o Enigma do Amor entre Homens” (1864), descreveu pela primeira vez a orientação sexual com os termos “*urning*” — homens atraídos pelo “mesmo sexo” — e “*urnind*” — mulheres atraídas pelo “mesmo sexo” (Leck, 2016).

Todavia, em 1869, o ministro da Justiça do governo da Prússia, Adolph Leonhardt, ao propor uma lei para banir o uso de termos relacionados às relações sexuais entre homens, com o objetivo de preservar um sistema conservador de normas e valores morais e éticos (Adam et al., 1997), foi contrariado pela jornalista Karl Maria Kertbeny. Em resposta à proposta da autoridade, Kertbeny usou pela

primeira vez o termo "homossexualidade" em uma carta anônima e aberta enviada à autoridade. Leonhardt respondeu e passou a utilizar o termo "heterossexual" para se referir a pessoas atraídas pelo "sexo oposto" e "bissexuais" para pessoas atraídas por ambos os sexos (Blakemore, 2021).

A concepção da sexualidade foi influenciada por instituições de poder como o Estado, o cristianismo europeu e a medicina dos séculos XIX e XX, moldando as estruturas e concepções discursivas e a etimologia dos termos associados a comportamentos estigmatizados. Há muitos anos, esses termos eram generalizados pela ideia de homossexualidade. Como afirma Foucault (2000, p. 83), “A sexualidade, longe de ser algo dado, é um campo onde os discursos se entrecruzam, onde palavras e conceitos mudam e se definem em função de múltiplas relações de poder.”

A popularização da palavra "gay" para se referir a homossexuais começou na década de 1890. O termo origina-se do francês “*gai*” do século XII, que descrevia alguém alegre, feliz e de pele clara, de acordo com a literatura da época (Redman, 2018). Na década de 1630, a palavra começou a adquirir uma conotação sexual, passando a designar pessoas associadas à “imoralidade” e à promiscuidade. “[...] ‘Gay house’ was commonly used to refer to a brothel and, later, ‘gaiety’ was used as a common name for certain places of entertainment” (Redman, 2018).

Segundo Green (2016), na obra “Dicionário de Gíria”, o termo “*gay*” começou a se referir a homens homossexuais no final do século XIX. A expressão anglo-escocesa “*gay cat*”, usada inicialmente para descrever características consideradas “excêntricas” e efeminadas, passou a ter um tom pejorativo para comportamentos não convencionais. O termo passou a designar homens que ofereciam serviços sexuais a mulheres ou que estavam submisso a um homem mais velho (Redman, 2018). Essa mudança de uso é exemplificada pela publicação de Livingston (1910), que documenta o uso das gírias estadunidenses do século XX:

Você quer saber de onde eles tiraram seu apelido 'Gay Cat'? Veja, garoto, gatos se esgueiram e arranham imediatamente depois de se divertir com você e depois ficam alegres (atrevidos). É por isso que os chamamos de 'Gays Cats' (Livingston, 1910, p. 201, tradução própria).

No século XIX, o termo "*queer*" se popularizou para descrever pessoas "fora da norma", associado à homossexualidade. Originado do dicionário escocês, "*queer*" significava "estranho" ou "excêntrico", similar ao conceito de "*gay cat*".

Inicialmente, a identidade *queer* foi associada a comportamentos estereotipados e estigmatizados, semelhantes ao uso pejorativo do termo "dinheiro falso". Segundo Elledge (2010), o termo começou a ser usado para descrever pessoas homossexuais na década de 1920, com conotações negativas semelhantes às de "gay" no século XIX. No entanto, o termo foi ressignificado pelo ativismo social, tornando-se um símbolo de resistência e "desafio" (Gamson, 1995).

[...] pode ser usado como um termo abrangente para descrever qualquer pessoa que não seja cisgênero, heterossexual e heterorromântica, ou qualquer pessoa que se envolva com relacionamentos socialmente não conformes, sexualidades e expressões sexuais, e identidades de gênero e expressões de gênero (LGBT Resource Center, 2021, tradução própria).

A atribuição negativa à homossexualidade foi impulsionada por termos estigmatizantes que associavam comportamentos homossexuais a uma identidade fora da norma. Esse estigma foi amplificado pela percepção clínica e médica, especialmente com a publicação de "Psicopatia Sexual" em 1886, na qual o psiquiatra austríaco Richard von Krafft-Ebing descreveu a homossexualidade como um "desvio sexual" patológico.

A percepção negativa de pessoas *queer*, influenciada por fatores políticos e científicos estadunidenses, persiste até hoje. Em 1952, a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da *American Psychiatric Association* (APA) diagnosticou a homossexualidade como um "transtorno".

Em 2009, a APA divulgou um documento sobre os danos psicológicos causados pelas terapias de conversão de orientação sexual, anteriormente apoiadas pelo DSM-I, que buscavam "curar" a homossexualidade. Esses tratamentos incluíam estímulos negativos e métodos de tortura.

Ormsbee (2010) explica que, no final da década de 1960, a revolução ativista nos EUA reapropriou a terminologia gay para desafiar o *status quo* sobre a homossexualidade. Nesse período, surgiram também questões sobre a bissexualidade. Em 1948, Alfred Kinsey, pesquisador da sexualidade, popularizou o termo ao criar uma escala para classificar comportamentos, pensamentos e

sentimentos em relação a indivíduos do mesmo sexo e do sexo oposto. Segundo o Instituto Kinsey da Universidade de Indiana (2024), a escala de Kinsey ajudou a definir identidades sexuais entre heterossexuais e homossexuais.

O psiquiatra Fritz Klein criou uma grade de orientação sexual que ajudou a definir a bissexualidade, abordando comportamento, atração, fantasias e estilos de vida. Sua obra *The Bisexual Option* (1978) ofereceu uma visão mais holística da sexualidade, definindo a bissexualidade como “atração por dois ou mais gêneros” (LGBT Resource Center, 2021, tradução própria). Desde então, o conceito de pansexualidade surgiu na década de 1970, ampliando a compreensão da sexualidade. Embora bissexualidade e pansexualidade sejam distintas em suas nomenclaturas — “bi” está associado à binaridade masculina e feminina, enquanto “pan” representa a diversidade de gêneros — ambas refletem identificações pessoais e movimentos sociais, contudo estão mutuamente relacionadas a uma mesma orientação sexual.

Até então, a noção de gênero estava vinculada à identidade pelo sexo, que corresponde a um conjunto de características fisiológicas sexuais, que atribuem sentido aos papéis sociais definidos como masculinos ou femininos. Pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao seu nascimento são consideradas cisgênero. Expressões de gênero incluem a forma como alguém se comunica socialmente por meio de penteados, roupas, maneirismos e outros comportamentos (LGBT Resource Center, 2021, tradução própria).

Pessoas que não se conformam com o gênero cisgênero, ou “cis”, são chamadas de transgênero, pois suas identidades não se alinham com os conceitos binários de masculinidade e feminilidade. Segundo o glossário eletrônico de termos da PFLAG (2024), uma fundação estadunidense dedicada à diversidade sexual e de gênero, a transgeneridade é definida como “uma identidade que pode envolver a decisão de alterar o corpo hormonalmente e/ou cirurgicamente para corresponder à identidade de gênero”.

A dissidência da normatividade cis origina preconceitos e discriminação cissexista contra pessoas transgênero, refletindo transfobia. Connell e Pearse (2002) explicam que essas atitudes são moldadas por ideais de poder e expectativas de gênero, que definem comportamentos masculinos e femininos e são reforçadas por interações sociais e papéis de gênero hegemônicos.

As identidades de gênero são formadas e moldadas por meio da socialização e das normas culturais que definem o que é considerado apropriado para homens e mulheres. Assim, o gênero é aprendido e praticado, e não simplesmente uma condição biológica (Connell; Pearse, 2002, p. 5).

O gênero neutro dissocia-se da binaridade de gênero (homem ou mulher) e refere-se a práticas de linguagem e acesso a espaços regulados por normas sociais. Segundo a PFLAG (2024), o gênero neutro afeta a forma como cumprimentamos e acessamos espaços determinados por normas de gênero. "Não-binário" é um termo guarda-chuva para pessoas que não se alinham totalmente aos padrões de masculinidade e feminilidade (LGBT Resource Center, 2021).

A transgeneridade amplia as identidades trans ao incluir uma gama de gêneros além da binaridade tradicional. Em "*Masculinities*" (2005), Connell analisa como as normas de gênero impactam as experiências de pessoas trans e como as transgressões durante a transição desafiam as percepções tradicionais de gênero. A autora destaca como as normas rígidas e as hegemonias de gênero criam hierarquias que marginalizam as identidades trans. Esse processo se reflete no termo "transexualidade", que se refere a uma identidade em que indivíduos usam intervenções médicas para expressar seu gênero. Segundo a PFLAG (2024, tradução própria), "[...] um termo menos frequentemente usado – e às vezes incompreendido – considerado por alguns como desatualizado ou possivelmente ofensivo, e por outros como exclusivamente aplicável a eles".

Todavia, um homem trans é uma pessoa cuja identidade está em transição para a masculinidade. Refere-se a alguém transgênero que se identifica como homem, mas que não foi designado assim ao nascer. Esse processo de transição masculina (transmasculina) é semelhante ao de uma mulher trans, que também está em transição e se identifica como mulher, ou seja, trata-se de alguém transfeminina.

Pessoas intersexuais também desafiam a dicotomia binária de corpo masculino ou feminino, pois apresentam características hormonais e órgãos reprodutivos variados, visíveis ao nascer ou desenvolvendo-se ao longo da vida. "[...] Como o intersexo é sobre sexo biológico, é distinto da identidade de gênero e da orientação sexual" (PFLAG, 2024, tradução própria). O termo, cunhado por Richard Goldschmidt em 1917 (Rose, 1935), ganhou destaque com Anne Fausto-Sterling em "*The Five Sexes: Why Male and Female Are Not Enough*" (1993), onde critica a

categorização binária, ressaltando que ela não reflete a diversidade dos corpos intersexuais e leva à medicalização para forçar a conformidade binária, principalmente quando são forçadas a se submeter a procedimentos cirúrgicos ou substituições hormonais para “normalização” binária.

No século XIX, a medicina começou a estudar o campo do intersexo, mas as pessoas intersexuais eram discriminadas por lógicas conservadoras binaristas e religiosas. Médicos adotavam uma abordagem clínica hegemônica, rotulando esses corpos como de anatomia sexual “anormal”. O preconceito se manifestava através de estereótipos, que classificavam como casos de “hermafroditismo” ou “pseudo-hermafroditismo”. Segundo a *Intersex Society of North America* (ISNA), a luta contra a homossexualidade influenciou os procedimentos médicos, com especialistas rotulando esses corpos na tentativa de masculinizar homens gays, tratando-os como se fossem casos de hermafroditismo psíquico (ISNA, 2014). Esse processo criou um sistema que categoriza as pessoas como verdadeiramente masculinas ou femininas. Em razão dessas práticas discriminatórias, “termos médicos como hermafrodita e pseudo-hermafrodita eram usados; hoje, esses termos não são considerados nem aceitáveis nem cientificamente precisos” (PFLAG, 2024, tradução própria).

A inclusão de todas as identidades na sigla que aborda questões de diversidade sexual e de gênero reflete o esforço contínuo para visibilizar comunidades historicamente marginalizadas, como as pessoas intersexuais. Esse acrônimo também destaca a necessidade de combater o apagamento e as abordagens homolesbotransfóbicas que influenciam a percepção e a aceitação das dissidências identitárias em seus contextos históricos, sociais e culturais.

4.2. A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA: POLÍTICAS ATIVISTAS E REINVINDICAÇÕES CIVIS

O documento da APA de 2009 descreve os danos psicológicos das terapias de conversão de orientação sexual, que foram aceitas pelo DSM-I e permitiram a busca pela 'cura' da homossexualidade por instituições nos EUA. Esses tratamentos incluíam estímulos negativos e métodos de tortura para alterar a orientação sexual dos pacientes.

Embora o reconhecimento das mazelas atribuídas à diversidade sexual e de gênero seja recente, esses procedimentos têm raízes que remontam ao final do século XIX. Rosen (2015) explica que os experimentos de aversão contra identidades trans, homossexuais e pessoas intersexuais, que visavam a busca pela 'cura', foram o ponto de partida para que as reivindicações sociais começassem a ganhar forma.

As normas de gênero e sexualidade, especialmente vinculadas à cisgeneridade e heterossexualidade, eram estabelecidas por práticas estruturais e pelo controle estatal e da Igreja Ocidental sobre a vida pública e privada. Com a Revolução Industrial e o avanço das ciências naturais e da medicina no século XVII, houve uma secularização, transferindo a autoridade da Igreja para a Medicina e a Ciência.

No século XIX, a saúde pública ganhou destaque com os esforços de médicos e cientistas para melhorar a qualidade de vida. Segundo Rosen (2015), essa evolução evidenciou o papel da ciência na sociedade e impulsionou reformas sanitárias focadas no saneamento e no combate a doenças. Weindling (2006) acrescenta que esses avanços substituíram crenças religiosas anteriores e influenciaram novas concepções sobre a moralidade social.

Embora esse movimento modernista tenha promovido avanços significativos nos campos da medicina e da psicologia, outros temas também impactaram a sociedade. Esses temas abordavam as interações entre comportamento humano, saúde mental, identidade e progresso social. Alice Dreger (2000) explica que, entre o final do século XIX e o início do século XX, os movimentos sociopolíticos e científicos frequentemente associavam categorias sexuais, como a homossexualidade e a intersexualidade, a condições patológicas ou morais, influenciando a compreensão e o tratamento dessas questões.

Segundo Dreger (2000), a patologia atribuída às categorias de sexualidade dissidente surgiu a partir de uma perspectiva normativa que reforçava padrões binaristas e heterossexuais sobre sexualidade e gênero. Dessa forma, rótulos e características eram associados ao comportamento social de maneira que os 'desvios' eram usados para justificar inconformidades e transtornos psíquicos ou patológicos.

A medicalização da sexualidade e do gênero muitas vezes serviu para reforçar normas sociais e culturais, em vez de proporcionar cuidados adequados aos indivíduos. A imposição de diagnósticos patológicos foi uma

forma de controle social que perpetuou o estigma e a marginalização (Dreger, 2000, p. 204, tradução própria).

Susan Stryker (2022) examina como a patologização imposta pela medicina e psicologia influenciou as percepções estereotipadas e contribuiu para o tratamento hostil da diversidade de gênero. Stryker (2022) aponta que as normas impostas pela medicalização e psicologização contribuíram para a marginalização de identidades dissidentes, especialmente de pessoas trans. “[...] Esse enfoque não apenas estigmatizou as identidades trans, mas também contribuiu para a percepção de que essas identidades eram anomalias a serem corrigidas, em vez de variações legítimas da experiência humana” (Stryker, 2022, p. 78, tradução própria).

A repressão pejorativa no final do século XIX levou ao surgimento de movimentos sociais de resistência. O primeiro movimento pró-*queer* registrado foi o ‘*Komitee für Wissenschaftliche Humanität*’³, fundado em 1897 por Magnus Hirschfeld na Alemanha. O comitê visava combater estigmas sobre a homossexualidade e promover reformas para garantir direitos civis. Segundo Bowers (2010) a criação dessa fundação inspirou a articulação de outros movimentos sociais.

O comitê de Hirschfeld baseava-se nos estudos de Ulrichs, que introduziu o conceito de *urning* para 'despatologizar' a homossexualidade. No entanto, as hegemonias médicas e psicológicas continuaram associando a homossexualidade a doenças mentais, reforçando estigmas. Apesar de Hirschfeld ser pioneiro na investigação da influência hormonal na sexualidade, Bowers (2010) destaca que controvérsias sobre a venda de remédios ineficazes prejudicaram a credibilidade do comitê. “[...] As alegações de extorsão financeira lançaram uma sombra sobre o trabalho do *Scientific-Humanitarian Committee*, minando a credibilidade do movimento (Bowers, 2010, p. 157, tradução própria). Além disso, a utilização do conceito de 'cura' da homossexualidade por alguns pesquisadores gerou percepções negativas sobre as dissidências sexuais e de gênero.

No início do século XX, a estigmatização *queer* estava associada a noções generalizadas sobre comportamentos homossexuais, e a homossexualidade era criminalizada no Ocidente. A lei mais antiga registrada que se tem é na Inglaterra, o ‘*Act for the Punishment of the Vice of Buggery*’, foi outorgada em 1533 pelo rei

3 Tradução em português: Comitê para a Humanidade Científica.

Henrique VIII e considerava a homossexualidade uma desordem pública e moral (Weeks, 1998).

[...] O Act for the Punishment of the Vice of Buggery, promulgado em 1533, estabeleceu uma abordagem legal sistemática para a criminalização da sodomia na Inglaterra. Essa legislação foi um marco importante na história da repressão sexual, refletindo uma profunda preocupação moral com a sexualidade não normativa e moldando a forma como a homossexualidade seria tratada legalmente nos séculos seguintes (Weeks, 1998, p. 44, tradução própria).

As visões morais refletidas nas normas legislativas baseavam-se em papéis de gênero que valorizavam a heterossexualidade para reprodução e casamento, reforçando a manutenção do núcleo familiar. Weeks (1998) destaca que as normas sexuais idealizavam a monogamia como um meio de organizar e controlar as relações civis de forma interpessoal e social, limitando as expectativas de comportamento sexual e conjugal a essa forma de relacionamento. Na mesma linha de pensamento, D'Emilio (2016) entende a monogamia como um padrão de relacionamento imposto pelas lógicas estruturais de sexualidade e gênero.

A adaptação de relacionamentos monogâmicos dentro das comunidades homossexuais refletiu uma negociação mais ampla das expectativas sociais. O desafio de reconciliar desejos pessoais com pressões externas para conformar-se aos padrões normativos de monogamia e fidelidade foi um aspecto significativo das dinâmicas sociais dentro dessas comunidades (D'Emilio, 2016, p. 175, tradução própria).

Todavia, a ideia de relacionamento monogâmico também foi reforçada pelo cristianismo, que promovia a crença no casamento entre um homem e uma mulher. Essa expectativa conjugal reforçou padrões hegemônicos de gênero, sustentados por dogmas tradicionais em passagens bíblicas como:

Gênesis 2:24: "Por isso, deixará o homem pai e mãe, e se unirá à sua mulher, e serão uma só carne [...];

Eféios 5:31: "Por isso, deixará o homem pai e mãe, e se unirá à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne [...]" (Bíblia Sagrada On-line, 2024).

A interpretação eclesiástica das escrituras bíblicas influenciou os dogmas sobre padrões de relacionamentos afetivos, tornando a monogamia um padrão normativo. Isso levou à condenação da poligamia e das relações extraconjugais.

Warner (1999) analisa como a moralidade cristã moldou os papéis de gênero e criou normas sociais que associam a monogamia à moralidade, enquanto a infidelidade é problematizada. Essas normas validam comportamentos dominantes conforme os padrões de heterossexualidade e monogamia. “[...] Ao questionar e reimaginar essas normas, a teoria *queer* oferece alternativas às narrativas dominantes sobre monogamia e fidelidade, promovendo uma compreensão mais inclusiva da sexualidade” (Warner, 1999, p. 92, tradução própria).

As instituições religiosas ocidentais moldaram leis e políticas contra pessoas *queer*, intensificando estigmas e estereótipos sobre as dissidências LGBTI+. O cristianismo ajudou a justificar preconceitos e discriminação, mantendo a exclusão por meio de práticas normatizadas. Boswell (2002) analisa como essas influências cristãs marginalizaram e puniram essa população, atribuindo essa marginalização a uma visão moralmente errada em relação à heterocissexualidade. Como Boswell afirma, “[...] A evolução das normas de tolerância é um testemunho da complexidade da relação entre religião e sexualidade” (Boswell, 2002, p. 124). Outras interpretações sobre os textos bíblicos também condenavam e reforçavam uma visão imoral sobre práticas homossexuais:

Levítico 18:22: “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; é abominação” [...];
Romanos 1:26-27: “Por isso Deus os entregou a paixões infames; porque até as suas mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas em que é contra a natureza [...]”; “E, semelhantemente também os homens, deixando o contato natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro” (Bíblia Sagrada On-line, 2024).

A interpretação desses versículos condena práticas que não sejam heterossexuais, binárias ou cisgêneras, considerando-as pecaminosas. Martin (1995) aponta que a visão negativa do cristianismo não apenas subverteu pessoas homossexuais, mas também generalizou a discriminação contra toda a população não normativa. Essa perspectiva moral e hegemônica sobre monogamia e heterossexualidade levou ao estigma e ostracismo de pessoas LGBTI+, como dito anteriormente, influenciando pesquisas e terapias aversivas que reforçaram a patologização da homossexualidade.

A repressão e o preconceito social contra práticas homossexuais aumentaram a hostilidade ao ativismo pela diversidade sexual e de gênero no início do século XX. Devido à criminalização, ativistas se reuniam em espaços privados. Weeks (1998) descreve essas reuniões em residências de simpatizantes como ambientes seguros para discutir pautas e estratégias, mantendo-as em segredo.

Halperin (2002) destaca que essas operações discretas foram cruciais para a resistência ao ativismo contra represálias sociais. Além de se reunirem em locais privados para discutir estratégias, os grupos também se encontravam em cafés e restaurantes em horários específicos. Esses ambientes ofereciam privacidade socialmente aceitável, permitindo segurança e discrição entre os participantes.

Os encontros em espaços públicos para entretenimento eram organizados para aparentar normalidade. D'Emilio (2016) explica que o ocultamento das atividades protegia a diversidade de frequentadores, que nem sempre apoiavam a causa da diversidade sexual e de gênero. O acesso às festas temáticas era controlado por disfarces e pseudônimos para garantir segurança e evitar riscos.

A segurança dos encontros discretos visava evitar perseguições contra participantes e simpatizantes dos grupos ativistas, que enfrentavam severas punições por atividades relacionadas à diversidade sexual e de gênero, consideradas 'desviantes' (Weeks, 1998). Ativistas como Hirschfeld exemplificam essa repressão. No século XX, a censura sobre temas *queer* resultava em discriminação, como perda de emprego e expulsões, reforçando a exclusão e o silenciamento devido às influências políticas e institucionais que dificultavam a mobilização e a conquista de direitos civis.

Nos anos 1950, a repressão política considerava práticas não heterocissexuais como crimes nos países ocidentais. A Guerra Fria intensificou isso, associando o comunismo à subversão e tornando outros grupos de diversidade sexual e de gênero vulneráveis a chantagens e acusações de traição.

Portanto, muitas políticas de segurança pública buscavam excluir simpatizantes e pessoas LGBTI+ de cargos públicos, utilizando a estigmatização como uma forma de reforçar a segurança nacional. Isso resultou em assédios e perseguições constantes a grupos e simpatizantes do ativismo *queer*, além de prisões e campanhas de medo e exclusão. Segundo Stryker (2017), a criminalização da

homossexualidade intensificou a discriminação contra pessoas trans, especialmente durante a Guerra Fria.

Durante esse período, alguns movimentos de resistência se opuseram à repressão policial e operavam discretamente para se proteger das forças políticas. Eles focavam na educação pública sobre a homossexualidade para combater a estigmatização e a discriminação. Lisa Duggan (2018) destaca que uma das primeiras organizações ativistas nos EUA foi a '*The Society for Human Rights*', fundada na década de 1920. Embora o ativismo trans tenha sido crucial para o avanço dos direitos LGBTI+, essa população ainda é marginalizada até mesmo por grupos de diversidade sexual e de gênero, cujas histórias de resistência são muitas vezes vistas sob a ótica das demandas cisgênero e homossexual predominantes (Styker, 2017).

Duggan (2018) analisa como as políticas neoliberais afetaram as organizações das agendas do movimento ativista, ao reduzir o papel estatal e forçar uma adaptação aos ideais que priorizam o progresso econômico e 'terceirizam' as lacunas sociais. Essa prioridade pelo consumo capitalista potencializou as estruturas de desigualdade e discriminação sobre a identidade *queer*.

De acordo com Erickson-Schroth (2014), foi também durante os anos 50 que a sigla da comunidade começou a se originar. Acrônimos relacionados aos termos "gay" para homens e "lésbica" para mulheres foram ressignificados como termos de resistência pelo ativismo. Embora fossem denominações pouco abrangentes, excluía outras identidades, como a população trans e até pessoas bissexuais.

Na década de 1960, os EUA enfrentaram rígidas formações conservadoras contra grupos ativistas de diversidade sexual e de gênero. Duberman (2019) destaca que bares e clubes eram invadidos pela polícia por serem vistos como focos de imoralidade, com frequentadores que não se conformavam às normas sociais. Pessoas eram presas e humilhadas em público por violarem a lei, sendo alvo de agressões que causavam constrangimento.

Em 1966, Sylvia Rivera e Marsha Johnson fundaram a *Street Transvestite Action Revolutionaries* (STAR) para defender os direitos de pessoas trans e trabalhadores do sexo nas ruas, em resposta à marginalização estatal. A STAR se tornou um ícone do ativismo no século XX. Segundo Bronski (2011), a hostilidade social e a negligência de direitos básicos motivaram a oposição das ativistas à 'caça às bruxas' de Joseph McCarthy, que associava a homossexualidade à subversão

comunista. Em resposta, a STAR ofereceu abrigo e apoio, apesar da falta de recursos e apoio institucional, o que aumentou sua visibilidade e inspirou outros movimentos sociais na defesa dos direitos trans e de trabalhadores do sexo.

O clima de vigilância e a hostilidade política aumentaram a insegurança gerada pelas batidas policiais, fazendo com que muitos evitassem certos espaços para conter represálias, que resultavam em prisões e abusos. Duberman (2019) explica que as penalidades incluíam a associação da homossexualidade a comportamentos e estilos, com leis que forçavam agentes de segurança pública a reprimir pessoas que não seguiam o padrão de gênero atribuído ao nascimento.

Localizado na *Christopher Street*, no bairro *Greenwich Village*, em Nova Iorque (EUA), o *Stonewall Inn* era um bar acolhedor onde pessoas simpatizantes e *queer* podiam se expressar. O local oferecia abrigo e refúgio, tornando-se um ponto de encontro para a construção da comunidade em meio às adversidades políticas e sociais. Stryker (2017) destaca que o bar, por não ter licenciamento, estava sujeito a constantes batidas policiais e inspeções, o que favorecia a repressão contra seus frequentadores. Para se proteger das marginalizações, eram usadas práticas de suborno, que, embora corruptas, ofereciam uma proteção temporária.

Entretanto, no dia 28 de junho de 1969, uma batida policial no *Stonewall Inn*, com a intenção de prender os clientes e fechar o bar, gerou uma resistência dos frequentadores. O descontentamento levou a manifestações que se intensificaram contra os abusos e a violência policial já sofridos por essas pessoas. Segundo Carter (2000), os confrontos aumentaram à medida que a multidão fora do bar se revoltava contra a repressão.

As manifestações não cessaram no dia 28 de junho; os protestos se estenderam por vários dias em um ato de "desobediência" à conduta institucionalizada. A onda de enfrentamentos se consolidou, refletindo a formação de movimentos mais organizados que impulsionaram o empoderamento dos grupos fragilizados. Além disso, a cobertura jornalística da Revolta de *Stonewall* ajudou a mobilizar outras cidades, promovendo uma força coletiva de manifestações.

Poucas semanas após o evento, foi fundada a comunidade *Gay Liberation Front* (GLF) por ativistas que buscavam desafiar a opressão e a discriminação contra pessoas de diversidade sexual e de gênero, e promover a despatologização da homossexualidade. Segundo Carter (2020), a GLF organizou campanhas, marchas e

comícios em locais públicos e frente a instituições governamentais, com o objetivo de combater as desigualdades de gênero e sexualidade por meio de campanhas educacionais.

A década de 1970 é marcada pela influência do pós-modernismo, refletindo mudanças sociais, culturais e intelectuais que valorizam a diversidade e o pluralismo. Bauman (2016) descreve essa fase como "modernidade líquida", caracterizada por incertezas e transformações fluidas dos valores sociais. Nesse contexto, a instabilidade global favoreceu o surgimento de grupos estadunidenses como a *Gay Activists Alliance* (GAA), que focou em reformas políticas organizadas, contrastando com a radicalidade da GLF. A GAA priorizou mudanças através da pressão política e reformas legislativas. A *Daughters of Bilitis* (DOB), fundada em 1955, destacou-se por abordar as necessidades da comunidade lésbica e combater a discriminação contra a homossexualidade feminina, assumindo um papel importante nas iniciativas de igualdade feminista após o evento de *Stonewall*.

Para celebrar um ano de resistência contra a discriminação das identidades sexuais e de gênero desde o evento revolucionário do dia 28 de junho, as organizações ativistas estadunidenses realizaram sua primeira marcha. Segundo Carter (2020), a parada visava expressar a visibilidade do movimento e reivindicar direitos civis para a comunidade. Chamado de "*Christopher Street Liberation Day*", o evento também inspirou a organização de paradas em outros países, promovendo a aceitação social globalmente, que passou a se transformar em eventos anuais e internacionais.

Eventos sociais e culturais, com ênfase na individualidade e autoexpressão, também influenciados pelas revoluções feministas que desafiavam as normas tradicionais de gênero, foram expressos artisticamente pela música, moda e cinema. Essas manifestações buscavam refletir a ideia de que a identidade individual deveria ser aceita e celebrada, constituindo uma luta pela igualdade nos papéis de gênero. Weeks (1998) descreve esse período como uma Revolução Sexual. A resistência e a consolidação das organizações ativistas foram cruciais para pressionar reformas de direitos civis que ajudaram a descriminalizar a homossexualidade. Países como França, México, Dinamarca, Suécia e Reino Unido já eram pioneiros em reformas sobre diversidade sexual e de gênero antes de *Stonewall*. Outros países só realizaram essas reformas graças ao aumento da atuação ativista e ao impacto dos eventos.

Durante a transformação pós-modernista dos anos 1970, o *glam rock* desafiou normas de gênero e sexualidade, utilizando a arte para expressar novas formas de identidade e autoexpressão. Weeks (1998) observa que essas representações trouxeram uma reflexão sobre a bissexualidade e desafiaram tradições heterossexuais. O cantor David Bowie foi uma figura chave nesse movimento, fazendo declarações abertas sobre sua bissexualidade e utilizando uma estética andrógena para misturar características masculinas e femininas com maquiagens e roupas. Seu estilo musical *rock/pop*, popular na época, também ajudou a questionar os padrões normativos e estigmas associados ao gênero.

Em 1978, a questão da diversidade de gênero e sexualidade ganhou um símbolo significativo através de duas personalidades importantes. Segundo Carter (2020), Harvey Milk, um político abertamente gay em São Francisco, Califórnia (EUA), apoiou Gilbert Baker, um ativista e *drag queen* conhecido, na criação de um símbolo de orgulho e diversidade. Baker desenvolveu uma bandeira com oito cores horizontais (rosa, vermelho, laranja, amarelo, verde, turquesa, azul e violeta), cada uma representando um aspecto da luta e do ativismo social. A bandeira foi apresentada na primeira Marcha do Orgulho Gay de São Francisco.

No ano seguinte, a bandeira foi readequada, mantendo o mesmo estilo, mas com apenas seis cores, após a remoção do rosa e do turquesa. Faderman (2018) explica que a remoção dessas cores se deveu às dificuldades de reproduzi-las em tecidos. Assim, a versão ajustada da bandeira tornou-se mais consistente e uniforme. “[...] No entanto, ela ganhou maior popularidade em 1994, quando Baker produziu uma bandeira gigante para comemorar o 25º aniversário da Revolta de Stonewall” (Mielnikiewicz, 2023).

Outro desafio que intensificou estigmas e discriminação contra a diversidade, especialmente em relação a homens gays durante os anos 1980, foi a epidemia conhecida como “*Acquired Immune Deficiency Syndrome*” (AIDS), ou SIDA no contexto brasileiro.

A descoberta do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) em 1983 revelou que a AIDS podia afetar qualquer pessoa, independentemente de gênero e sexualidade. No entanto, os primeiros casos identificados foram em homens que tinham relações sexuais com outros homens, o que intensificou percepções preconceituosas e estigmatizantes. Para Sedgwick (2016) afirma que esse contexto

associou a AIDS a terminologias discriminatórias como “peste gay” e “câncer gay”, reforçando a marginalização existente da diversidade sexual e de gênero.

O descaso das autoridades e a falta de políticas públicas contribuíram para a associação do vírus com a homossexualidade. A mídia local reforçou esse estereótipo, abordando questões de gênero e sexualidade de acordo com normas heterocissexuais. Douglas Crimp (2002) analisa como a cobertura jornalística foi marcada por preconceitos e estigmas, retratando a AIDS como uma "doença gay".

Segundo Crimp (2002), a cobertura jornalística dos anos 1980 contribuiu para a precarização da AIDS ao associar termos e imagens negativas à homossexualidade, retratando-a como uma identidade com comportamento desviante e alimentando a ideia de uma “doença moral”.

Os ativistas da AIDS, diante da representação negativa na mídia, se empenharam em dismantelar os estigmas e promover uma compreensão mais precisa da doença. O ativismo cultural se tornou uma ferramenta essencial para desafiar e reformular as narrativas prejudiciais (Crimp, p. 187, 2002, tradução própria)

A discriminação estrutural impediu que as autoridades oferecessem tratamentos adequados para a comunidade *queer*, levando organizações ativistas a buscar soluções. Em 1987, foi fundada a *AIDS Coalition to Unleash Power* (ACT UP) por ativistas em Nova Iorque para pressionar por melhores tratamentos e pesquisas sobre o HIV. Além disso, as campanhas da ACT UP visavam combater os estigmas associados à AIDS e à diversidade sexual e de gênero.

A marginalização das políticas públicas levou a um ativismo mais militante, que pressionava as autoridades para reconhecer as necessidades e identidades sexuais e de gênero. Duggan (2018) observa que, até os anos 1960, o movimento *queer* usava as terminologias “gay” e “lésbica” exclusivamente para homossexuais. Entre as décadas de 1980 e 1990, a sigla GL (gays e lésbicas) evoluiu para LGB, com a inclusão do “B” para representar a bissexualidade, atendendo à demanda de grupos ativistas por uma representação mais completa da diversidade.

No início dos anos 1990, começou o debate sobre a inclusão da identidade trans na sigla. Erickson-Schroth (2014) observa que a falta de representatividade da transgeneridade motivou a adição do 'T' pelo ativismo *queer*, refletindo também a exclusão e as tradições binárias e cisgêneras presentes no próprio ativismo. “[...] A

evolução da terminologia de gênero reflete uma maior compreensão e aceitação das complexidades das identidades de gênero” (Erickson-Schroth, 2014, p. 34, tradução própria).

Essa década marcou o avanço do movimento LGBT, com a inclusão de artistas e a popularização da cultura *drag* nos anos 1990. Essas conquistas refletem o ativismo e a luta por direitos civis e políticas públicas para combater a discriminação de gênero e sexualidade (Duggan, 2018).

Durante esse período, o termo "*queer*" foi ressignificado. Inicialmente pejorativo, passou a ser usado por movimentos acadêmicos dos anos 1980 e 1990 como uma forma de resistência para desconstruir e estudar normas sociais e hegemônicas. Esses estudos ampliaram as discussões sobre gênero e sexualidade, promovendo uma perspectiva mais fluída de identidade (Butler, 2003).

No final do século XX, as questões intersexuais ganharam visibilidade na comunidade LGBT, destacando a necessidade de inclusão e compreensão. Anteriormente, as condições intersexuais eram frequentemente tratadas com intervenções cirúrgicas e hormonais para se adequar aos padrões binários de gênero. Pesquisadores, médicos e ativistas intersexuais promoveram a visibilidade e lutaram contra essas práticas não consensuais. Em 1993, foi fundada a ISNA para conscientizar a sociedade sobre a intersexualidade.

Nos anos 2000, foram alcançadas importantes conquistas, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a implementação de leis sobre uniões civis e parcerias domésticas. Além disso, desde o início do século XXI, houve avanços no reconhecimento de identidades trans e não-binárias, incluindo a retificação de documentos pessoais.

Durante esse período, a assexualidade ganhou reconhecimento no ativismo social, que passou a focar na ausência ou limitação da atração sexual. Em 2001, a *Asexual Visibility and Education Network* (AVEN) foi fundada para combater estigmas e desinformação sobre a assexualidade, esclarecendo que a falta de desejo emocional, romântico ou sexual é uma parte válida da diversidade sexual.

Segundo Ahmed (2020), o ativismo em diversidade sexual e de gênero começou a se expandir no início dos anos 2000, com a inclusão de novas identidades. Esse avanço foi impulsionado por mudanças no ativismo, que buscou promover uma conscientização sobre um movimento mais inclusivo, abrangendo identidades

emergentes e pouco compreendidas. Para refletir essa necessidade de pluralidade, o símbolo “+” começou a ser adicionado ao final das siglas, visando a visibilidade de outros grupos ativistas.

Puar (2017) explica que as identidades LGBT+ são moldadas por agendas nacionais variadas, e a inclusão de termos na sigla reflete as configurações políticas, um fenômeno conhecido como homonacionalismo. A interseccionalidade das identidades considera a inclusão de diversos grupos sociais e suas características, como raça, classe e sexualidade (Puar, 2017). Assim, a sigla varia conforme as questões regionais e a visibilidade local.

[...] A inclusão de identidades como gays e lésbicas dentro das políticas nacionais não é apenas um ato de reconhecimento, mas uma estratégia que pode ser utilizada para criar uma narrativa nacional que se distancia de outras nações e seus problemas, enquanto oculta as desigualdades dentro do próprio país (Puar, 2017, p. 56, tradução própria).

No Brasil, entidades como o Grupo Gay da Bahia (GGB), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) utilizam a sigla LGBTI+ para representar a comunidade.

Desde o início dos anos 2010, a sigla “LGBTQQICAPF2K+” também ganhou visibilidade, oferecendo uma versão mais extensa da sigla para incluir uma gama ainda maior de identidades e orientações. Entretanto, outros acrônimos também são utilizados, como a “LGBTQIA+”, “LGBTQIAPN+”, “LGBTQ+” ou “LGBT+”.

TABELA 2 – Acrônimo da representação de termos da sigla LGBTQQICAPF2K+

Representações da Sigla	
Nomenclatura	Identidade
L	Lésbicas
G	Gays
B	Bissexuais
T	Transgêneros
Q	<i>Queer</i>
Q	Questionando
I	Intersexuais
C	Curioso
A	Assexuais
A	Aliados

P	Pansexuais
P	Polissexuais
F	Familiares
2	2-Espiritos
K	Kink
+	Pluralidades

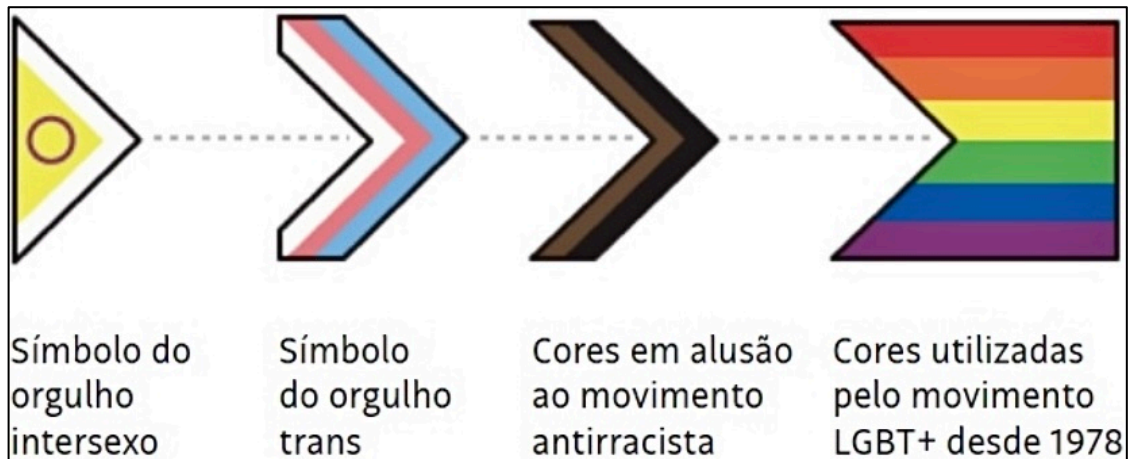
Fonte: Elaboração própria (2024).

Esta pesquisa adota a sigla LGBTI+ por entender que ela melhor representa a diversidade geopolítica do Brasil. Além disso, entidades ativistas de renome nacional também utilizam essa sigla, reconhecendo que a intersexualidade não se refere a identidades de gênero ou orientações sexuais, mas a pessoas que nascem com características anatômicas sexuais determinadas por variações cromossômicas e gonadais, o que as afasta das normas binárias de sexo. O "+" na sigla simboliza outras diversidades sexuais e de gênero.

Desde a criação da bandeira do Orgulho, grupos ativistas têm utilizado símbolos específicos para representar suas identidades. Exemplos incluem a bandeira do Orgulho Trans, criada em 1999 por Monica Helms, com cores azul claro, rosa e branco, e a bandeira do Orgulho Bi, criada em 1998 por Michael Page, com faixas rosa, roxa e azul. Em 2017, surgiu a bandeira do Orgulho POC, que adiciona um triângulo com as cores preto, marrom, vermelho e azul, representando respectivamente as comunidades negra, parda, indígena e latina, reconhecendo as intersecções de raça e cor dentro da comunidade LGBTI+.

Em 2018, a bandeira LGBTI+ foi atualizada com um triângulo nas cores do Orgulho Trans, criando a Bandeira Progressista. Em 2021, o designer intersexo Valentino Vecchietti acrescentou à bandeira o símbolo do Orgulho Intersexo, com um triângulo branco e um círculo amarelo com fundo roxo sobreposto a um triângulo amarelo, antes dos triângulos do Orgulho Trans e POC (Vecchietti, 2021).

FIGURA 3 – Transcrição da bandeira do Orgulho Progressivo



Fonte: Instagram (2022). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CmHAKmPhV1Y/?igsh=NWZ3NmXuMHhdWM4>. Acesso em: 15 ago. 2024.

A nova bandeira do Orgulho Progressista é composta por seis cores horizontais (vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e roxo), como na bandeira do arco-íris. No lado esquerdo, há um triângulo com cores representando a comunidade trans (azul, rosa e branco) e as comunidades POC (preto e marrom). Também há um círculo amarelo com fundo roxo, destacado por um fundo amarelo (Casa e Jardim, 2023; Ferneda, 2023).

Apesar dos avanços em direitos civis, o movimento LGBTI+ ainda enfrenta desafios relacionados à discriminação e preconceito. A luta continua a focar em mudanças sociais e culturais para enfrentar as estruturas e concepções hegemônicas, muitas vezes baseadas em estereótipos e estigmas que perpetuam violência física, verbal, moral e psicológica.

4.3. O (C)ISTEMA: UMA SÍNTESE DE NORMAS DE IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO NA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

A noção de identidade está relacionada com o próprio corpo, é o que diz também a Unicef (2023), quando declara que o conceito de gênero constituído para a sociedade está atribuído a nossa relação de identificação com o que consideramos como identidade social. No entanto, essa elaboração consensual abrange uma

diversidade de inferências sociais e culturais atreladas a construções estruturais atadas também a concepções hegemônicas de um indivíduo.

Judith Butler (1990) propõe uma perspectiva conceitual sobre os papéis de gênero, destacando a diferença entre gênero e sexo, influenciada pelo pós-estruturalismo, especialmente Foucault, e por correntes feministas.

Butler (1990) revisa o conceito de “sexo biológico”, geralmente visto como algo biológico e natural. A autora argumenta que essa ideia é, na verdade, uma construção social moldada culturalmente por normas e papéis hierárquicos associados a atos performativos e ao conceito de gênero. “[...] O gênero não é algo que se tem, mas algo que se faz, e que é feito repetidamente, produzindo a ilusão de um gênero natural e fixo” (Butler, 1990, p. 33).

O conceito de performatividade explica como as percepções binaristas sobre sexo são moldadas socialmente, relacionando-se a um modo de operação que define “homem” e “mulher”. Isso envolve a constituição de atos, gestos e comportamentos associados à masculinidade e à feminilidade. Butler afirma: “[...] O que é geralmente chamado de sexo é, na verdade, uma construção cultural e social, um sistema de normas que faz com que certas práticas sejam interpretadas como naturais e inevitáveis” (Butler, 1990, p. 6).

As normas culturais interpretam características sexuais através de construções históricas acumuladas ao longo dos anos. Essas construções se tornam essenciais e a identidade de gênero se estrutura como parte de uma representação coesa, expressa por tradições e estruturas reforçadas socialmente. Entretanto, os atos performativos criam uma ilusão de coesão e estabilidade, uma vez que normas para essas identidades de gênero são introduzidas e sustentadas. Segundo Butler (1990), essas categorias são reconstruídas e mantidas pela justificativa da essência “natural”, que se refere a aspectos físicos e anatômicos — como cromossomos, hormônios e genitais — resultando na normatização social. “[...] As ações e comportamentos que realizamos repetidamente não são apenas atos, mas são constitutivos de nossa identidade de gênero. Esta repetição é fundamental para a construção e sustentação das normas de gênero” (Butler, 1990, p. 45).

Ao retomar a ideia de hegemonia cultural gramsciana, é possível relacioná-la ao conceito de performatividade butleriana, especialmente na maneira como as normas de gênero, quando reforçadas e naturalizadas, sustentam estruturas de poder

e hegemonia cultural. Essas normas preconizam identidades subalternas, como a população LGBTI+, através de lentes cisgêneras e heterossexuais, ou seja, os discursos sociais, ao estigmatizar e marginalizar, alimentam a violência homolesbotransfóbica. Assim, o controle social nos espaços de privilégio normaliza e perpetua preconceitos contra performances que não se enquadram nos padrões heterocissexuais, refletindo valores universais e ocidentais. “[...] Reconhecer o gênero como uma construção performativa é reconhecer que podemos desafiar e transformar as normas que sustentam a identidade de gênero” (Butler, 1990, p. 67).

As normas e estruturas de gênero podem ser desafiadas ao se reconhecer o gênero como uma construção performativa. Se o gênero é uma construção social, ele pode ser desconstruído ou reformulado. Butler (1990) argumenta que as normas de gênero consistem em uma série de atos e comportamentos. Portanto, ao analisar essas práticas, as identidades tradicionalmente fixas, como "masculino" e "feminino", podem ser questionadas e modificadas.

Pensamento butleriano sugere que as normas de gênero estão ligadas a hierarquias de poder e percepções hegemônicas, mas podem ser desafiadas por meio da subversão. Ao questionar essas normas, confrontam-se as estruturas que sustentam as desigualdades de gênero. Como Butler (1990, p. 67) afirma: “[...] As normas de gênero são, portanto, sujeitas a uma reinterpretação e reconfiguração contínuas”. Por exemplo, quando um homem adota práticas que divergem das expressões masculinas convencionais, ele subverte a identidade binária. “[...] O gênero não é fixo ou essencial; ele é uma construção que pode ser reconfigurada através de práticas e performances alternativas” (Butler, 1990, p. 84).

As propostas conceituais de Butler integram os estudos *queer*, uma área interdisciplinar que surgiu nos anos 1990 a partir dos movimentos de diversidade sexual e de gênero. Influenciados por teóricos pós-estruturalistas, esses estudos analisam como normas e formas de controle afetam a sexualidade e identidade de gênero. O termo *queer*, ressignificado como resistência às normas tradicionais, tornou-se uma ferramenta para questionar o que é considerado “normal” em sexualidade e gênero.

Jonathan Ned Katz (1996) é um dos primeiros a questionar a heterossexualidade como uma “invenção” e argumenta que a “homossexualidade” também é uma construção social do século XIX. Seus estudos desafiam a ideia de

que a heterossexualidade é uma condição natural e universal, essencial para a sexualidade identitária e a organização familiar. Katz denomina o processo de “heterossexualismo”, que normatiza e institucionaliza a heterossexualidade como a única forma legítima de sexualidade. O autor afirma: “A naturalização da heterossexualidade sustenta um sistema social que privilegia as relações e estruturas familiares tradicionais, promovendo a heterossexualidade como uma norma universal” (Katz, 1996, p. 25).

As políticas são sustentadas pela crença de que a heterossexualidade é uma identidade sexual fixa e universal, mantendo-se como *status quo*. Julia Serano (2007) usa o termo "cissexualismo" para descrever a crença de que pessoas cis, cuja identidade de gênero corresponde ao gênero atribuído ao nascimento, são mais naturais e legítimas, desvalorizando assim as pessoas trans.

Uma conotação estigmatizante relacionada à inferioridade associada às mulheres e às expectativas de feminilidade é a atribuição do termo "efeminado" a uma pessoa. Esse estigma frequentemente está ligado a estereótipos pejorativos, especialmente em relação a homens gays, e é reforçado pela discriminação de características físicas ou aparências percebidas como femininas. Em outras palavras, o termo enfatiza a suavidade ou a delicadeza de um homem, em contraste com as normas masculinas tradicionais.

Serano (2007) destaca que o sexismo reforça os papéis de gênero através da valorização da identidade cis, um processo conhecido como cisnormatividade. Isso resulta na exclusão de pessoas trans e na suposição de que todos devem corresponder ao sexo designado ao nascimento. Essa crença cissexualista molda práticas sociais e políticas por meio do discurso hegemônico.

A identidade de gênero, quando vista apenas através das lentes binárias de homem e mulher, desconsidera a diversidade de experiências individuais, independentemente do sexo atribuído ao nascimento. As expressões de gênero incluem comportamentos, vestimentas, falas e outras formas de apresentação, que podem ser masculinas, femininas, andróginas, entre outras. A interseção das normas reflete perspectivas interseccionais, abordando diversas formas de discriminação e opressão (Serano, 2007; Butler, 1990).

Todavia, o binarismo de gênero é uma norma hegemônica que limita as expressões identitárias ao masculino e feminino, baseando-se no sexo atribuído ao

nascimento. A transgeneridade, como identidade de gênero que pode não corresponder ao sexo atribuído, destaca a diversidade de identidades, como pessoas trans, não-binárias e gênero fluido. Sobretudo, as hegemonias sexuais e de gênero intensificam o desconforto e sofrimento dessas pessoas, frequentemente gerando incongruência entre sua identidade de gênero e a identidade esperada socialmente, fenômeno psicológico esse conhecido como disforia.

A binaridade de gênero deve ser vista como um subsistema organizado por normas e valores controlados por relações de poder. Esse sistema reflete concepções de poder em diversas esferas sociais. Gramsci (2001) descreve a dominância cultural como a liderança de grupos ou ideologias sobre uma "verdade" coercitiva, sustentada pelo consenso e aceitação das ideias dominantes. Enquanto mecanismos de controle mantêm a autoridade e a ordem, a hegemonia depende da aceitação das normas dominantes e influencia a percepção social.

Essa liderança ideológica é reforçada por estigmas e estereótipos sexuais e de gênero que sustentam as normas heterossexuais e cisgênero sob uma perspectiva de dominação masculina. O patriarcado, conforme analisado por Lerner (2019), é uma construção histórica que estabelece a supremacia masculina como o centro de poder nas relações sociais, subordinando a sexualidade feminina. Esse sistema de controle, consolidado por leis, religiões e práticas culturais, foi desenvolvido nas primeiras sociedades e naturalizado como uma estrutura dominante.

Para Walby (2011), o sistema de estruturas de poder legitima formações dominantes que se adaptam às transformações sociais e econômicas, refletindo nas desigualdades de gênero. Essas normas sustentam privilégios para as relações heterossexuais e cisgênero, impondo padrões rígidos sobre identidades sexuais e de gênero. Assim, quem desafia o patriarcado pode enfrentar discriminação e marginalização por não conformar-se às normas ideológicas estabelecidas.

A normatividade impõe comportamentos e práticas de aceitação, mas também define o que é considerado "anormal" em gênero e sexualidade. Estruturas de poder hegemônicas impactam a população trans, afetando como sua identidade é percebida. Para alinhar sua aparência à identidade desejada, pessoas trans utilizam métodos de passabilidade, como acessórios ou procedimentos clínicos de saúde, além de cirúrgicos, para criar uma sensação de conformidade com sua identidade.

O sistema de normas amplia a compreensão da marginalização e opressão das experiências humanas, especialmente das identidades LGBTI+, que são vistas como desvios ao padrão cisgênero dominante. Para Wilchins (2017), a cisheteronormatividade impõe a presunção de que a cisgêneridade é universalmente "normal", servindo como um controle rígido do gênero atribuído ao nascimento e reforçado por estruturas de poder.

Um exemplo de como as hegemonias de masculinidade marginalizam identidades masculinas que não atendem às expectativas de conformidade de gênero é a utilização do termo "efeminado" para descrever um homem gay. Esse termo é pejorativo e é associado a comportamentos, características ou maneiras consideradas culturalmente femininas. Por exemplo, quando um homem adota um estilo ou comportamento que foge do padrão cisheteronormativo masculino, ele pode ser rotulado como "efeminado" e, conseqüentemente, associado a um homem gay, devido à sua proximidade com características femininas.

Outro estereótipo associado à cisheteronormatividade é a masculinização das lésbicas. Mulheres que adotam comportamentos considerados agressivos para os padrões de feminilidade ou que têm uma aparência "masculina" frequentemente são interpretadas como lésbicas, independentemente de sua orientação sexual real.

Além disso, uma suposição cultural sustentada pelas hegemonias culturais é a ideia de mononormatividade. Esta concepção vê a monogamia como o único modelo legítimo de relacionamento amoroso e sexual, sendo perpetuada por tradições e estruturas de poder.

Sheff (2014) analisa as dinâmicas de famílias não-monogâmicas e relacionamentos poliamorosos, destacando como a mononormatividade molda as percepções sociais e culturais. A autora argumenta que a monogamia foi padronizada pelas lentes ocidentais e legitimada como o modelo natural e superior. Isso resulta em desafios para os modelos de relacionamento poliamoroso. Sheff defende que as formas poliamorosas permitem uma multiplicidade de parceiros, sempre com o consentimento informado de todos os envolvidos. No entanto, a mononormatividade impõe estigmas e implicações negativas sobre a não-monogamia.

O contexto cultural mais amplo que privilegia a monogamia em relação a todas as outras formas de relacionamento cria uma série de desafios sociais, legais e institucionais para pessoas poliamorosas. A crença predominante de

que a monogamia é a única forma 'real' ou 'natural' de relacionamento leva à estigmatização e marginalização das famílias poliamorosas (Sheff, 2014, p. 29, tradução própria).

A poligamia abrange uma variedade de grupos amorosos e formas de relacionamento dentro do poliamor, permitindo que as pessoas estabeleçam conexões adicionais para atender às suas necessidades emocionais e sexuais. A polifidelidade envolve um grupo fechado que mantém relacionamentos amorosos ou sexuais exclusivamente entre seus membros, como em um trisal ou em grupos maiores. Além disso, cada membro pode formar relações poliafetivas fora desse grupo, criando uma rede de conexões afetivas ou sexuais.

Sheff (2014) analisa as normas sociais relacionadas aos relacionamentos poliamorosos, destacando as dinâmicas complexas que sustentam a diversidade desses relacionamentos. A autora enfatiza que aspectos psicológicos e emocionais são fundamentais para a gestão do consentimento e da comunicação. Sheff observa que a mononormatividade, ao associar estigmas e estereótipos à fragilidade e insegurança, contribui para uma visão negativa do poliamor, frequentemente tratado como traição e negado em sua visibilidade e representação.

Nesse contexto, as relações amorosas devem ser sustentadas por comunicação aberta entre os parceiros para garantir conformidade e entendimento mútuo. Os relacionamentos podem ser múltiplos e não precisam seguir uma hierarquia rígida, desde que haja equilíbrio e respeito entre todos os envolvidos. Cada parceiro pode manter sua autonomia e independência, vivendo com outros parceiros além do relacionamento primário, se desejar.

As conexões consensuais devem preservar permissões e compromissos acordados, incluindo também relações casuais com outras pessoas. Além disso, o anarquismo relacional desafia as normas sociais e tradicionais de hierarquia e compromisso, propondo uma abordagem mais flexível e não hierárquica para os relacionamentos.

Os conceitos de normatividade nas estruturas de poder pressupõem valores sobre a heterossexualidade. Para entender o reconhecimento das identidades subversivas, como as da população LGBTI+, é essencial considerar as noções de heterossexualismo (Katz, 1996) e cisnormatividade (Serano, 2007), que abordam a compulsividade das estruturas sociais, culturais e institucionais. Essa conformidade

hegemônica é reforçada pela imposição sistemática de aceitação das identidades sexuais e de gênero, um processo descrito pelo conceito de heteronormatividade, estabelecido por Lauren Berlant e Michael Warner em “*Sex in Public*” (1998).

Warner e Berlant (1998) definem a heteronormatividade como uma estrutura que privilegia a heterossexualidade e marginaliza outras identidades sexuais e de gênero, que impõe punições a qualquer representação ou prática que não siga esse padrão social. Essas normas invisibilizam e estigmatizam, manifestando-se tanto em contextos privados quanto em relações pessoais, familiares e institucionais. A heteronormatividade reforça uma aversão a identidades que fogem dos espectros comportamentais tradicionais de masculinidade e feminilidade.

Segundo Duggan (2018), a heteronorma, alinhada às estruturas de poder, influencia a normatividade e conformidade associadas à homossexualidade. A autora sugere que essas normas foram moldadas por políticas neoliberais, criando o conceito de homonormatividade. Isso significa que as políticas de identidade estão alinhadas a valores de privatização, individualismo e consumo, resultando em uma cidadania sexual que privilegia pessoas LGBTI+ que se conformam às normas hegemônicas.

A homonormatividade exemplifica como pessoas LGBTI+ podem se ajustar aos padrões tradicionais, como o casamento monogâmico e a conformidade com normas de gênero. Em vez de desafiar essas normas, a homonormatividade reforça a aceitação social por meio da assimilação às práticas heterocisnormativas, criando uma "cidadania sexual" que se conforma ao *status quo*. Além disso, a ideologia homonormativa influencia as políticas públicas, frequentemente focando nas necessidades de uma parcela específica da comunidade LGBTI+, enquanto negligencia questões de vulnerabilidade, como a violência contra pessoas trans.

A influência das normas hegemônicas é crucial na retratação midiática de pessoas LGBTI+. Essas normas, que incluem cisnormatividade, heteronormatividade e homonormatividade, legitimam e reforçam a marginalização dessas populações, perpetuando estigmas e estereótipos negativos.

O neoliberalismo também desempenha um papel importante, promovendo uma visão que privilegia comportamentos associados às elites socioeconômicas, o que acentua a subalternidade das dissidências sociais. No contexto latino-americano, essas disparidades são exacerbadas por lógicas eurocêtricas, frequentemente comercializadas e divulgadas por veículos de comunicação, especialmente através

das lentes jornalísticas. Essas dinâmicas contribuem para a perpetuação de uma representação distorcida e discriminatória.

4.4. INFLUENCIA NEOLIBERAL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: A RELAÇÃO ENTRE O JORNALISMO E O ATIVISMO CUIR BRASILEIRO

No Brasil, o movimento de diversidade sexual e de gênero começou a se formar nas décadas de 1960 e 1970, ganhando força na década de 1980. Esse período foi marcado pela ditadura militar (1964-1985), um regime que impôs repressão política, censura e violência contra aqueles que se opunham ao sistema, especialmente grupos de esquerda e ativistas, como o movimento estudantil e feminista. Richard Parker (1999) explica que grupos minoritários, como o movimento de resistência LGBTI+, também foram alvo de forte repressão e perseguição por parte da Polícia Militar e outras forças de segurança, que viam nesses grupos uma ameaça aos "bons costumes" e à moral conservadora imposta pelo regime.

De acordo com Green (1999), as comunidades gays, apesar da repressão, encontraram novas formas de se organizar e reafirmar sua identidade subversiva em espaços culturais. Fry (1982) destaca que a identidade gay brasileira foi moldada pelas normas do regime militar autoritário, e as dificuldades impostas pela censura e repressão estatal ainda influenciam a identidade ativista do movimento LGBTI+ no Brasil.

Richard Parker examina o ativismo LGBTI+ na década de 1980, com foco na epidemia de AIDS no Brasil. Parker (1999) observa que os estigmas associados ao HIV, relacionados à percepção homoafetiva, foram amplificados pela heteronormatividade, que definia a "brasilidade" com base em normas de masculinidade e heterossexualidade como padrões sociais tradicionais.

Além disso, o regime militar influenciou o conceito de nacionalidade ao impor a submissão da feminilidade como norma. Embora isso não esteja diretamente relacionado aos estudos de Parker (1999), a influência dos estereótipos de mononormatividade, definidos por Shreff (2014), é relevante. Esses estereótipos moldaram as percepções das famílias tradicionais brasileiras e legitimaram um padrão hegemônico de família baseado na religiosidade cristã e no eurocentrismo colonial.

Portanto, o conceito de brasilidade para as estruturas de poder era definido por papéis de gênero cisgêneros, heterossexuais, brancos e cristãos, tanto para homens quanto para mulheres, enquanto identidades LGBTI+ eram marginalizadas por representarem valores contrários a essa visão de nacionalidade.

Ademais, as influências das perspectivas ocidentais e eurocêntricas, perpetuadas pela colonização da América Latina, também afetam o ativismo LGBTI+ brasileiro (Facchini, 2010).

Essa pesquisa destaca a importância dos estudos *queer* dos EUA, mas se concentra em integrar as correntes teóricas e conceituais decoloniais latino-americanas, adotando o termo "teoria cuir" para se diferenciar das análises acadêmicas e geopolíticas estadunidenses e europeias, que frequentemente se concentram em contextos urbanos. Dessa forma, conforme explica Valencia (2022), o estudo examina como as perspectivas de repressão e opressão cultural e social, resultantes da colonização, influenciam o contexto cultural e político, com ênfase na diversidade sexual e de gênero e nas identidades LGBTI+ no Brasil, sobretudo na maneira como o jornalismo retrata essa população (Pelúcio, 2016; Louro, 2004).

A informalidade, intensificada pelo neoliberalismo no contexto latino-americano, levou à precarização das condições de trabalho a partir das décadas de 1980 e 1990. Essa realidade, aliada à falta de políticas públicas voltadas para a população LGBTI+, resultou na marginalização desse grupo, dificultando o acesso a empregos e à proteção trabalhista, o que os torna particularmente vulneráveis à exploração. A discriminação, reforçada por normativas ideológicas heterocisnormativas, perpetuou estigmas e estereótipos que contribuem para a informalidade.

Fernández (2014) analisa como o mercado neoliberal agravou a vida das pessoas cuir latino-americanas. A desregulamentação, exacerbada pelos preconceitos das estruturas de poder, intensificou os estigmas relacionados à informalidade econômica, resultando em maior vulnerabilidade e marginalização socioeconômica para esses indivíduos. Nessa mesma linha, Valencia (2014) introduz o conceito de "capitalismo gore", que se refere à marginalização de pessoas consideradas disfuncionais pelo sistema liberal, incluindo especialmente pessoas cuir, indígenas e outros grupos sociais subalternos.

Es precisamente este entramado el que permitirá que, posteriormente, el capitalismo gore (aunque no con este nombre) se vuelva indisociable, como lo es a día de hoy, de las prácticas gore que son parte del proceso de producción de capital y que tienen sus raíces en la educación consumista de la sociedad del hiperconsumo, la desregulación tanto económica como social y la división sexual del trabajo (Valencia, 2022, p. 53).

A precariedade associada ao neoliberalismo intensifica a exploração das condições de trabalho, aumentando a marginalização dessas pessoas. Valencia (2022) argumenta que o conceito de "capitalismo gore" ilustra como a desigualdade afeta a resistência e a sobrevivência diante das estruturas de poder econômicas e sociais. Esse conceito destaca como a exclusão e a violência afetam a saúde mental das populações marginalizadas, agravadas por fatores locais e pelas condições históricas, culturais e sociais específicas de cada região.

Wayar (2018) analisa como pessoas trans e travestis são afetadas pelas marginalizações presentes no contexto sul-americano. A exclusão social e a discriminação transfóbica resultam das normatividades de gênero e sexualidade e estão ligadas ao processo de desigualdade neoliberal. Esses fatores impactam profundamente a experiência de vida das pessoas transgênero na região.

Lentes preconceituosas frequentemente estigmatizam pessoas LGBTI+, associando-as a hegemonias culturais e socioeconômicas na América Latina. Um exemplo disso é o caso de Fernanda Machado, que enfrentou transfobia. Dois veículos de jornalismo locais no estado do Acre veicularam uma cobertura estereotipada e pejorativa sobre ela, culpabilizando-a pela própria morte. As divulgações insinuaram que Machado teria provocado seus agressores por se prostituir, usar drogas e estar alcoolizada, perpetuando a ideia heterocisnormativa sobre a travesti. No entanto, a realidade é que a vítima foi assassinada a pauladas com base em suposições preconceituosas dos agressores, que erroneamente a acusaram que ela havia roubado um aparelho celular (Santos, 2022).

Outra crítica à precariedade neoliberal no contexto latino-americano é apresentada por Preciado (2015). O autor utiliza o conceito de "farmacopornografia" para mostrar como as normas eurocêntricas inserida nas estruturas sociais afetam diretamente o acesso das identidades dissidentes a hormônios e outras substâncias. Preciado (2015) argumenta que isso resulta em um acesso privilegiado ao mercado

de consumo, enquanto o neoliberalismo atua como uma forma de controle sobre a normatização sexual das identidades LGBTI+.

A imposição das construções pós-coloniais naturaliza a ausência de políticas públicas adequadas para o tratamento da sexualidade e da identidade de gênero de pessoas que se distanciam da cisnorma hegemônica. Além disso, Preciado (2015) defende que a epistemologia de estereótipos e estigmas relacionados à expressão de dissidência impacta negativamente a qualidade de vida dessas pessoas, que são identificadas como corpos cuir.

Além disso, Preciado (2011) aponta que a construção desses processos preconceituosos é influenciada pela heteronorma, que pune quem se desvia das normas políticas hegemônicas. “A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros e chicanas” (Preciado, 2011, p. 14).

Sobretudo, Pelúcio (2014), pesquisadora brasileira dos estudos cuir, critica a precarização das abordagens eurocêntricas no que diz respeito às políticas públicas para pessoas LGBTI+ na América Latina. Suas análises examinam de forma como as condições sociais e econômicas afetam as experiências sexuais e de gênero, que são frequentemente controladas por normatividades hegemônicas. Essas condições resultam em formas de opressão que marginalizam, mas também fortalecem, as experiências dessas pessoas. Pelúcio (2014) enfatiza que as interseccionalidades envolvem não apenas sexualidade e identidade de gênero, mas também questões relacionadas a raça e classe, que influenciam significativamente as relações de poder e opressão.

Pelúcio (2016) utiliza o termo "cu" para desenvolver os estudos cuir a partir de uma análise crítica e decolonial da realidade latino-americana, especialmente no contexto brasileiro. Sua teoria das relações de sexualidade e gênero baseia-se na concepção de colonialidade do poder, desenvolvida por Quijano (1992), que mostra como o contexto ocidental impõe perspectivas euro-estadunidenses em diversas particularidades locais na América Latina.

A teoria "cuir" busca recontextualizar as teorias *queer*, adaptando-as às perspectivas cuir, levando em consideração as identidades locais e culturais da América Latina. Essas identidades são frequentemente ignoradas, especialmente em

áreas rurais e periféricas, devido à importação de normas heterocisnormativas, promovidas pelo eurocentrismo colonizador. Esse processo resulta na marginalização e na imposição de padrões que não refletem a diversidade e as realidades vividas por essas populações.

Por exemplo, em uma comunidade periférica do Norte brasileiro, as pessoas LGBTI+ enfrentam não apenas a imposição de normas heterocisnormativas, mas também a marginalização decorrente dos valores sociais tradicionais e locais, que muitas vezes são mais conservadores. A teoria "cuir" compreende que as concepções importadas de "gay" e "trans" (de lentes euro-estadunidenses⁴) podem dar origem a manifestações próprias de expressão identitária, seja em movimentos de resistência ou em princípios conservadores específicos da região.

A partir da contribuição de Pelúcio, observa-se como o consumo ideológico e cultural importado tende a ser valorizado como legítimo e original pelas pessoas no contexto latino-americano. Esse processo de colonização é estruturado por hegemonias que tratam as experiências estrangeiras como superiores ao contexto local. Como resultado, ocorre uma negação da própria identidade, que se torna um mecanismo de autossubversão, consequência da fragilidade identitária gerada pelo "sentimento reprodutor" do colonizador. Hipótese essa que pode ser reproduzida através de discursos midiáticos, sobretudo em relação a população LGBTI+.

Louro (2004) analisa como a mídia brasileira contribui para a marginalização das identidades cuir latino-americanas. Sua análise foca na representação preconceituosa potencializada por veículos de comunicação ao retratar pessoas LGBTI+. A autora observa que as narrativas estigmáticas e discriminatórias moldam a percepção pública e reforçam estereótipos associados às normatividades tradicionais brasileiras.

A mídia brasileira não só apresenta representações das dissidências, mas também pode perpetuar estigmas e estereótipos. Louro (2004) aponta que a forma como essas identidades são retratadas na mídia distorce a realidade das experiências cuir e compromete a compreensão pública das políticas sociais relacionadas a esses grupos.

4 Termo para representar a centralidade hegemônica de ideias importadas do contexto Europeu e da América do Norte.

Outro aspecto importante sobre a representação midiática LGBTI+ brasileira é a contribuição de Péret (2012) na obra “Imprensa Gay no Brasil”. A autora analisa os desafios enfrentados pelo movimento gay nas décadas de 1970 e 1980, especialmente na luta contra as políticas de censura do regime militar, que promoviam discursos de homofobia para intensificar a violência e marginalização das pessoas que eram consideradas fora das normas tradicionais e cristãs.

Péret (2012) argumenta que a imprensa gay oferecia representações alternativas das identidades LGBTI+ durante esse período. Essas representações foram fundamentais para a consolidação do ativismo cuir brasileiro, ao confrontar as formações hegemônicas nacionais. A visibilidade proporcionada pelas publicações assinadas por pseudônimos de militantes e ativistas sociais cuir brasileiros destacava uma perspectiva positiva e diversificada, em contraste com a mídia tradicional, que frequentemente apresentava essas identidades de maneira excludente e estigmatizada.

No contexto do século XXI, o novo jornalismo tem se adaptado para promover a igualdade e combater as hegemonias de gênero e sexualidade. No entanto, algumas distorções discriminatórias relacionadas à LGBTfobia, presentes no espaço público, frequentemente são reproduzidas pelo jornalismo. Carvalho (2012) observa que, ao examinar as coberturas jornalísticas no Brasil sobre questões sexuais e de gênero, especialmente com foco em emissões homofóbicas, as falhas editoriais muitas vezes são sustentadas por concepções preconceituosas presentes nas estruturas de poder. Essas falhas são reforçadas pela linguagem e pelas escolhas editoriais na representação de pessoas LGBTI+.

Em 2013, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) revisou o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, incluindo diretrizes adicionais sobre diversidade sexual e de gênero. Esse documento é crucial porque orienta os profissionais a seguir normas que previnam reações discriminatórias e promovam a inclusão. Na mesma atualização, foram incluídas diretrizes sobre práticas que violam direitos sociais relacionados a categorias como raça, cor, etnia, religião, origem, condição social, idade e deficiências. O documento apresenta seções-chave que delineiam princípios e responsabilidades para a conduta dos jornalistas em suas produções. Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2013), “[...] O compromisso fundamental

do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”.

É dever do jornalista: [...]

III - combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercidas com o objetivo de controlar a informação;

IV - combater a prática de perseguições ou preconceitos por motivos de religião, convicção política, classe social, opção sexual, cor, raça, sexo, orientação sexual, idade, ou qualquer outra forma de discriminação (Fenaj, 2013).

O código deixa explícito que é dever do jornalista combater e denunciar todas as formas de preconceito e discriminação, especialmente aquelas relacionadas ao sexo e à orientação sexual, reforçando que a prática profissional deve se pautar pela verdade e pela informação precisa e correta, evitando ruídos e distorções que perpetuem estigmas e estereótipos pejorativos sobre a diversidade de identidades sexuais e de gênero que não se conformam às normas hegemônicas e estruturais.

A revisão desse documento não só amplia a reflexão sobre a proteção contra discriminações heterocisnormativas, mas também representa um avanço significativo para a população LGBTI+ em relação às diretrizes éticas do jornalismo no Brasil.

No entanto, as práticas jornalísticas nem sempre seguem esse padrão, pois as pautas LGBTI+ frequentemente são tratadas com superficialidade. Isso está relacionado ao contexto histórico e neoliberal marginalizado, onde as discussões sobre gênero e sexualidade na América Latina são frequentemente associadas a altos índices de violência no Brasil.

Dados mais recentes divulgados pelo Dossiê de Mortes e Violências LGBTI+⁵ (2023) mostram que, até 2022, o Brasil continua sendo o país com o maior número de violências contra pessoas LGBTI+ no mundo, com uma pessoa morta a cada 32 horas. As principais vítimas são mulheres trans e travestis, que representam 58,24% das mortes, seguidas por homens gays, que correspondem a 35,16% dos casos. A faixa etária média mais afetada é a de pessoas entre 20 e 29 anos, que representa 33,33% das vítimas.

5 Os dados deste relatório são fundamentados em evidências provenientes de divulgações jornalísticas que retratam crimes de homofobia e transfobia.

Os dados mostram que os estados do Nordeste têm os maiores índices de mortes, com o Ceará em primeiro lugar (34 casos), São Paulo em segundo (29 casos) e Pernambuco em terceiro (19 casos). No entanto, quando se considera o percentual de habitantes, o estado do Amazonas ocupa o terceiro lugar em registros de violência homoesbotransfóbica, atrás apenas do Ceará e de Alagoas.

Esses dados podem ser negligenciados por autoridades e lideranças políticas, pois muitas vezes não são abordados de maneira institucional. Nesse contexto, o jornalismo desempenha um papel crucial como mediador das informações sobre criminalidade. Portanto, deve agir com responsabilidade e dar visibilidade às pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, considerando os desafios enfrentados pelas hegemonias culturais e políticas que excluem, tanto institucional quanto estruturalmente, a perspectiva de vida dessas pessoas.

5. GRUPO GLOBO: O LEGADO DO JORNALISMO SUL-AMERICANO BRASILEIRO

O Brasil abriga um dos maiores veículos de comunicação da América Latina: a Rede Globo, pertencente ao Grupo Globo Comunicações e Participações S/A. Reconhecida como uma das maiores emissoras de telecomunicações sul-americanas, a Globo destaca-se por sua ampla atuação em produções midiáticas, abrangendo coberturas jornalísticas, esportivas e de entretenimento. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, a emissora alcança diariamente cerca de 200 milhões de pessoas por meio de sua transmissão em canal aberto, representada por uma vasta rede de afiliadas em todas as regiões do país (Globo ABS, 2024).

De acordo com um relatório de 2023 da *Parrot Analytics*, a TV Globo possui a maior audiência entre as redes de comunicação da América Latina, sendo superada globalmente apenas pela estadunidense *American Broadcasting Company (ABC)*. No Brasil, dados do Kantar IBOPE Media (2023) revelam que, apesar da queda nos índices de audiência das emissoras desde 2014, impulsionada pelo crescimento das plataformas de *streaming*, o Grupo Globo mantém a liderança nos índices nacionais.

Além disso, o Grupo Globo também opera o Canal Futura, criado em 1997. Voltado para o público urbano e rural, o canal prioriza a produção de conteúdos educacionais que promovem o aprendizado e conhecimentos do cotidiano. O Futura é financiado por instituições privadas parceiras do Grupo Globo e sua transmissão é disponibilizada exclusivamente via parabólica ou por assinatura (Memória Globo, 2022).

O Grupo Globo foi fundado pelo jornalista Roberto Pisani Marinho, conhecido como Roberto Marinho, influenciado por seu pai, Irineu Marinho, também jornalista e fundador do jornal O Globo em 1925 (História Globo, 2022b). O periódico foi criado após Irineu renunciar ao cargo de presidente do jornal A Noite, que havia fundado em 1911 junto com Geraldo Rocha. O nome "O Globo" foi escolhido por meio de voto popular, a partir de uma sugestão do jornalista Eloy Pontes, inspirado no jornal republicano homônimo publicado entre 1874 e 1883, sob direção de Quintino Bocaiúva, o primeiro ministro de Relações Exteriores do Brasil. Atualmente, O Globo é produzido em formatos impresso e digital, e o Grupo Globo também publica o jornal Extra.

Segundo informações do portal História Globo (2022b), após o falecimento de Irineu em 1925, Roberto Marinho foi indicado ao cargo de secretário-geral de O Globo por sua mãe, Francisca Pisani Barros Marinho, que havia assumido os negócios da família. Contudo, Roberto só assumiu efetivamente o controle do jornal em 1931, após a morte de Eurycles de Mattos, que havia ocupado a função em seu lugar. Treze anos depois, em 1944, Roberto Marinho formou um conglomerado de comunicação no Rio de Janeiro, inicialmente chamado Organizações Globo (atual Grupo Globo). A oficialização do grupo ocorreu quando se tornou acionista da Rádio Transmissora Brasileira da RCA Victor Brasileira, que pertencia à empresa estadunidense *Radio Corporation of America* (RCA Records).

A RCA Victor havia se consolidado na década de 1930 ao produzir sucessos com artistas como Carmen Miranda e Aracy de Almeida. Após a aquisição da emissora por Roberto Marinho em 1944, ela foi renomeada para Rádio Globo, que ainda hoje integra o Sistema Globo de Rádio (SGR), realizando transmissões de radiodifusão e serviços por assinatura. Além de investir em música e cultura popular, a rádio também se destacou no radiojornalismo. Programas como Música Popular Internacional, Músicas Finas e apresentações de concertos e artistas renomados marcaram a programação. Foi nesse contexto que surgiu o programa O Globo no Ar, pioneiro em coberturas jornalísticas ao vivo, com atualizações a cada 60 minutos, consolidando a rádio como um importante veículo informativo e cultural (História Globo, 2022d).

Em 1960, o Grupo Globo expandiu sua atuação no setor de radiodifusão ao adquirir as rádios Mundial e Nacional nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1965, criou a Rádio Eldorado AM no Rio de Janeiro e adquiriu a Excelsior em São Paulo, ações que culminaram, em 1991, no lançamento da rádio Central Brasileira de Notícias (CBN). Conhecida pelo slogan "A rádio que toca notícia", a CBN substituiu as frequências da Rádio Eldorado AM e da Excelsior, tornando-se pioneira no modelo de radiojornalismo *all news*. Essa estratégia comercial foca na transmissão contínua de informações regionais, nacionais e internacionais (História Globo, 2022d). Além da CBN, o grupo opera outras rádios que também incluem produções jornalísticas, como a GloboRadio, Rádio Globo, BEAT98, BHFM, Globo FM e Rádio Canal Brasil.

O envolvimento do Grupo Globo com publicações impressas remonta a 1930, quando lançou sua primeira revista. A ideia foi inicialmente proposta pelo jornalista Adolfo Aizen, mas foi recusada pelo Grupo Globo (História Globo, 2022a). Aizen,

então, criou a revista Suplemento Infantil (hoje Suplemento Juvenil) pela editora A Nação. Reconhecendo o sucesso da publicação, Roberto Marinho lançou O Globo Juvenil para competir no mercado. A revista trazia contos de ficção e histórias em quadrinhos (HQs) estadunidenses, popularizando o termo "gibi" no Brasil.

Entre 1937 e 1952, O Globo Juvenil lançou 2.051 edições, com impressos coloridos de até 16 páginas. Posteriormente, em 1986, a publicação foi reformulada como Novo O Globo Juvenil. Roberto Marinho adquiriu licenças da *King Features Syndicate*, distribuidora de materiais da *Marvel Comics*, além de consolidar um grande triunfo ao produzir, a partir de 1986, as HQs da Turma da Mônica, de Maurício de Sousa, cujos direitos permaneceram com o Grupo Globo até 2006.

Essas produções eram comercializadas pela Rio Gráfica Editora (RGE), fundada na década de 1950 para atender à demanda por revistas e fascículos. Adquirida pelo Grupo Globo, a editora expandiu seu portfólio além dos quadrinhos infantojuvenis, destacando-se com publicações como *Radiolândia*, focada em celebridades da época; *Cinelândia*, voltada para fãs de cinema e bastidores de rádio e TV, acompanhando o crescimento desses meios na década de 1950; *O Globo Sportivo*, lançado em parceria com o jornalista Mário Rodrigues Filho, com foco em coberturas esportivas; *Querida*, revista dedicada à moda, beleza, decoração e culinária, sob liderança de Lygia de Souza; e *Revista Rio*, direcionada principalmente ao público feminino.

Essas iniciativas demonstram a diversificação do Grupo Globo no campo editorial e sua capacidade de integrar diferentes meios de comunicação ao longo das décadas.

Com reportagens sobre cinema, música e teatro; além de contos e crítica literária. Foi um marco na modernização da imprensa e teve entre seus colaboradores nomes como Cecília Meireles, Manuel Bandeira e Vinícius de Moraes (História Globo, 2022a).

Com o avanço das produções editoriais, Roberto Marinho buscou integrar a RGE ao nome das Organizações Globo. Para isso, foi necessário negociar com uma empresa homônima localizada em Porto Alegre (RS). A aquisição foi concluída em 1986, e a editora foi renomeada como Editora Globo S.A. (História Globo, 2022a).

Na década de 1990, em meio às crises econômicas, a sede da Editora Globo foi transferida para São Paulo. Atualmente, a empresa é responsável por publicações

de coproduções nacionais como Marie Claire, Vogue Brasil, Quem Acontece e Época. Além disso, edita revistas como Época Negócios, Época SP, Autoesporte, Casa e Jardim, Crescer, Criativa, Galileu, Globo Rural, GQ, Monet, Pequenas Empresas & Grandes Negócios (também adaptada para TV) e Quem (História Globo, 2022a).

Apesar da diversificação de plataformas, a TV Globo se destacou como o veículo mais popular do grupo (História Globo, 2022e). A emissora surgiu após a Rádio Globo solicitar uma concessão para transmissão de sinal ao presidente Eurico Gaspar Dutra. Contudo, a primeira licença de televisão no Brasil foi concedida à Rede Tupi em 1950. Em 1951, o projeto de Roberto Marinho foi novamente negado, dessa vez por Getúlio Vargas, em resposta ao apoio dado por O Globo ao adversário político Eduardo Gomes nas eleições de 1950.

Diante do indeferimento, as Organizações Globo iniciaram uma campanha de oposição ao governo Vargas. Em 1957, o projeto foi reapresentado ao presidente Juscelino Kubitschek, que aprovou a concessão do canal 4 à Rádio Globo, no Rio de Janeiro. A oficialização foi decretada pelo Conselho Nacional de Telecomunicações. No entanto, a TV Globo LTDA só foi inaugurada em 1965, um ano após o golpe militar (História Globo, 2022e).

A sede da TV Globo foi construída com estúdios modernos, incorporando tecnologia de sonorização, camarins próximos aos estúdios, áreas para circulação de equipes e equipamentos, além de escritórios e espaços para produção. O design foi inspirado na emissora estadunidense WFBM.

Segundo o portal História Globo (2022e), Roberto Marinho enfrentou desafios financeiros para viabilizar o canal, pois seus irmãos Rogério e Ricardo Marinho, acionistas de O Globo e da Rádio Globo, consideraram o projeto arriscado e recusaram investir. Para superar essa barreira, Roberto firmou um acordo com o grupo Time-Life, que investiu 6 milhões de dólares no projeto, fornecendo assessoria técnica e recursos financeiros.

Esse acordo, no entanto, gerou questionamentos. Roberto Marinho foi investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), acusado por Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e João Calmon, deputado federal, de violar o Artigo 160 da Constituição de 1946. Ambos eram ligados ao Grupo Diários e Emissoras Associados, proprietário da concorrente TV Tupi.

A Rede Globo foi oficialmente inaugurada em 26 de abril de 1965, contratando profissionais como atores, cenógrafos e jornalistas. O primeiro programa transmitido pela emissora foi Uni-Duni-Tê. As produções eram gravadas em fitas de vídeo já preparadas para as transmissões.

Em 1967, as investigações concluíram que não existia uma sociedade formal entre as Organizações Globo e o grupo estadunidense *Time-Life*. Mesmo após a regularização dessa questão, a Globo decidiu encerrar o contrato com o Time-Life e ressarcir os valores envolvidos. Ainda em 1967, a TV Paulista (canal 5) foi adquirida e renomeada como TV Globo São Paulo, dando continuidade ao plano de Roberto Marinho de nacionalizar sua televisão. Para isso, investiu na compra de emissoras com concessões já existentes no país e na adesão de retransmissoras regionais atuando como afiliadas (História Globo, 2022e).

Nesse mesmo ano, a Globo também adquiriu o canal Pipa do Amaral, em Minas Gerais, renomeando-o no ano seguinte como TV Globo Belo Horizonte.

Segundo o portal Memória Globo (2022), inicialmente, a Rede Globo transmitia seu conteúdo em preto e branco, incluindo seu primeiro telejornal, o Tele Globo, apresentado por Cid Moreira e Hilton Gomes. Sob a direção de Walter Clark Bueno, a emissora inovou ao realizar transmissões ao vivo de coberturas jornalísticas e campanhas solidárias. Um marco foi a cobertura da enchente de 1966, que devastou o Rio de Janeiro.

Em 1º de setembro de 1969, estreou o Jornal Nacional, o primeiro telejornal brasileiro transmitido ao vivo e regularmente para várias regiões do país, marcando a primeira experiência da emissora em transmissão simultânea em âmbito nacional (Memória Globo, 2022). Em 1974, o programa começou a ser exibido em cores e passou a cobrir eventos internacionais, mesmo enfrentando as restrições impostas pela censura do regime militar. O AI-5, por meio da Divisão de Censura de Diversões Públicas, limitava a transmissão de telejornais e telenovelas. “No jornalismo, as notícias também eram censuradas. Havia agentes da censura nas redações dos telejornais e programas jornalísticos” (História Globo, 2022e).

Em 1989, a emissora ampliou sua oferta de telejornais, buscando maior proximidade com o público. Entre os programas lançados, muitos permanecem na grade até hoje, como o Fantástico, o Jornal Hoje e o Jornal da Globo. Atualmente, a TV Globo mantém uma ampla grade de programas jornalísticos, incluindo Bem Estar,

Bom Dia Brasil (coproduzido pelas filiais e afiliadas), Globo Repórter, Globo Rural, Profissão Repórter, Brasileiros, Globo Mar e Pequenas Empresas & Grandes Negócios (História Globo, 2022e).

No início dos anos 2000, a Rede Globo inaugurou sua nova sede em São Paulo. Roberto Marinho designou seus filhos Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto para ocuparem cargos executivos no Conselho de Gestão do Grupo Globo (História Globo, 2022c).

Além da expansão na televisão, o Grupo Globo lançou outras empresas de comunicação. A Som Livre foi criada como gravadora para as trilhas sonoras das telenovelas da emissora (História Globo, 2022c). Já em 1991, em parceria com Joe Wallach e Boni, a Globo lançou a Globosat, a primeira TV por assinatura do país. Esse projeto possibilitou a criação de quatro canais privados: GNT, Multishow, SporTV e Telecine.

5.1. DA TELINHA *PLIM PLIM* AO DIGITAL: A EVOLUÇÃO JORNALÍSTICA DA GLOBO NO PORTAL DE NOTÍCIAS G1

A Direção Geral de Jornalismo da Rede Globo foi criada em 1971 pelos jornalistas Armando Nogueira, do Acre, e Alice Maria, de Minas Gerais (História Globo, 2022e). Esse departamento foi estabelecido para coordenar a produção e o funcionamento dos produtos jornalísticos do Grupo Globo, desempenhando papel estratégico na consolidação do jornalismo da emissora. Inicialmente, sua principal responsabilidade era a supervisão e a distribuição dos telejornais da TV Globo, com destaque para o Jornal Nacional e o Globo Repórter. Além disso, o departamento atuava no jornalismo esportivo, principalmente devido ao interesse nas transmissões da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Essa área esteve sob a responsabilidade da Direção Geral de Jornalismo e Esporte da TV Globo (DGJE), que, em um momento posterior, foi descontinuada.

A chegada das tecnologias eletrônicas e a era da cibernética trouxeram mudanças significativas para os meios tradicionais de comunicação, incluindo a digitalização das produções jornalísticas. No Brasil, no entanto, o processo foi marcado por desafios como o acesso limitado à internet e a lentidão das conexões, dificultando a universalização do meio digital.

Com o objetivo de criar um modelo de webjornalismo que superasse as limitações estruturais das sedes e filiais da Rede Globo, o jornalista Carlos Henrique Schroder idealizou o projeto do Portal de Notícias g1 (g1, 2011b). Lançado em 18 de setembro de 2006, o g1 foi o primeiro portal da empresa inteiramente dedicado à cobertura jornalística digital.

Para viabilizar o projeto, foi desenvolvida uma estrutura híbrida, integrando profissionais, expertise e infraestrutura tanto do jornalismo da TV Globo quanto da Globo.com (Memória Globo, 2022). Embora o Grupo Globo já operasse outros websites, nenhum deles possuía um foco exclusivamente noticioso. O g1, portanto, inaugurou uma nova fase no webjornalismo da empresa, consolidando-se como referência em jornalismo digital no Brasil.

A Globo.com, por outro lado, já tinha investido na criação de alguns sites jornalísticos – como a rápida experiência do GloboNews.com.br, em 2001, que reunia material de diversos veículos das OGs, entre impressos, eletrônicos e audiovisuais; o Globoesporte.com, criado em 2005 para conteúdo esportivo produzido pela TV Globo e Globosat; e o Ego, lançado no ano seguinte para cobertura da vida de celebridades –, mas nenhum deles estruturado com uma redação própria inteiramente dedicada à cobertura noticiosa, em tempo integral (Memória Globo, 2022).

O Grupo Globo desenvolveu um perfil editorial específico para o g1, buscando oferecer um jornalismo digital autêntico e diferenciado, capaz de se destacar no mercado competitivo. O jornalista Álvaro Pereira Jr. foi nomeado diretor do portal, liderando uma equipe de planejamento composta por Márcia Menezes, como editora-chefe, e Renato Franzini, como editor-executivo (g1, 2011b).

A primeira decisão estratégica foi estabelecer a sede principal da redação em São Paulo, onde também foi instalada a antena digital do Grupo Globo. Em 2010, o g1 iniciou a integração de serviços entre suas sedes, filiais e afiliadas, consolidando sua estrutura nacional (Memória Globo, 2022).

Na versão inicial do portal, o conteúdo seguia uma linguagem inspirada no jornalismo impresso, abrangendo editorias como Brasil, Economia, Política, Mundo, Educação, Ciência e Saúde, Tecnologia, Por&Arte, Planeta Bizarro e VC no G1. Posteriormente, o g1 ampliou e atualizou suas editorias, totalizando 21 segmentos jornalísticos distintos conforme se visualiza no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Editorias executadas pelos webjornais do Portal de Notícias g1

Editoria	Conteúdo jornalístico
Autoesporte.com	Publicações sobre acontecimentos no campo automobilístico.
Blogs e Colunas	Publicações sobre assuntos tratados por jornalistas especializados nas diversas áreas da política, cultura, economia e sustentabilidade ambiental. As divulgações refletem as opiniões desses profissionais.
Brasil	Apresentam-se os websites que dão acesso aos webjornais do g1 localizados no Brasil. Também são selecionadas as principais divulgações sobre loterias e atualizações das previsões do tempo no país.
Ciência e Saúde	Publicações sobre acontecimentos relacionados às ciências da saúde humana.
Concursos e Emprego	Publicações sobre oportunidades de trabalho e estágios vinculados a carreiras profissionais.
Correções	Publicações relacionadas a infrações e informações divulgadas devido à imprudência nas apurações publicadas pelos webjornais. Essas publicações também indicam o horário exato em que o material jornalístico corrige as informações.
Economia	Publicações sobre acontecimentos relacionados à educação financeira, cotações das principais moedas internacionais e informações sobre o mercado econômico.
Educação	Publicações sobre acontecimentos relacionados a vestibulares, especialmente ao Enem. São divulgadas dicas de estudo, além de notícias relacionadas à educação.
Esporte	O website direciona diretamente para as produções realizadas pelo ge (webjornal do Grupo Globo especializado em esportes).
Loterias	Publicações sobre os resultados dos jogos de loteria e das premiações da Caixa Econômica.
Mundo	Publicações sobre acontecimentos que repercutiram internacionalmente.
Natureza	Publicações sobre acontecimentos relacionados à ecologia e ao clima, com foco em notícias sobre o meio ambiente, abrangendo eventos regionais, nacionais e internacionais.
Planeta Bizarro	Publicações sobre acontecimentos insólitos que ocorrem no país e em outros países.
Política	Publicações sobre acontecimentos relacionados ao campo político, tanto em âmbito nacional quanto internacional.
Pop & Arte	Publicações sobre acontecimentos relacionados a celebridades e entretenimento. As divulgações se concentram em aspectos culturais e sociais, além de eventos que ocorrem no Brasil.
Tecnologia e Games	Publicações sobre acontecimentos relacionados à ciência da tecnologia, à informática e à inovação digital.

Editoria	Conteúdo jornalístico
Turismo e Viagem	Publicações relacionadas a dicas de viagem pelo Brasil e pelo mundo.
VC no G1	Destina-se à sugestão de fatos e acontecimentos para serem noticiados pelo g1. O usuário deve ter um perfil no Globo.com para encaminhar documentos audiovisuais e informações sobre o assunto.
Fotos	Publicações relacionadas ao fotojornalismo. As divulgações têm caráter noticioso e estão associadas a diversos acontecimentos nacionais e internacionais.
Infográficos	Publicações relacionadas a dados, levantamentos e infográficos sobre diversos fatos e acontecimentos nacionais. Essas divulgações são especiais por se tratarem de reportagens.
Vídeos	Publicações noticiosas elaboradas em formato audiovisual, incluindo notícias especiais e exclusivas produzidas pelo g1 ou pelos telejornais do Grupo Globo.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Para ampliar o alcance das notícias, o g1 (2024a) passou a oferecer traduções de conteúdos para inglês e espanhol, disponibilizando esses serviços por meio do aplicativo "G1 no seu celular", que também inclui atualizações sobre condições climáticas e previsões do tempo. Conforme exposto no Portal Memória Globo (2022), a pauta se consolidou como um dos núcleos centrais da redação do g1, desempenhando o papel de mediar a relação entre a home e as editorias, incluindo as novas editorias locais criadas com a expansão da rede de afiliadas.

A expansão regional do g1 iniciou-se com um projeto-piloto em Minas Gerais, resultando na criação do g1 MG. Em 2011, o portal foi implantado em afiliadas, começando pelo g1 Paraná (g1, 2011b).

A instalação dos portais regionais seguiu um processo em duas etapas. Na primeira, reuniões com representantes da sede do g1 eram realizadas para treinar as equipes sobre os aspectos técnicos e editoriais do novo formato jornalístico. Na segunda etapa, dois dias antes do lançamento, os representantes visitavam a redação local para ajustar o funcionamento das rotinas de trabalho.

Com esses procedimentos, outras emissoras do Grupo Globo também lançaram seus portais regionais. Atualmente, o g1 conta com 54 webjornais, distribuídos entre afiliadas e filiais, consolidando-se como referência no jornalismo digital brasileiro (g1, 2011b).

QUADRO 2 – Quantidade de webjornais do g1 nas regiões brasileiras até 2023

Portal de Notícias g1 no Brasil	
Região brasileira	Total de sedes do g1
Centro-oeste	4
Norte	8
Nordeste	11
Sudeste	25
Sul	6

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em 2015, o g1 ganhou destaque no telejornalismo da TV Globo com o quadro “g1 em 1 Minuto”, que apresenta as principais coberturas jornalísticas nacionais. Nesse formato, colaboradores do portal participam de programas televisivos, trazendo informações em boletins curtos e dinâmicos.

Em 2019, o portal expandiu sua atuação ao lançar a produção de podcasts, começando com O Assunto, inicialmente apresentado por Renata Lo Prete. Esse podcast aborda temas variados de economia e política, analisados de forma aprofundada. Desde 2022, o programa é conduzido por Natuza Nery. Outro podcast de destaque é Bem Estar, apresentado por Michelle Loreto, que explora assuntos relacionados à ciência e à saúde (g1, 2021).

A integração corporativa do Grupo Globo em uma única empresa em 2018 representou um marco estratégico. Essa unificação incorporou TV Globo, Globosat, Globo.com, Globoplay e DGCORPO, permitindo que os conteúdos fossem sistematicamente divulgados pelo g1 por meio da tecnologia *mediatech*. Essa iniciativa, parte do programa de negócios “Uma Só Globo”, visava a digitalização de conteúdos e negócios, promovendo uma plataforma integrada de acesso e ampliando a visibilidade virtual. Segundo a empresa, “jornalismo, entretenimento e esporte passam a fazer parte de uma diretoria de Conteúdo, que abrange todas as produções dos canais lineares e digitais” (Memória Globo, 2022).

Ao completar 15 anos, o g1 passou por uma reformulação visual significativa. O projeto gráfico do portal foi atualizado, incluindo mudanças na logomarca, que adotou a letra “g” em formato minúsculo, simbolizando maior proximidade com o público. A cor vermelha, característica da marca, foi mantida. De acordo com o portal, “[...] o uso da letra minúscula representa a proximidade com o público, mantendo sua cor característica, o vermelho” (g1, 2021).

FIGURA 4 – Nova logomarca do Portal de Notícias g1



Fonte: Internet (2021). Disponível em: <https://visualy.com.br/blog/g1-muda-logo-e-adota-letras-minusculas/>. Acesso em 05 mar. 2024.

Essa renovação gráfica tinha como objetivo harmonizar os diversos formatos de conteúdo — textos, vídeos, áudios, fotos e infográficos — para proporcionar uma experiência consistente “tanto no celular quanto no computador ou na TV” (g1, 2021). Além disso, essa atualização visual reforçou a integração entre as diversas plataformas do Grupo Globo, como TV aberta, TV por assinatura, streaming e mídias digitais.

5.2. DIRETRIZES EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO E SUA INFLUÊNCIA NA RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

Os avanços digitais motivaram o Grupo Globo a tornar públicos os seus princípios editoriais de jornalismo, com o objetivo de destacar as diferenças entre divulgações jornalísticas e informações compartilhadas por usuários da internet. Isso se deu em um contexto onde a era digital proporciona liberdade de expressão e acesso público, mas também gera confusão sobre o que constitui jornalismo, quem é jornalista e como produzir informação de qualidade. Como ressalta o g1 (2011a): “nota-se certa confusão entre o que é ou não jornalismo, quem é ou não jornalista, e como se deve ou não proceder para produzir informação de qualidade”. Para abordar essas questões, o documento organiza seus dispositivos em quatro seções, abrangendo: os atributos da informação de qualidade; os procedimentos que o jornalista deve adotar diante das

fontes, do público, dos colegas, do veículo para o qual trabalha e das redes sociais; e os valores cuja defesa é considerada um imperativo do jornalismo.

A emissora define o jornalismo como um “conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas” (g1, 2011a). A atividade jornalística do Grupo Globo é orientada pela análise de fenômenos simples e complexos, buscando apreender a realidade. Portanto, não se trata de retratar a verdade absoluta, mas de comprometer-se com a divulgação do que pode ser considerado aceitável dentro das subjetividades. Nessa lógica, a notícia jornalística também pode ser vista como uma utopia da verdade, pois, através de sua produção, a imprensa busca oferecer um entendimento dos fatos. Os jornais devem produzir “um conhecimento que será constantemente aprofundado, primeiro pelo próprio jornalismo, em reportagens analíticas de maior fôlego” (g1, 2011a).

Os princípios editoriais do Grupo Globo, em sua primeira seção, defendem que o jornalismo deve ser executado com isenção, correção e agilidade para garantir o valor da informação. Esses três atributos são fundamentais para assegurar que o discurso seja isento, correto e rápido, e, portanto, constituem a base da qualidade das suas produções. Esta seção é intitulada “Os Atributos da Informação de Qualidade”.

Quanto à isenção (g1, 2011a), a organização acredita que é difícil para qualquer veículo de jornalismo garantir total isenção de seus valores, pois isso pode levar a uma informação enviesada, viciada e de menor qualidade (g1, 2011a).

O Portão g1 (2011a) aponta que os níveis hierárquicos para a decisão de produção em seus departamentos; apuração, edição e publicação dos materiais jornalísticos, sejam reportagens factuais ou analíticas. Portanto, para a empresa a retratação e análise dos conteúdos também devem acolher partes contraditórias sobre o acontecimento. Assim como reforçar a apuração com várias fontes para evitar informações mal descritas ao público; as notícias não devem tratar de tabus. No entanto, o Grupo Globo (g1, 2011a) estabelece que é proibida a perseguição de fontes para coleta de informações e dados, ou seja, os jornalistas, independentemente da hierarquia, devem desconsiderar suas idiossincrasias e gostos pessoais na definição de uma notícia. Por isso, o trabalho de redação deve seguir a ordem hierárquica das funções de cada colaborador para garantir que o trabalho seja realizado de forma coletiva sobre os assuntos a serem apurados.

Para o Grupo Globo (2011a) também é importante priorizar a diversidade de sujeitos sociais envolvidos nas categorias de jornalistas para garantir pluralidade nas escolhas dos temas jornalísticos; manter um jornalismo apolítico, além de manter um jornalismo laico; repudiar formas de discriminação e preconceito; manter um jornalismo independente de manifestações governamentais; as publicações jornalísticas não devem depender de valores comerciais, ou seja, não devem estar condicionadas às relações de publicidade ou anunciantes.

Segundo o Portal g1 (2011a), os veículos jornalísticos devem adotar um jornalismo que repudia xenofobia contra outras manifestações culturais; proibir que os colaboradores façam investimentos diretos na Bolsa de Valores para evitar acusações relacionadas à isenção do jornal; essa regra também se aplica a jornalistas com relações de proximidade com pessoas públicas que exerçam atividades sociais ou econômicas. Portanto, a empresa proíbe a publicação noticiosa relacionada a interesses pessoais dos jornalistas para benefício próprio, pois considera que os jornalistas não podem realizar atividades profissionais vinculadas a campanhas políticas. Desse modo, os jornalistas devem ser transparentes em relação a suas outras atribuições profissionais e pessoais durante seus serviços.

O Grupo Globo (2011a) também estabelece normas em seus manuais de redação sobre convites e presentes, com a regra de que nada de valor deve ser aceito; opiniões de colaboradores, cronistas e articulistas devem zelar pela qualidade da informação; convidados são responsáveis por seus discursos; a empresa age de acordo com a lei e em circunstâncias de interesse público.

No Portal g1 (2011a) também determina que uma fonte deve ser apresentada como suspeita de casos criminais ou irregulares, e a pessoa deve ser ouvida, caso se disponha a falar. Portanto, denúncias anônimas são consideradas pautas e só serão publicadas após investigação, contudo, a empresa permite que em caso de denúncias e acusações concedidas em entrevistas podem ser publicadas desde que sejam credibilizadas e se tenha a versão dos acusados que se disponham a tratar o assunto.

Os jornalistas só devem informar sobre suspeitos de crimes ou irregularidades quando houver algum estágio de investigação anunciado oficialmente ou quando for relevante para a sociedade. Caso a autoridade cometa um erro e culpe um inocente, a notícia deve ser retratada e as disposições policiais sobre o fato devem ser cobradas. Ou seja, os veículos jornalísticos do Grupo Globo (g1, 2011a) devem

priorizar sempre suas próprias investigações e publicar o que resultar delas apenas se houver convicção formada de que a reportagem é legítima.

Para o Grupo Globo (g1, 2011a), o critério de correção consiste em garantir a credibilidade dos dados ou informações que possam ter sido divulgados de forma equivocada pelos veículos de jornalismo. Trata-se de uma análise apurada dos fatos, especialmente após a revisão pelos colaboradores, que devem ser transparentes em relação aos erros e corrigir falhas com total clareza. “Um dos mecanismos que mais contribuem para o controle de qualidade posterior à publicação das informações é a reação do público” (g1, 2011a). Nesse contexto, são apresentados os seguintes princípios da produção noticiosa:

Antes de um fato ser publicado, o jornalista deve verificar as informações com o máximo de fontes confirmadas sobre o acontecimento, exceto em casos de informações oficiais, de entidades públicas ou privadas; imagens e outros materiais informativos só podem ser publicados após a checagem da veracidade dos dados; dados minuciosos são obrigatórios; portanto, a publicação deve incluir informações como “nomes, datas, locais, horários, idades, endereços, referências históricas, descrições de processos, definições científicas, termos de contrato, explicações sobre formas de governo” (g1, 2011a).

O Grupo Globo (g1, 2011a) estabelece que assim como o repórter é responsável pela apuração, a veracidade das informações também é uma responsabilidade coletiva, para identificar possíveis inexatidões dos dados. Assim como deve ser feita a revisão dos materiais antes da publicação é uma forma de evitar erros no processo de divulgação jornalística. De acordo com o manual, as novas tecnologias facilitam o acesso a dados confiáveis, que devem ser viabilizados pelas redações. No portal g1 (2011a) também esclarecido que em publicações que requeiram conhecimento técnico, os jornalistas devem recorrer a informações de especialistas vinculados ao campo ou área do assunto, ou seja, os jornalistas devem estar em contínuo processo de treinamento e aprendizado para lidar com a diversidade temática de seus materiais; embora a empresa mantenha a prática de recrutar profissionais com formação superior na área, também são acolhidos aqueles com aptidão para o jornalismo. Entretanto, a empresa afirma também que cada veículo de jornalismo do Grupo Globo possui uma estrutura de análise crítica para o aperfeiçoamento das notícias, desse modo, esses veículos devem ter uma estrutura

para processar observações, sejam elas positivas ou negativas, para informar o público. Portanto, dependem da reação do coletivo de pessoas para aprimorar a qualidade das notícias. Além disso, “[...] Os erros devem ser corrigidos, sem subterfúgios e com destaque. Não há erro maior do que deixar os que ocorrem sem a devida correção” (g1, 2011a).

No entanto, os veículos de jornalismo do Grupo Globo utilizam a norma culta da Língua Portuguesa para a produção jornalística. Cada veículo tem uma padronização aprimorada, legitimada por um manual de redação específico. Entretanto, em geral, “[...] gírias e neologismos serão evitados, sendo aceitos em declarações de entrevistados ou em reportagens mais leves, acompanhados, quando necessário, de explicação sobre seu significado” (g1, 2011a).

Assim como esses materiais jornalísticos devem ser publicados com linguagem clara para que o público compreenda a divulgação sem dificuldades. Desse modo, a Portal g1 (2011a) deixa evidente que primeira seção do artigo está relacionado à agilidade dos veículos de jornalismo da empresa, o que envolve, basicamente, a qualidade das informações jornalísticas publicadas, além da prestação de serviço em curto prazo. “Se a História pode dispor de anos de trabalho para fazer aflorar a realidade, o jornalismo dispõe de algumas horas (no máximo, de alguns dias, se a publicação for semanal ou mensal)” (g1, 2011a). Em outras palavras, os fatos jornalísticos devem ser retratados com base na relevância e utilidade para o público, visando noticiar acontecimentos de forma oportuna. Com relação a isso, os jornalistas são guiados pelos seguintes princípios.

Segundo o Portal g1 (2011a), os veículos do Grupo Globo priorizam investimentos em tecnologia para qualificar a elaboração jornalística. Portanto, “[...] deverão estar atualizados com o que há de melhor em maquinaria, equipamentos, *softwares* e meios de transporte” (g1, 2011a). Além de que as condições administrativas das empresas jornalísticas devem priorizar investimentos em tecnologias que corroborem para a celeridade das atividades dos colaboradores e para a emissão ágil das notícias. Assim como: A rapidez deve estar sempre ligada aos parâmetros de qualidade e apuração das informações; o Grupo Globo prioriza a obtenção de informações em primeira mão, ou seja, o furo jornalístico deve ser um dos atributos primordiais de informação de qualidade. Portanto, deve-se evitar deslizes que comprometam a credibilidade da apuração dos fatos; informações não

devem ser retidas; se confirmadas, devem ser publicadas. No entanto, a redação deve avaliar o momento adequado para divulgar suas produções, assegurando o critério de informação de primeira mão. Quanto mais completa for a matéria, melhor será a qualidade da informação (g1, 2011a).

O Grupo Globo também determina que “[...] Deve-se ter humildade diante de furos de veículos concorrentes” (g1, 2011a). Portanto, deve-se ser ágil na divulgação das informações já coletadas, dando crédito a quem produziu e tem direito à informação; as informações devem ser verificadas antes de sua publicação, especialmente em investigações jornalísticas que envolvam denúncias

Na segunda seção dos princípios editoriais do Grupo Globo, são apresentados os procedimentos que o jornalista deve seguir em relação às fontes, ao público, aos colegas do veículo para o qual trabalha, bem como às redes sociais (g1, 2011a). Em relação às fontes, o jornalista não pode estabelecer uma relação de amizade com elas, sendo sua lealdade restrita à notícia. Caso exista uma relação de amizade pré-existente, o veículo deve adotar diretrizes para evitar conflitos de interesse. Os colaboradores devem manter respeito e transparência quanto ao objetivo de informar e, ao mesmo tempo, preservar a credibilidade dos fatos investigados. É fundamental que os jornalistas cumpram o compromisso assumido com as fontes em relação à preservação da identidade, mas sem abrir mão da veracidade dos fatos. Quando se trata de entrevistas exclusivas, a fonte tem o direito de solicitar alterações, acréscimos ou supressões, sendo necessário avaliar tais pedidos. Caso a solicitação não seja aceita, deve ser registrado que as alterações não foram realizadas.

O tratamento dos veículos de comunicação diante do público segue princípios editoriais bem definidos. Os jornalistas devem tratar o público e as fontes com respeito, consideração e cortesia. Embora cada veículo tenha um público-alvo específico, a linguagem e o formato devem ser claros e acessíveis, evitando excessos que dificultem a compreensão. Práticas sensacionalistas são rejeitadas, pois distorcem a realidade e provocam emoções com o intuito de atrair o público. O Grupo Globo busca um jornalismo popular, com tom coloquial e, às vezes, humor, mas sem comprometer a precisão das informações (g1, 2011a).

A sensibilidade do público é tratada com especial atenção, ajustando o conteúdo de acordo com as características do público-alvo e preservando a confiança,

especialmente ao evitar cenas que possam surpreender o bom senso. A divulgação de informações deve seguir a "regra de ouro": informar tudo de interesse público, considerando a maturidade da sociedade e evitando que jornalistas decidam arbitrariamente o que é ou não relevante (g1, 2011a). A análise cuidadosa dos conteúdos pela redação é essencial.

No Portal g1 (2011a) também é esclarecido que em casos sensíveis, como a divulgação de nomes e imagens de agressores, são tratados com cautela para evitar que a notoriedade estimule novos ataques ou massacres. Informações correlatas devem ser divulgadas apenas se forem relevantes, evitando represálias criminosas. Notícias sobre sequestros devem ser acompanhadas e publicadas de forma responsável, priorizando a solidariedade e o registro dos fatos. A privacidade das pessoas deve ser respeitada, embora pessoas públicas, ao renunciarem parcialmente a esse direito, possam ter determinados fatos divulgados caso sejam de interesse público, sempre analisados individualmente.

O uso de microcâmeras e gravadores escondidos é legítimo apenas quando indispensável para registrar condutas ilícitas ou criminosas. Entretanto, esse recurso exige autorização prévia da chefia e deve seguir as normas específicas de cada veículo, conforme os manuais de redação (g1, 2011a).

Segundo o Portal g1 (2011a), os princípios editoriais dos veículos de jornalismo em relação aos colegas estabelecem que os colaboradores devem cooperar entre si no trabalho, com jornalistas envolvidos na mesma apuração atuando em conjunto na revisão das informações. Os colaboradores também devem compartilhar suas opiniões sobre as publicações, independentemente da escolha do editor ou de qualquer outro nível hierárquico na elaboração das notícias. As redações dos veículos de jornalismo do Grupo Globo competem entre si pelo furo jornalístico, com foco na qualidade da informação. Outros princípios importantes incluem: a independência dos veículos na seleção das notícias; a possibilidade de divergência nos estilos, enfoques e ênfases de cada editorial, mas mantendo a essência comum nas coberturas dos mesmos fatos; a lealdade dos jornalistas aos veículos para os quais trabalham, com as informações sendo compartilhadas e destinadas para publicação nos respectivos jornais. Além disso, a participação dos jornalistas do Grupo Globo em plataformas digitais colaborativas deve seguir determinados pressupostos: as notícias apuradas devem ser divulgadas primeiramente pelos

veículos para os quais trabalham; procedimentos internos, projetos e informações do cotidiano das redações não devem ser divulgados para evitar vulnerabilidades em relação aos concorrentes (g1, 2011a).

O sigilo das fontes é um princípio inviolável, mas os jornalistas têm o dever de compartilhar suas apurações com a redação para decidir o que deve ou não ser publicado. Exceções a essa regra só são permitidas em casos de desonestidade nas informações, quando a identidade da fonte pode ser revelada (g1, 2011a). Quanto ao uso das redes sociais, o Grupo Globo reconhece essas plataformas como campos potencialmente públicos, acessíveis a um amplo público e visíveis a muitas pessoas. Portanto, quando um jornalista se manifesta nessas redes, sua atividade está vinculada ao veículo em que trabalha. Se essa atividade comprometer sua reputação de isenção, também prejudicará a reputação do veículo, o que não é aceitável, pois a isenção é o pilar central do jornalismo (g1, 2011a). Nesse caso, o colaborador pode ser inabilitado para exercer suas funções no veículo, uma regra que se aplica a todas as redes sociais – como *Twitter*, *Instagram*, *Facebook*, *WhatsApp*, ou qualquer outra plataforma existente ou que venha a ser criada (g1, 2011a).

No Portal g1 (2011a) também é afirmado caso a perda de reputação que comprometa o jornalista nas suas atribuições, a empresa deve ser avaliada pela chefia do departamento envolvido e encaminhada ao Conselho Editorial do Grupo Globo. E esclarece que além da relação a outros aplicativos, especialmente o *WhatsApp*, a empresa visa respeitar a privacidade do colaborador em suas conversas pessoais, mas monitora vazamentos de mensagens que possam ser prejudiciais à reputação do colaborador, principalmente se resultarem em posicionamentos políticos, partidários ou ideológicos. Portanto, o jornalista deve evitar qualquer manifestação nas redes sociais que indique publicamente apoio a percepções políticas, promoção ou apoio a candidaturas partidárias e defesas ideológicas que possam comprometer questões controversas e polêmicas relacionadas às coberturas jornalísticas do Grupo Globo (g1, 2011a).

[...] Isso inclui endossar ou, na linguagem das redes sociais, “curtir” publicações ou eventos de terceiros que participem da luta político-partidária ou de ideias. [...] Agir de modo diferente compromete de forma irremediável a isenção do jornalista e mancha a reputação do veículo para o qual trabalha, com a consequência já mencionada (g1, 2011a).

Os jornalistas e convidados devem expressar explicitamente suas opiniões sobre a análise de determinados conteúdos ou temáticas. No entanto, como destacado pelo Portal g1 (2011a), mesmo nessas situações, eles não estão isentos de seguir diretrizes nas redes sociais para evitar que suas postagens causem comoção relacionada a causas políticas-partidárias ou ideias vinculadas a candidatos ou partidos políticos, tanto durante quanto fora dos períodos eleitorais. Apoios partidários são proibidos, e colaboradores que não sejam jornalistas também não podem fazer declarações ou propaganda partidária em favor de candidatos ou partidos políticos. Além disso, os jornalistas do Grupo Globo não podem estar direta ou indiretamente relacionados à publicidade de outras empresas, nem devem associar-se a críticas a determinados estabelecimentos comerciais, desde que atendam aos requisitos comerciais dos veículos de jornalismo. O Grupo Globo reconhece a importância das redes sociais para aproximar o jornalista do público, desde que esta proximidade se concentre na divulgação de suas atribuições e produções, sem ser subestimada. Contudo, os jornalistas devem disponibilizar seus materiais e produções nas redes sociais apenas após a divulgação oficial desses conteúdos. Além disso, a publicação nas redes sociais deve incluir *links* que facilitem o acesso ao veículo de jornalismo onde o material foi originalmente publicado (g1, 2011a).

A publicação de reportagens certamente vai gerar comentários dos leitores. O jornalista do Grupo Globo deve tratar todos com respeito. Pode esclarecer dúvidas e comentar críticas. Se estas forem ofensivas, talvez seja melhor simplesmente não responder. Se se sentir vítima de abuso, é legítimo que o jornalista do Grupo Globo bloqueie os ofensores. Mas é preciso critério: não confundir críticas contundentes, mas legítimas, com ofensas e abusos (g1, 2011a).

O Grupo Globo também não permite que os jornalistas realizem críticas sobre outros colegas: Os colaboradores dos veículos não podem fazer críticas nas redes sociais relacionadas a outros profissionais da área, seja no próprio veículo ou em relação a concorrentes. Isso se deve ao fato de que “[...] Elogios e críticas podem ser interpretados como arrogância, algo que deve sempre ser evitado” (g1, 2011a). Ou seja, as chefias dos veículos de jornalismo devem validar rigorosamente as críticas e compartilhá-las com os colaboradores de suas redações. A empresa também

esclarece que caso o jornalista tenha dúvidas sobre o tipo de divulgação que deseja fazer nas redes sociais, é válido consultar a chefia (g1, 2011a).

A terceira seção aborda o uso da inteligência artificial (IA) no jornalismo do Grupo Globo, sendo a mais recentemente atualizada do documento. Conforme informado pelo g1 (2024), a utilização dessa tecnologia está restrita à manutenção da isenção, correção e agilidade nas produções jornalísticas, com especial atenção aos direitos autorais dos materiais, sempre sob supervisão humana. O objetivo do uso da IA é auxiliar no processamento e geração de informações, incluindo textos, vídeos, áudios, informativos, sites e outros formatos de conteúdo comunicacional, sem comprometer a integridade do exercício jornalístico. Para garantir isso, foram estabelecidos princípios, sendo o primeiro relacionado à transparência e supervisão humana.

Esses princípios incluem: a utilização da IA apenas para produzir informações isentas, corretas e entregues rapidamente; a necessidade de que todos os conteúdos gerados por IA sejam supervisionados por um ser humano, especialmente para checagem e validação, garantindo que a tecnologia apenas auxilie na correção e isenção das informações; e o compromisso do Grupo Globo de informar ao público sempre que algum tipo de elaboração, em maior ou menor escala, for realizada em um material jornalístico. Todos os envolvidos na produção são responsáveis pelo resultado final (g1, 2024).

Outros princípios desta seção também estão relacionados à apuração, produção e distribuição do jornalismo com auxílio de IA, como os jornalistas devem usar a IA apenas para otimizar a apuração das informações na elaboração das notícias. Contudo, o resultado final é responsabilidade dos envolvidos na produção. Advertimos que qualquer resultado que resulte em erros ou enviesamentos na cobertura jornalística deve ser evitado. Desse modo, os jornalistas podem considerar o uso da IA para otimizar diversos formatos de conteúdo, como vídeos, textos, áudios, imagens, infográficos e sites. Qualquer publicação que utilize totalmente o recurso deve ser elaborada sob supervisão humana e não pode ser usada para redigir textos opinativos ou editoriais. “A opinião e a análise devem ser reservadas para os jornalistas, que podem fornecer o contexto e a perspectiva necessários” (g1, 2024). Assim, revisões gramaticais, correções factuais e enriquecimento são permitidos. Portanto, o uso da IA só é permitido para sintetizar determinados materiais com

autorização dos proprietários e representantes legais. Isso significa que o público deve ser informado caso qualquer uso de IA seja aplicado para reconstruir uma imagem ou áudio, visando correções técnicas que facilitem a compreensão do público. No entanto, esses materiais não devem ser alterados de forma que modifiquem a realidade das produções. Desse modo, segundo o Portal g1 (2011a), as redações podem utilizar a IA para otimizar o alcance dos veículos e para analisar dados que produzam diferentes versões sobre o consumo da informação, visando a personalização do conteúdo, desde que esses conteúdos respeitem os padrões editoriais de qualidade e veracidade.

Os últimos princípios editoriais relacionados a essa seção se referem aos direitos autorais e de governança: a) o uso de IA pelo Grupo Globo deve observar e respeito os direitos autorais e de propriedade intelectual, sejam estes relacionados a conteúdo de terceiros ou aos próprios conteúdos; b) a empresa investe na capacitação do uso ético das ferramentas de IA. Por se tratar, uma nova ferramenta tecnológica e digital, “[...] Essa política será revisada periodicamente pelo Conselho Editorial do Grupo Globo” (g1, 2024).

A quarta seção é intitulada “Os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo” e apresenta que o Grupo Globo se define como uma instituição comercial “independente, apartidária, laica e comprometida com um jornalismo que busque isenção, correção e agilidade, conforme estabelecido de forma minuciosa” (g1, 2011). Isso significa que a empresa não tem preferência política, religiosa, partidária ou por grupos econômicos, pois defende os valores progressistas da sociedade. Portanto, trata-se de coberturas que refletem o espírito isento e pluralista sobre os fatos, e a afirmação desses valores é uma forma de garantir a integridade da atividade jornalística. “Os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva” (g1, 2011a). O documento ressalta que a empresa segue os mesmos valores do documento “Visão, Princípios e Valores”, de 1997, que se responsabiliza pela manutenção dessas práticas jornalísticas.

5.3. COPRODUÇÕES E SERVIÇOS JORNALÍSTICOS: AFILIADAS DA REGIÃO NORTE

O Grupo Globo atualmente conta com 123 emissoras em todo o país, incluindo emissoras próprias e afiliadas, que retransmitem e coproduzem sua programação. Segundo o Atlas de Cobertura (Globo ABS, 2024), a empresa possui duas emissoras geradoras localizadas nos estados do Rio de Janeiro (TV Globo Rio de Janeiro) e São Paulo (TV Globo São Paulo), além de três filiais: TV Globo Minas, em Belo Horizonte (MG); TV Globo Brasília (DF); e TV Globo Pernambuco, no Recife (PE). As demais 118 afiliadas são responsáveis por retransmitir e coproduzir conteúdos regionais em parceria com a Rede Globo.

Dentre os grupos afiliados, o Grupo Rede Amazônica destaca-se por deter o maior número de emissoras, totalizando 16 canais espalhados pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. Em segundo lugar está o Grupo GTS, com 12 emissoras no Rio Grande do Sul. Já o Grupo Jaime Câmara ocupa a terceira posição, com 11 emissoras nos estados de Goiás e Tocantins. O Grupo Paranaense de Comunicação é responsável por oito canais no Paraná (Globo ABS, 2024).

O Grupo Liberal e o Grupo InterTV, ambos com sete emissoras cada, operam em regiões do Pará (PA), além de estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. No Centro-Oeste, o Grupo Matogrossense de Comunicação cobre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto na Bahia, a Rede Bahia opera com seis canais.

Com cinco emissoras, a Rede Integração cobre municípios de Minas Gerais, e o Grupo NSC Comunicação atua em Santa Catarina. Já com quatro transmissoras, estão o Grupo Mirante, no Maranhão; o Grupo Traffic, em São Paulo; e a Rede Gazeta, no Espírito Santo. O Grupo EP possui três canais em São Paulo, enquanto grupos menores, como a Rede Vanguarda (SP), o Grupo Sistemas Verdes (CE) e a Rede Paraíba de Comunicação (PB), possuem dois canais cada (Globo ABS, 2024).

São Paulo lidera em diversidade de grupos com concessão de um único canal, como o Grupo Tribuna, o Grupo Diário e a TV Fronteira Paulista. No estado de Pernambuco, duas afiliadas, o Grupo Asa Branca e o Sistema Grande Rio de Comunicação, possuem uma emissora cada.

De acordo com o Atlas da Cobertura (Globo ABS, 2024), outros grupos regionais incluem o Grupo Modesto Cerqueira, na Bahia; a Organização Arnon de Melo TV Gazeta, em Alagoas; o Sistema Tapajós de Comunicação, no Pará; o Grupo Rabbit Participação e Administrações LTDA, no Rio de Janeiro; e a Rádio Televisão de Sergipe, em Sergipe.

Na Região Norte, o Grupo Globo conta com 27 concessões de canais retransmissores que coproduzem conteúdos em parceria com afiliadas como a Rede Amazônica, TV Liberal, TV Tapajós e TV Anhanguera, demonstrando a força de sua cobertura regional nessa área do país (Globo ABS, 2024).

5.3.1. Grupo Rede Amazônica

A Rede Amazônica, pertencente ao Grupo Rede Amazônica (Redeam), é um conglomerado de comunicação afiliado ao Grupo Globo, com atuação nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. Com mais de 50 anos de história, a Rede Amazônica é reconhecida como a maior emissora da Região Norte, operando 16 concessões de retransmissão midiática (Globo ADS, 2023). O grupo também contribui para a coprodução de conteúdos jornalísticos da Rede Globo, como o g1, o ge e a rádio CBN Amazônia, além de desenvolver produtos próprios, como o AmazonSat e o Portal Amazônia.

A trajetória do grupo começou em 1968, quando os advogados Phelippe Daou e Milton Cordeiro, junto com o empresário Joaquim Margarido, fundaram a Amazonas Publicidade LTDA, a primeira agência de publicidade e propaganda do estado, sediada em Manaus. No mesmo ano, os fundadores, em parceria com Robert Daou, irmão de Phelippe, solicitaram ao Ministério das Comunicações uma concessão de sinal televisivo. A concessão foi obtida e deu origem à TV Amazonas, canal 5 (Cabral, 2013).

A fase experimental da emissora, registrada sob o nome fantasia Rádio TV do Amazonas LTDA, teve início em 1972. Inicialmente, a programação era composta por conteúdos da TV Record e, posteriormente, da TV Bandeirantes (atual TV Band). Em 1986, o grupo decidiu afiliar-se ao Grupo Globo, consolidando sua parceria (Baze, 2002). Durante os primeiros anos, a transmissão para outras cidades dependia de

fitas de videocassete que eram transportadas por via terrestre, aérea e até fluvial, permitindo o acesso à programação em localidades remotas (Costa, 2001).

Atualmente, a Rede Amazônica é liderada por Phelippe Daou Jr., filho de um dos fundadores. Em 2015, reestruturou o grupo, unificando as emissoras sob o nome Rede Amazônica. Hoje, a rede conta com 13 emissoras afiliadas à TV Globo, atendendo mais de 15 municípios da Região Norte (Rede Amazônica, 2024).

5.3.1.1. *Rede Amazônica Amazonas*

Os sócios da Rede Amazônica foram incumbidos de concluir a construção da sede da emissora em um prazo de dois anos. Para isso, foram selecionados equipamentos importados pela *RCA Corporation*, que trouxeram inovações tecnológicas para a rede, tornando a Rede Amazônica a primeira emissora no Brasil a transmitir sinal de TV a cores (g1 AM, 2022). Em 1975, as transmissões iniciais incluíam filmes e seriados provenientes de parcerias com a Fox e a Columbia Pictures (Baze, 2002).

Ainda em 1974, com o objetivo de expandir suas operações pela Região Norte, a Rede Amazônica inaugurou a TV Rondônia. Mais de um mês depois, foi a vez da TV Acre. No ano seguinte, o grupo obteve duas novas concessões: a TV Amapá, em 25 de janeiro, e a TV Roraima, em 29 de janeiro (Baze, 2002).

5.3.1.2. *Rede Amazônica Acre*

Rio Branco abriga uma das duas sedes do Grupo Rede Amazônica no estado do Acre. Em 16 de outubro de 1974, a primeira emissora foi instalada no Palácio do Bispo, no Centro da cidade, por ser o ponto mais alto da capital acreana. Até 1982, o canal 4, a TV Acre (atual Rede Amazônica Acre), retransmitia a programação da Rede Bandeirantes, à qual estava afiliada. As transmissões ocorriam com um dia de atraso, pois as gravações em rolos de fita eram enviadas diretamente da TV Amazonas (Baze, 2002).

A programação inicial da emissora foi liderada por Tufic Assmar, diretor da TV Acre no estado. A primeira transmissão ao vivo foi da Copa do Mundo de 1974, que

pôde ser exibida graças a uma antena rastreadora (Baze, 2002). Em 1980, a emissora TV Cruzeiro do Sul também entrou no ar, e apenas em 1985 sua sede foi finalizada.

Segundo o portal g1 Acre (2023), em 1982, quase oito anos depois de sua inauguração, a emissora se tornou afiliada do Grupo Globo, com uma programação que ainda apresentava um atraso de 2 horas em relação ao Distrito Federal, em Brasília.

Com os avanços tecnológicos, em 2012, Rio Branco adotou as transmissões digitais, e novos veículos de jornalismo da Rede Globo foram lançados. Em 2013, os portais de notícias g1 e ge inauguraram suas redações na capital acreana. Em 2018, a TV Acre e a rádio local, Rádio Acre 98.1 FM, fundada em 1989, passaram a ser coprodutoras e retransmissoras da rádio CBN Amazônia em Rio Branco (Baze, 2002).

5.3.1.3. *Rede Amazônica Amapá*

O canal 6, uma concessão de emissora de televisão adquirida por Phelippe Daou em Macapá, Amapá, fez parte do conglomerado de veículos midiáticos do Grupo Rede Amazônica. A TV Amapá entrou no ar em 1974, e sua primeira transmissão foi a cobertura dos jogos da Copa do Mundo, organizada pela Rádio Difusora de Macapá (Baze, 2002).

Devido a dificuldades na transmissão ao vivo dos jogos, causadas por problemas com o satélite, a emissora firmou uma parceria com a TV Guajará, localizada em Belém, no Pará. Após as exibições, as gravações eram enviadas por *vídeo tape* (VT) de avião até Macapá. Essas dificuldades de sinal, que resultavam em imagens em preto e branco, levaram a emissora a firmar um acordo para transmitir a programação da Rede de Emissoras Independentes, liderada pelo Grupo Record.

Durante sua transferência para a nova sede, a TV Amapá ficou fora do ar até o final de 1974, quando foi consolidada como a quinta e última emissora do Grupo Rede Amazônica. Até metade de 1975, a emissora se afiliou à Rede Bandeirantes e passou a retransmitir sua programação. No entanto, com a terceira troca de sede, em 1982, o canal 6 integrou-se às Organizações Globo.

Em 2013, os webjornais g1 e ge Amapá começaram a ser transmitidos, e a emissora de rádio Amapá 93.3 FM, fundada em 1988, se afiliou ao veículo de

radiojornalismo. Em 2018, a rádio passou a coproduzir produções com a rádio CBN Amazônia Macapá (g1 Amapá, 2020).

5.3.1.4. *Rede Amazônica Rondônia*

Fundada em 1974, na capital porto-velhense, a TV Rondônia foi a segunda concessão do conglomerado midiático da Rede Amazônica, além da matriz localizada inicialmente no estado do Amazonas (Conde; Silva, 2012). O canal 4 contou com suporte financeiro da Prefeitura de Porto Velho e do Governo de Rondônia.

O Grupo Rede Amazônica também está presente nas emissoras dos municípios do interior, onde anteriormente eram exibidas programações da Rede Bandeirantes. No entanto, até 1983, o Grupo Globo passou a realizar suas retransmissões pelas emissoras de Phelippe Daou em Rondônia (Baze, 2002).

No canal 5 da TV Ji-Paraná, fundada em 1976, as programações consistiam em clipes musicais e anúncios publicitários. Em 1977, foi criada a TV Vilhena, também no canal 5. Suas primeiras exibições eram feitas por fitas gravadas, que eram buscadas diariamente no aeroporto pelo diretor da emissora. Até 1979, foram realizadas as transmissões da TV Ariquemes, operada pelo canal 7, que foi considerada a primeira emissora de televisão da cidade. Em 1981, o canal 5 da TV Cacoal também se tornou uma emissora de televisão da Rede Amazônica.

5.3.1.5. *Rede Amazônica Roraima*

No estado de Roraima, a criação de uma concessão de televisão foi determinada pelo governador Hélio Costa Campos, que aprovou o canal 2 em Boa Vista, pelo Ministério das Comunicações. O projeto de instalação foi acompanhado pelo jornalista Laucides Oliveira, e os equipamentos iniciais da emissora foram emprestados pela TV Educativa do Maranhão, atualmente TV Brasil Maranhão (Almeida, 2008).

5.3.2. Grupo Rede Liberal

O jornalista Rômulo Maiorana fundou a TV Liberal em 27 de abril de 1976 para compor o Grupo Liberal, que já era formado pelos conglomerados midiáticos com o periódico *O Liberal* e a Rádio Liberal AM. A empresa também é proprietária do jornal local *Folha do Norte* (Memória TV Liberal, 2023).

Em 1973, o jornalista decidiu formar uma sociedade com personalidade jurídica para concorrer à concessão de televisão, por incentivo do diretor técnico da TV Globo, Ossian Brito, e encaminhou o pedido ao Ministério das Comunicações (MCom). De acordo como o Portal Memória TV Liberal (2023), o documento foi assinado pelo diretor do Jornal Liberal, Linomar Bahia, por Walter Guimarães, Eládio Malato, Guaracy de Brito, e pelos irmãos Rômulo Maiorana e Ossian Brito. Em outubro de 1974, o Grupo Liberal recebeu a concessão para um canal de televisão, o canal 7, denominado Televisão Belém LTDA, na capital belenense.

Segundo o Portal Memória TV Liberal (2023), a construção da emissora começou em 1975, com a intenção de que a matriz fosse construída no mesmo local onde já se concentravam os outros veículos do Grupo Liberal (rádio e jornal). No entanto, isso não foi possível devido à falta de infraestrutura na localização escolhida na cidade. Apesar dos impasses para a negociação de uma nova área, a construção começou a ser realizada em 1976 (Memória TV Liberal, 2024).

A inauguração da emissora ocorreu enquanto a Rede Liberal estava em fase de negociação com as Organizações Globo para a retransmissão da programação da TV Globo (Memória TV Liberal, 2024). O sócio Ossian também foi um dos motivadores para a migração de afiliação da TV Globo, que, até 1967, pertencia à TV Guajará, para o canal 7.

Durante a cerimônia de inauguração, a TV Liberal foi um dos grupos que possibilitou a transmissão em cores, e suas primeiras imagens mostraram a cerimônia de abertura ao vivo para o Brasil, pois foram convidadas autoridades oficiais do governo. Após três dias, o grupo se afiliou à TV Globo (Memória TV Liberal, 2023).

Após o falecimento de Rômulo Maiorana, vítima de câncer, sua esposa, Lucidéa Maiorana, e seus filhos, Rômulo Maiorana Júnior e Ronaldo Maiorana, assumiram a liderança da emissora (DOL, 2017).

5.3.3. Sistema Tapajós de Comunicação

Outra emissora sediada no Pará se chama TV Tapajós, está localizada na cidade de Santarém e pertence ao Sistema Tapajós de Comunicação, um conglomerado de veículos midiáticos afiliados ao Grupo Globo (Oliveira, 2022). A empresa foi fundada por Joaquim da Costa Pereira. Além de coproduzir alguns dos veículos de jornalismo da Rede Globo, a emissora também detém o webjornal local NoTapajós.com.

Em 1977, a concessão foi concedida pelo Ministério da Comunicação, e a construção do edifício onde se localiza a emissora em Santarém foi iniciada. O sinal em cores estava disponível na região e em outros 13 municípios paraenses. A inauguração do canal 4 aconteceu em 1979, e a celebração contou com a presença de autoridades oficiais do governo.

Desde a concessão, a emissora se afiliou ao Grupo Globo para realizar as retransmissões na região.

5.3.4. Grupo Rede Jaime Câmara

Segundo o Portal Jaime Câmara (2017) O conglomerado de veículos de comunicação Grupo Jaime Câmara foi fundado como Organização Jaime Câmara em 1937, pelo político Jaime Câmara e por Henrique Pinto Vieira. Sua sede localizava-se na cidade de Goiás, mas foi transferida para Goiânia quando Câmara se tornou prefeito da capital. Seu atual proprietário é Jaime Câmara Júnior. Além da Rede Anhanguera, o grupo originou veículos jornalísticos como “O Popular” e mídias impressas como Ludovica, Jornal Daqui e Jornal do Tocantins. Possui também emissoras de rádio como 97 FM, Executiva FM, Daqui FM (atualmente Moov FM). Já as rádios Araguaia FM e Anhanguera AM passaram a ser coprodutoras da rádio CBN Goiânia.

A TV Anhanguera entrou no ar pela primeira vez em 1963 e se afiliou às retransmissões da Rede Excelsior. No entanto, devido a uma crise financeira em 1967, ocasionada por um incêndio na sede da emissora, bem como outra crise econômica enfrentada pela Excelsior, a emissora goiana passou a retransmitir as

programações das Organizações Globo. A afiliação foi efetivada em 1969, com transmissões ao vivo do Jornal Nacional (Portal Jaime Câmara, 2017).

O Portal Jaime Câmara (2017), esclarece que após isso, a Organização Jaime Câmara adquiriu a concessão de canais em outras regiões de Goiás e no estado do Tocantins, quando ainda era anexado a Goiás. Em 1980, adquiriu a TV Tocantins em Anápolis; em 1990, a Televisão Riviera em Rio Verde; em 1995, a TV Pirapitinga em Catalão e a TV Luziânia, que operava com sinal da TV Globo Brasília em Luziânia, no entorno do Distrito Federal; em 1997, a TV Rio Paranaíba em Itumbiara; em 2004, a Televisão Planalto em Porangatu; e em 2005, a TV Rio Formoso em Jataí.

No estado de Tocantins, a primeira emissora fundada foi a Televisão Anhanguera de Araguaína, em 1976. Suas primeiras exibições faziam parte das retransmissões da TV Globo, e as programações eram exportadas após serem transmitidas na matriz, em Goiânia (Portal Jaime Câmara, 2017).

Em 1989, com a separação do estado tocantinense do norte de Goiás, o Grupo Jaime Câmara decidiu implantar uma nova sede que pudesse ter exibições via satélite. Com a última instalação da concessão de televisão na cidade de Gurupi, a Televisão Rio Formoso, do canal 2, tornou-se a emissora-sede do Tocantins. Entretanto, com Palmas sendo a capital do estado, o grupo decidiu reorganizar novamente a localização da sede. O Portal Jaime Câmara (2017) explica que somente em 2005 foi fundada a TV Anhanguera Palmas com o objetivo de administrar toda a programação da emissora, que inicialmente era operada pelo canal 11, mas foi repassada para a TV Jovem, afiliada à Rede Record, em 2000, passando a operar no canal 24. Em 2009, a emissora retornou para seu primeiro canal. Posteriormente, em 2013, lançou os webjornais g1 e ge Tocantins.

6. A POPULAÇÃO LGBTI+ NOS WEBJORNALIS NORTISTAS DO G1

Esta dissertação analisa os discursos jornalísticos relacionados à divulgação de temas, acontecimentos e eventos sobre diversidade sexual e de gênero, com foco na comunidade LGBTI+, que constitui o *corpus* desta pesquisa. O material foi coletado nos acervos dos webjornais do Portal de Notícias g1 localizados na Região Norte, abrangendo oito webjornais que compõem o objeto de análise. O objetivo é verificar como as hegemonias culturais binaristas, heterocisnormativas influenciam a produção noticiosa.

O Portal de Notícias g1, como produto de webjornalismo com uma ampla variedade de abordagens, apresenta conteúdos diversificados sobre questões de diversidade sexual e de gênero. Com base nas notícias coletadas em editoriais categorizados, observou-se que diferentes temas relacionados à comunidade LGBTI+ são abordados pelos oito webjornais das afiliadas da Rede Globo. Para sistematizar a análise, as notícias foram agrupadas de acordo com elementos em comum entre os temas, considerando também as diferenças nos enfoques editoriais.

As divulgações jornalísticas foram classificadas segundo o gênero jornalístico, destacando-se a predominância de formatos como reportagens ou notícias. Cada conteúdo foi, então, associado a uma categoria temática editorial, como *saúde, oportunidade, política, cultura e cidade*, de forma a identificar os enfoques predominantes nas matérias relacionadas à população LGBTI+.

A análise desses agrupamentos foi realizada com base na técnica de análise de contingência, um método de análise associativa da análise de conteúdo descrito por Fonseca Júnior (2006). Essa técnica examina as relações entre os conteúdos, observando como eles se organizam e se associam aos objetivos da pesquisa. Além disso, a abordagem contribui para a aplicabilidade do método a diferentes materiais, permitindo a categorização das notícias jornalísticas de maneira sistemática (Bardin, 2009).

QUADRO 3 – Temas de editoriais jornalísticas relacionados as coberturas noticiosas

Temas editoriais	
Saúde	Divulgação de notícias sobre o bem-estar físico, mental e social, além de políticas públicas. Publicações jornalísticas sobre campanhas de saúde, qualidade de vida e crises sanitárias.

Oportunidade	Divulgação de notícias sobre empregos, carreiras e oportunidades de desenvolvimento pessoal e financeiro, além de coberturas sobre vagas, empreendedorismo, educação e qualificação profissional.
Política	Divulgação de notícias focadas em coberturas sobre poder, governança, eleições e políticas públicas, além de retratações jornalísticas sobre as dinâmicas políticas e administrativas.
Cultura	Divulgação de notícias sobre assuntos relacionados às manifestações culturais, artísticas e intelectuais, incluindo retratações jornalísticas sobre arte, eventos, movimentos, indústrias culturais e patrimônio cultural.
Cidade	Divulgação de notícias sobre questões de interesse público, tanto urbanas quanto rurais, abordando desafios, acontecimentos e soluções relacionadas à infraestrutura, mobilidade, segurança e serviços públicos.

Fonte: Elaboração própria (2024).

As amostras coletadas refletem a pluralidade de editoriais do Grupo Globo (ver Quadro 3), abrangendo uma variedade de temas e assuntos, sem se limitar a um único acontecimento ou tópico específico. Para uma análise detalhada desses conteúdos, foi realizada uma categorização sistemática. Esse procedimento possibilitou a classificação e o reagrupamento dos materiais jornalísticos registrado durante a pesquisa documental, que resultou na coleta de aproximadamente 223 divulgações jornalísticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero na população LGBTI+ (ver Tabela 1).

Para a análise comparativa dos webjornais do g1, as publicações noticiosas foram organizadas com base nos editoriais do portal aos quais estavam vinculadas. Essa estrutura de categorização é apresentada na tabela a seguir, destacando a distribuição das divulgações entre os diferentes editoriais analisados, conforme a tabela a seguir.

TABELA 3 – Divulgações nos editoriais jornalísticos do g1 sobre a população LGBTI+ em webjornais da Região Norte

Agrupamento de divulgações vinculadas ao editoriais do Grupo Globo									
	Afiliada do Grupo Globo	Rede Amazônica					TV Liberal	TV Tapajós	TV Anhanguera
		g1 AC	g1 AP	g1 AM	g1 RO	g1 RR	g1 PA	g1 Santarém e Região	g1 TO
Editorias	Coberturas jornalísticas por editoria jornalística no Portal de Notícias g1								
	Saúde	3	0	0	0	0	4	0	3
	Oportunidade	2	2	0	2	1	2	1	0
	Política	12	4	2	2	3	4	2	0
	Cultura	16	13	5	0	10	48	5	4
	Cidade	18	7	17	10	1	3	0	22

Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise dos dados relacionados à população LGBTI+ foi estruturada com base nos temas editoriais, com o objetivo de realizar um estudo comparativo entre os webjornais. Essa abordagem possibilitou a identificação de semelhanças e diferenças nas maneiras como os acontecimentos e temas vinculados à diversidade sexual e de gênero foram tratados pelos oito webjornais do g1.

6.1. EDITORIA DE SAÚDE NO G1

Conforme apresentado na Tabela 3, apenas três dos oito webjornais divulgaram algum tipo de reportagem ou notícia relacionada ao eixo de saúde em seus editoriais noticiosos. Em relação ao percentual de divulgações, oito amostras representa o total de notícias publicadas, enquanto duas corresponde ao número de reportagens elaboradas por esses webjornais do g1, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 4 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de saúde

Webjornal	Notícia	Reportagem
g1 Acre	2	1
g1 Pará	3	1
g1 Tocantins	3	0

Fonte: Elaboração própria (2024).

O portal g1 Acre efetuou três divulgações jornalísticas. Uma delas, foi a reportagem que contou a história de Michele Franco, uma mulher trans que obteve uma indenização judicial após um plano de saúde negar a realização de procedimentos estéticos necessários para o tratamento de sua redesignação sexual e implantes mamários. Esse caso já havia sido abordado em uma reportagem publicada em janeiro de 2023, período anterior ao início da coleta de amostras desta pesquisa documental. Rodrigues (2023a) descreve Franco como uma "mulher trans, com diagnóstico de transtorno de identidade sexual, que precisou realizar cirurgias transexualizadoras". No mesmo enunciado, é utilizado o termo "sexo biológico" para explicar que a paciente havia alterado seu registro civil, incluindo pronome e gênero. No entanto, esse termo é considerado inadequado, pois "gênero" e "sexo" são conceitos inseparáveis no contexto do webjornal.

FIGURA 5 – Notícia divulgada pelo g1 Acre sobre caso de indenização de mulher trans



Fonte: *Screenshot* (2024). Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/11/20/mulher-trans-no-ac-ganha-indenizacao-na-justica-apos-plano-de-saude-negar-cirurgias-nao-e-estetica.ghtml>. Acesso em 23 nov. 2024.

Fausto-Sterling (1993), por outro lado, argumenta que a categoria de sexo é socialmente construída por lógicas binárias que reforçam intervenções médicas restritas aos polos masculino e feminino. Dessa forma, o uso do termo "gênero" seria mais apropriado para se referir à identidade de uma pessoa, pois há uma diversidade de identidades que não se vinculam exclusivamente às características biológicas. A ideia de "sexo biológico" promove a noção de dicotomia, o que reflete nas intervenções cirúrgicas aplicadas a pessoas intersexo ainda no nascimento, como se existissem apenas mulheres e homens, em uma sociedade com uma diversidade de "sexos".

Outras duas notícias publicadas pelo portal g1 Acre trataram da inauguração do primeiro ambulatório especializado para pessoas trans e travestis no estado. Na primeira notícia analisada, há uma fala inconsistente de uma pessoa identificada como "secretário da Associação dos Homossexuais do Acre", mas sem a apresentação de sua identidade (Lebre, 2023a). O atendimento foi uma iniciativa decorrente de um inquérito aberto pelo Ministério Público do Acre (MP-AC).

A segunda notícia, também relacionada à inauguração do ambulatório, utiliza os termos "homens e mulheres trans" (g1 Acre, 2024a) para se referir a toda a comunidade de pessoas trans e travestis. Embora esses termos não sejam usados de maneira totalmente incorreta, percebe-se uma tendência a centralizar essas identidades dentro da dicotomia "homem" e "mulher", o que reforça valores hegemônicos ligados à binaridade de gênero. Isso desconsidera a diversidade de

identidades dentro da comunidade trans, incluindo pessoas travestis, transmasculinas e outras identidades transexuais, que não se limitam a essas duas categorias.

O portal g1 Pará publicou quatro divulgações jornalísticas, uma das quais abordou em uma reportagem uma denúncia do ativismo local paraense sobre a falta de ações por parte das autoridades da prefeitura, do governo e da reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA) em relação à negligência e discriminação contra a população LGBTI+. A reportagem destacou as implicações dessa negligência nos direitos da comunidade LGBTI+ e a falta de políticas públicas adequadas para enfrentá-la.

A reportagem destaca os desafios enfrentados pela comunidade LGBTI+ no estado do Pará, especialmente em relação às violações de direitos humanos nas áreas de saúde, educação e sistema prisional (Carneiro, 2023a). A publicação busca apoiar as denúncias dos ativistas, cobrando respostas das autoridades pelos canais oficiais. Uma confusão identificada na reportagem refere-se ao uso padronizado da nomenclatura do ativismo de diversidade sexual e de gênero, que está em constante evolução. Em alguns momentos, a reportagem utiliza o termo LGBTIQIA+, enquanto em outros, faz referência apenas a LGBTI+. Uma das ativistas mencionadas na reportagem utiliza o termo LGBTI para fazer um paralelo com a LGBTIfobia, pois reflete de maneira mais formalizada de se referir a diversidade sexual e de gênero da população no país.

Duas notícias divulgadas estavam relacionadas à campanha do Dezembro Vermelho, que visa à prevenção contra o HIV e a AIDS. Embora a primeira notícia não tenha explicitado uma ligação direta entre o tema e a população LGBTI+, é importante lembrar que essa comunidade enfrentou estigmas e estereótipos associados ao HIV durante as décadas de 1980 a 1990 (Goffman, 1982). Esses estigmas resultaram em rotulações discriminatórias que contribuíram para a perpetuação da LGBTIfobia.

A divulgação destacou uma programação organizada pelo Centur, em que a campanha de conscientização incluiu apresentações artísticas de *drag queens* e outros artistas da comunidade LGBTI+ (g1 Pará, 2023a).

Outra notícia (g1 Pará 2023b), também relacionada ao Dezembro Vermelho, trouxe uma entrevista com a *drag queen* paraense Tristan Soledade, que estava à frente de uma campanha de solidariedade voltada para pessoas que convivem com

HIV. A iniciativa buscava desestigmatizar a vida dessas pessoas e promover maior conscientização sobre o tema, especialmente no contexto da população LGBTI+.

Outra notícia estava relacionada à divulgação de atendimento psicológico gratuito destinado a pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. A matéria jornalística apresentou dados de uma pesquisa realizada pela ONG Viver LGBTQIAPN+ e optou por usar essa nomenclatura no título: “ONG oferece atendimento psicológico gratuito para população LGBTQIAPN+ em Marabá; saiba como ter acesso” (g1 Pará, 2024a).

Ao fazer um paralelo com a primeira reportagem analisada (Carneiro, 2023a), divulgada em 2023, percebe-se o uso de outros dois termos para se referir à mesma comunidade. Essa variação revela a ausência de padronização na nomenclatura, o que, embora não implique erro, pode dificultar a identificação das notícias por parte do público.

A padronização do termo LGBTI+ tem sido amplamente adotada por entidades ativistas que atuam na linha de frente do movimento de sexualidade e gênero no Brasil. Optar por uma nomenclatura única é importante para evitar desinformação e minimizar o impacto do excesso de categorias, que pode reforçar hierarquias normativas dentro do próprio termo.

Essa evolução das nomenclaturas ao longo dos anos também reflete a falta de uma educação inclusiva e consistente sobre os assuntos que representam a comunidade LGBTI+ nas mídias jornalísticas. A ausência de uniformidade nos termos utilizados evidencia a necessidade de maior cuidado e responsabilidade na comunicação sobre a diversidade sexual e de gênero por políticas e capacitações que os veículos jornalísticos podem adotar.

O portal de notícias g1 Tocantins publicou três reportagens sobre o caso do estudante Lucas Borba, que faleceu em decorrência de falência múltipla de órgãos após uma infecção. A primeira notícia mencionou o envolvimento de Lucas com seu namorado, com quem estava passando férias (Reis, 2023a). A segunda reportagem abordou o ocorrido, destacando publicações feitas pelo estudante com o namorado em suas redes sociais antes de seu falecimento (Cavalcante, 2023a). Já a terceira matéria tratou de uma retrospectiva dos principais acontecimentos de 2023, em que a morte de Lucas foi novamente mencionada, incluindo a lembrança de seu relacionamento com o namorado (Lauris, 2023a).

6.2. EDITORIA DE OPORTUNIDADE NO G1

De acordo com a Tabela 3, somente seis dos oito webjornais divulgaram algum tipo de reportagem ou notícia relacionada ao eixo de oportunidade em seus editoriais noticiosos. Em relação ao percentual de divulgações, nove amostras representa o total de notícias publicadas, enquanto uma corresponde ao número de reportagens elaboradas por esses webjornais do g1 conforme o Quadro 5.

QUADRO 5 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de oportunidade

Webjornal	Notícia	Reportagem
g1 Acre	2	0
g1 Amapá	2	0
g1 Pará	2	0
g1 Rondônia	2	0
g1 Roraima	1	0
g1 Santarém e Região	0	1

Fonte: Elaboração própria (2024).

O portal g1 Acre divulgou informações sobre a Semana Acreana da Diversidade, que teve como objetivo debater políticas públicas voltadas à população LGBTI+. Uma das notícias abordou uma audiência pública sobre empregabilidade LGBTI+, realizada em parceria com o MP-AC. O evento discutiu os desafios enfrentados pela comunidade no combate ao desemprego (Lebre, 2023b).

Outra matéria tratou da inclusão de pessoas trans no programa público “Mulheres Mil” (Monteiro, 2024a). A notícia mencionou que o Ministério Público Federal do Acre (MPF-AC) estava investigando denúncias de impedimento à inscrição, especificamente, de mulheres trans no programa.

Entretanto, observou-se uma confusão no uso dos termos relacionados à mulheridade, especialmente no que diz respeito à distinção entre mulheres cisgênero, transexuais e travestis. Essa generalização reduziu a transgeneridade feminina à identidade de mulheres trans, desconsiderando as especificidades de cada grupo e destacando a necessidade de maior precisão e sensibilidade no uso das terminologias.

Segundo o procurador, o uso do nome social é assegurado, no âmbito da administração pública federal, pelo Decreto nº 8.727/2016, e, na administração pública estadual, pela Lei nº 3.355/2017, o que justificava a apuração da possível violação dos direitos das mulheres trans em julho (Monteiro, 2024b).

O portal g1 Amapá publicou duas notícias relacionadas à população LGBTI+. A primeira abordou o processo seletivo para o mestrado na Universidade Federal do Amapá (Unifap), que também reserva vagas para pessoas trans (Pereira, 2024a).

A segunda notícia tratou de uma oficina de capacitação organizada pela prefeitura de Macapá, com o objetivo de desenvolver projetos voltados à valorização da diversidade e inclusão da população LGBTI+. Os projetos elaborados durante a oficina seriam avaliados e concorreriam a uma premiação (g1 Amapá, 2024a).

O g1 Pará realizou a cobertura de duas notícias relacionadas a projetos voltados à população LGBTI+.

A primeira notícia tratou de um projeto que oferece cursos gratuitos focados na capacitação em negócios voltados à população LGBTI+, destinado a moradores da região metropolitana de Belém (g1 Pará, 2024b).

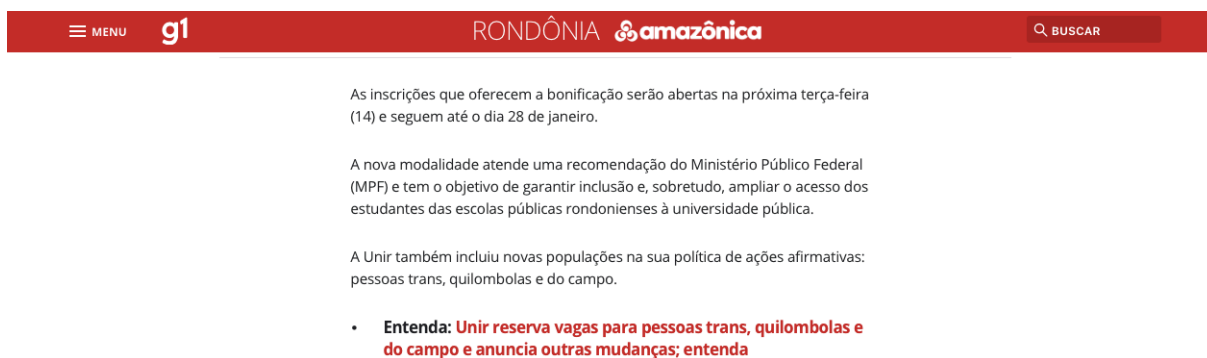
A segunda divulgação destacou outro projeto que oferece vagas gratuitas para oficinas, formações e *workshops* nas áreas de audiovisual, música, maquiagem artística e dança, voltadas para produções culturais paraenses. Essa iniciativa integra o lançamento de um curta-metragem em homenagem à cantora Joelma, que aborda a história de um homem gay (g1 Pará, 2024c).

O portal g1 Rondônia publicou duas notícias relacionadas à oferta de vagas pela Universidade Federal de Rondônia (Unir).

A primeira notícia abordou a bonificação de 18% na nota do Enem para vagas específicas, incluindo aquelas destinadas a pessoas trans (g1 Rondônia, 2024a).

A segunda notícia complementou o tema, explicando como funciona a bonificação regional para estudantes rondonienses. Nessa divulgação, foi novamente enfatizada a inclusão de novas populações nas políticas de ações afirmativas, como é o caso de pessoas trans (g1 Rondônia, 2024b).

FIGURA 6 – Notícia divulgada pelo g1 Rondônia sobre cotas de acesso a Unir



Fonte: *Screenshot* (2024). Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/01/14/saiba-como-funciona-a-bonificacao-regional-nova-modalidade-de-selecao-adoptada-pela-unir.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2024.

O portal g1 Roraima divulgou uma notícia sobre um *workshop* gratuito de empregabilidade voltado para preparar pessoas LGBTI+ para o mercado de trabalho em Boa Vista. A iniciativa foi promovida pelo primeiro coletivo bissexual organizado na Amazônia (g1 Roraima, 2024a).

O portal g1 Santarém e Região publicou uma reportagem sobre a crescente presença de mulheres na mineração no oeste paraense. De acordo com a publicação, essa participação tem contribuído para o protagonismo feminino e ajudado a romper estereótipos historicamente associados ao setor. O acesso dessas mulheres ao setor é viabilizado por um programa de iniciativas inovadoras voltadas ao empoderamento feminino e ao desenvolvimento pessoal, com o objetivo de promover igualdade de oportunidades e políticas equitativas nas empresas.

O programa promove a captação e desenvolvimento de talentos em diversas áreas da empresa, incentivando a pluralidade de pessoas, pensamentos e ideias, mostrando que competência não tem **gênero**, origem étnica, convicções religiosas, **orientação sexual**, habilidade ou formações diferenciadas (g1 Santarém e Região, 2024a, grifos do autor).

Embora a divulgação aborde a pluralidade de identidades beneficiadas pelo programa, não apresentou fontes ou personagens que representem a diversidade sexual e de gênero, deixando de evidenciar a inclusão dessas pessoas nas iniciativas desenvolvidas.

6.3. EDITORIA DE POLÍTICA NO G1

Sete dos oito webjornais divulgaram algum tipo de reportagem ou notícia relacionada ao eixo de política em seus editoriais noticiosos. Em relação ao percentual de divulgações, 26 amostras representa o total de notícias publicadas, enquanto duas corresponde ao número de reportagens elaboradas por esses webjornais do g1 conforme o quadro a seguir.

QUADRO 6 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de política

Webjornal	Notícia	Reportagem
g1 Acre	11	1
g1 Amapá	4	0
g1 Amazonas	2	0
g1 Pará	3	1
g1 Rondônia	2	0
g1 Roraima	2	1
g1 Santarém e Região	2	0

Fonte: Elaboração própria (2024).

O portal g1 Acre realizou um total de 12 coberturas jornalísticas relacionadas ao tema. A primeira notícia analisada refere-se a atividades promovidas pelo MPF-AC durante o mês da Visibilidade Trans, destacando uma programação voltada para pessoas transgênero (Vieira, 2024a).

A segunda notícia também aborda o mês da Visibilidade Trans em Rio Branco, anunciando o lançamento da cartilha intitulada "Sou A Travesti, Existo", elaborada pela Secretaria de Estado da Mulher. A cartilha tem como objetivo mapear mulheres lésbicas, bissexuais, pansexuais, transexuais e travestis, com base em um levantamento realizado em 2023, visando orientar políticas públicas (g1 Acre, 2024b).

Notavelmente, o g1 Acre adotou diferentes nomenclaturas em suas publicações. Enquanto a editoria de Saúde não utilizou o termo "mulheres trans e travestis" para se referir a essa população, outras matérias também não apresentaram a mesma uniformidade no uso dos termos (Lebre, 2023a; Monteiro, 2024a).

A terceira e a quarta amostra coletadas referem-se ao período do Carnaval de 2024, ocorrido na capital Rio Branco. Em uma das notícias, foi retratada a repercussão negativa após a prefeitura anunciar a instalação de um "banheiro da

diversidade", destinado ao público LGBTI+. O MPF-AC posicionou-se contra a instalação do banheiro específico, argumentando questões legais e sociais. O anúncio, feito pelo prefeito Tião Bocalom, gerou insatisfações sobre o ativismo local, que enxergou a iniciativa como uma forma de segregação discriminatória, sugerindo que a diversidade sexual e de gênero deveria ser plenamente acolhida nos banheiros tradicionais de "homem" e "mulher" (g1 Acre, 2024c; Monteiro, 2024b).

Na mesma notícia, o g1 Acre destacou canais para denúncias de violência: "Os canais para denunciar casos de homotransfobia e outros tipos de violência são o 190 e o Ministério Público Estadual" (g1 Acre, 2024c).

A outra notícia, considerada "polêmica" pelo g1 Acre, também envolveu o Carnaval e questões políticas. O prefeito decidiu separar a escolha da Rainha Trans e Gay da tradicional escolha da Rainha do Carnaval e do Rei Momo, justificando a medida como uma forma de "garantir mais um dia de folia". Essa ação foi mencionada na mesma manchete que abordava a controvérsia em torno do "banheiro da diversidade", ampliando o debate sobre as decisões da prefeitura em relação à inclusão e diversidade durante o evento (Monteiro, 2024b).

A quinta divulgação identificada não está diretamente relacionada à população LGBTI+, mas contém a palavra-chave "homofobia". Trata-se de um projeto organizado pelo MP-AC, no qual foi anunciado que o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) ofereceria diversos serviços ao público. Além disso, o Centro de Atendimento à Vítima (CAV) estaria responsável por prestar atendimento humanizado a vítimas de violência sexual, homofobia, e violência doméstica e familiar contra mulheres maiores de 18 anos de idade (Monteiro, 2024c).

A sexta amostra coletada refere-se à criação do Observatório de Políticas Públicas de Diversidade Sexual e de Gênero no Acre. O objetivo do observatório é estimular a implementação de políticas públicas no estado, além de mapear e diagnosticar indicadores relacionados às necessidades da população LGBTI+ acreana (g1 Acre, 2024d).

Uma outra reportagem (Marcel, 2024a) destacou uma polêmica gerada no Acre após a apresentação de um projeto de lei na Câmara de Vereadores de Rio Branco, que propunha a proibição da participação de crianças e adolescentes em paradas do orgulho LGBTI+ na cidade. O MP-AC abriu um procedimento administrativo, apontando que o projeto reforça discursos de homotransfobia.

FIGURA 7 – Reportagem produzida pelo g1 Acre sobre a proibição de crianças e adolescentes em eventos LGBTQI+

MENU **g1** ACRE **amazonica** BUSCAR

PL para proibir crianças em paradas LGBTQI+ é inconstitucional, diz MPF no Acre

Ministérios Públicos Federal e Estadual enviaram ofício e recomendação para a Câmara de Vereadores e Prefeitura de Rio Branco para que proposta não seja aprovada.

Por **Yuri Marcel**, g1AC — Rio Branco
19/06/2024 20h43 - Atualizado há 6 meses



PL quer proibir pais de levarem filhos para paradas LGBTQI+ em Rio Branco — Foto: Quésia Melo/ G1

Fonte: *Screenshot* (2024). Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/06/19/pl-para-proibir-criancas-em-paradas-lgbtq-e-inconstitucional-diz-mpf-no-acre.ghtml>. Acesso em: 7 dez. 2024.

Outra notícia refere-se à criação de uma cartilha de acolhimento à população LGBTQI+ no Acre (Monteiro, 2024d). A cartilha foi desenvolvida para orientar professores e gestores escolares a transformar as escolas em espaços de acolhimento para adolescentes que enfrentem *bullying* relacionado à discriminação de identidade de gênero e orientação sexual. Novamente, a divulgação utilizou três acrônimos diferentes para se referir ao público LGBTQI+.

A nona notícia coletada aborda um caso ocorrido anos atrás, envolvendo a criança acreana Rhuan Maycon, brutalmente assassinada no Distrito Federal (DF) após ser sequestrada por sua mãe, Rosana Auri da Silva Cândido, e sua companheira, Kacyla Priscyla Santiago. Em homenagem à vítima, foi criada uma lei municipal que institui ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes (g1 Acre, 2024e).

As últimas notícias referem-se às entrevistas dos candidatos à prefeitura de Rio Branco, realizadas ao vivo no telejornal *Jornal do Acre Primeira Edição*. Durante

as entrevistas, os candidatos foram questionados sobre questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

Na primeira divulgação (g1 Acre, 2024f), o primeiro candidato, ao ser perguntado sobre propostas para a população LGBTI+, desviou do tema e afirmou que a falta de emprego é uma realidade para essas pessoas, sem apresentar medidas concretas.

Na segunda divulgação (g1 Acre, 2024g), outro candidato, ao ser questionado sobre a mesma pauta, respondeu que sua primeira iniciativa seria construir propostas em conjunto com a comunidade LGBTI+, com o objetivo de evitar desrespeitos e promover maior inclusão.

O terceiro candidato, conforme divulgado em outra manchete (g1 Acre, 2024h), declarou que sua proposta seria não permitir tipificações de discriminação, defendendo que sua liderança na prefeitura contribuiria para o combate ao racismo e à discriminação. No entanto, apesar de adotar um discurso progressista, também não apresentou propostas específicas relacionadas a políticas para a diversidade sexual e de gênero, demonstrando um posicionamento pouco aprofundado e com escassa revisão crítica sobre o tema pelo g1 Acre quando fez críticas ao primeiro candidato.

O portal g1 Amapá realizou a cobertura de quatro notícias relacionadas à editoria de política relacionadas a temas de diversidade sexual e de gênero.

A primeira notícia (Pereira, 2024b) abordou um evento organizado pela Defensoria Pública do Amapá (DPE-AP), que tinha como objetivo promover a inserção de pessoas trans e travestis na sociedade por meio da retificação de nome e gênero, além de oferecer outros atendimentos jurídicos e sociais ao público.

A segunda notícia (g1 Amapá, 2024b) destacou o primeiro Censo LGBTI+ realizado na capital, Macapá. O objetivo do censo era mapear a população LGBTI+ da cidade para identificar as vulnerabilidades enfrentadas por esse grupo.

A terceira divulgação referiu-se a uma campanha de combate à LGBTIfobia lançada no estado do Amapá. O programa “Preconceito Exclui, Respeito Transforma” foi criado para orientar servidores públicos por meio de formações e cursos voltados ao combate ao preconceito e à intolerância contra a diversidade (Pereira, 2024c).

A última notícia tratou da criação do Plano Setorial de Cultura LGBTI+ no estado do Amapá, que teve como foco discutir políticas culturais voltadas para essa

população. O evento também buscou evidenciar a ausência de iniciativas setoriais relacionadas à cultura LGBTI+ no Brasil (Pereira, 2024d).

No portal g1 Amazonas, foram identificadas duas publicações.

A primeira notícia refere-se a um levantamento realizado pelos Cartórios de Registro Civil de Manaus, que apontou um aumento significativo na alteração de gênero em 2023. Esse crescimento foi consecutivo, superando a soma dos registros feitos entre 2021 e 2023. A reportagem também destacou como é possível realizar o procedimento de alteração dos documentos pessoais (g1 Amazonas, 2023a).

A segunda publicação abordou a suspensão, determinada por Flávio Dino, de uma lei estadual do Amazonas que proibia o uso de linguagem neutra em materiais didáticos de instituições de ensino públicas e privadas. A manchete explicou o conceito de linguagem neutra, descrevendo-a como uma forma de comunicação que utiliza termos neutros em lugar de expressões marcadas por gênero, como artigos, pronomes e outros marcadores linguísticos. A reportagem destacou que a linguagem neutra é uma prática inclusiva destinada a evitar formas de discriminação: “Linguagem neutra é o nome dado à comunicação oral ou escrita que aplica um gênero neutro em vez do feminino ou masculino” (g1 Amazonas, 2024a).

O portal g1 Pará contabilizou quatro publicações relacionadas à população LGBTI+ na editoria de política.


A primeira notícia aborda uma ação do Ministério Público do Pará (MP-PA), que moveu um pedido de indenização contra o candidato Zezinho Lima, que foi acusado de promover discursos de ódio e discriminação contra a população LGBTI+ nas redes sociais. Além disso, o parlamentar propôs a proibição da participação de jovens em eventos públicos organizados por essa população, como a Parada do Orgulho e outras manifestações culturais relacionadas à diversidade sexual e de gênero (g1 Pará, 2024d).

A segunda publicação refere-se a um dossiê divulgado em uma reportagem (Carneiro, 2024a), que expôs o número de mortes de pessoas vítimas de transfobia no estado do Pará. O g1 Pará destacou que a violência contra pessoas trans e travestis é subnotificada, colocando o estado como o 13º mais vulnerável para essa população. A reportagem também enfatizou as críticas do ativismo local à negligência de órgãos públicos em registrar casos de transfobia adequadamente.

Outra notícia (g1 Pará, 2024e) trata de uma recomendação do Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA) para que a UFPA implemente ações afirmativas destinadas a facilitar o ingresso e a permanência de pessoas trans e travestis na instituição. A recomendação surgiu após denúncias sobre a ausência de cotas e políticas públicas voltadas a essa população, o que contribuiu para a evasão em cursos de graduação e pós-graduação.

Por fim, a última publicação aborda a repercussão na imprensa francesa sobre a relação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente francês Emmanuel Macron. As imagens descontraídas dos dois líderes durante a passagem de Macron pela Amazônia paraense ganharam destaque nas redes sociais. Apesar de as reportagens esclarecerem que as imagens não indicavam um “clima amigável” no sentido romântico, o caráter sensacionalista das manchetes chamou atenção, utilizando termos como “*bromance*” — uma expressão internacional que significa “romance entre amigos” — para descrever a parceria política. Na mesma notícia, o g1 Pará (2024f) divulgou uma análise sobre os principais veículos de comunicação que trataram do episódio, destacando estereótipos. Essa postagem jornalística em forma de sátira retoma a ideia defendida por Gonçalves (2017), que critica a mídia jornalística por utilizar representações homoafetivas como espetáculo humorístico, reforçando estereótipos derivados da heterocisnormatividade que reforçam estigmas contra relações que não seja heteroafetivas.

FIGURA 8 – Notícia divulgada pelo g1 Pará sobre repercussão de fotografia entre presidente Lula e o presidente da França no Brasil



The image is a screenshot of a news article from G1. At the top, there is a red navigation bar with the G1 logo, the word 'MUNDO', and a search button labeled 'BUSCAR'. Below the navigation bar is a photograph of President Lula da Silva and Emmanuel Macron standing together in a lush, green forest, likely the Amazon. They are both smiling and appear to be in conversation. Below the photo, there is a caption: 'Lula e Macron no Pará — Foto: Ricardo Stuckert'. The main text of the article begins with: 'O clima amigável e as imagens descontraídas de Lula e o presidente francês, **Emmanuel Macron**, na Amazônia na terça-feira (26) **renderam memes nas redes sociais do Brasil**, mas também chamaram a atenção da imprensa francesa.' A horizontal line separates this paragraph from the next one, which reads: 'Jornais do país europeu destacaram nesta quarta-feira (27) como o "bromance" -- termo que contrai as palavras romance e "brothers" (irmãos, ou amigos, em inglês) -- entre os dois reflete a parceria no campo político e, principalmente, ambiental.'

Fonte: *Screenshot* (2024). Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/27/bromance-de-lula-e-macron-gera-repercussao-na-imprensa-francesa.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2024.

No portal g1 Rondônia, foram identificadas duas publicações sobre sexualidade e gênero atreladas à diversidade LGBTI+.

A primeira notícia (g1 Rondônia, 2023a) trata da reserva de vagas para pessoas trans, anunciada pela Unir. A decisão integra a nova política de cotas da instituição, que será implementada em 2024. Essa política visa atender às demandas de inclusão social, distribuindo vagas para grupos historicamente marginalizados.

A segunda notícia aborda a nomeação de uma ex-senadora de Rondônia como Secretária Nacional no Ministério das Mulheres. Sua atuação será focada em políticas de diversidade e inclusão. Conforme destacado pelo g1 Rondônia (Farias, 2024a), a secretária tem como objetivo principal a reparação de desigualdades por meio da formação de agentes públicos sobre temas relacionados à igualdade de gênero, ética e orientação sexual, com especial atenção às pautas voltadas para as mulheres.

O portal g1 Roraima publicou três divulgações jornalísticas coletadas na editoria de política abordando temas relacionados à diversidade sexual e de gênero.

A primeira se trata de uma reportagem que aborda do veto do prefeito a uma lei que permitia o uso de linguagem neutra nas escolas (Rufino, 2023a). Segundo o subtítulo apresentado pelo g1 Roraima, a linguagem neutra é descrita como “uma maneira de neutralizar o gênero gramatical para que as pessoas não binárias (que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o feminino) ou intersexo se sintam representadas” (Rufino, 2023a).

FIGURA 9 – Reportagem do g1 Roraima sobre veto da linguagem neutras nas escolas de Boa Vista



Um **levantamento do g1**, feito em fevereiro, mostrou que três estados e duas capitais do país têm legislação que proíbe o uso da linguagem neutra em alguma esfera do setor público. Outros oito estados e seis capitais, embora não tenham legislação a respeito, têm projetos de lei para restringir a sua utilização.

Além de Rondônia, o Paraná também tem uma lei estadual sancionada em janeiro deste ano, proibindo a linguagem neutra. Santa Catarina tem um decreto de 2021 em vigência que também veta o uso nas escolas. Em Porto Alegre e em Manaus, leis municipais vedam a aplicação em escolas e na administração pública.

O que é linguagem neutra?

Migues, vamos entender o que é gênero neutro | G1 EXPL...
Assistir no YouTube

NEM MASCULINO, NEM FEMININO

Fonte: *Screenshot* (2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/11/08/prefeito-sanciona-lei-que-veta-uso-de-linguagem-neutra-em-escolas-municipais-de-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

A reportagem oferece um panorama sobre o posicionamento político em torno do tema, destacando o comentário preconceituoso de um vereador, líder do prefeito na Câmara Municipal. As declarações foram expostas como pejorativas e discriminatórias. O g1 Roraima também menciona a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que barrou a lei, impedindo que legislações similares sejam implementadas em outras regiões.

Além disso, a reportagem apresenta explicações sobre a adoção da linguagem neutra no cotidiano, enfatizando que ainda não existe um modelo

formalmente definido para sua aplicação, mas que a iniciativa busca promover a inclusão e o respeito à diversidade.

É a substituição dos artigos feminino e masculino por um "e", "x" ou pela "@" em alguns casos. Assim, "amigo" ou "amiga" viram "amigue" ou "amigx". As palavras "todos" ou "todas" são trocadas, da mesma forma, por "todes", "todxs" ou "tod@s" (Rufino, 2023a).

Uma notícia publicada no portal g1 Roraima (2024b) destacou o mutirão de retificação de documentos de identidade para pessoas trans no estado de Roraima. A iniciativa foi organizada pela Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPE-RR) em celebração ao mês do orgulho LGBTI+.

Outra ação promovida pela DPE-RR no mesmo período foi a divulgação de um edital que disponibilizou 30 vagas para um casamento coletivo exclusivo para casais LGBTI+ do estado. O g1 Roraima (2024c) apresentou informações detalhadas sobre os cronogramas e os documentos necessários para participar das inscrições.

O portal g1 Santarém e Região divulgou publicações jornalísticas que foram coletadas para análise. A primeira notícia (Nascimento, 2023) abordou uma ação promovida em parceria entre a UFPA e a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) para facilitar o acesso da comunidade trans à inclusão do nome social em documentos retificados. Observou-se que o webjornal utilizou o termo "LGBTQIA+" para se referir especificamente a pessoas trans e travestis, público prioritário da ação. Essa abordagem gerou críticas por generalizar a iniciativa como abrangente a toda a comunidade LGBTQIA+, deixando implícito que outras dissidências sociais poderiam estar em condições mais subalternas e, assim, excluídas do benefício.

FIGURA 10 – Portal g1 Santarém e Região divulga ação de retificação de documentos para pessoas trans



Fonte: *Screenshot* (2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/19/defensoria-publica-e-ufpa-realizam-acao-juridica-para-emissao-de-rg-para-publico-lgbtqia.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2024.

A segunda notícia divulgada tratou de uma programação organizada pelo Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade Sexual do Instituto Federal do Pará (Neged-IFPA), que incluiu palestras, cursos e apresentações em alusão ao Dia Internacional da Mulher. De acordo com o g1 Santarém e Região (2024c), as atividades também contaram com a participação de pessoas LGBTI+, como artistas locais, enriquecendo o evento com representatividade e diversidade cultural.

6.4. EDITORIA DE CULTURA NO G1

Sete dos oito webjornais divulgaram algum tipo de reportagem ou notícia relacionada ao eixo de política em seus editoriais noticiosos. Em relação ao percentual de divulgações, 96 amostras representa o total de notícias publicadas, enquanto cinco corresponde ao número de reportagens elaboradas por esses webjornais do g1, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 7 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de cultura

Webjornal	Notícia	Reportagem
g1 Acre	15	1
g1 Amapá	13	0
g1 Amazonas	5	0
g1 Pará	46	2
g1 Roraima	9	1
g1 Santarém e Região	4	1
g1 Tocantins	4	0

Fonte: Elaboração própria (2024).

O portal g1 Acre produziu 16 matérias jornalísticas que foram analisadas. A primeira (Menezes, 2023a) tratou da programação da Parada do Orgulho LGBTI+ realizada em outubro de 2023. A notícia apresentou a agenda completa do evento na capital Rio Branco. A segunda notícia (g1 Acre, 2023a) também abordou o tema da Parada, destacando o encerramento da Semana da Diversidade no Acre, com informações sobre o ponto de concentração e as mudanças no trânsito da cidade durante o evento.

A terceira matéria apresentou uma cobertura jornalística do evento (Rodrigues; Muniz, 2023). O webjornal destacou que o tema buscava promover a

igualdade e os direitos civis para todos, independentemente da orientação sexual, identidade de gênero ou outras características. A reportagem trouxe histórias de superação de participantes, envolvendo preconceito, discriminação, relacionamentos amorosos e suporte familiar no combate à LGBTIfobia. Uma outra notícia (Lebre, 2023c) estimou o público presente na Parada e reforçou o objetivo do evento de promover a igualdade de identidades sexuais e de gênero.

Além disso, o g1 Acre cobriu assuntos relacionados aos editais da Lei Paulo Gustavo. Um deles destacou que as premiações seriam destinadas a projetos de ampla concorrência e cota racial, com uma categoria voltada à comunidade LGBTI+. Outra notícia anunciou que mais de 300 projetos foram submetidos, dos quais 96 seriam selecionados, com premiações para 18 agentes culturais, incluindo representantes da população LGBTI+ (g1 Acre, 2023b; g1 Acre, 2023c).

O portal também destacou a apresentação de uma artista travesti em Rio Branco. A reportagem enfatizou que o projeto da artista daria visibilidade não apenas a ela, mas também a outros artistas locais que contribuíram com suas vivências (Vieira, 2023a).

Outro destaque foi um projeto de extensão da Universidade Federal do Acre (UFAC) sobre um Colóquio de Literatura. O evento teve como objetivo discutir literatura *queer* e debates sobre visibilidade LGBTI+ (Vieira, 2023b).

O g1 Acre também noticiou a participação da influenciadora digital Leandrinha Du Art em um evento cultural da Semana Chico Mendes. Leandrinha é escritora, fotógrafa, ativista pelos direitos das pessoas com deficiência (PcD) e membro da comunidade LGBTQIA+ (Lebre, 2023c).

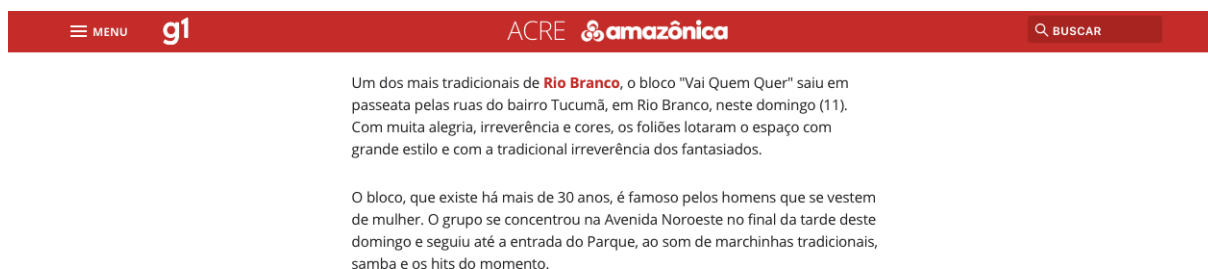
Em janeiro, Mês da Visibilidade Trans, o portal publicou uma notícia sobre o lançamento de um livro de uma escritora trans. A obra, uma coletânea de poesias baseadas em desilusões amorosas, foi descrita como profundamente influenciada pelo processo de transição de gênero da autora (Vieira, 2024b).

No contexto do Carnaval, o g1 Acre divulgou quatro matérias relacionadas à comunidade LGBTI+. A primeira tratou das atrações da primeira noite de Carnaval em Rio Branco, com destaque para os concursos de Rainha Trans e Rainha Gay (g1 Acre, 2024i). Outra matéria abordou a polêmica envolvendo o prefeito da capital, que separou as datas de escolha das realezas destinadas ao público LGBTI+ (Monteiro, 2024b). Uma notícia subsequente apresentou as campeãs das categorias, reforçando

o contexto da controvérsia causada pela decisão do prefeito quanto as datas da competições (Menezes, 2024b).

Duas manchetes publicadas sobre o Carnaval em Rio Branco destacaram um bloco de folia cuja popularidade está associada à participação de “homens que se vestem de mulher” (Menezes; Monteiro, 2024; Nascimento, 2024a). Essa prática reforça estereótipos, frequentemente tratados de forma caricatural, que perpetuam estigmas relacionados às identidades de gênero. No contexto carnavalesco, a apropriação dessa "transgressão" temporária, promovida pela noção de uma suspensão das normas heterocisnormativas, permite que homens cisgênero "brinquem" de gênero de maneira humorística e reducionista.

FIGURA 11 – Divulgação do g1 Acre sobre bloco de carnaval de Rio Branco



Fonte: *Screenshot* (2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/11/galeria-tradicional-bloco-vai-quem-quer-anima-folhoes-durante-3o-dia-de-carnaval-em-bairro-de-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2024.

Essa abordagem jornalística desconsidera as vivências de mulheres trans e travestis, que enfrentam hostilidade e violência no cotidiano por utilizarem os mesmos símbolos femininos que, no Carnaval, são trivializados. O jornalismo, enquanto prática social, está diretamente envolvido na construção da historicidade e da memória coletiva. Para Thompson (1998), os veículos de comunicação reforçam narrativas cotidianas dentro de um panorama histórico ampliado, contribuindo para a formação da percepção pública sobre eventos. No entanto, como aponta Lippmann (2008), o jornalismo também tem o potencial de reforçar estereótipos, perpetuando ideias preconcebidas.

A promoção de práticas que trivializam símbolos femininos, sem uma abordagem crítica, pode banalizar a resistência e a visibilidade das pessoas LGBTI+, ignorando a grave realidade de violência LGBTIfóbica enfrentada por essas

comunidades. Esse problema é ainda mais alarmante no Brasil, país que lidera o *ranking* mundial de assassinatos de pessoas trans e travestis (Benevides, 2024).

Além disso, o jornalismo pode se tornar um instrumento de consciência histórica ou, quando alinhado a interesses hegemônicos e dominantes, reforçar estruturas de poder binaristas que legitimam transgressões como uma naturalidade aceitável apenas em contextos temporários, como o Carnaval. Essa naturalização, ao invés de promover uma desconstrução das normas de gênero, perpetua uma visão limitada e alinhada aos interesses de grupos dominantes, conforme discutido por Gramsci (2001).

O g1 Acre noticiou a vitória de um coletivo de teatro LGBTI+ do estado em um prêmio nacional, com uma peça que retratou a história de Fernanda Machado, vítima de transfobia em 2020 (Santos, 2022). O reconhecimento foi concedido pelo Ministério da Cultura (Monteiro, 2024e).

Outra manchete destacou a realização de um arraial cultural que incluiria uma competição para a escolha das categorias de rei e rainha mirim, casal caipira e rainha da diversidade (g1 Acre, 2024j).

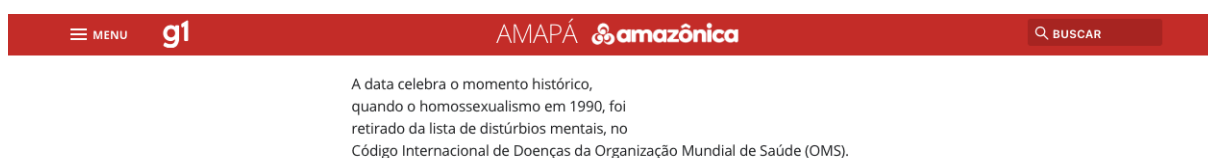
O portal g1 Amapá publicou 13 notícias que foram analisadas neste levantamento. A primeira delas (Pereira, 2024e) abordou a Semana da Visibilidade Trans, destacando uma programação organizada pela Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres do Estado do Amapá (SEPM), em parceria com a DPE-AP. A iniciativa, conduzida pelo Núcleo de Acolhimento às Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (AMA-LBTI), ofereceu serviços e atendimentos voltados a mulheres trans e travestis.

Outra matéria relatou a história de um sargento da Polícia Militar do Amapá que realizou o sonho de assistir a um show da Madonna ao lado de seu namorado. A reportagem destacou a fala do entrevistado: "Um dos motivos de Renan gostar de Madonna é o fato de ela defender as causas LGBTQIA+, já na década de 80" (g1 Amapá, 2024c).

No mês de maio, o g1 Amapá produziu coberturas voltadas à população LGBTI+. Uma das manchetes anunciou as inscrições para a Feira da Diversidade, destinada a empreendedores e artesãos LGBTI+ da cidade de Macapá (Paixão, 2024a). Outra divulgação trouxe a programação de atividades de combate à LGBTIfobia na capital, com o objetivo de fortalecer direitos e oferecer atendimentos à

comunidade (Pereira, 2024f). Contudo, essa matéria cometeu um equívoco ao utilizar o termo inadequado "homossexualismo" para descrever a retirada da homossexualidade da lista de distúrbios mentais pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse termo está em desuso, pois carrega conotações patologizantes, historicamente usadas de forma discriminatória por movimentos anti-LGBTI+. A OMS desconsiderou a homossexualidade como transtorno em sua Classificação Internacional de Doenças (CID). Como aponta Butler (2003), as dissidências de gênero e sexualidade foram politicamente construídas por meio de narrativas patologizantes.

FIGURA 12 – Portal g1 Amapá divulga Parada do Orgulho LGBTI+ em Macapá



Fonte: *Screenshot* (2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/05/15/veja-programacao-em-combate-a-lgbtfobia-em-macapá-nesta-sexta-feira-17.ghtml>. Acesso em 14 nov. 2024.

Outra notícia (g1 Amapá, 2024d) destacou a programação organizada pela DPE-AP para o Dia do Orgulho LGBTI+ no Amapá, que incluiu exposições, serviços, atendimentos, e capacitações para servidores e membros da Defensoria Pública. Ainda em junho, o portal divulgou as inscrições para o concurso Musa Verão da Diversidade, destinado a eleger a candidata "mais graciosa para representar a comunidade LGBTQIA+" no evento Macapá Verão 2024 (g1 Amapá, 2024e). Em julho, novas inscrições para a Feira da Diversidade foram promovidas como parte da programação do Verão na Rede, evento organizado pela Rede Amazônica Macapá (Ferreira, 2024a).

No âmbito cultural, o portal anunciou a participação de Pablio Vittar, cantora *drag queen* brasileira, como atração confirmada na Expofeira 2024, promovida pelo Governo do Amapá (Pereira, 2024g). Subsequentemente, outra matéria listou artistas nacionais que participariam do evento, com destaque para a performance de Pablio (Pereira, 2024h). Uma terceira manchete revelou o dia da apresentação da cantora, exaltando sua trajetória e hits de sucesso, incluindo a releitura do brega paraense "São Amores" (g1 Amapá, 2024f). Por fim, uma última notícia apresentou entrevistas

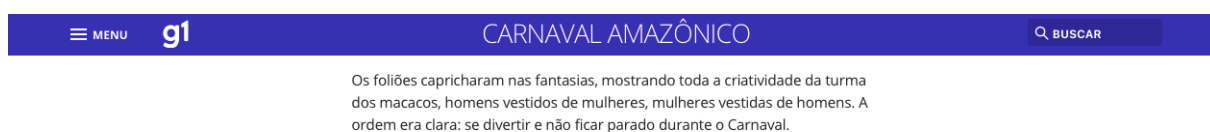
com fãs que realizaram o sonho de assistir à performance de Pablio no evento (Pereira, 2024i).

Além disso, duas notícias relacionadas à 24ª Parada LGBTI+ de Macapá foram identificadas. A primeira anunciou as principais atrações nacionais do evento (Pereira, 2024j), enquanto a segunda apresentou sua temática: "Seu Voto. Nosso Futuro", com as cores verde e amarelo como destaque visual" (Pereira, 2024k).

O portal g1 Amazonas publicou cinco materiais jornalísticos relacionados à população LGBTI+ na editoria de cultura. O primeiro foi sobre o Carnaval Amazônico, destacando a rivalidade entre um casal de homens gays que torcem por diferentes "bovinas", referindo-se à competição entre os bois Caprichoso e Garantido. O subtítulo da matéria ressaltava: "Casal é demonstração que, apesar das diferenças 'bovinas', o amor pelo outro fala mais alto" (g1 Amazonas, 2024b).

Em outra notícia sobre o Carnaval, a manchete reproduziu um discurso semelhante ao do g1 Acre (Menezes; Monteiro, 2024; Nascimento, 2024a), destacando um equívoco preconceituoso relacionado à noção de criatividade nas fantasias e ao clima de descontração. O discurso enfatizava: "Homens vestidos de mulheres, mulheres vestidas de homens. A ordem era clara: se divertir e não ficar parado durante o Carnaval" (Elias, 2024), refletindo uma visão simplista e estereotipada da expressão de gênero durante o evento.

FIGURA 13 – Divulgação sobre o carnaval em Manaus pelo g1 Amazonas



Fonte: *Screenshot* (2024). Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/carnaval/2024/carnaval-amazonico/noticia/2024/02/14/ultima-noite-de-carnaval-de-rua-em-tonantins-e-marcada-por-criatividade.ghtml>. Acesso em: 19 dez. 2024.

O g1 Amazonas também divulga semanalmente a agenda cultural do estado. No entanto, em um período de 12 meses, foram encontradas apenas duas programações relacionadas à população LGBTI+. Ambas destacaram eventos importantes no estado.

A primeira programação, ainda relacionada ao Carnaval, foi a divulgação do Bloco Sapatônica 2024, descrito como uma celebração de representatividade, amor e

liberdade no Carnaval (g1 Amazonas, 2024c). A segunda tratou de uma atração cinematográfica: o filme "Todos Nós", que narra a história de um romance casual entre dois homens, e esteve disponível para exibição nos cinemas de Manaus (g1 Amazonas, 2024d).

Além disso, uma manchete destacou um festival literário realizado em Manaus. Entre as atividades do evento, uma mesa-redonda abordava o tema "Literatura Brasileira Por Um Olhar Trans/Viado", promovendo debates sobre diversidade e representatividade na literatura nacional (g1 Amazonas, 2024e).

No portal g1 Pará, foram analisadas 48 publicações jornalísticas da editoria de cultura relacionadas à diversidade sexual e de gênero. A primeira matéria destacada abordou o evento "Invertido", apresentado pelo artista paraense Henrique Montagne. A exposição, realizada em Belém, incluiu desenhos, pinturas, colagens, vídeos e objetos que marcaram a infância e juventude do artista cuir. A reportagem enfatizou: "Na exposição, Montagne torna a imagem um gatilho estético e político contra a normatividade 'moral' do patriarcado" (g1 Pará, 2023c).

Além de divulgar a mostra, a reportagem trouxe reflexões sobre a influência da homossexualidade na pesquisa e criação artística de Montagne, explorando elementos da cultura pop e suas vivências pessoais.

Assim como o g1 Amazonas, o g1 Pará divulga semanalmente a agenda cultural local. Em 2023, algumas publicações ganharam destaque, como outra abordagem sobre a exposição "Invertido" (g1 Pará, 2023c; 2023d), a apresentação da *drag queen* Tiffany Boo em um evento na Grande Belém (Narcisa, 2023a) e a participação de *drag queens* do *RuPaul's Drag Race Brasil* (Narcisa, 2023b).

Outras notícias incluíram a oferta de entrada gratuita para pessoas trans, travestis e não-binárias no Festival Psica (g1 Pará, 2023e) e a divulgação do filme brasileiro "Pedágio", que aborda os desafios enfrentados pela comunidade LGBTI+ por meio da história de uma mãe que tenta "curar" o filho homossexual (g1 Pará, 2024g).

Durante o Carnaval, eventos como o bloco "Toma Tua Pisa", com apresentações de artistas LGBTI+ como Shayra Brotero e Tiffany Boo, receberam destaque (g1 Pará, 2024h). Contudo, algumas coberturas apresentaram estereótipos, como na descrição do bloco "Os Cabrasurdos", onde homens desfilavam de roupas femininas e mulheres com vestes masculinas (g1 Pará, 2024i).

Entre os eventos culturais promovidos, destacou-se o concurso “Rainha das Matas”, que celebra a criatividade e a representatividade cuir na região (Narcisa, 2024a). Em 2024, o portal também destacou o “Baile da MC *Queen*”, com artistas cuir, e o bloco “Minha Boca Treme”, com show do artista não-binário Raidol (Narcisa, 2024b; 2024c).

O g1 Pará também cobriu exposições de artistas do Norte e Nordeste contra a LGBTIfobia (Narcisa, 2024d) e o Festival de Tecnobrega, patrocinado por instituições privadas com apoio do governo paraense e da Psica Produções, que ofereceu entrada gratuita para pessoas trans, travestis e não-binárias (g1 Pará, 2024j).

Outro destaque foi o cantor Christian Chávez, que usou figurino de um estilista paraense em apresentação no Micareta São Paulo, homenageando a bandeira do Pará (g1 Pará, 2024k). O Festival Aceita também recebeu ampla cobertura, reunindo mais de 30 artistas nacionais e internacionais, incluindo artistas cuir como Gloria Groove, Billy Porter e Christian Chávez, celebrando memórias e vivências LGBTQIA+ na Amazônia (g1 Pará, 2024l; Mota, 2024).

No Dia do Orgulho LGBTI+, o portal celebrou histórias como a da paraense Big Show, personalidade viral das festas de aparelhagem, enfatizando sua trajetória de superação (Narcisa, 2024e). Outras iniciativas noticiadas incluem a inauguração de uma loja voltada a produtos de empreendedores LGBTI+ (g1 Pará, 2024p) e a 1ª Marcha Trans e Travesti em Belém, com destaque para o alarmante dado de que o Pará é o quarto estado com maior índice de assassinatos de pessoas trans no Brasil (g1 Pará, 2024r).

Em meio a essas narrativas, o portal abordou eventos de impacto cultural, como o projeto Caquiado, um disco coletivo que reuniu artistas periféricos e trans (g1 Pará, 2024q), e o *Drag* no Brega, com a gravação do DVD da *drag* Dona Sandra (Mota, 2024b).

O portal também promoveu discussões sobre identidades e representações culturais. Uma reportagem destacou a trajetória de artistas como a DJ Miss Tacacá, a *drag queen* Pablio Vittar e a cantora trans Zaynara, que participaram de festivais nacionais e internacionais (g1 Pará, 2024ab; Narcisa, 2024c).

Por fim, o portal apresentou projetos inovadores, como o clipe do artista AQNO, que mistura sensualidade e identidade cuir latino-amazônica (Carneiro,

2024b), e uma reportagem sobre o carimbó como símbolo da identidade amazônica, com destaque para artistas LGBTI+ que utilizam a arte para combater opressões (Sóter, 2024c).

No portal g1 Roraima foram identificadas dez publicações relacionadas a temas LGBTQIA+. A primeira abordou a polêmica envolvendo o cantor Johnny Hooker, que teve seu show cancelado após pressão de políticos de direita e grupos religiosos evangélicos. Emicida, que participou do evento, manifestou repúdio ao cancelamento. O g1 Roraima destacou a declaração do artista, que ressaltou a violência contra pessoas transgênero no Brasil: “Em 2022, o país teve 131 pessoas trans assassinadas e, pelo 14º ano, o país continua sendo o que mais mata pessoas trans no mundo” (Ramalho, 2023).

Outra publicação mencionou a Parada do Orgulho LGBTQIA+ em Boa Vista, trazendo apenas uma breve descrição do evento: “O protesto em forma de festa ocorre desde 2001, não possui fins lucrativos, e trabalha com questões como cidadania e representatividade da população LGBTQIA+” (g1 Roraima, 2023a).

Em uma retrospectiva de 2023, o portal destacou uma reportagem especial sobre a performance de uma quadrilha junina que se apresentou com casais homoafetivos em Boa Vista. A matéria conectou a celebração do Dia de São João às festas juninas e ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, que simboliza a luta da comunidade por mais direitos: “Dia de São João, associado às festas juninas, com quadrilhas e comidas típicas, e o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, que celebra a luta da comunidade por mais direitos e pela conquista de garantias” (g1 Roraima, 2023b). A manchete também voltou a mencionar a alta taxa de mortalidade de pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

Ainda na retrospectiva, o portal lembrou a polêmica com Johnny Hooker, destacando o posicionamento conservador do prefeito de Boa Vista, Arthur Henrique (MDB), que declarou: “O prefeito pediu desculpas e disse que não abria mão do respeito a princípios e valores” (g1 Roraima, 2023c).

Além disso, o g1 Roraima mantém uma agenda cultural semanal, que inclui eventos voltados para a comunidade LGBTQIA+. Em uma postagem, o portal anunciou um projeto de ações afirmativas para fomentar a arte e a cultura LGBTQIA+ (Veloso, 2024a). Em outra, divulgou a Feira Cultural da DiveRRsidade: “O sabadou

também conta com um evento para incentivar a arte e cultura LGBTQIA+” (Veloso, 2024b).

A Parada do Orgulho LGBTQIA+ 2024 também foi tema de destaque na agenda. Duas publicações trataram do evento, sendo que a primeira mencionou a apresentação da cantora Lexa em Boa Vista (g1 Roraima, 2024d). A segunda destacou as declarações da cantora sobre o calor de Roraima em suas redes sociais, após sua participação no evento. Nesse caso, a publicação deu mais ênfase à experiência de Lexa do que ao próprio significado da Parada (Rodrigues, 2024).

O portal g1 Santarém e Região divulgou cinco publicações jornalísticas na editoria de cultura, abordando temas diversos relacionados à arte, diversidade e manifestações culturais.

A primeira reportagem tratou de uma exposição artística que buscava promover experimentações sobre a harmonia entre a fauna e flora amazônicas e as características urbanas, influenciadas pelas mudanças climáticas. Apesar do objetivo inovador da exposição, o texto destacou no subtítulo que o artista responsável era “negro e gay” (g1 Santarém e Região, 2023). Contudo, essa característica do artista não foi refletida no conteúdo ou no contexto da exposição, deixando o significado subjetivo e pouco explorado.

Na cobertura do Carnaval, o portal adotou um discurso similar ao dos portais g1 Acre, g1 Amazonas e g1 Pará, ao enfatizar a “tradição” de “homens vestidos de mulher” (g1 Santarém e Região, 2024c), associando essa prática ao ritmo carnavalesco e à ideia de folia e diversão.

FIGURA 14 – Cobertura sobre carnaval pelo g1 Santarém e Região



Fonte: *Screenshot* (2024). Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/carnaval/2024/noticia/2024/02/14/com-muita-irreverencia-bloco-das-irgens-encerra-o-carnapauxis-2024.ghtml>. Acesso em 12 dez. 2024.

Outra publicação destacou um espetáculo teatral que abordava a homossexualidade e a homofobia, descrito como “um manifesto artístico a favor de toda diversidade e contra as intolerâncias” (g1 Santarém e Região, 2024d). A reportagem ofereceu um panorama reflexivo sobre as questões levantadas pela peça, conectando o espetáculo ao movimento ativista LGBTQIA+ no Brasil. O texto apresentou uma narrativa envolvente, que facilitou a compreensão da relevância do espetáculo como um ato de resistência artística e social.

Os textos fazem uma interlocução direta com o público: o que há, afinal, de tão incômodo, maléfico e repugnante na homossexualidade? Por que, através dos tempos, ela teve sempre de ser punida? Por que a orientação sexual de uma pessoa pode transformá-la num cidadão de segunda classe, com menos direitos que o resto da população? (g1 Santarém e Região, 2024d).

O portal também anunciou a realização de uma pré-seletiva de batalha de rimas em Santarém, enfatizando as regras do evento, que proíbem rimas com conteúdo racista, machista, homofóbico, transfóbico, apologia às drogas ou outros tipos de preconceito (g1 Santarém e Região, 2024e).

Por fim, o g1 Santarém e Região divulgou a realização da primeira Marcha da Diversidade na cidade, destacando o objetivo do evento: “[...] conscientizar a população sobre a relevância das eleições para a defesa e promoção de direitos fundamentais” (Nascimento, 2024a).

No portal g1 Tocantins foram identificadas quatro publicações jornalísticas.

A primeira notícia destacou o pedido de namoro da influencer Leandrinha Du Art, realizado durante uma viagem ao Jalapão (Cavalcante, 2023b). Em outra cobertura, o portal voltou a abordar o assunto, destacando que Leandrinha estava recebendo comentários hostis nas redes sociais devido ao pedido de namoro feito na mesma ocasião (Lauris, 2023b).

Uma terceira postagem focou no turismo no Jalapão, apresentando informações sobre os custos para conhecer a região. No entanto, a situação envolvendo o pedido de namoro de Leandrinha foi novamente mencionada, demonstrando a recorrência do tema nas publicações do portal (Lauris, 2023c).

Por fim, outra publicação relacionada a figuras públicas destacou a cantora Lauana Prado, que estava acompanhada da namorada nas praias do Rio Araguaia. A reportagem incluiu registros fotográficos do casal em um “clima romântico” e mencionou que as duas haviam assumido o relacionamento recentemente (Santos, 2024a).

6.5. EDITORIA DE CIDADE NO G1

O sete dos oito webjornais divulgaram algum tipo de reportagem ou notícia relacionada ao eixo de cidade em seus editoriais noticiosos. Em relação ao percentual de divulgações, 64 amostras representa o total de notícias publicadas, enquanto 14 corresponde ao número de reportagens elaboradas por esses webjornais do g1 conforme o quadro a seguir.

QUADRO 8 – Divulgações jornalística sobre a comunidade LGBTI+ relacionadas à editoria de cidade

Webjornal	Notícia	Reportagem
g1 Acre	16	2
g1 Amapá	7	0
g1 Amazonas	14	3
g1 Pará	3	0
g1 Rondônia	6	4
g1 Roraima	1	0
g1 Tocantins	17	5

Fonte: Elaboração própria (2024).

O portal g1 Acre publicou 18 matérias jornalísticas relacionadas a temas de diversidade sexual e de gênero na editoria de cidade. Em uma dessas publicações,

um ex-sargento da Polícia Militar, que será julgado por participação em uma briga de bar no interior do estado do Acre, foi referido como "ex-sargento do trisal" devido ao fato de ter se relacionado com outras duas mulheres.

Essa associação evidencia como práticas não-monogâmicas, que desafiam as normas heterocisnormativas, acabam sendo alvo de estigmas e estereótipos, frequentemente associados à promiscuidade. No caso em questão, o discurso adotado pelo g1 Acre parece reforçar uma narrativa de criminalidade vinculada à figura do ex-sargento, utilizando o termo "trisal" de forma a sensacionalizar a notícia.

FIGURA 15 – Portal g1 Acre realiza cobertura sobre ex-sargento envolvido em um trisal



Fonte: *Screenshot* (2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/10/18/justica-do-ac-mantem-decisao-para-levar-ex-sargento-do-trisal-a-juri-popular-por-atirar-contra-estudante.ghtml>. Acesso em 3 dez. 2024.

Além disso, a visibilidade do relacionamento do ex-sargento foi explorada com conotações negativas, frequentemente associadas a escândalos ou até mesmo a chacotas cômicas pelo público. Essa abordagem desvincula o crime em questão da dinâmica relacional do ex-sargento, mas ainda assim utiliza o trisal como elemento central para atrair atenção à matéria pelo próprio título da notícia.

Um exemplo dessa tentativa de exotizar e reforçar preconceitos está no recorte feito pela própria publicação: "Nery ficou nacionalmente conhecido após assumir um trisal com outras duas mulheres, em 2021. À época, eles criaram um perfil nas redes sociais para compartilhar o dia a dia" (Lebre, 2023e). Esse destaque, desnecessário ao contexto do crime, revela como o relacionamento foi explorado para gerar sensacionalismo, em vez de informar de forma objetiva.

Outro exemplo que reforça o sensacionalismo em torno do caso do ex-sargento é uma suíte jornalística que deu continuidade à cobertura sobre sua situação jurídica, incluindo o encaminhamento para julgamento por júri popular. Diferentemente

da notícia anterior, nesta nova publicação o título da manchete não associa o ex-sargento ao trisal. Contudo, ao final da matéria, o relacionamento poliamoroso é novamente destacado como uma característica "polêmica" de sua figura.

Essa abordagem sugere uma tentativa de associar o relacionamento ao crime, reforçando estereótipos de promiscuidade e subversão às normas sociais. Nesse contexto, tanto o relacionamento quanto o crime cometido tornam-se elementos potencializadores do discurso sensacionalista adotado pelo portal. Essa intenção é evidente na maneira como o g1 Acre menciona as postagens nas redes sociais das integrantes do trisal, criando uma narrativa que parece exotizar o caso.

Um exemplo dessa estratégia está no seguinte trecho da publicação: “[...] um mês após o ex-militar ser preso por atirar no jovem no interior do Acre. Desde então, as duas mulheres compartilhavam suas vidas individualmente em seus perfis pessoais” (Nascimento, 2023). Essa citação reforça a tentativa de manter o relacionamento em foco, mesmo sem relação direta com o crime, contribuindo para a perpetuação de estigmas associados a práticas não-monogâmicas.

Em uma publicação de retrospectiva de 2023, o g1 Acre destacou informações relevantes e positivas do ano, incluindo o aumento do número de casamentos homoafetivos no estado. A matéria incluiu um hiperlink para histórias de casais que contribuíram para as estatísticas dessas uniões estáveis (Menezes, 2023).

No início de 2024, o portal noticiou o desaparecimento de uma funcionária transgênero da Secretaria de Estado da Mulher do Acre (Sermulher), ocorrido durante as festas de final de ano. Posteriormente, uma atualização informou que a servidora havia sido encontrada (Nascimento, 2024b).

Outro caso relevante foi a cobertura sobre ataques homofóbicos nas redes sociais contra um promotor de Justiça do Acre. O MP-AC solicitou a apuração do crime, e o g1 Acre destacou a configuração legal que equipara a homofobia a crimes de racismo. Em uma suíte jornalística, foi divulgado que o MPF-AC abriu um ofício para investigar o caso como crime de homofobia (Lebre, 2024f; g1 Acre, 2024k).

O portal também noticiou a denúncia de transfobia contra uma miss trans que foi expulsa e proibida de acessar o banheiro de um estabelecimento no estado. Segundo a vítima, a equipe de segurança do local, incluindo uma mulher cisgênero, não lhe ofereceu suporte ou acolhimento. O g1 Acre destacou as ações do MPF-AC, que solicitou a instauração de um inquérito policial pela Polícia Federal para investigar

o crime. A transfobia também envolveu o ex-presidente do Instituto Estadual Dom Moacyr Grechi, que declarou nas redes sociais sua intenção de propor um projeto de lei proibindo mulheres trans de utilizarem banheiros femininos, caso se candidatasse a um cargo político. O portal reforçou a gravidade dos crimes de transfobia no Brasil, fornecendo informações sobre canais de denúncia e contextualizando o caso no cenário nacional (Monteiro; Menezes, 2024b).

Outro caso noticiado envolveu um estudante da UFAC que relatou perseguições homofóbicas e capacitistas por colegas de curso. O aluno, que tem Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), relatou que era chamado de "o autista gay". A reportagem apresentou capturas de tela com evidências das agressões sofridas (Nascimento, 2024d).

Em outra matéria, o g1 Acre abordou o aumento de casamentos entre pessoas do mesmo gênero e destacou também o crescimento dos índices de divórcio no estado, especialmente em áreas rurais (Menezes, 2024c).

O caso do ex-sargento que matou um adolescente durante um assalto também voltou à tona. A Justiça negou a tese de legítima defesa, encaminhando o caso para júri popular. Apesar do foco ser o crime, o portal dedicou dois blocos da reportagem ao relacionamento trisal do ex-sargento, desviando a atenção do tema principal e contribuindo para a exotização e estigmatização de relacionamentos não-monogâmicos (Nascimento, 2024e).

No Dia do Orgulho LGBTI+, o g1 Acre contou a história de um casal homoafetivo que adotou uma criança, relatando o processo de adoção e o sonho de formar uma família (Lebre, 2024g).

O g1 Acre também realizou uma reportagem contando a história da primeira travesti formada no curso de Psicologia pela UFAC. A matéria destacou o reconhecimento dessa conquista pela deputada federal Erika Hilton, que elogiou a trajetória da profissional em suas redes sociais. Além disso, a mesma publicação abordou os crimes de homolebotransfobia no Brasil, ressaltando um caso registrado no Acre como exemplo da persistente violência contra a comunidade LGBTI+ (Menezes, 2024d).

Outro destaque foi a condenação de um ex-servidor público e pastor por publicações transfóbicas nas redes sociais. A decisão judicial determinou o

pagamento de R\$ 100 mil por danos coletivos. Em resposta, o pastor limitou-se a dizer: "Deus está no controle de tudo" (g1 Acre, 2024l).

Um caso divulgado envolveu o vazamento de vídeos íntimos entre um professor, que também é pastor, e outros membros de sua igreja evangélica (Nascimento, 2024f).

Além disso, o g1 Acre realizou uma cobertura sobre o promotor de Justiça, vítima de ataques homofóbicos, que foi acusado de envolvimento ilícito com presos. O MP-AC autorizou a instauração de um procedimento investigatório para apurar sua relação com uma organização criminosa. Em uma das atualizações, foi revelado que o carro do promotor foi usado por membros de uma facção durante uma rebelião, que resultou em cinco mortes. Embora tenha negado envolvimento com os crimes, o promotor admitiu manter relações íntimas com detentos monitorados. O portal reforçou o contexto de homofobia no caso, destacando que o mesmo policial que o chamou de "afeminado" também o criticou por sua mediação em conflitos criminosos (g1 Acre, 2024m; Marcel, 2024b; g1 Acre, 2024n).

No portal g1 Amapá, foram identificadas sete publicações jornalísticas abordando diferentes casos de violência e questões relacionadas à população LGBTQIA+.

Duas notícias tratam do assassinato de um professor que estava desaparecido e foi encontrado morto a facadas. O crime foi cometido por um homem com quem mantinha um relacionamento e que o matou para roubar sua motocicleta e aparelho celular, com o objetivo de quitar dívidas pessoais (Pacheco, 2024a).

Outro caso de violência reportado envolveu o assassinato de um menor de idade, que foi morto a facadas em uma emboscada. O acusado confessou que o crime foi motivado por vingança. Ele atraiu a vítima sob a promessa de um envolvimento amoroso, levando-a para um terreno baldio com a intenção de manter relações sexuais, momento em que a executou com facadas (Paixão, 2023).

Em 2024, o g1 Amapá noticiou o caso de uma mulher que foi presa após agredir sua companheira com uma tesoura. O ataque ocorreu depois que a vítima se recusou a fornecer dinheiro para a compra de bebidas alcoólicas. O crime foi classificado como feminicídio (Paixão, 2024b).

Um caso de transfobia ocorreu no estado, envolvendo o assassinato de uma travesti ativista social, que foi morta a tiros enquanto estava dentro de um carro. Em

uma suíte jornalística, o portal revelou que o suspeito do crime fez uma mulher refém ao ser cercado por policiais durante a fuga. O suspeito foi detido com drogas, dinheiro em espécie e uma arma de calibre compatível com a utilizada no assassinato (Ferreira, 2024b; Pereira, 2024l).

O g1 Amapá também destacou um caso de discriminação envolvendo um homem trans que foi impedido de embarcar em um voo para o Pará. A empresa aérea recusou os documentos retificados do passageiro, que apresentava uma certidão de nascimento com o nome social e uma identidade com o "nome morto" (g1 Amapá, 2024g).

Uma publicação contou a história da primeira mulher trans a ingressar no Corpo de Bombeiros do estado. A notícia destacou sua formação ao lado de uma nova turma composta por soldados homens e mulheres, e ressaltou que "[...] não existem restrições para a entrada de mulheres nas corporações militares do estado" (Aleixo, 2024).

No portal g1 Amazonas, foram identificadas 17 publicações jornalísticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

Um dos casos abordados relata a prisão de dois suspeitos após o assassinato de um homem com quem mantinham encontros amorosos. Segundo a reportagem, no dia do crime, um dos suspeitos teria solicitado levar dois conhecidos à residência da vítima com a intenção de furtar o imóvel (g1 Amazonas, 2023b).

Outro caso divulgado pelo portal trata de transfobia, envolvendo uma mulher trans que foi morta após ser acusada de estupro de uma criança. Apesar da detenção e posterior liberação da suspeita, não foram encontradas evidências de conjunção carnal ou contato sexual com o menor. Conforme o g1 Amazonas (2023c), "[...] A polícia suspeita que ela tenha sido morta por pessoas que se 'precipitaram' sobre o ocorrido".

Em 2024, outro crime foi denunciado: um homem teria estuprado a filha adotiva de seu companheiro, com abusos ocorrendo desde que a vítima tinha 8 anos de idade. Durante as investigações, o g1 Amazonas divulgou que "a vítima relatou que chegou a contar para o pai sobre os abusos, no entanto, não se sabe se ele não acreditou no relato ou apenas estava protegendo o companheiro" (g1 Amazonas, 2024f).

O portal também apresentou dados sobre o aumento do número de casamentos entre mulheres e uma queda nos casamentos entre homens no Amazonas (g1 Amazonas, 2024g). Em uma publicação recente, destacou o crescente número de casamentos homoafetivos registrados em 2023, incluindo a celebração de um casamento coletivo em Manaus, que formalizou a união civil de diversas pessoas LGBTI+ (g1 Amazonas, 2024k; g1 Amazonas, 2024n).

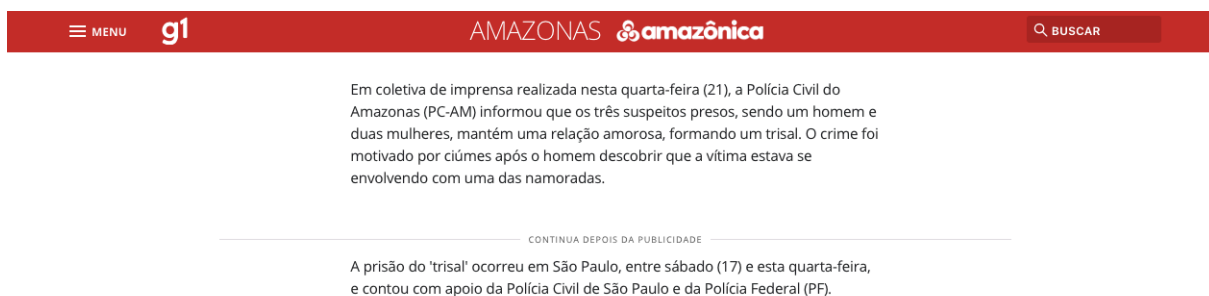
Outro caso divulgado envolveu a suspeita de uma mãe e sua companheira pela morte de uma criança de 4 anos, vítima de tortura, abuso sexual e outras formas de violência. O g1 Amazonas informou que “após ir morar junto do casal, a criança ficou sob os cuidados da mulher de 31 anos, enquanto a mãe do garoto saía para trabalhar”. Em uma sequência de reportagens, foi divulgado que a justiça decretou a prisão preventiva das acusadas após levarem o corpo da criança à UPA, onde exames constataram fraturas nas costelas e na bacia (g1 Amazonas, 2024h; g1 Amazonas, 2024i).

Um levantamento apontou o Amazonas como o oitavo estado mais perigoso do país para pessoas trans e travestis em 2023. A divulgação incluiu exemplos de crimes registrados, como o assassinato de Manuela Otto, atribuído a um policial militar que alegou legítima defesa ao reagir a uma suposta agressão após repreender a vítima pelo uso de drogas (g1 Amazonas, 2024j; g1 Amazonas, 2024l).

Outro caso de repercussão envolveu um suspeito acusado de abusar sexualmente de crianças e jovens, transmitir o vírus HIV e produzir conteúdo de imagens de abuso e exploração sexual infantil (g1 Amazonas, 2024m).

Relacionamentos poliamorosos também foram destaque no g1 Amazonas. Em uma série de reportagens, foi abordado o caso de um trisal formado por um homem e duas irmãs, que mantêm relacionamentos separados com ele. O portal explicou que a relação funciona em "V" e destacou a impossibilidade legal de casamento entre os três, trazendo explicações jurídicas sobre o princípio da monogamia no Brasil (g1 Amazonas, 2024o). Outro trisal esteve envolvido no assassinato de um motorista de aplicativo, motivado por ciúmes (g1 Amazonas, 2024p).

FIGURA 16 – Portal g1 Amazonas divulga crime envolvendo trisal



Fonte: Screenshot (2024). Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/08/21/trisal-e-preso-por-envolvimento-na-morte-de-motorista-de-aplicativo-em-avenida-de-manaus.ghtml>. Acesso em 2 nov. 2024.

Ainda no campo da diversidade sexual, o g1 Amazonas noticiou a condenação de um homem por comentários transfóbicos relacionados ao concurso Miss Lábrea Gay, realizado em 2019 (g1 Amazonas, 2024q).

Por fim, um padre foi preso sob acusações de pedofilia, com suspeita de envolvimento de uma mulher trans, que teria ajudado a levar menores aos locais dos abusos. Segundo o portal, o padre também gravava os crimes e compartilhava os vídeos (g1 Amazonas, 2024r).

No portal g1 Pará, foram identificadas apenas três publicações jornalísticas relacionadas à temática. A primeira aborda uma investigação aberta pelo MPF-PA sobre uma frase transfóbica veiculada em outdoors na cidade de Belém. A mensagem foi promovida por um candidato a deputado federal, apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo o g1 Pará (2023f, grifos do autor), “A frase veiculada nos *outdoors* negava a existência de pessoas transgêneras, que não se identificam com o gênero ao qual foram designadas, com base no sexo biológico”.

Já em 2024, o g1 Pará (2024ae) noticiou o assassinato de uma travesti a tiros no interior do estado. Os suspeitos chegaram ao local em uma moto e dispararam contra a vítima, que não resistiu aos ferimentos.

O terceiro caso reportado refere-se a um conflito entre dois ex-namorados em situação de rua. Durante uma discussão, um deles atacou o outro com uma garrafa, causando um corte na cabeça da vítima. Após o incidente, o agressor fugiu do local (g1 Pará, 2024af).

O portal g1 Rondônia publicou dez matérias jornalísticas relacionadas a questões de sexualidade e gênero. Um dos casos destacados envolve a denúncia

contra um professor da Unir. Segundo a reportagem, o professor alegou ter sofrido danos à sua imagem e honra ao ser chamado de “misógino e sexista” após a denúncia, mas a justiça negou seu pedido de indenização por danos morais.

FIGURA 17 – Cobertura do g1 Rondônia sobre caso de discriminação homofóbica e machista de professor da Unir



Fonte: *Screenshot* (2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/12/19/unir-deve-fazer-retratacao-publica-a-pesquisadora-chamada-de-sapatona-doida-e-vagabunda-por-professor.ghtml>. Acesso em 1º dez. 2024.

A denúncia contra o professor foi feita por uma aluna, que relatou seu comportamento em sala de aula. Durante as aulas, o professor utilizou como exemplo um caso em que estava envolvido, no qual chamou publicamente uma palestrante da Universidade de Brasília (UnB) de “sapatona doida” e “vagabunda” após ela ter sido convidada para tratar de questões de gênero e aborto. Ele descreveu o episódio como um exemplo de “ideologia de gênero” (Cruz, 2023a).

Em uma publicação subsequente, o g1 Rondônia relatou que a Unir foi condenada a indenizar a palestrante da UnB devido às ofensas proferidas pelo professor em 2016. Segundo a reportagem, “o caso ganhou repercussão nacional depois de um áudio do professor vazar na internet. Na gravação, o professor se refere à advogada de modo ofensivo” (Firmino, 2023).

Outra matéria sobre o mesmo caso destacou que a Unir foi obrigada a fazer uma retratação pública à pesquisadora. A manchete enfatizava: “Unir deve fazer retratação pública à pesquisadora chamada de ‘sapatona doida’ e ‘vagabunda’ por professor” (Cruz, 2023b).

O uso de termos pejorativos nas manchetes demarca uma atenção à publicação jornalística, pois se percebe que os contundentes discursivos podem reforçar preconceitos e estigmas historicamente associados a gênero e sexualidade. Palavras como “sapatona doida” e “vagabunda”, utilizadas para descrever uma vítima

em um caso de evidente homolesbotransfobia, são mais do que expressões ofensivas: elas perpetuam uma lógica de desumanização, ao reiterar discursos que já marginalizam mulheres lésbicas e outras pessoas LGBTI+. Quando esses termos são destacados nos títulos das notícias, não apenas descontextualizam o ocorrido, mas também reorientam a narrativa para uma ótica que tende a banalizar a violência e o preconceito, desfocando o problema central — a responsabilização do agressor e a conscientização sobre os impactos sociais e psicológicos da discriminação.

Além disso, o uso sensacionalista de expressões pejorativas contribui para a amplificação de estereótipos que perpetuam a marginalização de grupos vulneráveis. No caso das mulheres lésbicas, por exemplo, a repetição de insultos em divulgações jornalísticas reforça imagens preconcebidas que as associam a comportamentos ou características depreciativas. Essa dinâmica remete ao que Lippmann (2008) destaca sobre a formação da opinião pública, que é influenciada pelos estereótipos reproduzidos pelos veículos de comunicação. Essa exposição pública pode agir como um gatilho para intensificar preconceitos e discriminações, não apenas contra as vítimas diretas, mas contra toda uma comunidade já estigmatizada.

Essa abordagem evidencia uma preocupante falta de comprometimento ético por parte do jornalismo. Ao priorizar insultos e polêmicas, o jornalismo negligencia seu papel social de promover discussões construtivas e informar com responsabilidade. Destacar termos ofensivos em detrimento de uma análise aprofundada das causas e consequências dos casos desvia o foco das dinâmicas estruturais de opressão, como o papel das hegemonias da heterocisnormatividade na perpetuação da violência e da exclusão social (Butler, 2003).

Ao ignorar os danos e impactos dessas práticas, o jornalismo corre o risco de perpetuar uma insensibilidade estrutural que compromete sua função como ferramenta de transformação social. Em vez de contribuir para a conscientização e a luta contra a homolesbotransfobia, algumas coberturas acabam legitimando estigmas e desigualdades que deveriam ser combatidos. Esse cenário é especialmente prejudicial para mulheres lésbicas, que enfrentam uma dupla vulnerabilidade devido ao gênero e à orientação sexual.

Sobre outro caso relacionado, em uma publicação distinta, o portal apresentou uma manchete diferente, destacando que a Unir foi condenada a pagar uma indenização a uma estudante que denunciou um professor por assédio (Cruz, 2024a).

O g1 Rondônia também noticiou a conquista da primeira mulher trans brasileira a obter o título de doutora em História. A reportagem descreveu-a como “Professora, historiadora, ‘beradeira’, periférica, rondoniense e afroameríndia (descendente de indígenas e negros amazônicos)” (Cruz, 2024b). A matéria ressaltou que sua tese de doutorado aborda memórias dos conflitos identitários relacionados à identidade de gênero e orientação sexual, incluindo elementos de uma microautobiografia (Cruz, 2024b).

Outro caso noticiado foi a prisão de um ex-militar acusado de assassinar uma travesti em Porto Velho. O suspeito, residente no Acre, cometeu o crime com um facão e viajou até Rondônia para executá-lo (g1 Rondônia, 2024c).

Em relação aos casamentos homoafetivos, o g1 Rondônia destacou que o número de matrimônios entre pessoas do mesmo gênero aumentou significativamente, especialmente entre mulheres, no estado de Rondônia (Cruz, 2024c).

Outra reportagem abordou a história de um jovem de Porto Velho que registrou dez boletins de ocorrência contra seu ex-namorado, relatando perseguição, ameaças e falsidade ideológica após o término do relacionamento. O texto destacou que a situação se agravou depois que o jovem foi expulso de casa pela mãe, que não aceitava sua sexualidade e o relacionamento entre eles. A convivência foi marcada por conflitos, mentiras e comportamentos obsessivos (g1 Rondônia, 2024d).

Isso porque o garoto alegou ter sido expulso de casa pela mãe, que não aceitava sua sexualidade e o relacionamento dos dois. O que era para ser algo breve se estendeu por meses, que foram marcados por problemas na relação, incluindo mentiras e comportamentos obsessivos (g1 Rondônia, 2024d).

O g1 Rondônia também relatou a história de uma mulher trans em situação de rua que conseguiu realizar a retificação de seu nome e pronome. De acordo com a reportagem, ela escolheu o nome da mãe como forma de homenagem ao realizar a alteração de seu nome e sobrenome na certidão de nascimento. O portal destacou que “a retificação do nome e sobrenome não é apenas uma realização pessoal para Daniela; é também uma facilitadora de acesso a políticas públicas e serviços básicos, como saúde e assistência social” (Cruz, 2024d).

Outra manchete identificada no portal apresentou um levantamento de 2023 que apontou Rondônia como o segundo estado da Região Norte com maior número de registros de crimes de homofobia e transfobia. O estudo revelou que houve um aumento de 46% nesses casos em comparação ao ano anterior, ficando atrás apenas do estado do Pará (g1 Rondônia, 2024e).

No portal do g1 Roraima, foi identificada apenas uma publicação relacionada à população LGBTI+. A notícia abordava o aumento no número de uniões civis no estado de Roraima, destacando que apenas 2% desse crescimento corresponde a casamentos entre pessoas do mesmo "sexo" (g1 Roraima, 2024e).

No portal g1 Tocantins, foram identificadas 24 coberturas jornalísticas relacionadas a questões LGBTI+ na editoria de Cidade. Entre elas, destaca-se novamente o caso de um estudante que faleceu em decorrência de falência múltipla de órgãos, cuja história foi retratada em diversas publicações sobre seu relacionamento amoroso com o namorado.

Em uma das reportagens, o g1 Tocantins (2023a) relatou as homenagens e declarações de amor realizadas pelo namorado do estudante nas redes sociais. Outra publicação trouxe uma nova homenagem compartilhada pelo rapaz, destacando o seguinte trecho: "Em cima de um pequeno palco e com microfones nas mãos, os namorados mostram muita felicidade na gravação. O verso famoso hoje foi usado como uma mensagem de esperança de reencontro" (Lauris, 2023d).

A terceira notícia abordou a rotina de estudos do estudante, destacando sua dedicação acadêmica e o relacionamento com o namorado, reforçando mais uma vez as homenagens realizadas, conforme também divulgado pelo g1 Tocantins (Lauris, 2023e).

No entanto, a cobertura do caso do estudante foi caracterizada por uma ampliação exagerada do assunto. Essa visibilidade, embora possa gerar uma boa repercussão, também corre o risco de simplificar e desvirtuar a complexidade do tema. Uma característica perceptível neste caso específico é que assuntos relacionados à sexualidade e ao gênero tendem a ser sensacionalizados pelos veículos de jornalismo, uma vez que os discursos vinculados à exposição desses casos estão frequentemente sujeitos a estigmas e estereótipos, o que atrai a atenção do público e favorece uma percepção subalterna do tema.

FIGURA 18 – Cobertura do g1 Tocantins sobre caso de morte de estudante tocantinense



Fonte: *Screenshot* (2023). Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/24/namorado-de-estudante-de-medicina-que-morreu-por-infeccao-posta-video-dos-dois-em-karaoke-cedo-ou-tarde-a-gente-vai-se-encontrar.ghtml>. Acesso em 14 dez. 2024.

Tuchman (1983) aponta como os veículos de jornalismo podem construir e ampliar problemas sociais, uma vez que as construções simbólicas e discursivas nos meios de comunicação são influenciadas não apenas por uma versão enviesada dos eventos, mas também pelo papel que esses veículos desempenham na percepção pública sobre a construção noticiosa que será produzida e divulgada. Para o autor, a dramatização dos fatos muitas vezes simplifica as narrativas, criando uma hierarquia sobre as pessoas envolvidas, atribuindo a elas percepções superficiais ou críticas em relação aos problemas expostos. Retomando a ideia de Lippmann (2008), pode-se perceber a influência do jornalismo na construção e perpetuação de estereótipos.

Nesse contexto, o foco central da notícia acaba desviando a atenção da questão principal e se concentra no papel identitário das pessoas LGBTI+, colocando-as no centro de uma narrativa que explora sua identidade de forma superficial. Esse viés tende a criar uma percepção distorcida dos fatos, atraindo a audiência dos webjornais para uma interpretação sensacionalista. Como resultado, o interesse do público se torna mais importante do que a qualidade e a credibilidade jornalística na cobertura desses assuntos.

Debord (1967) argumenta que a representação da realidade frequentemente se transforma em uma imagem consumida, em que as experiências são substituídas por representações e percepções distorcidas da realidade. Fazendo um paralelo com a mídia jornalística, as coberturas muitas vezes oferecem uma contextualização superficial, repleta de imagens que sensibilizam a audiência e atraem uma percepção

sensacionalista sobre o tema. Para o autor, essa transformação pela espetacularização aliena a interação do público com o que está sendo consumido.

O caso do estudante ilustra bem esse fenômeno, pois não uma, mas três reportagens são publicadas, todas com foco na espetacularização dos fatos para atrair atenção e gerar engajamento social. O envolvimento do público, então, acaba terceirizando a percepção dessas identidades, transformando-as em produtos subalternos para o engajamento digital, influenciados pela agenda pública. Esse processo é especialmente problemático, pois o debate sobre diversidade sexual e de gênero ainda enfrenta estigmas e estereótipos, frequentemente reforçados por concepções hegemônicas e pela mídia jornalística.

O g1 Tocantins (Santos, 2024b) divulgou a condenação de um ex-policial sentenciado por matar uma travesti em 2018. Contudo, a notícia apresenta um equívoco: no título, a identidade da vítima é descrita alternadamente como mulher trans e travesti. Essa desinformação reflete a marginalização e o estigma vividos por travestis, pois a construção de uma identidade de mulher trans está frequentemente associada à patologização e à falta de compreensão sobre a transição e a vivência travesti.

Outro caso abordado pelo portal envolveu um homem esfaqueado após marcar encontro em um aplicativo de relacionamento com outro homem (Lauris, 2024a). Em uma atualização sobre o caso, o suspeito afirmou ter tido um surto psicótico e alegou não se lembrar do ocorrido (g1 Tocantins, 2024a).

O g1 Tocantins também noticiou um caso em que um homem, trabalhando como garoto de programa, confessou ter matado um cliente após um desentendimento. O jovem relatou que, durante o programa realizado no carro da vítima, foi forçado a ter relações sexuais após praticar sexo oral no homem (Santos, 2024c).

Em outra cobertura, o portal relatou o caso de uma mulher condenada por ameaçar de morte sua ex-namorada. O episódio ganhou repercussão quando a acusada abriu uma garrafa de bebida alcoólica durante uma audiência virtual sobre o caso. Apesar do enfoque inicial da manchete, a notícia explorou as circunstâncias do ocorrido, incluindo a imposição de uma multa à acusada (Lauris, 2024b; Lauris, 2024c).

O portal também contou a história de um casal de mães fotógrafas que realizou um ensaio fotográfico mensal documentando o crescimento da filha (Lauris, 2024d).

A história de um trisal em Tocantins também foi destaque. A primeira reportagem narrou o cotidiano do relacionamento, enquanto uma segunda manchete abordou o término do trisal e relembrou momentos de sua trajetória nas redes sociais. O g1 Tocantins destacou que, embora o trisal promovesse o amor livre em suas publicações, sofriam denúncias e preconceito nas redes sociais (Santos, 2024d; Lauris, 2024e). Essa repetição de reportagens, sem apresentar novidades, sugere a exploração sensacionalista de temas como a monogamia e o amor livre para atrair o público.

Um caso de possível homofobia também foi divulgado. Um jovem foi morto a facadas em um bar, e os familiares suspeitam que o crime foi motivado pela orientação sexual da vítima. Segundo o portal, a principal suspeita era uma mulher que já havia perseguido e agredido o jovem anteriormente (Cavalcante, 2024a).

Outro caso de grande repercussão foi o do cabeleireiro morto após ser atraído para um encontro falso. O g1 Tocantins realizou nove publicações sobre o caso, detalhando desde a descoberta do corpo até as atualizações das investigações. A cobertura incluiu descrições sobre como a perícia apontou que o cabeleireiro foi amarrado e preso no porta-malas do carro e destacou aspectos da vida da vítima, como ser honesto e trabalhador (Santos, 2024e; Lauris, 2024g; g1 Tocantins, 2024b). A justiça determinou a internação dos adolescentes envolvidos no crime (Cavalcante, 2024b). Apesar da abundância de matérias, algumas delas repetiram informações sem agregar novos elementos, contribuindo para a espetacularização do caso.

Em uma última atualização, foi revelado que o crime foi motivado pelo roubo do carro da vítima, que seria vendido a um comprador já definido (Cavalcante, 2024d).

A análise dos materiais jornalísticos coletados por meio da pesquisa documental foi essencial para compreender como os conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero foram publicizados ao longo do período analisado pelos oito webjornais do g1. O objetivo foi identificar o percurso anual e a abordagem utilizada por essas redações em relação aos temas ligados à comunidade LGBTI+. Para aprofundar essa compreensão, realizou-se entrevistas em profundidade com jornalistas que atuam na linha de frente das redações do g1.

6.6. REFLEXÕES CUIR NAS REDAÇÕES DO G1

Os jornalistas entrevistados foram selecionados entre os funcionários das empresas afiliadas ao Grupo Globo que operam como co-produtoras das redações do portal g1 na Região Norte. Contudo, dos oito webjornais inicialmente identificados como parte da pesquisa, apenas seis participaram efetivamente. Após dois meses de tentativas de contato, os portais g1 Amazonas e g1 Roraima, pertencentes ao Grupo Rede Amazônica, não conseguiram aderir à pesquisa, justificando a impossibilidade de entrega dos documentos necessários dentro do prazo estipulado para a submissão do projeto ao CEP-UFG.

Essa pesquisa contou com investimentos financeiros destinados à coleta de dados, visando ampliar a qualidade da investigação e alcançar melhores resultados. Foram adquiridas passagens de transporte nas cidades onde seriam realizados os encontros para a condução das entrevistas com os participantes.

FOTOGRAFIA 1 – Equipe do departamento geral de Jornalismo da Rede Amazônica Acre



Fonte: Acervo pessoal (2024).

O objetivo era realizar as entrevistas de forma presencial, e, assim, os encontros ocorreram nas redações das emissoras afiliadas ao Grupo Globo, onde estão localizadas as redações do g1 na Região Norte.

Outras viagens foram realizadas por via terrestre, utilizando ônibus, considerando que essa opção seria mais econômica. A primeira viagem partiu de Goiânia (GO) com destino a Palmas (TO) no dia 15 de setembro de 2024, com chegada no mesmo dia, após 15 horas de trajeto pela BR-153. Ou seja, o percurso foi do Terminal Rodoviário de Goiânia (GO) ao Terminal Rodoviário de Palmas (TO).

A entrevista com a Coordenadora de Jornalismo do g1 Tocantins foi realizada no dia 17 de setembro de 2024, na sede da Grupo Jaime Câmara, afiliada da Rede Globo, localizada na Avenida NS 2, Quadra 102 Norte, conjunto 2, Lote 9/10, em Palmas (TO).

FOTOGRAFIA 2 – Estúdios de telejornalismo da TV Anhanguera Tocantins, com a coordenadora de Jornalismo do g1 Tocantins, Vilma Nascimento



Fonte: Acervo pessoal (2024).

A viagem para Belém (PA) partiu de Palmas (TO) e teve duração de cerca de 24 horas. O itinerário começou no dia 18 de setembro de 2024, com chegada no dia 19 de setembro de 2024, partindo do Terminal Rodoviário de Palmas (TO) até o Terminal Rodoviário de Belém (PA).

A entrevista com o editor do g1 Pará foi realizada no dia 21 de setembro de 2024, na sede da Grupo Rede Liberal, afiliada da Rede Globo, localizada na Avenida Nazaré, 250, no bairro Nazaré, em Belém (PA).

Para chegar a Macapá, que é o único estado do Brasil sem acesso rodoviário, foi necessário optar por um meio de transporte aéreo, já que o trajeto fluvial seria mais demorado. O embarque ocorreu em Belém (PA) no Aeroporto Internacional Val de Cans, no dia 23 de setembro de 2024, com destino ao Aeroporto Internacional Alberto Alcolumbre, em Macapá (AP).

A entrevista com o editor do g1 Amapá foi realizada no dia 24 de setembro de 2024, na sede do Grupo Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo, localizada na Avenida Diógenes Silva, 2221, no bairro Trem, em Macapá (AP).

FOTOGRAFIA 3 – Estúdios de telejornalismo da Rede Amazônia Amapá com os editores do g1 Amapá, Josi Paixão e Rafael Aleixo



Fonte: Acervo pessoal (2024).

O retorno do Amapá para Goiás foi realizado no dia 26 de setembro de 2024, com saída de Macapá, incluindo uma conexão aérea em Brasília (DF) antes de chegar a Goiânia (GO). A viagem durou cerca de 6 horas entre as cidades.

A ida para Rio Branco (AC) também foi feita por via aérea, considerando que, logisticamente, essa cidade está localizada na parte mais ocidental do Brasil. Embora haja acesso terrestre pela BR-364 com rotas de ônibus, essa viagem terrestre duraria mais de 60 horas, o equivalente a três dias de itinerário, enquanto a viagem aérea leva aproximadamente 8 horas. Portanto, foi decidido utilizar transporte aéreo. O embarque ocorreu no Aeroporto Internacional Santa Genoveva, em Goiânia (GO), com conexão no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, em Brasília (DF), e desembarque no Aeroporto Internacional Plácido de Castro, em Rio Branco, no dia 27 de setembro de 2024.

A entrevista com o editor do g1 Acre foi realizada no dia 01 de outubro de 2024, na sede do Grupo Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo, localizada na Rua Jatobá, 14, no bairro Novo Horizonte, em Rio Branco (AC).

FOTOGRAFIA 4 – Estúdios de telejornalismo da Rede Amazônica Acre, com editor do g1 Acre Renato Menezes e o produtor de telejornalismo Gabriel Verçoza



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Dessa forma, os dados e informações obtidos vieram de seis webjornais do g1, que contribuíram não apenas com dados obtidos através da entrevista, mas também com visitas às redações, mostrando como funciona o espaço e a jornada de trabalho. Essas entrevistas forneceram informações suplementares para o estudo comparativo dos discursos jornalísticos sobre diversidade sexual e de gênero relacionados à população LGBTI+. O objetivo central foi investigar como esses temas são tratados no webjornalismo da Região Norte, utilizando o portal g1 como referência principal e objeto de pesquisa.

As perguntas da entrevista foram elaboradas com o objetivo de obter respostas que complementassem a análise de conteúdo das notícias coletadas, buscando compreender como os jornalistas do g1 abordam questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Em especial, pretendeu-se investigar como essas temáticas influenciam a produtividade dos profissionais e as pautas jornalísticas direcionadas à população LGBTI+. Para tanto, foram estabelecidos quatro objetivos principais que guiaram a elaboração do roteiro das entrevistas, conforme detalhado no Quadro 9.

QUADRO 9 – Roteiro de entrevista para editores dos portais g1 da Região Norte

Perguntas	Objetivo
O(a) senhor(a) considera que a organização e os fluxos de trabalho nesta empresa favorecem a qualidade do trabalho do jornalista? Como isso é efetivado no cotidiano da redação?	Observar se a organização do ambiente é fundamental entender a jornada de trabalho do profissional.
No cotidiano do trabalho, existem momentos nos quais a empresa promove debates, formações ou similares acerca das questões de gênero e sexualidade? Se sim, quais?	Compreender de que forma é estimulado o debate a promoção de um ambiente que estimule a discussão crítica sobre temas LGBTI+ pode ser essencial para a qualidade das produções jornalísticas
Existe revisões nas produções jornalísticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero? Se sim, como essas são realizadas?	Identificar como a empresa estimula a capacitação profissional em discussões sobre questões de gênero e sexualidade
Qual a percepção do(a) senhor(a) acerca do tratamento jornalístico desta empresa em relação às questões de diversidade sexual e de gênero?	Verificar a importância de materiais didáticos para que profissionais reflitam a importância do tratamento adequado de pessoas LGBTI+ nas produções jornalísticas. Esses materiais são considerados na formação e atualização contínua dos jornalistas?
O(a) senhor(a) já presenciou alguma situação que levou à revisão de um texto jornalístico em virtude das questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero? Se sim, qual?	

--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao serem questionados sobre como a organização e os fluxos de trabalho da empresa favorecem a qualidade do trabalho jornalístico e como isso é efetivado no cotidiano da redação, todos os participantes demonstraram assertividade ao destacar a liberdade oferecida aos jornalistas para executarem suas produções, alinhada à realidade de suas jornadas de trabalho. No entanto, cada um apresentou perspectivas distintas sobre o processo de produção.

O editor do g1 Acre destacou que, assim como em outras redações da Região Norte, a realidade das redações jornalísticas brasileiras é caracterizada por equipes reduzidas e processos produtivos intensivos. Apesar dos desafios cotidianos decorrentes dessa estrutura enxuta, a Rede Amazônica Acre, por estar integrada a outros veículos do Grupo Globo, como a TV, a Rádio CBN Amazônia Rio Branco e o portal ge, promove colaboração e troca de informações entre as redações, o que beneficia a rotina dos profissionais. O editor ressaltou ainda que, apesar dos percalços, o g1 mantém um processo de produção rigoroso, guiado por princípios editoriais que garantem a credibilidade das informações, com maior foco em coberturas factuais.

Já recebemos muitos questionamentos de internautas, como: “Ah, o g1 ainda não publicou esse material?”. Porém, temos um processo de apuração diferente, e há também a questão do número reduzido de profissionais, pois são poucas pessoas para dar conta de muitas coisas que acontecem no mesmo dia (Menezes, 2024, entrevista cedida ao autor).

O editor do g1 Amapá, vinculado à Rede Amazônica Amapá, compartilhou desafios semelhantes aos enfrentados no Acre, mencionando os esforços necessários para lidar com a rotina de trabalho e as limitações de equipe.

Por exemplo, a produção de matérias mais aprofundadas, que, infelizmente, na nossa rotina e no fluxo atual, não conseguimos desenvolver com muita profundidade. Assim, acabamos ficando mais nos factuais, nas publicações desses factuais, e não conseguimos produzir outros tipos de reportagem que gostaríamos muito de realizar (Aleixo, 2024, entrevista cedida ao autor).

Já o editor do g1 Pará ressaltou que a redação conta com protocolos que permitem aos jornalistas alternarem entre coberturas factuais e produções mais aprofundadas. O jornalista destacou que a empresa prioriza a segurança dos funcionários durante suas jornadas de trabalho, o que contribui significativamente para a qualidade das produções.

No entanto, já tive várias experiências em que viajei para realizar reportagens e recebi total apoio. Não apenas logisticamente, com custeio de passagem e alimentação, mas também com acompanhamento remoto para qualquer tipo de eventualidade que pudesse ocorrer durante a viagem (Carneiro, 2024, entrevista cedida ao autor).

A coordenadora do g1 Rondônia apontou que, apesar de a redação ter liberdade para tratar de diversos assuntos, existe uma cobrança por conteúdos que gerem engajamento e acesso do público. A jornalista também comentou que a limitação de equipes reduz a possibilidade de realizar outros tipos de produções jornalísticas. Ao fazer um contraponto com a experiência do editor do g1 Pará, que relatou suporte da empresa para produções mais elaboradas, a coordenadora destacou as dificuldades de apuração enfrentadas em coberturas realizadas a longas distâncias.

Então, sempre que precisamos cobrir algo em outra cidade, ou contamos com o apoio dos repórteres da TV, quando há repórteres nessas cidades, ou então precisamos encontrar uma solução por conta própria. Precisamos entrar em contato com alguém, porque, dependendo do assunto, se não for muito forte, a empresa não investirá dinheiro para que possamos viajar até esses lugares. Isso não vai acontecer. Então, precisamos encontrar uma forma de fazer o que podemos com o que temos: um celular e um sonho (Cruz, 2024, entrevista cedida ao autor).

A coordenadora do g1 Santarém e Região, vinculada ao Sistema Tapajós de Comunicação, enfatizou os benefícios da integração das redações, que antes eram separadas. A jornalista afirmou que essa mudança tornou o processo de apuração mais dinâmico e abrangente, permitindo maior agilidade na publicação das notícias e facilitando a rotina de trabalho. No entanto, ressaltou que o g1 mantém um processo de apuração criterioso, essencial para a credibilidade do portal.

FOTOGRAFIA 5 – Redação do g1 Pará, localizada na afiliada TV Liberal, do Grupo Liberal



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Por outro lado, a coordenadora do g1 Tocantins apresentou uma visão distinta, destacando a flexibilidade do processo produtivo na empresa. A jornalista explicou que, em casos de demandas imprevistas, os funcionários são previamente avisados para que consigam cumprir suas responsabilidades sem extrapolar os limites da jornada de trabalho. Caso isso ocorra, há compensações, como folgas ou pagamento de horas extras.

Ao realizar a segunda pergunta sobre se, no cotidiano de trabalho desses jornalistas, existem momentos em que a empresa promove debates, formações ou atividades similares acerca das questões de gênero e sexualidade, todos os

entrevistados responderam que não há debates ou capacitações voltadas especificamente para esse campo. Além disso, citaram alguns dos desafios vivenciados ao tratar de coberturas relacionadas ao tema.

O editor do g1 Acre apontou que as capacitações promovidas são geralmente relacionadas a novas tecnologias e ao uso de ferramentas para melhorar a qualidade das produções noticiosas. O jornalista mencionou que a plataforma de cursos e capacitações do Grupo Globo, a UniGlobo, oferece formações, mas que, até o momento, apenas temas como racismo e machismo foram abordados. Diante da ausência de recursos específicos, no estado do Acre, o MPF-AC disponibilizou um documento orientando os profissionais sobre a elaboração de pautas relacionadas à população LGBTI+. Segundo o editor: “Esse manual não foi promovido diretamente pela empresa, mas o g1 foi convidado, juntamente com outros veículos de comunicação do estado, para recebê-lo e tentar implementá-lo em nossa rotina” (Menezes, 2024, entrevista concedida ao autor).

FOTOGRAFIA 6 – Redação do g1 Tocantins, localizada na afiliada TV Anhanguera Tocantins, do Grupo Jaime Câmara



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Na redação do g1 Amapá, a realidade é semelhante. O editor também citou a plataforma UniGlobo, que oferece capacitações aos profissionais da empresa, mas afirmou que não há formações específicas sobre questões de sexualidade ou gênero.

De forma similar, o editor do g1 Pará destacou que políticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero não são priorizadas. O jornalista reforçou que temas como racismo e machismo recebem mais atenção. Segundo o jornalista: “Embora haja muitos funcionários e um público que se identifiquem com essa questão, ainda não enxergo um espaço de debate ou uma qualificação da empresa como um todo sobre o assunto” (Carneiro, 2024, entrevista concedida ao autor).

Quanto à realidade do g1 Rondônia, foi afirmado que os funcionários têm acesso à plataforma UniGlobo, que oferece cursos sobre diversos temas. No entanto, na Rede Amazônica Rondônia, capacitações e debates sobre sexualidade e gênero não são promovidos internamente.

A coordenadora do g1 Santarém e Região também confirmou que não há debates relacionados à população LGBTI+. Contudo, destacou que outras temáticas são frequentemente discutidas na empresa, com maior prioridade. A jornalista explicou: “É até uma sugestão que podemos levar para o nosso RH, que é quem organiza esse fluxo de palestras” (Vieira, 2024, entrevista concedida ao autor).

No g1 Tocantins, a coordenadora relatou que a redação tem contato diário com essas discussões, já que os outros veículos do Grupo Jaime Câmara acompanham as informações divulgadas pelo portal, demonstrando sensibilidade às mudanças nos cenários ligados à diversidade sexual e de gênero. A jornalista também destacou a importância do vínculo dos jornalistas com as universidades, afirmando: “Temos contato com pessoas que nos explicam, orientam e ajudam a entender melhor o tema para as reportagens” (Nascimento, 2024, entrevista concedida ao autor).

Em relação à revisão de produções jornalísticas sobre diversidade sexual e de gênero nos portais entrevistados, os participantes forneceram respostas semelhantes: não há uma revisão específica para esse tipo de tema.

O editor do g1 Acre explicou que, independentemente do assunto abordado, a revisão do material prioriza a credibilidade das informações divulgadas. Embora reconheça que alguns colaboradores da empresa não dominem temas relacionados à sexualidade e gênero, o editor os orienta antes que os repórteres saiam para coberturas sobre esses assuntos. O jornalista também destacou que, atualmente, com

o material de instruções emitido pelo MPF-AC, as revisões têm se baseando nesse conteúdo para evitar incongruências. O jornalista afirmou: "Às vezes, ocorrem falhas que não queremos cometer, mas que podem acabar acontecendo, gerando repercussões negativas" (Menezes, 2024, entrevista concedida ao autor).

FOTOGRAFIA 7 – Redação do g1 Acre, localizada na afiliada Rede Amazônica Acre, do Grupo Rede Amazônica



Fonte: Acervo pessoal (2024).

No g1 Amapá, a revisão segue características básicas e sistemáticas relacionadas à norma culta, sem uma abordagem específica para questões de gênero e sexualidade. O editor explicou que "[...] não é uma questão do conteúdo em si, mas

sim do texto, da questão ortográfica. Antes da matéria, podemos dar alguns direcionamentos aos repórteres. Por exemplo, nas coberturas, pedimos para buscar personagens" (Aleixo, 2024, entrevista concedida ao autor).

O editor do g1 Pará afirmou que não há uma "consultoria" para evitar "gafes" na divulgação de assuntos relacionados à diversidade sexual e de gênero. No entanto, ele, assim como os outros editores, organizam orientações para os repórteres quando há pautas em que o jornalista pode não saber como conduzir a entrevista. Os dois editores sempre se consultam mutuamente para garantir a credibilidade do texto antes da publicação. O jornalista também destacou que o portal costuma priorizar a visibilidade de temas relacionados à população LGBTI+, com coberturas que contemplam o calendário da população LGBTI+ e a agenda cultural vinculada à diversidade sexual e de gênero. Embora a resposta não tenha abordado diretamente a pergunta, o g1 Pará se destacou durante a pesquisa documental, com mais publicações na editorial de cultura em comparação aos outros portais da região Norte.

No g1 Rondônia, o argumento apresentado foi o mesmo: não há revisões específicas para o tema.

Quando é alguma pauta relacionada à sexualidade e gênero, acho que a revisão envolve ter cuidado para não especular sobre algo ou, como posso te dizer, não tratar o assunto de forma inadequada, para que esteja sendo abordado corretamente. E, no mais, acho que as revisões são sobre o texto, sobre a relevância do material, sobre a segurança das informações, que é como em qualquer outra notícia (Cruz, 2024, entrevista concedida ao autor).

A coordenadora do g1 Santarém e Região não confirmou ou negou a existência de revisões específicas sobre diversidade sexual e de gênero. A participante apenas mencionou situações em que, caso surjam dúvidas, alternativas são buscadas para evitar condutas preconceituosas. A participante destacou que o portal tem um "cuidado" em relação ao uso de termos associados à população LGBTI+. A jornalista afirmou: "Como temos colegas que pertencem a essa comunidade, sempre nos socorremos com eles para pedir informações, 'se este termo está correto?', 'cisgênero' ou 'transgênero'" (Vieira, 2024, entrevista concedida ao autor).

Quando questionada, a coordenadora do g1 Tocantins também afirmou que não há uma revisão específica sobre o tema. No entanto, a jornalista mencionou que,

assim como os outros portais, o g1 Tocantins recorre a conhecimentos especializados para buscar explicações sempre que surge alguma dúvida relacionada ao assunto antes de publicar o conteúdo.

Quanto à penúltima pergunta da entrevista, que aborda a percepção sobre o tratamento jornalístico da empresa em relação às questões de diversidade sexual e de gênero, os participantes, embora afirmem que a empresa possui um comportamento adequado em relação ao tema, apresentam percepções distintas, baseadas em suas experiências com colegas de trabalho em diferentes veículos de jornalismo da organização.

O editor do g1 Acre avalia que a empresa tem uma postura positiva, percebendo um incentivo para que os jornalistas trabalhem com pautas que vão além das publicações factuais. O participante destaca a existência de um sistema no qual os temas de diversidade sexual e de gênero estão incluídos como pautas a serem abordadas durante a rotina de trabalho. Segundo o jornalista: “Às vezes, não há algo durante a reunião de pauta, e tentamos planejar durante o mês. Agora, se acontecer algo mais factual, tentamos trabalhar dentro do limite que temos” (Menezes, 2024, entrevista concedida ao autor).

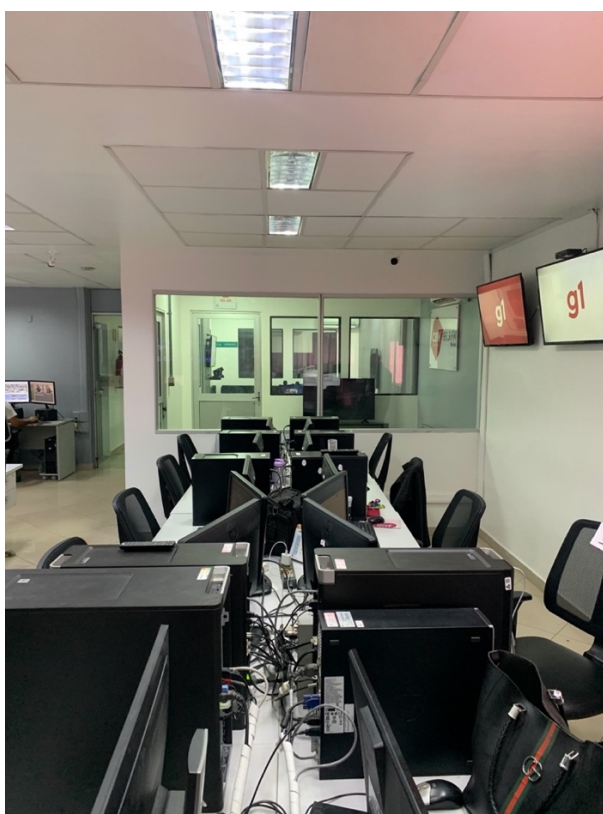
Já no g1 Amapá, a relação com o tema não é prioridade, restringindo-se principalmente a coberturas de eventos ou campanhas.

No g1 Pará, segundo o editor, há uma prevalência de divulgações relacionadas à diversidade sexual e de gênero, especialmente no contexto cultural e artístico. No entanto, o jornalista reconhece que ainda não há uma abordagem consolidada sobre como tratar esses assuntos. Além disso, observa comportamentos pejorativos e negativos por parte de alguns funcionários da empresa em relação às pautas publicadas, destacando a necessidade de capacitações internas para lidar melhor com o tema.

Há setores no jornalismo, que não envolvem jornalistas, que ainda precisam passar por capacitação ou por uma conversa sobre o tema. Ouço comentários em off sobre pessoas que estavam no ar. Não se trata de chefia, mas de pessoas no ponto ou nos bastidores. Costumo ouvir, assim que a pessoa sai do ar, algum comentário negativo. E eu, como pessoa LGBT, estando nos bastidores e ouvindo aquilo, percebo essa dualidade (Carneiro, 2024, entrevista concedida ao autor).

Percepções semelhantes surgem no g1 Rondônia, onde comportamentos negativos também são relatados em outros departamentos de jornalismo da Rede Amazônica Rondônia. De acordo com a coordenadora do portal, há momentos em que é necessário intervir em condutas inadequadas. A participante cita um episódio em que precisou mediar uma correção durante a produção de um telejornal, no qual uma travesti foi tratada no masculino durante uma transmissão ao vivo. A jornalista afirma que, embora perceba abertura para abordar o tema, sente a ausência de investimentos estruturais nesse sentido. A coordenadora do g1 Rondônia conclui: “Acredito que, por exemplo, sendo eu uma pessoa bissexual e coordenadora do g1, isso me dá um olhar mais atento a essas questões, aliado ao fato de também ser mulher, o que, acredito, traz um pouco mais de equilíbrio” (Cruz, 2024, entrevista concedida ao autor).

FOTOGRAFIA 8 – Redação do g1 Amapá, localizada na afiliada Rede Amazônica Amapá, do Grupo Rede Amazônica



Fonte: Acervo pessoal (2024).

A coordenadora do g1 Santarém e Região, por sua vez, afirma que nunca percebeu restrições por parte da empresa em relação ao tratamento de pautas ligadas

à diversidade sexual e de gênero. A participante defende que quanto mais o público tiver acesso a essas informações, maior será o conhecimento e o empoderamento para a luta por direitos LGBTI+. A jornalista destaca que o portal frequentemente publica sobre o tema. Contudo, essa afirmação não condiz com os dados coletados pela pesquisa documental realizada ao longo de um ano: o g1 Santarém e Região foi o veículo com menor número de publicações sobre questões de sexualidade e gênero relacionadas à população LGBTI+, totalizando apenas sete postagens no período. Para efeito de comparação, o g1 Rondônia, o segundo com menos publicações, divulgou mais do que o dobro desse número.

Já no g1 Tocantins, segundo sua coordenadora, o tema é bem aceito, e a jornalista acredita que seria inviável trabalhar com jornalismo sem acolher esse tipo de sugestão.

A última pergunta dessa etapa da pesquisa, referente à entrevista em profundidade, abordou se os participantes já haviam presenciado alguma situação que tivesse levado à revisão de um texto jornalístico devido a questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. A maioria dos participantes respondeu que não.

O editor do g1 Acre afirmou que esses episódios não ocorrem mais, pois o g1 adota uma política editorial que inclui o cuidado de tratar os entrevistados de maneira adequada, questionando como gostariam de ser chamados. O jornalista relatou que a ideia é ampliar as pautas e divulgações para que sejam propositivas sobre o tema.

Da mesma forma, o editor do g1 Amapá comentou que, quando era repórter, já aplicava as práticas de tratamento adequado, sempre garantindo que a fonte se sentisse confortável em relação à forma como seria tratada. Portanto, não houve materiais que necessitaram de correção nesse sentido.

Quanto ao g1 Pará, o editor afirmou que esse tipo de erro é comumente reproduzido pela TV da empresa. No entanto, como o g1 está integrado tanto à TV quanto à internet, o portal tem se atualizado e adequado, principalmente no uso de termos, para evitar que sejam usados de forma inadequada. O editor mencionou que, em algumas situações, comportamentos reproduzidos pela TV foram corrigidos pelo g1, destacando uma certa falta de cuidado por parte da emissora. O participante declarou: “[...] embora já faça tempo que não vejo casos recentes, como o uso de 'o travesti'. Quando o conteúdo vai para o g1, por estarmos mais atentos a essas

questões, fazemos ajustes e adequações” (Carneiro, 2024, entrevista concedida ao autor).

A coordenadora do g1 Rondônia compartilhou uma percepção semelhante em relação à TV, lembrando que não houve casos específicos em que o g1 precisasse se retratar por ter publicado material inadequado.

Segundo a coordenadora do g1 Santarém e Região, também não houve situações específicas que exigissem correção.

No g1 Tocantins, houve uma situação em que, após receber um release da Polícia Civil, uma mulher trans foi descrita sem levar em consideração sua identidade de gênero, o que resultou em uma publicação inadequada. A coordenadora do g1 Tocantins relatou que, após esse incidente, houve repercussão e reflexão sobre a credibilidade do portal em relação ao tratamento do tema. Como consequência, o portal adotou novas políticas para evitar distorções nas informações ou na identidade das pessoas. A jornalista afirmou: “Questionamos em que momento devemos ou não fazer essa referência, se devemos identificar como mulher trans ou simplesmente usar 'mulher' no título, ou se devemos evitar essa distinção nos textos jornalísticos para que não soe ofensivo” (Nascimento, 2024, entrevista concedida ao autor).

6.7. (RE)PRODUTIBILIDADE HETEROCISJORNALÍSTICA

Com base nos dados obtidos por meio da análise documental dos webjornais e das entrevistas em profundidade realizadas com seus editores, foi possível elaborar uma comparação sistemática sobre os padrões de produção e divulgação jornalística dos portais estudados. O método de estudo comparativo adotado identificou semelhanças e diferenças significativas nesses padrões, evidenciando como as práticas editoriais refletem as diretrizes das matrizes corporativas e as pressões comerciais contemporâneas.

No caso do g1, por exemplo, as diretrizes editoriais do Grupo Globo determinam práticas obrigatórias que foram corroboradas pelos entrevistados. Embora esses profissionais afirmem possuir alguma liberdade para tratar de temas diversos, essa liberdade é condicionada à capacidade das pautas de gerar engajamento e consumo por parte do público. Essa dinâmica impacta diretamente a

escolha e o tratamento de temas relacionados à diversidade de gênero e sexualidade, resultando em narrativas limitadas e frequentemente estigmatizantes.

A análise de um ano de conteúdo revelou que grande parte das matérias jornalísticas voltadas à população LGBTI+ estava relacionada a eventos específicos, como datas comemorativas, campanhas de conscientização ou reivindicações políticas. Embora esses momentos contribuam para a visibilidade, eles também denunciam uma abordagem episódica e superficial, que não integra essas pautas de forma contínua ao noticiário. Além disso, os enquadramentos jornalísticos frequentemente reforçam estigmas, associando as identidades LGBTI+ a situações de vulnerabilidade, como pobreza, violência e exclusão social, ou a casos de escândalo e sensacionalismo.

Essa abordagem não apenas perpetua visões distorcidas das vivências LGBTI+, mas também reflete uma lógica editorial alinhada às normas heterocisnormativas às pressões comerciais que regem o jornalismo atual. Ao priorizar conteúdos que reforçam estereótipos ou exploram momentos de crise, os veículos contribuem para a perpetuação de uma visão limitada e negativa dessas comunidades, marginalizando suas demandas estruturais e relegando-as a um papel periférico na agenda pública.

Outro ponto preocupante é a ausência de iniciativas nas redações que promovam capacitação para abordar de forma crítica e informada a diversidade sexual e de gênero. Sem treinamento específico, muitos jornalistas acabam reproduzindo estereótipos ou narrativas simplistas, o que favorece a limitação do potencial transformador do jornalismo como ferramenta de diálogo e inclusão. Essa lacuna formativa é agravada pelo contexto de precarização das redações, que enfrentam equipes reduzidas e alta demanda por produção imediata. Essa dinâmica favorece conteúdos rápidos e de baixo custo, em detrimento de investigações aprofundadas e narrativas inovadoras.

Além disso, o alinhamento às métricas de engajamento reflete uma dependência crescente de modelos comerciais que subordinam a produção jornalística às demandas do mercado. Pautas sobre diversidade sexual e de gênero, muitas vezes vistas como desafiadoras ou menos rentáveis, são relegadas a um segundo plano. Mesmo quando abordadas, essas questões costumam ser alocadas em editorias como Cidade, tradicionalmente associadas a notícias factuais, violência

urbana ou exclusão social, reforçando uma associação entre identidades LGBTI+ e marginalidade.

Esse padrão editorial evidencia uma falta de compromisso sistemático em abordar as questões LGBTI+ de maneira contínua e transformadora. Narrativas positivas e emancipadoras sobre as vivências LGBTI+ são frequentemente invisibilizadas, enquanto questões estruturais, como discriminação, violência e desigualdades econômicas, são tratadas de forma descontextualizada. Essa abordagem oportunista limita o potencial do jornalismo de desafiar normas hegemônicas, contribuindo para a perpetuação de estruturas de exclusão. Pelúcio (2016) aponta para como as estruturas de exclusão influenciam as vivências das perspectivas cuir, destacando que as hegemonias dominantes e a normatividade imposta pela heterocisnormatividade reforçam o controle sobre corpos e identidades marginalizadas.

Para superar essas limitações, é essencial repensar a lógica editorial predominante, promovendo uma abordagem mais inclusiva e crítica. Isso exige capacitação das equipes, fortalecimento das redações e a integração de pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero no noticiário geral, de forma contínua e não apenas em momentos de alta visibilidade. Sem essas mudanças, o jornalismo continuará a reproduzir dinâmicas excludentes e a perder seu potencial como agente de transformação social.

Ainda que haja semelhanças nas abordagens dos webjornais, é importante destacar algumas características discursivas utilizadas durante o período de carnaval. Os portais g1 Acre, g1 Pará, g1 Amazonas e g1 Amapá, por exemplo, enfatizam a popularidade das folias relacionadas aos “homens que se vestem de mulher e mulheres que se vestem de homem”. Essa narrativa associa a subversão temporária presente nos carnavais a um contexto de transgressão limitada, em que apenas nesse período práticas performáticas relacionadas a papéis de gênero são socialmente aceitas.

A “brincadeira” em forma de fantasia está marcada pela dominação da hegemonia heterocisnormativa, pois o carnaval permite uma experimentação jocosa de papéis de gênero que reforça estereótipos. Homens que se vestem de mulheres, por exemplo, costumam assumir uma representação hipersexualizada e caricatural da feminilidade, rompida pela masculinidade subjacente. Essa performance não apenas

perpetua a ideia de que a feminilidade é inferior à masculinidade, mas também valida o riso como forma de reforçar essa desigualdade, ao sugerir que é engraçado para um homem “performar” dentro de um espaço tradicionalmente associado às mulheres.

Essas projeções contribuem para a despolitização das expressões de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que trivializam e hostilizam corpos trans e travestis, que enfrentam marginalização e violência no cotidiano. A implicação de o jornalismo divulgar esse tipo de fantasia carnavalesca está na associação dessas práticas ao senso de normatividade permitida nesse período do ano.

A implicação do jornalismo na divulgação das fantasias do carnaval está na associação dessas práticas ao senso de normatividade socialmente permitido durante esse período do ano. Ao naturalizar essas performances como parte de uma tradição cultural ou uma “brincadeira” inofensiva, o jornalismo pode reforçar estigmas e perpetuar estruturas de poder baseadas em hegemonias heterocisnormativas e binaristas. Esse processo ocorre porque, ao tratar tais manifestações como algo exclusivamente ligado ao carnaval, o discurso jornalístico contribui para o apagamento das lutas políticas de pessoas trans, travestis e outras identidades de gênero dissidentes, cuja existência vai além de um período de tolerância temporária e jocosa.

Para Louro (2004), essa performatividade de gênero reflete-se na forma como as normas de gênero atribuem valores simbólicos e culturais a espaços ritualísticos que reproduzem a hegemonia heterocisnormativa. De modo complementar, Pelúcio (2014) argumenta que esses espaços são marcados pela colonialidade e pela imposição de perspectivas binaristas e heterossexuais, dominando a percepção sobre tolerância e intolerância. Nesse contexto, o carnaval, que poderia ser um espaço de visibilidade para a diversidade, muitas vezes se transforma em um local de hostilização e subversão (Green, 1999).

Além disso, ao destacar essas práticas de forma acrítica, o jornalismo valida performances que muitas vezes caricaturam e deslegitimam a diversidade de gênero, reduzindo-a a estereótipos que reforçam a ideia de inferioridade da feminilidade em relação à masculinidade. Homens fantasiados de mulheres frequentemente assumem uma representação exagerada e hipersexualizada, perpetuando um imaginário que associa o feminino a algo cômico, frágil ou inferior. Por outro lado, mulheres que performam masculinidade nesse contexto geralmente não recebem o mesmo

destaque, refletindo e reforçando as dinâmicas de poder que hierarquizam os papéis de gênero.

Essa abordagem jornalística, que aparenta celebrar a diversidade, esconde um discurso que corrobora a manutenção de marcadores culturais anti-progressistas. Ao promover essas narrativas sem problematizar o impacto que elas têm sobre os corpos e identidades que rompem com a norma, o jornalismo não apenas contribui para a marginalização de pessoas LGBTI+, mas também legitima práticas que trivializam a luta contra a violência, a discriminação e a desigualdade enfrentadas por essas comunidades.

Dessa forma, o jornalismo, ao perpetuar tais discursos, não questiona as estruturas de poder que sustentam a hegemonia heterocisnormativa. Pelo contrário, pode contribuir ativamente para a manutenção de uma cultura que reforça a exclusão e a opressão, ao invés de se posicionar como um veículo crítico e transformador, capaz de amplificar vozes dissidentes e promover debates mais profundos sobre gênero, sexualidade e diversidade.

Os portais também apresentam limitações significativas no que diz respeito à adoção de termos e nomenclaturas adequadas, especialmente no uso de siglas relacionadas à população LGBTI+. Essas falhas foram evidenciadas durante as entrevistas realizadas com jornalistas, que relataram que as afiliadas não promovem debates sobre sexualidade e gênero nas redações. Essa ausência de formação profissional reflete uma percepção segregadora em relação ao tema, reproduzindo concepções hegemônicas associadas à binaridade e à heterocisnormatividade. Como resultado, os assuntos relacionados à diversidade de gênero e sexualidade não recebem o devido interesse e atenção, o que compromete a credibilidade e responsabilidade desses profissionais.

A falta de capacitação impacta diretamente a percepção crítica dos jornalistas em relação às diferenças e especificidades das identidades de gênero. Isso foi evidenciado, por exemplo, na confusão entre identidades travestis e mulheres trans, assim como na generalização da identidade trans apenas à mulheridade e travestis, excluindo outras vivências, como as de pessoas transmasculinas.

Outro exemplo dessa ausência de problematização pode ser observado pelo discurso da coordenadora do g1 Santarém e Região, que expressou uma visão estigmatizada ao afirmar que evita o uso da palavra "gay" em suas produções,

substituindo-a por "homossexual". A justificativa apresentada foi de que "gay" seria um termo inadequado para o contexto jornalístico. No entanto, a palavra "gay" deixou de ser pejorativa e hoje é utilizada com conotações de empoderamento social, político e cultural, especialmente em oposição ao uso discriminatório histórico do termo no século XIX.

Situação semelhante ocorreu no g1 Amapá, que utilizou a expressão "mulher trans" para se referir a uma travesti, ignorando que se tratam de identidades distintas. Essa imprecisão reflete a carência de um entendimento aprofundado sobre as nuances e especificidades das diversas identidades trans.

Outros portais, como o g1 Acre, também demonstraram inconsistências na utilização de siglas para se referir à população LGBTI+. Em algumas publicações, foram utilizados dois ou mais acrônimos diferentes para descrever o mesmo grupo, evidenciando a falta de uniformidade e invisibilizando debates sobre a diversidade local. Esse cenário revela uma desconexão política e social com as vivências e expressões regionais, que são moldadas por contextos históricos, culturais e temporais específicos.

A ausência de uniformidade na utilização das siglas também problematiza a falta de reconhecimento da pluralidade de identidades no campo do jornalismo. Embora a sigla LGBTI+ tenha sido amplamente adotada por entidades ativistas para incluir pessoas intersexo e outras diversidades representadas pelo "+", a falta de consenso ou clareza no uso dos acrônimos perpetua distorções históricas dessas identidades.

Esse cenário reforça a necessidade de maior formação e sensibilidade por parte dos jornalistas para lidar com a complexidade das questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade, garantindo uma cobertura mais precisa, inclusiva e politicamente engajada.

Quanto ao método da diferença (Bulgacov, 1998), é evidente a diferença no formato de produção jornalística entre os webjornais. Essa diferença é evidenciada pelas produções noticiosas, nas quais foi possível identificar o percentual de notícias e reportagens publicadas nos editoriais dos jornais. Essas informações foram obtidas por meio de pesquisa documental e analisadas através da análise de conteúdo dos materiais jornalísticos, conforme demonstrado no Quadro 10.

QUADRO 10 – Percentual de divulgações noticiosas nos webjornais do g1 da Região Norte

Formatos de divulgações jornalísticas nos portais do g1 da Região Norte		
Webjornal	Notícia	Reportagem
g1 Acre	45	5
g1 Amapá	26	0
g1 Amazonas	19	5
g1 Pará	57	4
g1 Rondônia	10	4
g1 Roraima	12	2
g1 Santarém e Região	6	2
g1 Tocantins	21	5
Total	196	27

Fonte: Elaboração própria (2024).

Apesar de o editorial do portal g1 priorizar a quantidade de publicações factuais, considerando que se trata de um veículo webjornalístico onde as notícias são divulgadas de forma contínua e atemporal, observa-se um grande volume de produções jornalísticas focadas em notícias. Isso resultou na identificação de 203 publicações, em comparação com um total de apenas 27 reportagens elaboradas.

Essa ênfase na produção de notícias também foi corroborada pelas respostas de alguns participantes dos webjornais, que mencionaram os desafios enfrentados por redações cada vez mais reduzidas e com demandas em alta escala. Essas condições acabam priorizando a produção de conteúdos de notícias factuais, como destacado pelo editor do g1 Acre, durante a entrevista. No entanto, o foco e a objetividade jornalística voltados para esse tipo de produção podem levar a abordagens que simplificam temas mais complexos, o que é evidente, por exemplo, nas agendas culturais divulgadas por alguns dos webjornais analisados.

Além disso, apenas os portais do g1 Acre e g1 Pará apresentaram publicações jornalísticas em todas as cinco categorias editoriais utilizadas na análise das amostras. Apesar disso, todos os webjornais examinados divulgaram algum tipo de conteúdo relacionado à população LGBTI+, possibilitando um mapeamento que evidencia as principais diferenças nas formas como cada portal aborda temas ligados à diversidade sexual e de gênero.

Em comparação com os outros webjornais, o portal g1 Acre destacou-se negativamente pelo uso de termos inadequados e pela confusão na utilização de nomenclaturas relacionadas à população LGBTI+ em suas divulgações jornalísticas,

conforme identificado em publicações realizadas nas editorias de Saúde, Política, Oportunidade, Cultura e Cidade. Entretanto, foi também o webjornal que mais se destacou pela quantidade de reportagens que retratam histórias de pessoas LGBTI+, diferentemente de outros webjornais, nos quais as matérias sobre essa população estavam majoritariamente atreladas à editoria de Cidade. Nesses casos, prevaleceram narrativas factuais que abordavam episódios de violência contra a população LGBTI+.

Na editoria de Saúde, coberturas relacionadas à população LGBTI+ foram realizadas pelos portais g1 Acre, g1 Pará e g1 Tocantins. No caso do g1 Acre, observou-se a reprodução de concepções hegemônicas e binaristas em algumas divulgações, especialmente ao tratar de pessoas trans. Um exemplo foi a história de uma mulher trans, que, apesar de evidenciar a abordagem de histórias individuais, também refletiu a tendência apontada pelo editor em entrevista, sobre a elaboração de conteúdos voltados à população LGBTI+.

O g1 Pará apresentou inconsistências no uso da sigla LGBTI+, alternando entre diferentes formas em suas divulgações. Apesar disso, as publicações nessa editoria destacaram ações institucionais e governamentais voltadas à saúde da população LGBTI+, especialmente no combate ao HIV/AIDS.

Já o g1 Tocantins abordou o caso de um estudante que sofreu paralisia múltipla de órgãos. Contudo, observou-se uma ênfase desproporcional no relacionamento pessoal do estudante, o que aponta para uma tendência do portal em simplificar e estereotipar suas coberturas. Essa abordagem, presente também em outras editorias, pode resultar em narrativas que carecem de profundidade e informações relevantes para a agenda pública.

Na editoria de Oportunidade, os webjornais analisados apresentaram um padrão de divulgação focado em ações e agendas institucionais voltadas à população LGBTI+. O g1 Acre destacou ações estaduais para essa população, enquanto o g1 Amapá priorizou divulgações sobre ações políticas. O g1 Pará trouxe informações sobre cursos e iniciativas institucionais, enquanto o g1 Rondônia abordou a proposta de cotas para pessoas trans e travestis em universidades públicas. O g1 Roraima divulgou uma programação institucional direcionada à comunidade LGBTI+.

Entretanto, o g1 Santarém e Região, mesmo ao abordar o protagonismo feminino em um ambiente de trabalho predominantemente masculino, deixou de

entrevistar pessoas da população LGBTI+. Essa escolha reduziu a visibilidade desse público, mesmo dentro de uma matéria com discurso progressista que buscava representar igualdade de gênero e sexualidade.

Na editoria de Política, identificou-se um padrão de publicações institucionais nos portais analisados, com algumas abordagens que incluíram dados de pesquisas. O portal g1 Acre, por exemplo, destacou-se ao lembrar uma polêmica envolvendo um político durante o Carnaval na cidade de Rio Branco. Além de divulgar as informações, o portal disponibilizou canais de denúncia para crimes relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Durante o período eleitoral, o portal também questionou os candidatos sobre suas propostas de políticas públicas voltadas à comunidade LGBTI+. Essa postura é fundamental para romper paradigmas impostos à população LGBTI+, pois evidencia o papel do jornalismo na cobrança e visibilização das demandas desse grupo. Além disso, tal abordagem pode contribuir no combate à desinformação, ao revelar os posicionamentos reais dos representantes políticos. Assim, o jornalismo atua como mediador, ajudando a desconstruir estigmas associados à sexualidade e ao gênero e ampliando a compreensão social.

No g1 Amapá, a editoria de Política concentrou-se em matérias de cunho institucional e governamental, mas destacou-se ao divulgar um levantamento de dados sobre a população LGBTI+ realizado no estado. Já o g1 Amazonas apresentou dados sobre a retificação de registros pessoais no estado e, em outra matéria, abordou a decisão de Flávio Dino de suspender a proibição da linguagem neutra no ensino básico. Nessa cobertura, o portal explicou o conceito de linguagem neutra e como ela é utilizada, atuando como mediador de informações. Tal postura crítica pode impactar positivamente os leitores, mesmo entre públicos com posicionamentos ideológicos binaristas, ao combater desinformação e promover a inclusão de vozes frequentemente marginalizadas, como as de pessoas não-binárias.

O g1 Pará também teve destaque ao publicar uma reportagem sobre um caso de indenização devido a discurso de ódio contra a população trans. Além disso, o portal trouxe um material crítico que expôs a negligência de órgãos públicos quanto à implementação de políticas públicas que garantam qualidade de vida para pessoas trans e travestis no estado. Essa postura pressionou as autoridades e deu visibilidade às exigências do ativismo local. Entretanto, o mesmo portal divulgou uma cobertura sensacionalista de uma sátira envolvendo a amizade entre o presidente Lula e o

presidente da França. A matéria, ao tratar o “bromance” de forma cômica, acabou reforçando estigmas e estereótipos ligados à sexualidade, apelando para uma publicação sensacionalista.

O g1 Rondônia seguiu o padrão de divulgações institucionais, com matérias sobre programações e ações públicas voltadas à população LGBTI+. O g1 Roraima, por sua vez, abordou a proibição da linguagem neutra em instituições educacionais. Contudo, diferentemente do g1 Amazonas, o portal contextualizou o tema, destacando a linguagem neutra não apenas como uma questão linguística, mas como um movimento político voltado ao reconhecimento das identidades dissidentes. Já o g1 Amapá promoveu um debate mais educativo sobre o tema, considerando as particularidades geopolíticas da região, que se diferem das do estado do Amazonas.

Já o g1 Santarém e Região adotou uma abordagem semelhante a outros portais ao divulgar programações voltadas à população LGBTI+. Contudo, uma das reportagens apresentou uma confusão conceitual ao reduzir a população de pessoas trans e travestis à sigla LGBTI+. Essa abordagem negligencia a profundidade e as especificidades de gênero, invisibilizando outras identidades e demandas que vão além do uso generalizado da sigla específicas relacionadas a questões de sexualidade e gênero.

Na editoria de Cultura, o portal g1 Acre destacou-se ao adotar um discurso diferenciado em relação aos outros portais. O webjornal deu visibilidade à história de diversas pessoas LGBTI+, tanto durante a cobertura da Parada do Orgulho quanto ao divulgar trabalhos artísticos de uma travesti. Além disso, realizou coberturas sobre programações e eventos que ocorreram no mês da visibilidade trans.

O g1 Amapá também abordou o mês da visibilidade trans e contou a história de um casal que participou do show da Madonna. No entanto, o portal cometeu um equívoco ao utilizar o termo “homossexualismo” para se referir à retirada da homossexualidade como transtorno pela ONU, o que demonstra uma falta de atualização terminológica. Apesar desse deslize, o portal deu visibilidade a trabalhos de artistas locais e realizou coberturas voltadas à comunidade LGBTI+, incluindo a Parada do Orgulho em Macapá.

Os portais g1 Amazonas e g1 Pará, por sua vez, apresentaram um padrão semelhante de publicações na editoria de Cultura, com divulgações relacionadas a agendas artísticas e culturais voltadas ao público LGBTI+ ou associadas à diversidade

sexual e de gênero. O g1 Pará, no entanto, foi além ao realizar uma cobertura crítica durante a Parada do Orgulho, destacando em suas reportagens os índices de violência contra pessoas trans e travestis no estado. Durante esse período, o portal também deu visibilidade a artistas locais LGBTI+. Conforme relatado pelo editor do g1 Pará em entrevista, o portal busca realizar, de maneira frequente, coberturas culturais que priorizem a arte e a cultura da população LGBTI+.

O g1 Roraima apresentou uma abordagem mais focada em celebridades do meio LGBTI+, especialmente ao cobrir a polêmica envolvendo o artista Johnny Hooker, cujo show foi cancelado em decorrência do conservadorismo político local. Além disso, o portal realizou a cobertura de duas Paradas do Orgulho, uma em 2023 e outra em 2024. No entanto, percebeu-se que, no evento mais recente, o foco da manchete recaiu sobre a participação de uma artista nacional, em detrimento da visibilidade à própria razão do evento, que é a celebração e reivindicação dos direitos da população LGBTI+.

Já o g1 Tocantins adotou uma abordagem mais tendenciosa em suas divulgações culturais, concentrando-se em coberturas sobre celebridades e subcelebridades LGBTI+ que estiveram presentes no estado. Diferente dos demais portais, o g1 Tocantins não trouxe agendas culturais ou programações institucionais relacionadas à sexualidade e gênero, o que evidencia uma falta de aprofundamento e uma cobertura limitada em relação ao tema.

Na editoria de Cidade, observa-se uma tendência dos webjornais em limitar a divulgação de casos de violência relacionados à população LGBTI+.

O g1 Acre apresentou abordagens estereotipadas e sensacionalistas ao cobrir o caso de um ex-sargento envolvido em um trisal, refletindo o tratamento contra-hegemônico dado a relacionamentos não monogâmicos. Apesar disso, o portal também destacou o aumento das uniões civis entre casais homoafetivos e trouxe histórias mais positivas e representativas. Um exemplo foi a reportagem sobre o Dia do Orgulho, que contou a história de um casal homoafetivo e os desafios enfrentados no processo de adoção de uma criança. Outro caso foi o da primeira travesti a se formar em psicologia pela UFAC. Contudo, o portal também noticiou acontecimentos diversos, como o caso de um procurador investigado por envolvimento com grupos criminosos. De forma geral, a abordagem do g1 Acre demonstra um esforço em

atualizar-se com pautas voltadas à diversidade sexual e de gênero, destacando-se em comparação com outros portais na mesma editoria.

Em contraste, o g1 Amapá concentrou suas publicações em notícias de cunho policial e investigativo, priorizando casos de violência envolvendo a população LGBTI+. Entretanto, o portal trouxe uma história de destaque: a primeira mulher trans a se formar como bombeira no Corpo de Bombeiros do estado do Amapá, um exemplo de superação e representatividade.

O g1 Amazonas seguiu o mesmo padrão de cobertura, priorizando acontecimentos violentos, como mortes de pessoas LGBTI+ que conheceram parceiros em aplicativos e casos de estupro envolvendo a comunidade. Porém, o portal também abordou outras perspectivas, como uma reportagem que explicou a dinâmica de um trisal, oferecendo ao público uma visão menos estigmatizada desse tipo de relacionamento.

O g1 Pará, de forma semelhante, priorizou notícias policiais e violentas relacionadas à população LGBTI+. Já o g1 Rondônia apresentou uma abordagem sensacionalista ao divulgar o caso de indenização envolvendo uma palestrante, um professor e uma aluna da UNIR, utilizando termos pejorativos no título da matéria para atrair acessos. Essa estratégia reflete uma postura revelada pela própria coordenadora do portal, que destacou o foco do g1 Rondônia na liberdade de produção, desde que haja prioridade pelo engajamento e acessos. Apesar disso, o portal também trouxe histórias positivas, como a da primeira mulher trans de Rondônia a conquistar o título de doutora em História, e a de uma mulher trans em situação de rua que conseguiu retificar seus documentos, evidenciando os desafios enfrentados por pessoas trans e travestis no Brasil.

Diferentemente dos demais, o g1 Roraima limitou-se a apresentar dados sobre o aumento de casamentos civis entre pessoas do mesmo gênero, sem aprofundar em outras histórias ou pautas.

Já o g1 Tocantins reforçou uma abordagem sensacionalista na editoria de Cidade. Um exemplo foi a cobertura excessiva do caso de um estudante que faleceu por falência múltipla dos órgãos, com destaque exagerado para as homenagens feitas pelo namorado nas redes sociais. Além desse caso, o portal priorizou abordagens policiais, com reportagens factuais sobre crimes envolvendo a população LGBTI+, como a morte de uma pessoa trans e o caso de um homem esfaqueado após marcar

um encontro por aplicativo. Entretanto, o g1 Tocantins também apresentou histórias mais sensíveis, que fugiram da cobertura factual-policial, como a reportagem sobre mães lésbicas que registram em fotos o crescimento da filha adotiva. Outro caso de destaque foi o do cabeleireiro encontrado morto após marcar um encontro em aplicativo, uma história que seguiu sendo atualizada com suítes jornalísticas ao longo da pesquisa.

De modo geral, os portais analisados revelam uma predominância de coberturas policiais e violentas relacionadas à população LGBTI+, com alguns esforços pontuais em divulgar histórias mais representativas e sensíveis, trazendo visibilidade para desafios e conquistas dessas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação contribui não apenas para uma abordagem acadêmica no campo dos Estudos de Jornalismo, mas também destaca a interdisciplinaridade que as Ciências Sociais e Humanas possibilitam ao interseccionar temas e debates. Nessa pesquisa, esses campos se mesclam com questões de Diversidade Sexual e de Gênero, utilizando abordagens epistemológicas das teorias Cuir latino-americanas.

Além de atingir a comunidade acadêmica, o estudo busca promover uma desconstrução dos sentidos e símbolos presentes nos discursos jornalísticos sobre a população LGBTI+, propondo uma reconstrução de como o webjornalista — que ainda explora novas formas de fazer notícia — pode contribuir para combater as inconformidades sociais. Essas práticas devem ser refletidas nas corporações jornalísticas, em suas redações, e no exercício crítico sobre sexualidade e gênero.

A reconstrução aqui proposta implica transformar as formas de fazer jornalismo em uma ferramenta de progresso social. A pesquisa ressalta o papel ativo do webjornalismo ao desafiar as hegemonias heterocisnormativas e as estruturas binaristas que ainda predominam na sociedade. O objetivo vai além da análise crítica desses modos dominantes; ele também destaca as questões de diversidade sexual e de gênero, buscando visibilidade para as experiências LGBTI+.

Quando não há uma voz ativa para questionar e expor preconceitos e discriminações, o discurso dominante se perpetua pelo silêncio e pelo apagamento de identidades cuir no cotidiano. Esta dissertação propõe-se, assim, a ser uma contribuição significativa para romper com esses padrões, promovendo a inclusão e a visibilidade das diversidades.

A pesquisa teve origem em um projeto que investigou as inconstâncias relacionadas ao jornalismo e à diversidade sexual e de gênero na Região Norte do Brasil. O foco recai sobre o impacto dessas questões no campo imagético social e cultural, especialmente no que diz respeito às dissidências marginalizadas na Amazônia. A região, que concentra uma onda conservadora, apresenta manifestações discriminatórias agravadas por um apagamento e silenciamento das identidades locais. Trata-se de uma área onde os marcadores criminais relacionados à homolebotransfobia são latentes, mas subestimados pela ausência de dados que refletem inadequadamente a realidade das vítimas.

A perpetuação das estruturas binaristas e heterocisnormativas não apenas controla as vivências dissidentes no contexto sul-americano, mas também está atrelada a interesses geopolíticos que interferem na interseccionalidade dessas experiências. Esse cenário resulta em invisibilidades, incluindo a escassez de problematizações acadêmicas e científicas sobre o tema nos estados nortistas.

Ainda assim, observa-se que as narrativas de pessoas LGBTI+ enfrentam novos desafios. Entre esses desafios, está a instabilidade de investimentos em políticas públicas, que parecem se ajustar às inconstâncias refletidas hegemonicamente por um viés político e cultural ideológico dominante. Além disso, essas identidades são diretamente afetadas pelas precarizações impostas pelo neoliberalismo.

Embora os avanços nas causas LGBTI+ sejam mais visíveis e frequentemente debatidos, persistem hostilidades contra essas pautas, frequentemente apresentadas sob perspectivas heterocisnormativas. Esse contexto se reflete, por exemplo, na baixa expectativa de vida de pessoas LGBTI+, que continuam a ser marginalizadas e vitimizadas diariamente por meio de violências como a discriminação e o preconceito.

Ao traçar um paralelo entre essa discussão e o jornalismo, observa-se uma implicação central que recai sobre a forma de praticar o jornalismo. Este deve ser orientado por princípios éticos e editoriais, o que torna a atuação dos jornalistas diretamente vinculada não apenas à jornada de trabalho, mas também ao posicionamento simbólico e cultural de cada veículo de comunicação. Os veículos, enquanto entidades de reprodução simbólica, frequentemente revelam vieses que afetam a abordagem de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

Assuntos ligados à comunidade LGBTI+ são frequentemente tratados de maneira atípica ou marginal. No jornalismo, essas pautas só recebem destaque e notoriedade em situações específicas, muitas vezes reduzidas a eventos ou ocasiões esporádicas. Essa normatividade reflete uma lógica enviesada e dominada por interesses hegemônicos, os quais promovem uma visão ocidentalizada e eurocêntrica sobre a América Latina. Nessa visão, saberes e questões de gênero e sexualidade são frequentemente estigmatizados e enquadrados em estereótipos heterocisnormativos, derivados de estruturas binaristas impostas ao contexto cultural e ideológico latino-americano. Mesmo os movimentos de resistência, ao buscar se

reconstituir, acabam por vezes impregnados por concepções estadunidenses ou eurocêntricas.

Assim, a marginalização das discussões sobre diversidade sexual e de gênero no jornalismo é reforçada por categorias e instruções conservadoras, que delimitam como e em que condições essas pautas podem ser tratadas nas produções noticiosas. Este estudo identificou essas características de duas formas predominantes: primeiro, pela maneira enviesada como as produções jornalísticas retratavam as questões de diversidade; e, segundo, pela falta de incentivo, investimentos e debates sobre sexualidade e gênero, tanto por parte do Grupo Globo quanto de suas afiliadas.

Ao longo desta pesquisa, foi possível identificar diferenças significativas no enviesamento jornalístico em relação às coberturas realizadas sobre a população LGBTI+ nos webjornais regionais do g1 na Região Norte. Cada portal adotou perspectivas noticiosas distintas, mesmo quando abordavam um tema em comum, como a cobertura do mês do Orgulho LGBTI+.

Por exemplo, portais como o g1 Acre e o g1 Pará realizaram uma cobertura mais ampla, que incluiu não apenas informações sobre a programação dos eventos, mas também a divulgação de histórias de vida de pessoas representativas dessa população. Por outro lado, webjornais como o g1 Roraima e o g1 Amapá limitaram-se a divulgar detalhes sobre os eventos. Já portais como o g1 Amazonas e o g1 Tocantins não publicaram nenhuma notícia sobre as Paradas do Orgulho realizadas em seus respectivos estados.

Essas diferenças podem ser atribuídas a fatores sociopolíticos e culturais específicos de cada localidade. Um exemplo disso é o g1 Santarém e Região, que destacou a primeira Marcha do Orgulho LGBTI+ realizada na região, dado o caráter inédito do evento no estado do Pará. Assim, cada portal adotou dispositivos discursivos e simbólicos próprios para representar os eventos, seja enfatizando suas agendas e periodicidade, seja pela forma como as questões de diversidade sexual e de gênero foram abordadas.

Entretanto, a pesquisa revelou que essa diversidade de abordagens reflete, em parte, o posicionamento dos profissionais que atuam nas afiliadas. Nas entrevistas realizadas, observou-se uma resistência desinteressada em tratar de temas com potencial pedagógico, que promovam o combate às manipulações LGBTIfóbicas. Além disso, há uma ausência de manifestações que estimulem o exercício crítico e

intelectual desses profissionais no tratamento de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero. Esse também é um desafio de implementação nas discussões acadêmicas sobre a formação de jornalistas, uma vez que, nas universidades públicas do país, questões de sexualidade e de gênero dificilmente são consideradas como temas relevantes de debate (Santos; Borges, 2024).

A ausência de uma abordagem crítica e reflexiva sobre questões de diversidade sexual e de gênero entre os jornalistas reflete um processo de apagamento das dissidências LGBTI+. Essa exclusão é motivada por demarcações hegemônicas heterocisnormativas e estruturas binaristas que perpetuam enquadramentos segmentados e estereotipados, resultando na reprodução de estigmas no tratamento desses temas.

Essa problemática foi evidenciada nas entrevistas com participantes de afiliadas como o g1 Acre, g1 Pará, g1 Tocantins e g1 Santarém e Região. Esses profissionais, em geral, não reconhecem a necessidade de debates promovidos pelas empresas sobre sexualidade e gênero. Quando questionados, afirmam que, em situações que demandam maior aprofundamento nesses temas, recorrem a instâncias externas para “assegurar” a credibilidade antes de publicar conteúdos em seus portais.

Outra implicação que reforça a exclusão dessas temáticas é a falta de iniciativas institucionais voltadas à capacitação crítica sobre diversidade sexual e de gênero. O próprio Grupo Globo prioriza outras abordagens, como cursos sobre racismo e práticas anti-machistas promovidos pela plataforma UniGlobo, destinada ao desenvolvimento profissional dos funcionários. No entanto, não há um reconhecimento ou estímulo específico para o treinamento crítico sobre diversidade sexual e de gênero, o que resulta em três implicações principais identificadas nesta pesquisa: Redução das equipes e sobrecarga de trabalho: As equipes enxutas e os desafios das jornadas de trabalho afetam diretamente a qualidade da cobertura jornalística; Estreitamento das produções factuais sobre a população LGBTI+: Durante o período analisado, foi constatado que, embora haja algumas reportagens sobre a temática, muitas delas reforçam uma narrativa negativa e marginalizadora, com destaque para crimes ligados a essas dissidências sociais; e a reprodução de falhas técnicas e estigmas: A ausência de capacitações específicas faz com que jornalistas, mesmo após revisões editoriais, acabem reproduzindo estigmas e

estereótipos em suas produções jornalísticas, evidenciando falhas técnicas e uma abordagem limitada sobre as questões de gênero e sexualidade.

Essas implicações revelam a necessidade urgente de fomentar treinamentos e discussões institucionais para que o jornalismo possa abordar a diversidade sexual e de gênero de forma ética, responsável e crítica.

As concepções hegemônicas heterocisnormativas impactaram significativamente o processo de produção dos portais analisados. Apesar de seguirem um manual editorial uniforme do Grupo Globo, esses veículos reproduziram concepções estereotipadas, o que, de forma indireta, resultou em manchetes sensacionalistas. Dessa maneira, a falta de sensibilidade e humanização nas abordagens sobre diversidade sexual e de gênero, por estarem atreladas a perspectivas dominantes, contribuiu para a replicação de estereótipos nocivos.

Essa análise ressalta novamente a complexidade da ausência de iniciativas que fortaleçam cooperações capazes de reduzir o teor subalterno impregnado, muitas vezes de forma inconsciente, pelas estruturas binaristas. Exemplos dessa problemática podem ser observados nas coberturas realizadas por portais como g1 Acre, g1 Amazonas e g1 Tocantins sobre relacionamentos trisais. Cada veículo apresentou abordagens distintas, mas todas foram marcadas por um viés sensacionalista.

O g1 Acre associou um caso criminal a um relacionamento envolvendo um trisal, destacando de forma pejorativa a relação e reforçando estereótipos negativos.

O g1 Amazonas, por sua vez, hipersexualizou as relações do trisal retratado, atendendo a uma suposta "curiosidade" do público da internet.

Já o g1 Tocantins adotou uma abordagem apelativa ao explorar a narrativa de um trisal que havia encerrado o relacionamento, enfatizando subjetividades de maneira invasiva e apresentando a relação como algo incompatível com as "normas sociais".

Essas escolhas editoriais revelam a carência de uma abordagem ética e crítica por parte dos portais. A falta de capacitação para tratar essas temáticas de forma respeitosa perpetua estigmas e reforça narrativas que marginalizam as dissidências sexuais e de gênero, contribuindo para a naturalização de concepções binaristas e heterocisnormativas na produção jornalística.

Outra repercussão sensacionalista foi identificada no g1 Rondônia, que incluiu no título de uma manchete xingamentos proferidos contra uma das pessoas envolvidas na reportagem. Essa escolha editorial negligente pode ter consequências negativas graves, como a desinformação sobre o caso. A simplificação de adjetivos preconceituosos não apenas distorce o enfoque da notícia, mas também compromete princípios éticos fundamentais, como o respeito à dignidade humana e à diversidade.

No mesmo contexto sensacionalista, foram observadas divulgações em que, embora o enquadramento não fosse explicitamente pejorativo ou estigmatizante, havia uma evidente espetacularização de determinadas pautas relacionadas à população LGBTI+. Isso foi particularmente notado no g1 Tocantins, onde alguns casos envolvendo pessoas LGBTI+ eram tratados com uma abordagem “exotizante”. Nessas situações, as publicações desviavam o foco narrativo do caso para enfatizar de forma exagerada aspectos relacionados à homossexualidade, desviando a atenção do conteúdo principal.

Um caso analisado pelo autor desta pesquisa, em coautoria com a orientadora, foi a análise da retificação de documentos de uma pessoa não-binária. Sua história foi tratada de forma sensacionalista pelo g1 Goiás e pelo Jornal Opção, com uma abordagem exotizada (Santos; Borges; Bonsanto, 2023).

Esse tipo de abordagem exagerada pode contribuir para a insensibilidade de determinados públicos, especialmente aqueles menos familiarizados com questões de diversidade sexual e de gênero. Além disso, pode fomentar a desumanização de casos específicos, principalmente os que envolvem o falecimento de pessoas, cuja identidade de gênero ou orientação sexual é destacada de maneira estereotipada e descontextualizada. Tal prática reforça estereótipos, reduz a complexidade das narrativas e prejudica a dignidade das pessoas retratadas.

Outro exemplo desse tipo de manifestação foi identificado no estudo do autor, em coautoria com a orientadora, ao analisar a retratação estereotipada de uma travesti assassinada em um crime de transfobia. O caso foi divulgado por diferentes webjornais, utilizando construções imagéticas que resultaram em uma cobertura parcial e antiética. Essa abordagem reforçou estigmas relacionados à identidade da vítima, agravando a marginalização e o preconceito direcionados à sua figura (Santos; Borges; Vidica, 2023).

O uso de termos discriminatórios e preconceituosos em manchetes reforça retrocessos na percepção da individualidade das pessoas expostas ao público. Esse público, por sua vez, frequentemente está imerso em estruturas discriminatórias e tipificações preconceituosas. É importante destacar que os portais do g1 não são voltados especificamente para a comunidade LGBTI+, mas sim para o público geral, o que aumenta a responsabilidade dos veículos de comunicação na abordagem de temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero.

Considerando que essas notícias devem contemplar a factualidade, é crucial que os veículos de comunicação adotem um posicionamento ético mais rigoroso ao tratar de questões envolvendo grupos em situação de vulnerabilidade. As produções jornalísticas que abordam temas relacionados à diversidade sexual e de gênero precisam reconhecer a subalternidade histórica dessas comunidades e evitar reproduzir narrativas discriminatórias que perpetuem a marginalização. Isso é essencial para promover um debate mais inclusivo e respeitoso sobre diversidade no espaço público.

A cobertura limitada a notícias factuais, como já mencionado, implica abordagens simplistas e contribui para a normalização de narrativas que perpetuam a vulnerabilidade da população LGBTI+. Essa repetição de uma perspectiva reducionista reforça a ideia de que as experiências dessa comunidade estão restritas ao campo da marginalidade. Esse fenômeno dialoga com a teoria cu (Pelúcio, 2016), que destaca como viver como dissidência se torna um ato caro e difícil, uma vez que as hegemonias dominantes condicionam esses grupos subalternos, como a população LGBTI+, a permanecerem associados a espaços de violência e exclusão, visíveis no contexto latino-americano.

A desumanização promovida por essas coberturas jornalísticas reflete uma visão estigmatizada, na qual os temas relacionados às dissidências sexuais e de gênero são retratados sob um prisma hostil. Essa abordagem prioriza experiências de hostilidade em vez de narrativas que promovam a humanização e o reconhecimento pleno dessas pessoas.

Isso pode ser observado na ausência de histórias relacionadas à população LGBTI+ nos portais g1 Roraima e g1 Amapá. O próprio editor do g1 Amapá reconheceu, em depoimento, que dificilmente eram produzidas matérias mais elaboradas sobre questões de sexualidade e gênero. O jornalista afirmou que essas

pautas geralmente atendiam apenas demandas pontuais na agenda pública, sem um esforço consistente para ampliar a representatividade ou aprofundar a discussão sobre diversidade.

Essa lacuna editorial reforça um ciclo de invisibilidade e marginalização, destacando a necessidade de abordagens jornalísticas mais inclusivas, comprometidas com a valorização e a dignidade das pessoas LGBTI+.

Os portais do g1 da Região Norte também contribuíram com abordagens progressistas em algumas de suas publicações. Um exemplo disso foi o g1 Acre, que divulgou histórias de personagens LGBTI+ em datas próximas às da agenda da população LGBTI+ ou até mesmo fora de época. O g1 Pará também teve uma contribuição positiva, com um grande número de publicações relacionadas à cultura voltada para a diversidade sexual e de gênero, dando visibilidade e destaque à agenda cultural do estado. O g1 Roraima, apesar de ter poucas publicações, abordou casos de denúncias que explicavam questões de sexualidade e gênero, como no caso em que detalhou o uso de linguagem neutra.

No entanto, o jornalismo também contribui de forma positiva para a democratização social, uma vez que o acesso ao jornalismo, especialmente o webjornalismo, desempenha um papel fundamental na inclusão e na participação na pluralidade dos debates públicos. As plataformas digitais, ao amplificarem o processo colaborativo de produção e a cocriação de conteúdos, geram uma nova reflexão sobre a teoria do *newsmaking*. Nesse novo "ecossistema" comunicacional, os usuários se tornam ativos e determinam sua participação na agenda pública. Como afirma Castells (2006, p. 395) sobre a liberdade de acesso à internet e ao espaço social digital: “[...] com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade nossa realidade”, uma vez que é o público quem decide o que deseja consumir na revolução digital.

O webjornalismo, portanto, tem a possibilidade de ampliar a visibilidade das lacunas relacionadas à diversidade sexual e de gênero. O processo de interatividade, caracterizado pelas discussões fomentadas pela internet, permite que o público discuta e debata as pautas relacionadas à população LGBTI+. Embora haja uma possibilidade progressista na forma como essas narrativas podem ser retratadas com mais liberdade do que nos meios convencionais, ainda existem muitos desafios para a operacionalização desse potencial. Concepções hegemônicas influenciam não

apenas os comportamentos dos jornalistas em suas produções, mas também o papel legitimado pelas corporações desses veículos de comunicação, especialmente no que diz respeito à responsabilidade e à inclusão no tratamento de temas cuir.

Compreende-se que a estigmatização estrutural heterocisnormativa ainda desfavorece um discurso inclusivo e plural. Contudo, o webjornalismo, por ser um espaço mais dinâmico e moderno, oferece a possibilidade de desconstruir óticas binaristas, homofóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas nos discursos divulgados. Especialmente ao compreender que, quando essas pautas são publicadas de forma contra-hegemônica para um público predominantemente conservador, a leitura desses materiais deve ser construída a partir de um enquadramento que perpetue uma postura ética e inclusiva sobre os recortes oferecidos por esses webjornais.

Apesar disso, a realidade em que os portais do g1 estão inseridos e o contexto geopolítico e histórico das condições de aceitação LGBTI+ podem influenciar a perspectiva das editorias jornalísticas desses veículos. Esse meio tem um impacto sobre os desafios cotidianos no reconhecimento das subalternidades marginalizadas, como é o caso das limitações enfrentadas por pessoas cuir no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- ADAM, Barry; DUYVENDAK, Jan Willem; KROGER, André et al. **We Are Everywhere: A Historical Sourcebook of Gay and Lesbian Politics**. New York: Routledge, 1997.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. Valores-notícia e credibilidade no jornalismo on-line. In: **II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR**. Salvador, 2004.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organização: Virginia Helena Ferreira da Costa. Tradução: Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Unesp, 2019.
- AHMED, Sara. **Queer phenomenology: Orientations, objects, others**. Duke University Press, 2020.
- ALLPORT, Gordon Willard. **The nature of prejudice**. Wokingham: Addison-Wesley, 1954.
- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.
- American Psychological Association**. Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. 2009. Disponível em: <https://www.apa.org/news/press/releases/2009/10/therapeutic-responses>. Acesso em 08 ago. 2024.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. São Paulo: Summus, 1995.
- ALZAMORA, Manuel. **Hipermidiático: novas mídias e novas formas de comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- ALEIXO, Rafael. Amapá tem primeira mulher trans no Corpo de Bombeiros: 'Sou grata à corporação por ter me acolhido'. **g1 Amapá**, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/07/03/amapa-tem-primeira-mulher-trans-no-corpo-de-bombeiros-sou-grata-a-corporacao-por-ter-me-acolhido.ghtml>. Acesso em 12 dez. 2024.
- ALMEIDA, Edileuson. **Além do Equador: A história da Mídia audiovisual em Roraima**. In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Nitéroí, RJ. Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008.
- ASEXUALITY.ORG**. Romantic Orientation. 2024. Disponível em: <https://www.asexuality.org/?q=romanticorientation>. Acesso em 8 ago. 2024.
- BARBOSA, José. **Jornalismo multimídia e informações na rede**. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- BARGH, Jonh. Conditional automaticity: varieties of automatic influence: social perception and cognition. In: ULEMAN, J.S.; BARGH, J.A. (Eds.). **Unintended thought**. Nova York: Guilford Press, p. 3-51, 1989.
- BAZE, Abrahim. **História Rede Amazônica**. Manaus: Valer, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI, 2006.
- BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. **Sex in Public**. New York: Routledge, 1998.
- BERTRAM, Richard; HANKS, Robert et al. **Understanding the Well-Being of LGBTQI+ Individuals: Critical Perspectives**. Washington: National Academies Press, 2021.
- BHABHA, Homi Jehangir. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BINGHAM, James. **The Classical Tradition: Greek and Roman Influences on Western Culture**. Cambridge University Press, 2020.
- BLAKEMORE, Erin. From LGBT to LGBTQIA+: The evolving recognition of identity. National Geographic, **National Geographic**, 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/history/article/from-lgbt-to-lgbtqia-the-evolving-recognition-of-identity>. Acesso em 5 ago. 2024.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- BOSWELL, John. **Cristianismo, Tolerância Social e Homossexualidade**. Editora: Companhia das Letras, 2002.
- BOWERS, Geoffrey. **Magnus Hirschfeld: The Origins of the Gay Rights Movement**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- BRONSKI, Michael. **The Queer History of the United States for Young People**. Boston: Beacon Press, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução de Maria Helena Kühner. São Paulo: Edusp, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal of Sociology**, v. 32, p. 1-49, 1987.
- BRITO, Antonio Guimarães. Reflexões sobre a decolonialidade em uma perspectiva histórica. **Intellèctus**, v. 20, p. 1-15, 2021.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Regina Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. **A importância da comunicação digital nas organizações**. In: Intercom – Sociedade Brasileira De Estudos Interdisciplinares Da Comunicação, 16., 2013, Manaus. São Paulo: XXXVI Intercom, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/r8-1400-1.pdf>. Acesso em 3 ago. 2024.
- CABRAL, Pedro. **A história da TV Amazonas e o desenvolvimento da Rede Amazônica**. Manaus: Editora do Amazonas, 2013.
- CANAVILHAS, João Messias. Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web. In: **I Congresso Ibérico de Comunicação**. Universidade da Beira Interior, Portugal, 1999.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. **Jornalismo Digital de Terceira Geração**, p. 26-36, 2006.

CANAVILHAS, João. Cinco Ws e um H para o jornalismo na web. **Prisma.com**, n. 7, p. 153-172, 2008.

CARNEIRO, Taymã. Movimento LGBTQIA+ no PA denuncia falta de acesso a tratamento contra HIV, violações em presídios e discriminação no uso de banheiros em universidade. **g1 Pará**, 28 out. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/10/28/movimento-lgbtqia-no-pa-denuncia-falta-de-acesso-a-tratamento-contr-hiv-violacoes-em-presidios-e-discriminacao-no-uso-de-banheiros-em-universidade.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CARNEIRO, Taymã. Dossiê expõe que mortes de transexuais e travestis ainda deixam de ser registradas pela polícia no Pará. **g1 Pará**, 2 fev. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/02/02/dossie-expoe-que-mortes-de-pessoas-transexuais-e-travestis-deixam-de-ser-registradas-pela-policia-no-para.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CARNEIRO, Taymã. 'Sobrou pra você': brega, tecnomelody e pop romântico se unem em novo single do artista amazônico AQNO. **g1 Pará**, 20 ago. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/20/sobrou-para-voce-brega-tecnomelody-e-pop-romantico-se-unem-em-novo-single-do-artista-amazonico-aqno.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CARNEIRO, Taymã. Belém terá 22ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ de volta à 'Doca' e com palco ao fim do percurso. **g1 Pará**, 27 set. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/27/belem-tera-22a-parada-do-orgulho-lgbtqia-de-volta-a-doca-e-com-palco-comandado-por-hellen-patricia.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CARRARA, Sérgio. Entre cientistas e bruxos: ensaio sobre os dilemas e perspectivas da análise antropológica da doença. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 33-45, 1994.

CARTER, David. **Stonewall: The Riots That Sparked the Gay Revolution**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2020.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. Representação e imperialismo em Edward Said. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 42-60, 2010. DOI: 10.5433/2176-6665.2010v15n2p42. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8236>. Acesso em 17 jul. 2024.

CARVALHO, Carlos Alberto De. **Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

CARNEIRO, Luiz Paulo. Nos anos 30, 'O GLOBO Juvenil' traz o mundo dos quadrinhos para as bancas. **O Globo**. 2017. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nos-anos-30-globo-juvenil-traz-mundo-dos-quadrinhos-para-as-bancas-21443788>. Acesso em 13 set. 2024.

Casa e Jardim. Bandeira progressista do orgulho inclui a luta antirracista em sua representação. **Redação Casa e Jardim**, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/design/noticia/2023/06/bandeira-progressista-do-orgulho-inclui-a-luta-antirracista-em-sua-representacao.ghtml>. Acesso em 11 dez. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAVALCANTE, Stefani. Dois meses antes de morrer por falência múltipla de órgãos, estudante de medicina postou férias com família e amigos: 'bateria recarregada'. **g1 Tocantins**, 23 out. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/23/dois-meses-antes-de-morrer-por->

[falencia-multipla-de-orgaos-estudante-de-medicina-postou-ferias-com-familia-e-amigos-bateria-recarregada.ghtml](#). Acesso em: 9 dez. 2024.

CAVALCANTE, Stefani. Influencer Leandrinha viraliza com pedido de namoro romântico antes de viagem ao Jalapão. **g1 Tocantins**, 25 out. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/25/influencer-leandrinha-viraliza-com-pedido-de-namoro-romantico-antes-de-viagem-ao-jalapao.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CAVALCANTE, Stefani. Mãe de jovem morto a facadas em bar pede justiça após prisão de suspeita: 'Meu coração está partido'. **g1 Tocantins**, 15 jun. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/07/15/mae-de-jovem-morto-a-facadas-em-bar-pede-justica-apos-prisao-de-suspeita-meu-coracao-esta-partido.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CAVALCANTE, Stefani. Justiça determina internação provisória de adolescentes investigados pela morte de cabeleireiro após falso encontro. **g1 Tocantins**, 16 ago. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/16/justica-determina-internacao-provisoria-de-adolescentes-investigados-pela-morte-de-cabeleireiro-apos-falso-encontro.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CAVALCANTE, Stefani. Tocantins registrou mais de um assassinato por dia nas três primeiras semanas de agosto. **g1 Tocantins**, 21 ago. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/21/tocantins-registrou-mais-de-um-assassinato-por-dia-nas-tres-primeiras-semanas-de-agosto.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CAVALCANTE, Stefani. Cabeleireiro atraído para falso encontro foi assassinado para ter carro roubado, diz polícia. **g1 Tocantins**, 29 ago. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/29/cabeleireiro-atraido-para-falso-encontro-foi-assassinado-para-ter-carro-roubado-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar**: autoria e objetividade na reportagem. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CONDE, Evelyn Iris Leite Morales; DA SILVA, Janete Belenice Merlo. 5. Histórico e organização estrutural do Jornal de Rondônia: produção televisiva em rede na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 1, n. 2, 2012.

CONNELL, R.; PEARSE, N. **Gender**: In World Perspective. Cambridge: Polity Press, 2002.

CONNELL, R. **Masculinities**. California: University of California Press, 2005.

CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias**: Construções da Realidade Social. Bauru: EDUSC, 2001.

COSTA, Mario de Silva. **Impactos econômicos, tecnológicos e sociais do desenvolvimento das pessoas na TV Amazonas, pela Fundação Rede Amazônica**: a percepção de diretores, gerentes e funcionários. 2001. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Manaus – Amazonas.

CRIMP, Douglas. **Melancholia and Moralism**: Essays on AIDS and Queer Politics. Cambridge: MIT Press, 2002.

CRUZ, Jaíne Quele. Professor da Unir denunciado por assédio tem pedido de danos morais negado na Justiça. **g1 Rondônia**, 30 out. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/10/30/professor-da-unir-denunciado-por-assedio-tem-pedido-de-danos-morais-negado-na-justica.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CRUZ, Jaíne Quele. Unir deve fazer retratação pública à pesquisadora chamada de 'sapatona doida' e 'vagabunda' por professor. **g1 Rondônia**, 19 dez. 2023b. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/12/19/unir-deve-fazer-retratacao-publica-a-pesquisadora-chamada-de-sapatona-doida-e-vagabunda-por-professor.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CRUZ, Jaíne Quele. Unir é condenada a pagar R\$ 42 mil de indenização a estudante que denunciou professor por assédio. **g1 Rondônia**, 15 jan. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/01/15/unir-e-condenada-a-pagar-r-42-mil-de-indenizacao-a-estudante-que-denunciou-professor-por-assedio.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CRUZ, Jaíne Quele. Conheça primeira mulher trans do Brasil a conquistar o título de doutora em História. **g1 Rondônia**, 29 jan. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/01/29/conheca-primeira-mulher-trans-do-brasil-a-conquistar-o-titulo-de-doutora-em-historia.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CRUZ, Jaíne Quele. Casamentos homoafetivos batem recorde em Rondônia em 2022, segundo IBGE. **g1 Rondônia**, 27 mar. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/03/27/casamentos-homoafetivos-batem-recorde-em-rondonia-em-2022-segundo-ibge.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CRUZ, Jaíne Quele. Mulher trans que vive em situação de rua consegue retificação do nome e sobrenome em RO. **g1 Rondônia**, 20 mai. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/05/20/mulher-trans-que-vive-em-situacao-de-rua-consegue-retificacao-do-nome-e-sobrenome-em-ro.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

D'CASTRO, Rômulo. **Jornalismo na Amazônia**: uma análise sobre a prioridade da reportagem para os fazedores de notícias. Viseu, 2021.

D'EMILIO, John. **Sexual Politics, Sexual Communities**: The Making of a Homosexual Minority. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

DE MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 54, 2010. DOI: 10.22456/1982-5269.12420. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 30 jul. 2024.

DEUZE, Mark. **The Internet and the News**: A New Media Landscape. In: The Journal of Media Economics, v. 13, n. 3, p. 155-173, 2000.

DOL. Romulo Maiorana Jr. não comanda mais o Liberal. **DOL**, 2017. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-455246-romulo-maiorana-jr-nao-comanda-mais-o-liberal.html?d=1#>. Acesso em: 25 de jan. 2024.

DREGER, Alice. **Hermaphrodites and the Medical Invention of Sex**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

DREVES, Aleta et al. **Estudo de webjornalismo comparado**: as peculiaridades nas formas de transmissão da informação. Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2005. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/lopez-debora-webjornalismo-comparado.pdf>. Acesso em 03 jun. 2024.

DUBERMAN, Martin. **Stonewall**: The Riots That Sparked the Gay Revolution. Edição de 50 anos. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2019.

DUGGAN, Lisa. **The Twilight of Equality?**: Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy. Boston: Beacon Press, 2018.

ELIAS, Rôney. Última noite de carnaval de rua em Tonantins é marcada por criatividade. **g1 Amazonas**, 14 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/carnaval/2024/carnaval-amazonico/noticia/2024/02/14/ultima-noite-de-carnaval-de-rua-em-tonantins-e-marcada-por-criatividade.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ELLEDGE, Jim. **Queers na Cultura Popular Americana**. Vol. 1: Perspectivas de Praeger. Ilustrado. Bloomsbury Academic, 2010.

ERICKSON-SCHROTH, Laura. **Trans Bodies, Trans Selves: A Resource for the Transgender Community**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Estudos culturais latino-americanos e Jesús Martín-Barbero: mais afinidades do que disputas. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 99-113, 2018.

FACCHINI, Regina. **Gênero e Sexualidade no Brasil: O Campo da Pesquisa e da Prática**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2010.

FADERMAN, Lillian. **A Revolução Gay: A História da Luta**. São Paulo: Editora Record, 2018.

FAUSTO-STERLING, Anne. **The Five Sexes: Why Male and Female are Not Enough**. [s.l.], Centro de Pesquisa em Estudos de Gênero - Skopje e Instituto Euro-Balkan, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3345496>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Federação Nacional Dos Jornalistas (Fenaj). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Brasília: FENAJ, 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FERNÁNDEZ, Ana María. **El patriarcado al desnudo**. Buenos Aires: Editorial Signo, 2014.

FERNEDA, Gabriel. Conheça as bandeiras LGBTQIA+ e saiba seus significados. **CNN Brasil**, 11 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/conheca-as-bandeiras-lgbtqia-e-saiba-seus-significados/>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Mariana. 'Verão na Rede': inscrições para Feira da Diversidade vão até quarta-feira (10), em Macapá. **g1 Amapá**, 9 jul. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/07/09/verao-na-rede-inscricoes-para-feira-da-diversidade-vaio-ate-quarta-feira-10-em-macap%C3%A1.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

FERREIRA, Mariana. Travesti ativista social é morta a tiros por trio, na Zona Norte de Macapá. **g1 Amapá**, 8 abr. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/04/08/travesti-ativista-social-e-morta-a-tiros-por-trio-na-zona-norte-de-macap%C3%A1.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

FIDALGO, António. Jornalismo online segundo o modelo de Otto Groth. **Pauta Geral**, v. 11, n. 6, p. 1-13, 2004.

FIRMINO, Cássia. Unir é condenada a pagar indenização para palestrante da UnB chamada de 'sapatona doida' por servidor. **g1 Rondônia**, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2019/11/06/unir-e-condenada-a-pagar-indenizacao-para-palestrante-da-unb-chamada-de-sapatona-doida.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

FISKE, John. **Interatividade e participação: uma abordagem cultural**. 1990.

FISKE, Susan; CUDDY, Amy; GLICK, Peter; XU, Jun. A model of (often mixed) stereotype content: competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 82, n. 1, p. 343-373, 2002.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

- FORTUNA, Marlene. **A performance da oralidade teatral**. São Paulo: Annablume, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**: Vol. 1: A Vontade de Saber. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- GADINI, José. **Jornalismo e Sociedade**: a construção do sentido. São Paulo: Editora Summus, 2007.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.
- GLOBO ADS. Atlas de Cobertura. **Globo ADS**, [s.d]. Disponível em: <https://globoads.globo.com/atlas-de-cobertura/>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: los marcos de la experiencia. Madri: Siglo XXI, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Introdução ao estudo da filosofia**: a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Maquiavel**: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Temas de cultura**: ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Literatura**: folclore, gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GREEN, James. **Além do Carnaval**: A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GREEN, Jonathon. **The Dictionary of Slang**. London: Routledge, 2016.
- GRENFELL, Bernard; HUNT, Arthur. **The Oxyrhynchus Papyri**. London: Egypt Exploration Fund, 1898.
- GROSS, Jason et. al. **Understanding the Well-Being of LGBTQI+ Communities**. London: Routledge, 2022. Disponível em: https://www.google.com/books/edition/Understanding_the_Well_Being_of_LGBTQI+/lucREAAQBAJ?hl=en&gbpv=0&bsq=%22continue%20to%20evolve%22%20%22terminology%22%20%22lgbt%22. Acesso em: 13 ago. 2024.
- GROTH, Otto. **Vermittelte Mitteilung**: ein journalistisches Modell der Massenkommunikation. Fischer, 1995.
- Grupo Jaime Câmara. O maior grupo de comunicação do Centro-Oeste: Nossa História. **Portal Grupo Jaime Câmara**, 2017. Disponível em: <https://www.gjccorp.com.br/sobre-nos#:~:text=Nossa%20história&text=Nasceu%20com%20a%20fundação%20da,Goiânia%2C%20em%20busca%20de%20desenvolvimento>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- g1. Princípios editoriais do Grupo Globo. **g1**, 2011a. Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em 20 fev. 2024.

g1. Sobre o g1. **g1**, 2011b. Disponível em: <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>. Acesso em 23 fev. 2024.

g1. Nova marca G1 muda logo e adota letra minúscula. **g1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/g1-15-anos/noticia/2021/09/20/nova-marca-g1-muda-logo-e-adota-letra-minuscula.ghtml>. Acesso em: 3 ago. 2024.

g1. Grupo Globo atualiza princípios editoriais para incluir orientações sobre inteligência artificial. **g1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2024/06/27/grupo-globo-atualiza-principios-editoriais-para-incluir-orientacoes-sobre-inteligencia-artificial.ghtml>. Acesso em 04 jun. 2024.

g1 Acre. Parada do Orgulho LGBTQIAP+ ocorre neste domingo (8) em Rio Branco; veja percurso. **g1 Acre**, 8 out. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/10/08/parada-do-orgulho-lgbtqiap-ocorre-neste-domingo-8-em-rio-branco-veja-percurso.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Com execução de projetos e premiações, editais da Lei Paulo Gustavo em Rio Branco são publicados. **g1 Acre**, 23 out. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/10/23/com-execucao-de-projetos-e-premiacoes-editais-da-lei-paulo-gustavo-em-rio-branco-sao-publicados.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Lei Paulo Gustavo: Fundação Garibaldi Brasil recebeu mais de 300 inscrições de projetos culturais. **g1 Acre**, 9 nov. 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/11/09/lei-paulo-gustavo-fundacao-garibaldi-brasil-recebeu-mais-de-300-inscricoes-de-projetos-culturais.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Ambulatório especializado em saúde e acolhimento a pessoas trans é inaugurado em policlínica do AC. **g1 Acre**, 17 jan. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/17/ambulatorio-especializado-em-saude-e-acolhimento-a-pessoas-trans-e-inaugurado-em-policlinica-do-ac.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Acre. Com lançamento de cartilha e divulgação de leis, Semana da Visibilidade Trans quer conscientizar população. **g1 Acre**, 27 jan. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/27/com-lancamento-de-cartilha-e-divulgacao-de-leis-semana-da-visibilidade-trans-quer-conscientizar-populacao.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Após prefeitura anunciar banheiro LGBTQIA+ durante Carnaval em Rio Branco, MPF expede recomendação contra a medida. **g1 Acre**, 06 fev. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/06/apos-prefeitura-anunciar-banheiro-para-populacao-lgbtqi-durante-carnaval-em-rio-branco-mpf-expede-recomendacao-contra-a-medida.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. No AC, observatório é criado para tratar dados da população LGBTQIA+ e orientar políticas públicas. **g1 Acre**, 23 fev. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/23/no-ac-observatorio-e-criado-para-tratar-dados-da-populacao-lgbtqi-e-orientar-politicas-publicas.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Programa que leva nome de menino morto pela mãe no DF prevê ações de combate à violência contra criança em Rio Branco. **g1 Acre**, 14 ago. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/08/14/programa-que-leva-nome-de-menino-morto-pela-mae-no-df-preve-aco-es-de-combate-a-violencia-contra-crianca-em-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Ao JAC1, Jarude defende concessão do Saerb à iniciativa privada, guarda municipal e agência reguladora. **g1 Acre**, 23 set. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/eleicoes/2024/noticia/2024/09/23/ao-jac1-jarude-defende-concessao-do-saerb-a-iniciativa-privada-guarda-municipal-e-agencia-reguladora.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Ao JAC1, Dr. Jenilson defende passe livre, transferência do Centro Pop e a abertura de cozinhas comunitárias. **g1 Acre**, 24 set. 2024g. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/eleicoes/2024/noticia/2024/09/24/ao-jac1-dr-jenilson-defende-passe-livre-transferencia-do-centro-pop-e-a-abertura-de-cozinhas-comunitarias.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Ao JAC1, Marcus Alexandre (MDB) defende 'tolerância zero' com assédio sexual, combate a discriminação e central para monitorar eventos climáticos. **g1 Acre**, 25 set. 2024h. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/eleicoes/2024/noticia/2024/09/25/ao-jac1-marcus-alexandre-mdb-defende-tolerancia-zero-com-assedio-sexual-combate-a-discriminacao-e-central-para-monitorar-eventos-climaticos.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Veja atrações da primeira noite de carnaval em Rio Branco. **g1 Acre**, 9 fev. 2024i. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/09/veja-atracoes-da-primeira-noite-de-carnaval-em-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Acre. Arraial Cultural 2024: Realeza Caipira é escolhida na primeira noite da festa; confira vencedores. **g1 Acre**, 17 jul. 2024j. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/07/17/arraial-cultural-2024-realeza-caipira-e-escolhida-na-primeira-noite-da-festa-confira-vencedores.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Acre. MPF pede que Polícia Federal investigue comentário homofóbico contra promotor do Acre. **g1 Acre**, 30 jan. 2024k. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/30/mpf-pede-que-policia-federal-investigue-comentario-homofobico-contr-promotor-do-acre.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Acre. Ex-servidor e pastor é condenado a pagar R\$ 100 mil de indenização por publicações transfóbicas no AC. **g1 Acre**, 11 jul. 2024l. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/07/11/ex-servidor-e-pastor-e-condenado-a-pagar-r-100-mil-de-indenizacao-por-publicacoes-transfobicas-no-ac.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Acre. Promotor que negociou fim de rebelião em presídio no AC é investigado por envolvimento com organização criminosa. **g1 Acre**, 12 set. 2024m. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/09/12/promotor-que-negociou-fim-de-rebeliao-em-presidio-no-ac-e-investigado-por-envolvimento-com-organizacao-criminosa.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Acre. Carro de promotor investigado foi usado por membros de facção em tentativa de roubo, aponta boletim. **g1 Acre**, 13 set. 2024n. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/09/13/carro-de-promotor-investigado-foi-usado-por-membros-de-facao-em-tentativa-de-roubo-aponta-boletim.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amapá. Rede Amazônica no Amapá completa 45 anos integrando jornalismo na TV, rádio e web, **g1 Amapá**, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/01/25/rede-amazonica-no-amapa-completa-45-anos-integrando-jornalismo-na-tv-radio-e-web.ghtml>. Acesso em 25 de abr. 2024.

g1 Amapá. Em Macapá, oficina de capacitação para editais de R\$ 500 mil para visibilidade LGBTQ+ abre inscrição. **g1 Amapá**, 19 fev. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/02/19/em-macapá-oficina-de-capacitacao-para-editais-de-r-500-mil-para-visibilidade-lgbt-abre-inscricao.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Amapá. Censo LGBTQIA+ é prorrogado em Macapá; veja como participar. **g1 Amapá**, 26 mar. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/03/26/censo-lgbtqia-e-prorrogado-em-macapá-veja-como-participar.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Amapá. 'É um sonho', diz sargento da PM do Amapá fã de Madonna que vai assistir ao show no RJ. **g1 Amapá**, 3 mai. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/05/03/e-um-sonho-diz-sargento-da-pm-do-amapa-fa-de-madonna-que-vai-assistir-ao-show-no-rj.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Amapá. Defensoria Pública realiza programação alusiva ao 'Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+' no AP. **g1 Amapá**, 26 jun. 2024d. Disponível: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/06/26/defensoria-publica-realiza-programacao-alusiva-ao-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqiapn-no-ap.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Amapá. Macapá Verão 2024: estão abertas as inscrições para o concurso 'Musa Diversidade'; saiba como fazer. **g1 Amapá**, 26 jun. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/06/26/macapa-verao-2024-estao-abertas-as-inscricoes-para-o-concurso-musa-diversidade-saiba-como-fazer.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Amapá. Pablio Vittar e Dubdogz se apresentam neste domingo (1º) na Expofeira do Amapá. **g1 Amapá**, 1º nov. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/09/01/pablio-vittar-e-dubdogz-se-apresentam-neste-domingo-1o-na-expofeira-do-amapa.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Amapá. Latam é condenada a indenizar homem trans impedido de embarcar em voo do AP para o PA. **g1 Amapá**, 15 jun. 2024g. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/06/15/latam-e-condenada-a-indenizar-homem-trans-impedido-de-embarcar-em-voe-do-ap-para-o-pa.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Rede Amazônica completa 50 anos de história marcada pelo pioneirismo e integração. **g1 Amazonas**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/rede-amazonica-50-anos/noticia/2022/09/01/rede-amazonica-completa-50-anos-de-historia-marcada-pelo-pioneirismo-e-integracao.ghtml>. Acesso em: 3 ago. 2024.

g1 Amazonas. Alteração de gênero em cartório cresceu 100% em Manaus em 2023. **g1 Amazonas**, 28 out. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/28/alteracao-de-genero-em-cartorio-cresceu-100percent-em-manaus-e-ja-registra-quase-180-alteracoes.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Amazonas. Jovem é preso e adolescente apreendido suspeitos de matar homem asfixiado em Manaus. **g1 Amazonas**, 24 nov. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/11/24/jovem-e-preso-e-adolescente-apreendido-suspeitos-de-matar-homem-asfixiado-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Mulher trans é encontrada morta após ser detida por suspeita de estupro de criança no AM. **g1 Amazonas**, 15 dez. 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/12/15/mulher-trans-e-encontrada-morta-apos-ser-detida-por-suspeita-de-estupro-de-crianca-no-am.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Ministro Flávio Dino determina suspensão de lei do AM que proíbe o uso da linguagem neutra no estado. **g1 Amazonas**, 30 mai. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/05/30/ministro-flavio-dino-determina-suspensao-de-lei-do-am-que-proibe-o-uso-da-linguagem-neutra-no-estado.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Amazonas. Caprichoso x Garantido: casal põe rivalidade de lado para aproveitar o Carnaboi 2024. **g1 Amazonas**, 9 fev. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/carnaval/2024/carnaval-amazonico/noticia/2024/02/09/caprichoso-x-garantido-casal-poe-rivalidade-de-lado-para-aproveitar-o-carnaboi-2024.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Amazonas. Agenda Cultural: fim de semana tem festas e blocos de carnaval em Manaus. **g1 Amazonas**, 2 fev. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/02/02/agenda-cultural-fim-de-semana-tem-festas-e-blocos-de-carnaval-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Amazonas. Agenda cultural: fim de semana tem samba e encontro de cinéfilos no Amazonas. **g1 Amazonas**, 8 mar. 2024d. Disponível em:

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/03/08/agenda-cultural-fim-de-semana-tem-samba-e-encontro-de-cinefilos-no-amazonas.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Amazonas. Festival Literário do Centro acontece neste fim de semana em Manaus. **g1 Amazonas**, 25 abr. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/04/25/festival-literario-do-centro-acontece-neste-fim-de-semana-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Amazonas. Homem é preso suspeito de estuprar filha adotiva do companheiro em Manaus. **g1 Amazonas**, 20 mar. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/03/20/homem-e-presosuspeito-de-estuprar-filha-adotiva-do-companheiro-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Amazonenses têm se casado mais e se divorciado menos, aponta IBGE. **g1 Amazonas**, 28 mar. 2024g. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/03/28/amazonenses-tem-se-casado-mais-e-se-divorciado-menos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Mãe e companheira são presas suspeitas de morte de criança de 4 anos em Manaus: 'monstruosidade', diz delegada. **g1 Amazonas**, 25 abr. 2024h. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/04/25/mae-e-companheira-sao-presas-suspeitas-de-morte-de-crianca-de-4-anos-em-manaus-monstruosidade-diz-delegada.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Justiça decreta prisão preventiva de mãe e companheira suspeitas de morte de criança de 4 anos em Manaus. **g1 Amazonas**, 25 abr. 2024i. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/04/25/justica-decreta-prisao-preventiva-de-mae-e-companheira-suspeitas-de-morte-de-crianca-de-4-anos-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. AM é 8º estado do país que mais registrou mortes de travestis e transsexuais em 2023, aponta levantamento. **g1 Amazonas**, 17 jul. 2024j. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/06/17/am-e-8o-estado-do-pais-que-mais-registrou-mortes-de-travestis-e-transsexuais-em-2023-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Amazonas registra aumento de 239% em casamentos homoafetivos em 2023. **g1 Amazonas**, 4 jul. 2024k. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/04/amazonas-registra-aumento-de-239percent-em-casamentos-homoafetivos-em-2023.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Caso Manuela Otto: policial é condenado a 10 anos de prisão por morte de transsexual em Manaus. **g1 Amazonas**, 4 jul. 2024l. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/04/caso-manuela-otto-policial-e-condenado-a-10-anos-de-prisao-por-morte-de-transsexual-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Justiça aceita denúncia e suspeitos de abusar sexualmente de crianças para transmitir HIV viram réus em Manaus. **g1 Amazonas**, 11 jul. 2024m. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/11/justica-aceita-denuncia-e-suspeitos-de-abusar-sexualmente-de-criancas-para-transmitir-hiv-viram-reus-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Mais de 150 casais participam de casamento coletivo no Largo de São Sebastião em Manaus. **g1 Amazonas**, 20 jul. 2024n. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/20/mais-de-150-casais-participam-de-casamento-coletivo-no-largo-de-sao-sebastiao-no-centro-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Trisal do AM diz que não pretende se casar no papel: o que a legislação e a Justiça brasileira preveem?. **g1 Amazonas**, 31 jul. 2024o. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/31/trisal-do-am-diz-que-nao-pretende-se-casar-no-papel-o-que-a-legislacao-e-a-justica-brasileira-preveem.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. 'Trisal' é preso por envolvimento na morte de motorista de aplicativo em avenida de Manaus. **g1 Amazonas**, 21 ago. 2024p. Disponível em:

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/08/21/trisal-e-presos-por-envolvimento-na-morte-de-motorista-de-aplicativo-em-avenida-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Homem é condenado a mais de 2 anos de prisão após comentários ofensivos contra pessoas trans no interior do AM. **g1 Amazonas**, 6 ago. 2024q. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/08/06/homem-e-condenado-a-mais-de-2-anos-de-prisao-apos-comentarios-ofensivos-contras-pessoas-trans-no-interior-do-am.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Amazonas. Polícia prende mulher trans suspeita de ajudar padre em crimes de pedofilia no Amazonas. **g1 Amazonas**, 30 ago. 2024r. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/08/30/policia-prende-mulher-trans-suspeita-de-ajudar-padre-em-crimes-de-pedofilia-no-amazonas.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Pará. 'Dezembro Vermelho': programação oferta ações para prevenção de HIV e Aids em Belém. **g1 Pará**, 30 nov. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/11/30/dezembro-vermelho-programacao-oferta-aco-es-para-prevencao-de-hiv-e-aids-em-belem.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Pará. Tristan Soledade lança campanha em prol de pessoas convivendo com HIV no Pará, no Dia de Luta contra Aids. **g1 Pará**, 1º dez. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/12/01/tristan-soledade-lanca-campanha-em-prol-de-pessoas-convivendo-com-hiv-no-para-no-dia-de-luta-contras-aids.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Pará. Mostra 'Invertido' faz programação gratuita com visita guiada, bate-papo com artista e oficina. **g1 Pará**, 20 nov. 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/11/20/mostra-invertido-faz-programacao-gratuita-com-visita-guiada-bate-papo-com-artista-e-oficina-na-casa-das-artes.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Grande Belém é animada com shows, espetáculos e exposições; veja agenda cultural. **g1 Pará**, 22 nov. 2023d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/11/22/grande-belem-e-animada-com-espetaculos-shows-e-exposicoes-no-fim-de-semana-veja-agenda-cultural.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Lista Transfree: Festival Psica dá acesso gratuito a pessoas trans, travestis e não-binárias. **g1 Pará**, 4 dez. 2023e. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/12/04/festival-psica-lanca-lista-transfree-que-da-gratuidade-de-acesso-a-pessoas-trans-travestis-e-nao-binarias.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. MPF abre investigação sobre frase transfóbica em outdoors de Belém. **g1 Pará**, 24 out. 2023f. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/10/24/mpf-abre-investigacao-sobre-frase-transfobica-em-outdoors-de-belem.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Pará. ONG oferece atendimento psicológico gratuito para população LGBTQIAPN+ em Marabá; saiba como ter acesso. **g1 Pará**, 12 ago. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/12/ong-oferece-atendimento-psicologico-gratuito-para-populacao-lgbtqiapn-em-maraba-no-para-saiba-como-ter-acesso.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Pará. Projeto inscreve população LGBTI+ para cursos gratuitos sobre temas de empreendedorismo e negócios. **g1 Pará**, 24 abr. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/04/24/projeto-inscreve-populacao-lgbti-para-cursos-gratuitos-sobre-temas-de-empresendedorismo-e-negocios.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Pará. Projeto oferta 100 vagas gratuitas para oficinas de audiovisual, maquiagem e dança em Belém; veja como participar. **g1 Pará**, 16 set. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/16/projeto-oferta-100-vagas-gratuitas-para-oficinas-de-audiovisual-maquiagem-e-danca-em-belem-veja-como-participar.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Pará. MP quer que vereador de Ananindeua pague indenização de R\$ 500 mil por discurso de ódio ao público LGBTQIA+. **g1 Pará**, 19 jan. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/01/19/mp-quer-que-vereador-de-ananindeua-pague-indenizacao-de-r-500-mil-por-discurso-de-odio-ao-publico-lgbtqia.ghtml>. Acesso em 10 dez. 2024.

g1 Pará. Recomendação do MPF quer garantia de direitos às pessoas trans e travestis na UFPA. **g1 Pará**, 25 mar. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/03/25/recomendacao-do-mpf-quer-garantia-de-direitos-a-pessoas-trans-e-travestis-na-ufpa.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Pará. 'Bromance' de Lula e Macron gera repercussão na imprensa francesa. **g1 Pará**, 27 mar. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/27/bromance-de-lula-e-macron-gera-repercussao-na-imprensa-francesa.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Pará. 'Pedágio' tem exibição em Belém com presença da diretora Carolina Markowicz e atriz Maeve Jinkings. **g1 Pará**, 17 jan. 2024g. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/01/17/pedagio-tem-lancamento-em-belem-com-presenca-da-diretora-carolina-markowicz-e-atriz-maeve-jinkings.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Carnaval na Grande Belém: confira opções de festas, eventos e bloquinhos. **g1 Pará**, 1º fev. 2024h. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/02/01/agenda-cultural-de-carnaval-confira-opcoes-de-festas-e-bloquinhos-na-grande-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Carnaval em Vigia, no Pará, tem distribuição de caipirinha preparada em caixa d'água; VÍDEO. **g1 Pará**, 13 fev. 2024i. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/02/13/carnaval-em-vigia-no-para-tem-distribuicao-de-caipirinha-preparada-em-caixa-dagua-video.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Festival de Tecnobrega lança Lista Transfree que dá gratuidade a pessoas trans, travestis e não-binárias. **g1 Pará**, 29 mai. 2024j. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/05/29/festival-de-tecnobrega-lanca-lista-transfree-que-da-gratuidade-a-pessoas-trans-travestis-e-nao-binarias.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Christian Chávez usa roupa produzida por estilista paraense em show com Joelma: 'Ele amou muito o look'. **g1 Pará**, 1º jun. 2024k. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/01/christian-chavez-usa-roupa-produzida-por-estilista-paraense-em-show-com-joelma-ele-amou-muito-o-look.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Festival Aceita confirma Gaby Amarantos, Gloria Groove, Banda Uó, Leona e mais shows em Belém. **g1 Pará**, 4 jun. 2024l. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/04/festival-aceita-confirma-gaby-amarantos-gloria-groove-banda-uo-leona-e-mais-shows-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Maria Gadú, Tiffany Boo, aparelhagem Crocodilo e mais são confirmadas no Festival Aceita em Belém. **g1 Pará**, 13 jun. 2024m. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/13/maria-gadu-tiffany-boo-aparelhagem-crocodilo-e-mais-sao-confirmadas-no-festival-aceita-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Festival Psica 2024 confirma Pablio Vittar, batalha dos bois de Parintins e atrações inéditas. **g1 Pará**, 18 jun. 2024n. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/18/festival-psica-2024-confirma-pablio-vittar-batalha-dos-bois-de-parintins-e-atracoes-ineditas.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. AFROPUNK no Pará: ingressos para edição especial começam a ser vendidos. **g1 Pará**, 24 jun. 2024o. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/24/afropunk-no-para-ingressos-para-edicao-especial-comecam-a-ser-vendidos.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Loja do orgulho LGBTQIA+ reúne produtos de empreendedores paraenses em shopping de Belém. **g1 Pará**, 28 jun. 2024p. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/28/loja-do->

[orgulho-lgbtqia-reune-produtos-de-empresarios-paraenses-em-shopping-de-belem.ghtml](#). Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Projeto 'Caquiado' procura novos talentos da música indie da Amazônia. **g1 Pará**, 1º jul. 2024q. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/07/01/projeto-caquiado-procura-novos-talentos-da-musica-indie-da-amazonia.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. I Marcha Trans e Travesti reúne dezenas de pessoas em Belém. **g1 Pará**, 1º jul. 2024r. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/07/01/i-marcha-trans-e-travesti-reune-dezenas-de-pessoas-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Billy Porter é confirmado para apresentação inédita no Brasil durante festival na Amazônia. **g1 Pará**, 2 jul. 2024s. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/07/02/billy-porter-e-confirmado-no-line-up-do-festival-aceita-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Exposição sobre o Festival Psica traz imagens do 'rock doido' na Amazônia. **g1 Pará**, 8 jul. 2024t. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/07/08/exposicao-sobre-o-festival-psica-traz-imagens-do-rock-doido-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Christian Chávez, do RBD, é confirmado no Festival Aceita em Belém; veja line-up. **g1 Pará**, 9 jul. 2024v. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/07/09/cantor-christian-chavez-de-rbd-e-confirmado-no-festival-aceita-em-belem-veja-line-up.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Cine Líbero exhibe filmes gratuitamente em agosto; confira horários das sessões e sinopses. **g1 Pará**, 7 ago. 2024u. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/07/cine-libero-exibe-filmes-gratuitamente-em-agosto-confira-horarios-das-sessoes-e-sinopses.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Festival Aceita, em Belém, anuncia horários dos shows de Billy Porter, Christian Chávez, Gloria Groove, e mais. **g1 Pará**, 19 ago. 2024x. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/19/festival-aceita-em-belem-anuncia-horarios-dos-shows-de-billy-porter-christian-chavez-gloria-groove-e-mais.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Christian Chávez, do RBD, toma tacacá em Belém; VÍDEO. **g1 Pará**, 21 ago. 2024y. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/21/christian-chavez-do-rbd-toma-tacaca-em-belem-video.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Nova música autoral do Pará ocupa o Memorial dos Povos em shows gratuitos. **g1 Pará**, 29 ago. 2024w. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/29/nova-musica-autoral-do-para-ocupa-o-memorial-dos-povos-em-shows-gratuitos.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. Orgulho: drag queens apresentam (Re)existência, em Belém. **g1 Para**, 10 nov. 2024z. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/10/orgulho-drag-queens-apresentam-reexistencia-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

g1 Pará. 'Rock doido': tecnomelody e tecnobrega do Pará protagonizam evento internacional de música eletrônica. **g1 Pará**, 18 set. 2024ab. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/18/rock-doido-tecnomelody-e-tecnobrega-do-para-protagonizam-evento-internacional-de-musica-eleronica.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Pará. De Castanhal, Luigy aposta na mistura de nostalgia com um futurístico 'tecnopop' no clipe de 'Chuveiro'. **g1 Pará**, 28 set. 2024ac. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/28/de-castanhal-luigy-aposta-na-mistura-de-nostalgia-com-um-futuristico-tecnopop-no-clipe-de-chuveiro.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Pará. Festival PSICA divulga line-up completo da edição 2024 em Belém. **g1 Pará**, 30 set. 2024ad. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/30/line-up-atraco-es-festival-psica-2024.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Pará. Travesti é assassinada com tiros à queima-roupa em Altamira, no Pará. **g1 Pará**, 10 jan. 2024ae. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/01/10/travesti-e-assassinada-com-tiros-a-queima-roupa-em-altamira-no-para.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Pará. Homem em situação de rua é atacado com golpes de garrafa em Belém; suspeito é ex-namorado. **g1 Pará**, 26 mar. 2024af. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/03/26/homem-em-situacao-de-rua-e-atacado-com-golpes-de-garrafa-em-belem-suspeito-e-ex-namorado.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Rondônia. Unir reserva vagas para pessoas trans, quilombolas e do campo e anuncia outras mudanças; entenda. **g1 Rondônia**, 22 out. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/10/22/unir-reserva-vagas-para-pessoas-trans-quilombolas-e-do-campo-e-anuncia-outras-mudancas-entenda.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Rondônia. Unir abre seleção com mais de 2,6 mil vagas para cursos de graduação; veja áreas disponíveis. **g1 Rondônia**, 13 jan. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/01/13/unir-abre-selecao-com-mais-de-26-mil-vagas-para-cursos-de-graduacao-veja-areas-disponiveis.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Rondônia. Saiba como funciona a bonificação regional, nova modalidade de seleção adotada pela Unir. **g1 Rondônia**, 14 jan. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/01/14/saiba-como-funciona-a-bonificacao-regional-nova-modalidade-de-selecao-adotada-pela-unir.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Rondônia. Ex-militar do Exército é preso por matar travesti com facão em Porto Velho. **g1 Rondônia**, 13 mar. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/noticia/2024/03/12/ex-militar-do-exercito-e-presos-por-matar-travesti-com-facao-em-porto-velho.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

g1 Rondônia. 'Sou perseguido e ameaçado, ele já desmarcou a hemodiálise da minha mãe', diz vítima de stalking em RO. **g1 Rondônia**, 18 mai. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/05/18/sou-perseguido-e-ameacado-ele-ja-desmarcou-a-hemodialise-da-minha-mae-diz-vitima-de-stalking-em-ro.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

g1 Rondônia. Rondônia é o 2º estado do Norte que mais cometeu crimes contra pessoas LGBTQIAP+ em 2023, aponta anuário. **g1 Rondônia**, 19 jul. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/07/19/rondonia-e-o-2o-estado-do-norte-que-mais-cometeu-crimes-contra-pessoas-lgbtqiap-em-2023-aponta-anuario.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

g1 Roraima. Aretuza Lovi se apresenta na 22ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ em Roraima. **g1 Roraima**, 8 out. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/10/08/aretuza-lovi-se-apresenta-na-22a-parada-do-orgulho-lgbtqia-2023-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Roraima. Atriz de Roraima na Globo, primeira coordenadora indígena na Funai, mini trilha e mais: veja histórias que inspiraram em 2023. **g1 Roraima**, 28 dez. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/12/28/atriz-roraimense-na-globo-primeira-coordenadora-indigena-na-funai-mini-trilha-e-mais-veja-casos-que-inspiraram-no-g1-rr-em-2023.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Roraima. Retrospectiva 2023: relembre as frases mais marcantes do ano em Roraima. **g1 Roraima**, 28 dez. 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/12/28/retrospectiva-2023-relembre-as-frases-mais-marcantes-do-ano-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Roraima. Workshop de empregabilidade prepara pessoas LGBTQIA+ para mercado de trabalho em Boa Vista. **g1 Roraima**, 05 jan. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/01/05/workshop-de-empregabilidade-prepara-pessoas-lgbtia-para-mercado-de-trabalho-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Roraima. Defensoria Pública promove mutirão de retificação de nome e gênero para pessoas trans em RR. **g1 Roraima**, 13 jun. 2024b. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/06/13/defensoria-publica-promove-mutirao-de-retificacao-de-nome-e-genero-para-pessoas-trans-em-rr.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Roraima. Defensoria Pública abre inscrições com 30 vagas para casamento coletivo LGBTQIA+ em Roraima. **g1 Roraima**, 28 jun. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/06/28/defensoria-publica-abre-inscricoes-com-30-vagas-para-casamento-coletivo-lgbtqia-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Roraima. Cantora Lexa se apresenta na 23ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ em Boa Vista. **g1 Roraima**, 29 set. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/09/29/cantora-lexa-se-apresenta-na-23a-parada-do-orgulho-lgbtqia-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Roraima. Roraima registrou mais casamentos do que divórcios em 2022, aponta IBGE; veja dados. **g1 Roraima**, 31 mar. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/03/31/roraima-registrou-mais-casamentos-do-que-divorcios-em-2022-aponta-ibge-veja-dados.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

g1 Santarém e Região. Santarém recebe 'Instalação artística' inspirada na ancestralidade e nos encantados amazônicos. **g1 Santarém e Região**, 10 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/10/santarem-recebe-instalacao-artistica-inspirada-na-ancestralidade-e-nos-encantados-amazonicos.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Santarém e Região. Presença de mulheres fortalece mineração no Oeste do Pará e ajuda a derrubar estereótipos no setor. **g1 Santarém e Região**, 08 mar. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/03/08/presenca-de-mulheres-fortalece-mineracao-no-oeste-do-para-e-ajuda-a-derrubar-estereotipos-no-setor.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

g1 Santarém e Região. Núcleo de Gênero do IFPA realiza programação especial alusiva ao Dia Internacional da Mulher. **g1 Santarém e Região**, 8 mar. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/03/08/nucleo-de-genero-do-ifpa-realiza-programacao-especial-alusiva-ao-dia-internacional-da-mulher.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

g1 Santarém e Região. Com muita irreverência bloco das 'Virgens' encerra o Carnapauxis 2024. **g1 Santarém e Região**, 14 fev. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/carnaval/2024/noticia/2024/02/14/com-muita-irreverencia-bloco-das-irgens-encerra-carnapauxis-2024.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Santarém e Região. Espetáculo '3 Maneiras de Tocar no Assunto' que aborda homofobia será apresentado em Santarém. **g1 Santarém e Região**, 28 mai. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/05/28/espetaculo-3-maneiras-de-tocar-no-assunto-que-aborda-homofobia-sera-apresentado-em-santarem.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Santarém e Região. Casa da Cultura recebe pré-seletiva da batalha de rimas no domingo, 7. **g1 Santarém e Região**, 6 de jul. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/07/06/casa-da-cultura-recebe-pre-seletiva-da-batalha-de-rima-no-domingo-7.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

g1 Tocantins. Namorado posta fotos e se despede de estudante de medicina que morreu por infecção: 'Te amo pra sempre'. **g1 Tocantins**, 24 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/24/namorado-homenageia-e-se-despede-de-estudante-de-medicina-que-morreu-por-infeccao-te-amo-pra-sempre.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

g1 Tocantins. Suspeito de esfaquear homem durante encontro amoroso diz que teve um surto psicótico. **g1 Tocantins**, 6 mar. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/03/06/suspeito-de-esfaquear-homem-durante-encontro-amoroso-diz-que-teve-um-surto-psicotico.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

g1 Tocantins. Emboscada, roubo e corpo no porta-malas: o que se sabe sobre assassinato de cabeleireiro atraído para falso encontro. **g1 Tocantins**, 16 ago. 2024b. Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/16/emboscada-roubo-e-corpo-no-porta-malas-o-que-se-sabe-sobre-assassinato-de-cabeleireiro-atraido-para-falso-encontro.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, Kenneth (Org.). **Media and cultural regulation**. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997. Tradução: Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. Disponível em: https://www.ufrgs.br/neccso/Word/texto_stuart_centralidadecultura.doc. Acesso em: 15 jul. 2024.

HALPERIN, David. **One Hundred Years of Homosexuality: And Other Essays on Greek Love**. Londres: Routledge, 2002.

HEFFES, Gisela. Introducción. Para una ecocrítica latinoamericana: entre la postulación de un ecocentrismo crítico y la crítica a un antropocentrismo hegemónico. **Revista de crítica literaria latinoamericana**, v. 40, n. 79, p. 11-34, 2014.

HENRIQUES, Rafael Paes. **O problema da objetividade jornalística**: duas perspectivas. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, v. 17, n. 1, p. 256-268, 2018.

HISTÓRIA GLOBO. Editora Globo. **História Globo**, 2022a. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/empresas/noticia/editora-globo.ghtml>. Acesso em: 19 fev. 2024.

HISTÓRIA GLOBO. O Globo. **História Globo**, 2022b. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/empresas/noticia/o-globo.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HISTÓRIA GLOBO. Outras empresa. **História Globo**, 2022c. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/empresas/noticia/outras-empresas.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HISTÓRIA GLOBO. Sistema Globo de Rádio. **História Globo**, 2022d. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/empresas/noticia/sistema-globo-de-radio.ghtml>. Acesso em: 19 Fev. 2024.

HISTÓRIA GLOBO. TV Globo. **História Globo**, 2022e. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/empresas/noticia/tv-globo.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Cláudio; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2008.

Intersex Society Of North America. FAQ: History. Intersex Society of North America, 2014. Disponível em: <https://isna.org/faq/history/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2003.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Maria Lucia. **Meios de comunicação e suas formas de influência**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 1996.

JOHNSON, Bruce. **Voice, power and modernity**: talking and listening in the age of modernity. 2007.

KAPLAN, Andrew. Guide to the classics: Sappho – a poet in fragments. **The Conversation**, 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/guide-to-the-classics-sappho-a-poet-in-fragments-90823>. Acesso em: 07 ago. 2024.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KELLNER, Douglas. **Cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

KELLNER, Douglas. **Critical theory, Marxism and modernity**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. **Líbero**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 4-15, 2004.

KING, William. **The Toast**. Michigan: Proquest LLC, 2011.

Kinsey Institute. Kinsey Scale. Kinsey Institute, 2024. Disponível em: <https://kinseyinstitute.org/research/publications/kinsey-scale.php>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAURIS, Patrícia. Casal centenário, Siqueira Campos, jornalista e influencers: relembre as despedidas que marcaram 2023. **g1 Tocantins**, 27 nov. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/12/27/casal-centenario-siqueira-campos-jornalista-e-influencers-relembre-as-despedidas-que-marcaram-2023.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

LAURIS, Patrícia. Após pedir rapaz em namoro, Leandrinha desabafa sobre ataques: 'Pessoas com deficiência também namoram'. **g1 Tocantins**, 25 out. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/25/apos-pedir-rapaz-em-namoro-leandrinha-desabafa-sobre-ataques-pessoas-com-deficiencia-tambem-namoram.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LAURIS, Patrícia. Paraíso no meio do Cerrado e destino queridinho dos famosos: Saiba quanto custa viajar pelo Jalapão. **g1 Tocantins**, 1º dez. 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/12/01/paraíso-no-meio-do-cerrado-e-destino-queridinho-dos-famosos-saiba-quanto-custa-viajar-pelo-jalapao.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LAURIS, Patrícia. Namorado de estudante de medicina que morreu por infecção posta vídeo dos dois em karaokê: 'cedo ou tarde a gente vai se encontrar'. **g1 Tocantins**, 24 out. 2023d. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/24/namorado-de-estudante-de-medicina-que-morreu-por-infeccao-posta-video-dos-dois-em-karaoke-cedo-ou-tarde-a-gente-vai-se-encontrar.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LAURIS, Patricia. Jovem que morreu após infecção chegou a estudar 14h por dia para realizar sonho de cursar medicina: 'era um exemplo'. **g1 Tocantins**, 25 out. 2023e. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/25/jovem-que-morreu-apos-infeccao-chegou-a-estudar-14-horas-por-dia-para-realizar-sonho-de-cursar-medicina-era-um-exemplo.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LAURIS, Patricia. Homem é esfaqueado durante encontro marcado por aplicativo de namoro. **g1 Tocantins**, 6 mar. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/03/06/homem-e-esfaqueado-durante-encontro-marcado-por-aplicativo-de-namoro.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LAURIS, Patricia. Mulher que abriu cerveja durante audiência virtual e revoltou juiz foi condenada por ameaçar a atual companheira de ex-namorada. **g1 Tocantins**, 10 mai. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/05/10/mulher-que-abriu-cerveja-durante-audiencia->

[virtual-e-revoltou-juiz-foi-condenada-por-ameacar-a-atual-companheira-de-ex-namorada.ghtml](#).

Acesso em: 13 dez. 2024.

LAURIS, Patricia. Mulher que abriu cerveja durante audiência virtual e revoltou juiz terá que pagar multa de mais R\$ 14 mil à Justiça. **g1 Tocantins**, 10 mai. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/05/10/mulher-que-abriu-cerveja-durante-audiencia-virtual-e-revoltou-juiz-tera-que-pagar-multa-de-mais-r-14-mil-a-justica.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LAURIS, Patricia. Maternidade eternizada: casal de fotógrafas que faz ensaios newborn vive emoção de registrar crescimento da filha mês a mês. **g1 Tocantins**, 12 mai. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/05/12/maternidade-eternizada-casal-de-fotografas-que-faz-ensaios-newborn-vive-emocao-de-registrar-crescimento-da-filha-mes-a-mes.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LAURIS, Patricia. Amor livre, fama e mudanças: relembre momentos do trisal que ganhou destaque nas redes e anunciou fim do relacionamento. **g1 Tocantins**, 14 mai. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/05/14/amor-livre-fama-e-mudancas-relembre-momentos-do-trisal-que-ganhou-destaque-nas-redes-e-anunciou-fim-do-relacionamento.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LAURIS, Patricia. Amigos se reúnem na frente de salão para despedida de cabeleireiro morto ao ser atraído para falso encontro. **g1 Tocantins**, 14 ago. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/14/amigos-se-reunem-na-frente-de-salao-para-despedida-de-cabeleireiro-morto-ao-ser-atraido-para-falso-encontro.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

LAURIS, Patricia. 'Era uma pessoa acolhedora, cativante e muito alegre', diz irmão de cabeleireiro assassinado em falso encontro. **g1 Tocantins**, 15 ago. 2024g. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/15/era-uma-pessoa-acolhedora-cativante-e-muito-alegre-diz-irmao-de-cabeleireiro-assassinado-em-falso-encontro.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LEBRE, Victor. Com inauguração de ambulatório, Acre passa a ter atendimento especializado para pessoas trans e travestis. **g1 Acre**, 22 nov. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/11/22/com-inauguracao-de-ambulatorio-acre-passa-a-ter-atendimento-especializado-para-pessoas-trans-e-travestis.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

LEBRE, Victor. Empregabilidade LGBTQIA+ é pauta de audiência pública entre representantes de associações, órgãos públicos e governo do AC. **g1 Acre**, 07 out. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/10/07/empregabilidade-lgbtqia-e-pauta-de-audiencia-publica-entre-representantes-de-associacoes-orgaos-publicos-e-governo-do-ac.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

LEBRE, Victor. Cerca de 4 mil pessoas compareceram à Parada LGBTQIA+ em Rio Branco, estima organização. **g1 Acre**, 9 out. 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/10/09/cerca-de-4-mil-pessoas-compareceram-a-parada-lgbtqia-em-rio-branco-estima-organizacao.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LEBRE, Victor. Influenciadora Leandrinha chega ao Acre para participar da Semana Chico Mendes. **g1 Acre**, 15 dez. 2023d. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/12/15/influenciadora-leandrinha-chega-ao-acre-para-participar-da-semana-chico-mendes.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LEBRE, Victor. Justiça do AC mantém decisão para levar ex-sargento do trisal a júri popular por atirar contra estudante. **g1 Acre**, 18 out. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/10/18/justica-do-ac-mantem-decisao-para-levar-ex-sargento-do-trisal-a-juri-popular-por-atirar-contra-estudante.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LEBRE, Victor. MP pede abertura de inquérito após promotor do AC ser alvo de comentário homofóbico em rede social. **g1 Acre**, 19 jan. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/19/mp-pede-abertura-de-inquerito-apos-promotor-do-ac-ser-alvo-de-comentario-homofobico-em-rede-social.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LEBRE, Victor. No Dia do Orgulho LGBTQ+, conheça a história do casal que esperou três anos para adotar menina no AC: 'Gratificante'. **g1 Acre**, 28 jun. 2024g. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/06/28/no-dia-do-orgulho-lgbt-conheca-a-historia-do-casal-que-esperou-tres-anos-para-adotar-menina-no-ac-gratificante.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LECK, Ralph. **Vita Sexualis: Karl Ulrichs and the Origins of Sexual Science**. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

LEITE, Rogério Proença. (Des)ordem encantada: nação e rituais públicos. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 8, n. 15, p. 103–126, 2000. DOI: 10.20396/tematicas.v8i15/16.10945. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10945>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**. Tradução de Heloisa Toller Gomes. São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor: da Pré-história à Renascença**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

LIPPMANN, Walter. **A opinião pública**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

LGBT Resource Center. Glossary of Terms. University of Wisconsin-Milwaukee, 2021. Disponível em: <https://uwm.edu/lgbtrc/resources/glossary-of-terms/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

LIVINGSTON, Leon Ray. **Vida e Aventuras de A-no**. New York: Mídia Criativa, LLC, 1910.

MACHADO, Maria Clara. **Robert Park e a Escola de Chicago: o desenvolvimento da sociologia urbana**. São Paulo: Editora XYZ, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MARCEL, Yuri. PL para proibir crianças em paradas LGBTQ+ é inconstitucional, diz MPF no Acre. **g1 Acre**, 19 jun. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/06/19/pl-para-proibir-criancas-em-paradas-lgbtq-e-inconstitucional-diz-mpf-no-acre.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MARCEL, Yuri. Promotor investigado por suspeita de envolvimento com facção nega acusações, mas admite relações íntimas com presos monitorados. **g1 Acre**, 13 set. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/09/13/promotor-investigado-por-suspeita-de-envolvimento-com-faccao-nega-acusacoes-mas-admite-relacoes-intimas-com-presos-monitorados.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MARDELL, A. **The ABC's of LGBTQ+**. Florida: Mango Media, 2016.

MARQUES, Patrick. 'Trisal em V': irmãs 'casadas' com o mesmo homem explicam como funciona o relacionamento entre eles. **g1 Amazonas**, 30 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/30/trisal-em-v-irmas-casadas-com-o-mesmo-homem-explicam-como-funciona-o-relacionamento-entre-eles.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MARTIN, Dale. **The Corinthian Body**. New Haven: Yale University Press, 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTINO, Luiz Cláudio. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2008.

McCANN, Chandra. Why 'Sapphic' is Back in Style: Definition, Meaning, Trend. **Autostraddle**. 2022. Disponível em: <https://www.autostraddle.com/why-sapphic-is-back-in-style-definition-meaning-trend/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

McCORMICK, Michael. **Vita Sexualis**: Karl Ulrichs and the Origins of Sexual Science. New York: Routledge, 2004.

McNABB, Charlie. **Adolescência Queer**: entendendo a vida da juventude lésbica, gay, bissexual, transgênero, queer, intersexual e assexual. Lanham: Rowman & Littlefield, 2020.

MELO, José Marques de. Los tiempos heroicos: la formación de la comunidad latinoamericana de Ciencias de la Comunicación. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, n. 1, 2011.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016.

MELO, Isabelle Anchieta. **Práticas e objetividade no telejornalismo**. São Paulo: Annablume, 2007.

MEMÓRIA GLOBO. G1. **Memória Globo**, 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/produtos-digitais/g1/noticia/g1.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MEMÓRIA TV LIBERAL. Nossa História. **Memória TV Liberal**, 2023. Disponível em: <http://memoriatvliberal.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

MENEZES, Renato. Retrospectiva 2023: Relembre as histórias inspiradoras contadas pelo g1 este ano. **g1 Acre**, 31 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/12/31/retrospectiva-2023-relembre-as-historias-inspiradoras-contadas-pelo-g1-este-ano.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MENEZES, Renato. 'Somos Iguais?': 16ª Semana da Diversidade no Acre discute políticas para população LGBTQIA+. **g1 Acre**, 3 out. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/10/03/somos-iguais-16a-semana-da-diversidade-no-acre-discute-politicas-para-populacao-lgbtqia.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MENEZES, Renato. Rainhas Trans e Gay são escolhidas durante segunda noite do Carnaval 2024 em Rio Branco. **g1 Acre**, 11 fev. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/11/rainhas-trans-e-gay-sao-escolhidas-durante-segunda-noite-do-carnaval-2024-em-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MENEZES, Renato. Acre teve 19 casamentos entre pessoas do mesmo sexo em 2022. **g1 Acre**, 27 mar. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/03/27/acre-teve-19-casamentos-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-em-2022.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MENEZES, Renato. 'É nosso direito poder estudar', diz primeira travesti formada em psicologia em universidade no Acre. **g1 Acre**, 25 jun. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/06/25/e-nosso-direito-poder-estudar-diz-primeira-travesti-formada-em-psicologia-em-universidade-no-acre.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MENEZES, Renato; MONTEIRO, Hellen. GALERIA: Tradicional Bloco 'Vai Quem Quer' anima foliões durante 3º dia de Carnaval em bairro de Rio Branco. **g1 Acre**, 11 fev. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/11/galeria-tradicional-bloco-vai-quem-quer-anima-folios-durante-3o-dia-de-carnaval-em-bairro-de-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MIELNICZUK, Luciana. **Webjornalismo e internet**: novas dimensões e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

MIELNICZUK, Luciana; PALACIOS, Marcos. **O jornalismo e o webjornalismo**: um estudo comparativo. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MIELNIKIEWICZ, Justyna. O que significam as cores da bandeira símbolo do movimento LGBTQ+. **National Geographic Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/06/o-que-significam-as-cores-da-bandeira-simbolo-do-movimento-lgbtq>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of the Renaissance**: literacy, territoriality and colonization. New Jersey: The University of Michigan Press, 1995.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MONTEIRO, Hellen. Cursos do Programa 'Mulheres Mil' passam a aceitar cadastro de mulheres trans após atuação do MPF no Acre. **g1 Acre**, 22 ago. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/08/22/cursos-do-programa-mulheres-mil-passam-a-aceitar-cadastro-de-mulheres-trans-apos-atuacao-do-mpf-no-acre.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

MONTEIRO, Hellen. Prefeito Bocalom afirma que houve separação na escolha da Realeza para garantir um dia a mais de folia: 'Não tem nada demais'. **g1 Acre**, 8 fev. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/08/prefeito-bocalom-afirma-que-houve-separacao-na-escolha-da-realeza-para-garantir-um-dia-a-mais-de-folia-nao-tem-nada-demaais.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MONTEIRO, Hellen. Dia "D" do projeto TEA do MPAC é realizado em universidade e escolas de Rio Branco. **g1 Acre**, 19 fev. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/19/dia-d-do-projeto-tea-do-mpac-e-realizado-em-universidade-e-escolas-de-rio-branco.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MONTEIRO, Hellen. Cartilha de acolhimento à população LGBTQ+ é criada para orientar professores e gestores de escolas do Acre. **g1 Acre**, 29 jun. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/06/29/cartilha-de-acolhimento-a-populacao-lgbt-e-criada-para-orientar-professores-e-gestores-de-escolas-do-acre.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MONTEIRO, Hellen. Coletivo de teatro LGBTQ+ vence prêmio nacional com peça sobre trans morta a pauladas no Acre. **g1 Acre**, 2 jul. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/07/02/coletivo-de-teatro-lgbt-vence-premio-nacional-com-peca-sobre-trans-morta-a-pauladas-no-acre.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MONTEIRO, Hellen; MENEZES, Renato. MPF-AC pede investigação da PF sobre suposto crime de transfobia cometido por ex-presidente do Ieptec. **g1 Acre**, 22 jan. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/22/mpf-ac-pede-investigacao-da-pf-sobre-suposto-crime-de-transfobia-cometido-por-ex-presidente-do-ieptec.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MORALES-CONDE, Evelyn Iris Leite; SILVA, Janete Belenice Merlo da. Histórico e organização estrutural do Jornal de Rondônia: produção televisiva em rede na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, [s/l], v. 1, n. 2, p. página 51-60, 2012.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo – vol. I: neurose. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MOTA, Carolina. Agenda Cultural: Letrux, Gloria Groove, Christian Chávez e mais agitam o fim de semana em Belém. **g1 Pará**, 22 ago. 2024a. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/22/agenda-cultural-letrux-gloria-groove-christian-chavez-e-mais-agitam-o-fim-de-semana-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MOTA, Carolina. Agenda cultural: Pavulagem, Oswaldo Montenegro, cinema na rua e mais, agitam o final de semana em Belém. **g1 Pará**, 5 nov. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/05/agenda-cultural-pavulagem-festival-de-metal-divas-pop-e-mais-agitam-fim-de-semana-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MOTA, Carolina. Agenda Cultural: Zé Vaqueiro, Beatles Forever com Elvis da Amazônia, Afropunk e mais programações agitam fim de semana no PA. **g1 Pará**, 19 set. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/19/agenda-cultural-nando-reis-ze-vaqueiro-e-mais-atracoes-agitam-fim-de-semana-no-para.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MOTA, Carolina. Agenda cultural: Caetano e Bethânia, cover internacional de Linkin Park, Salomão Habib e mais agitam o fim de semana no Pará. **g1 Pará**, 26 set. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/26/agenda-cultural-caetano-e-bethania-cover-internacional-de-link-park-salomao-habib-e-mais-agitam-o-fim-de-semana-no-para.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MÜHLHAUS, Carla. *5W + H: seis questões milenares para a entrevista jornalística*. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

NARCISA, Tayana. Agenda cultural: festivais, shows de Bruna BG, Nadson O Ferinha e Tiffany Boo movimentam a Grande Belém. **g1 Pará**, 6 dez. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/12/06/agenda-cultural-shows-de-bruna-bg-nadson-o-ferinha-pagode-das-meninas-tiffany-boo-movimentam-a-grande-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana. Agenda de Réveillon: Latino, Zé Vaqueiro, mestre Damasceno e mais opções no último fim de semana de 2023 no Pará. **g1 Pará**, 28 dez. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/12/28/agenda-cultural-de-reveillon-ze-vaqueiro-latino-mestre-damasceno-e-mais-opcoes-no-ultimo-fim-de-semana-de-2023-no-para.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana. Dia da Floresta: conheça concurso 'Rainha das Matas', que reúne fantasias com materiais da natureza e candidatas LGBTQIA+. **g1 Pará**, 21 mar. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/03/21/fantasias-com-materiais-da-floresta-e-candidatas-lgbtqia-conheca-o-concurso-de-beleza-rainha-das-matas.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana. Agenda cultural: CineLiso, show de Tarja Turunen e Marko Hietala animam o fim de semana em Belém. **g1 Pará**, 14 mar. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/03/14/agenda-cultural-cineliso-show-de-tarja-turunem-e-marko-hietala-animam-o-fim-semana-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana. Fruta Quente, Felipe Cordeiro, Raidol e Jeff Moraes agitam o fim de semana na Grande Belém; confira agenda cultural. **g1 Pará**, 1º fev. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/02/01/fruta-quente-felipe-cordeiro-raidol-e-jeff-moraes-agitam-o-fim-de-semana-na-grande-belem-confira-agenda-cultural.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana. Esquenta do Arraial do Pavulagem, shows de brega, rock e espetáculos; veja opções para curtir em Belém. **g1 Pará**, 25 abr. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/04/25/esquenta-do-arraial-do-pavulagem-shows-de-brega-rock-e-espetaculos-veja-opcoes-para-curtir-em-belem.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana. Orgulho LGBT+: de salto alto e boina, 'A Big Show' faz sucesso na internet e festas de aparelhagens no Pará. **g1 Pará**, 28 jun. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/06/28/orgulho-lgbt-de-salto-alto-e-boina-a-big-show-faz-sucesso-na-internet-e-festas-de-aparelhagens-no-para.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana; CARNEIRO, Taymã. 'Xarque da Gaby' reúne personalidades para celebrar música e cultura paraense: 'só agradecer', diz cantora. **g1 Pará**, 7 ago. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/07/xarque-da-gaby-reune-personalidades-para-celebrar-musica-e-cultura-paraense-so-agradecer-diz-cantora.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana; CARNEIRO, Taymã. Glamour da floresta: festa de Gaby Amarantos expõe looks icônicos e referência à flor tropical da Amazônia. **g1 Pará**, 8 ago. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/08/glamour-da-floresta-festa-de-gaby-amarantos-expoe-looks-iconicos-e-referencia-a-flor-tropical-da-amazonia.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NARCISA, Tayana. Rock In Rio 2024: 'Levar o Pará a palco de reconhecimento internacional é um presente', diz cantora Zaynara sobre show. **g1 Pará**, 13 set. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/12/e-um-sonho-se-tornando-realidade-diz-cantora-zaynara-sobre-show-no-rock-in-rio-2024.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NARCISA, Tayana. Atracção internacional do Festival Psica, Rossy War diz que se sente conectada com os paraenses através da música. **g1 Pará**, 30 set. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/30/atracao-internacional-do-festival-psica-rossy-war-diz-que-se-sente-conectada-com-os-paraenses-atraves-da-musica.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NASCIMENTO, Gleison. Defensoria Pública e UFPA realizam ação jurídica para emissão de RG para público LGBTQIA+. **g1 Santarém e Região**, 19 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/19/defensoria-publica-e-ufpa-realizam-acao-juridica-para-emissao-de-rg-para-publico-lgbtqia.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NASCIMENTO, Gleison. LGBTQIA+ de Santarém organiza primeira marcha em defesa da democracia e direitos. **g1 Santarém e Região**, 28 set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/09/28/lgbtqia-de-santarem-organiza-primeira-marcha-em-defesa-da-democracia-e-direitos.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NASCIMENTO, Aline. Ex-sargento da PM é pronunciado a júri popular por morte de adolescente de 13 anos durante assalto no Acre. **g1 Acre**, 7 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/11/07/ex-sargento-da-pm-e-pronunciado-a-juri-popular-por-morte-de-adolescente-de-13-anos-durante-assalto-no-acre.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NASCIMENTO, Aline. Após arrastar foliões em Rio Branco, Bloco Vai Quem Quer é notificado por falta de autorização para desfile. **g1 Acre**, 12 fev. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/12/apos-arrastar-folioes-em-rio-branco-bloco-vai-quem-quer-e-notificado-por-falta-de-autorizacao-para-desfile.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NASCIMENTO, Aline. Família busca notícias de mulher trans que está desaparecida desde festa de Réveillon no Acre. **g1 Acre**, 4 jan. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/04/familia-busca-noticias-de-mulher-trans-que-esta-desaparecida-desde-festa-de-reveillon-no-acre.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NASCIMENTO, Aline. Miss trans denuncia que foi proibida por segurança de usar banheiro feminino de bar no Acre: 'Chorava muito'. **g1 Acre**, 21 de jan. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/21/miss-trans-denuncia-que-foi-proibida-por-seguranca-de-usar-banheiro-feminino-de-bar-no-acre-chorava-muito.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NASCIMENTO, Aline. Estudante de medicina do AC denuncia por homofobia colegas do curso após mensagens em grupo de WhatsApp: 'Odeio gay'. **g1 Acre**, 15 mar. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/03/15/odeio-gay-estudante-de-medicina-de-universidade-do-ac-denuncia-homofobia-de-colegas-do-curso.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NASCIMENTO, Aline. Justiça rejeita legítima defesa, e ex-sargento da PM deve ir a júri por matar adolescente durante assalto no Acre. **g1 Acre**, 14 mai. 2024e. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/05/14/justica-rejeita-legitima-defesa-e-ex-sargento-da-pm-deve-ir-a-juri-por-matar-adolescente-durante-assalto-no-acre.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NASCIMENTO, Aline. Polícia investiga vazamento de vídeos íntimos entre professor e pastor no Acre: 'Não sabia que estava sendo gravado', diz advogado. **g1 Acre**, 26 jul. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/07/26/policia-civil-investiga-vazamento-de-videos-intimos-no-acre-nao-sabia-que-estava-sendo-gravado-diz-advogado.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. O meio jornalístico e a reunião de pauta: quando a parte expressa o todo. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro: Departamento de Comunicação Social, PUC-Rio, v. 3, p. 62-73, 2002.

Observatório de Mortes E Violências LGBTI+. Dossiê de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil: 2022. [s.l.]: ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://antra.org.br/dossie-2022>. Acesso em: 22 ago. 2024.

OLINTO, Gilda. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, 1995.

OLIVEIRA, Diego. Rio Branco/Acre: A edificação da Terceira Emissora. **PORTAL AMAZÔNIA**. 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/historias-da-amazonia/rio-branco-acre-a-edificacao-da-terceira-emissora/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

OLIVEIRA, Jorgelene dos Santos. **Das Narrativas das Descobertas aos Textos Jornalísticos Atuais: Um Estudo da Amazônia que é Notícia em Telejornais de Portugal e do Brasil (2020)**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade Fernando Pessoa (Portugal).

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. Recepción televisiva: tres aproximaciones y una razón para su estudio. **Cuadernos de Comunicación y prácticas sociales**, Universidade Iberoamericana, México, v. 1, n. 2, 1991.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **Televidencia: perspectivas para el análisis de los procesos de recepción televisiva**. México: Universidad Iberoamericana, 1994.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. Educação para os meios e práticas de recepção midiática. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 1, n. 2, p. 310–319, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22825>. Acesso em: 2 ago. 2024.

OROZCO-GOMÉZ, Guillermo. Recepción televisiva y mediaciones: la construcción de estrategias por la audiencia. **Televidencia: Cuadernos de Comunicación**, n. 6, México, p. 69-88, 1994.

OROZCO-GOMÉZ, Guillermo. Hacia una cultura de participación televisiva de las audiencias: ideas para su fortalecimiento. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 7, n. 19, São Paulo: ESPM, p. 13-31, 2010.

PACHECO, Núbia. Homem é preso por latrocínio contra professor no AP; acusado confessou crime e disse que se relacionava com vítima. **g1 Amapá**, 16 out. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/10/16/homem-e-presos-por-latrocinio-contra-professor-no-ap-acusado-confessou-crime-e-disse-que-se-relacionava-com-vitima.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PAIXÃO, Josi. Polícia Civil do AP identifica autor do assassinato de adolescente de 14 anos, morto com 33 facadas. **g1 Amapá**, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/11/29/policia-civil-do-ap-identifica-autor-do-assassinato-de-adolescente-de-14-anos-morto-com-33-facadas.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PAIXÃO, Josi. Feira da Diversidade: inscrição para empreendedores e artesãos LGBTQIA+ segue até sexta-feira (10). **g1 Amapá**, 6 mai. 2024a. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/05/06/feira-da-diversidade-inscricao-para-empresarios-e-artesaos-lgbtqia-segue-ate-sexta-feira-10.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PAIXÃO. Mulher de 37 anos é presa por agredir companheira a golpes de tesoura no AP. **g1 Amapá**, 2 mar. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/03/02/mulher-de-37-anos-e-presa-por-agredir-companheira-a-golpes-de-tesoura-no-ap.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PARK, Robert Ezra. *The crowd and the public and other essays*. Chicago: Chicago University Press, 1972.

PARK, Robert Ezra. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 169-185.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**: Culturas do Desejo, Homossexualidade Masculina e Comunidade Gay no Brasil. São Paulo: Record, 1999.

PARROT ANALYTICS. Brazil television and streaming market share analysis Q2 2023: TV Globo, Netflix, HBO, CBS and Record TV. **Parrot Analytics**, 2023. Disponível em: <https://www.parrotanalytics.com/insights/brazil-television-and-streaming-market-share-analysis-2023/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

PECK, Patrice. The ABCs of L.G.B.T.Q.I.A.+ **The New York Times**, Nova Iorque. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/21/style/lgbtq-gender-language.html>. Acesso em: 6 ago. 2024.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**: Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

PELÚCIO, Larissa. O cu (de) Preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Revista Iberic@**, [s.l.], v. 1, n. 9, 2016. p. 123-136.

PENA, J. M. **Paradigmas de mensagem**. São Paulo: Editora ABC, 2005.

PEREIRA, Isadora. Inscrições para Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável na Unifap estão abertas; veja edital. **g1 Amapá**, 26 jan. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/01/26/inscricoes-para-mestrado-em-desenvolvimento-da-amazonia-sustentavel-na-unifap-estao-abertas-veja-edital.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Nome e gênero de pessoas trans podem ser retificados em evento no AP; saiba como fazer. **g1 Amapá**, 25 jan. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/01/25/nome-e-genero-de-pessoas-trans-podem-ser-retificados-em-evento-no-ap-saiba-como-fazer.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Campanha para combater LGBTQIAfobia é lançada no Amapá; veja programação. **g1 Amapá**, 13 mai. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/05/13/campanha-para-combater-lgbtqiafobia-e-lancada-no-amapa-veja-programacao.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Amapá é um dos primeiros estados a propor criação do plano setorial da cultura LGBTQIAPN+. **g1 Amapá**, 27 set. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/09/27/amapa-e-um-dos-primeiros-estados-a-propor-criacao-do-plano-setorial-da-cultura-lbtqiapn.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Semana da visibilidade trans inicia nesta segunda-feira (22); veja programação. **g1 Amapá**, 22 jan. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/01/22/semana-da-visibilidade-trans-inicia-nesta-segunda-feira-22-veja-programacao.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Veja programação em combate a LGBTfobia em Macapá nesta sexta-feira (17). **g1 Amapá**, 15 mai. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/05/15/veja-programacao-em-combate-a-lgbtfobia-em-macapá-nesta-sexta-feira-17.ghtml>.

[programacao-em-combate-a-lgbtphobia-em-macapá-nesta-sexta-feira-17.ghtml](#). Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Pablo Vittar é a segunda atração confirmada na Expofeira 2024, no Amapá. **g1 Amapá**, 23 jul. 2024g. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/07/23/pablo-vittar-e-a-segunda-atracao-confirmada-na-expofeira-2024-no-amapa.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Expofeira: 15 atrações nacionais se apresentam de 29 de agosto a 8 de setembro em Macapá. **g1 Amapá**, 22 ago. 2024h. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/08/22/expofeira-15-atracoes-nacionais-se-apresentam-de-29-de-agosto-a-8-de-setembro-em-macapá.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. 'Esperei anos por esse show', diz fã de Pablo Vittar durante show na 53ª Expofeira no AP. **g1 Amapá**, 2 set. 2024i. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/09/02/esperei-anos-por-esse-show-diz-fa-de-pablo-vittar-durante-show-na-53a-expofeira-no-ap.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Karol Conká e Lia Clark são atrações confirmadas na 24ª parada LGBTQIA+ em Macapá. **g1 Amapá**, 28 jul. 2024j. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/07/28/karol-conka-e-lia-clark-sao-atracoes-confirmadas-na-24a-parada-lgbtqia-em-macapá.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Em Macapá, 24ª edição da Parada do Orgulho LGBTQIA+ inicia nesta quarta (31); veja programação. **g1 Amapá**, 30 jul. 2024k. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/07/30/em-macapá-24a-edicao-da-parada-do-orgulho-lgbtqia-inicia-nesta-quarta-31-veja-programacao.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PEREIRA, Isadora. Homem suspeito de matar ativista trans faz mulher de refém ao ser cercado por polícia do AP. **g1 Amapá**, 30 abr. 2024l. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/04/30/homem-suspeito-de-matar-ativista-trans-faz-mulher-de-refem-ao-ser-cercado-por-policia-do-ap.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**: entre a militância e o consumo. São Paulo: Editora Publifolha, 2012.

PEUCER, Tobias. *Relatos jornalísticos*. Tradução Paulo da Rocha Dias. **Revista Comunicação & Sociedade**, n. 36, São Paulo: UESP, 2000.

PFLAG. **Glossário Nacional da PFLAG**, 2024. Disponível em: <https://pflag.org/glossary/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PHILIPPI, D. **Greek Society**: A Study of the Ancient Greek Social System. Cambridge University Press, 2005.

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Estudos Feministas**: Florianópolis, v.19, n.1, 2011.

PRECIADO, Paul. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica. Tradução de Alexandre Pimentel. São Paulo: Editora Planeta, 2015.

PUAR, Jasbir. **Terrorist Assemblages**: Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Sobre el poder y la percepción del mundo: eurocentrismo, colonialismo y descolonización. In: **TEORIA SOCIAL Y SOCIALISMO**, n. 3, p. 17-34, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar; Universidad Central-IESCO; Siglo del Hombre Editores, 2007.

RAMALHO, Yara. Emeicida se posiciona e repudia cancelamento de show de Johnny Hooker em festival: 'uma perda para Boa Vista'. **g1 Roraima**, 2 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/10/02/emicida-se-posiciona-e-repudia-cancelamento-de-show-de-johnny-hooker-em-festival-uma-perda-para-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

REDE AMAZÔNICA. 50 anos da Rede Amazônica. **Portal Rede Amazônica**, 2024. Disponível em: <https://www.redeamazonica50anos.com.br>. Acesso em: 3 ago. 2024.

REDMAN, Jordan. History of the word "gay". **GAYLY**, 2018. Disponível em: <https://www.gayly.com/history-word-“gay”>. Acesso em: 7 ago. 2024.

REIS, Patrício. Estudante de medicina tem falência múltipla de órgãos após ser internado por infecção: 'Cheio de sonhos'. **g1 Tocantins**, 23 out. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/10/23/estudante-de-medicina-tem-falencia-multipla-de-orgaos-apos-ser-internado-por-infeccao-cheio-de-sonhos.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

ROCHA, Sabrina. Irmãs são 'casadas' com o mesmo homem em Manaus e compartilham vida de trisal nas redes. **g1 Amazonas**, 27 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/27/irmas-sao-casadas-com-o-mesmo-homem-em-manaus-e-compartilham-vida-de-trisal-nas-redes.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RODRIGUES, Iryá; MUNIZ, Tácia. Parada LGBTQIAP+ celebra diversidade e luta por direitos iguais em Rio Branco: 'amor é amor e ponto final'. **G1 Acre**, 8 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/10/08/parada-lgbtqiap-celebra-diversidade-e-luta-por-direitos-iguais-em-rio-branco-amor-e-amor-e-ponto-final.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

RODRIGUES, Iryá. Mulher trans no AC ganha indenização na Justiça após plano de saúde negar cirurgias não estéticas. **g1 Acre**, 20 nov. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/11/20/mulher-trans-no-ac-ganha-indenizacao-na-justica-apos-plano-de-saude-negar-cirurgias-nao-e-estetica.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

RODRIGUES, Caíque. Lexa reclama de calor nas redes sociais ao chegar em Roraima para show: 'um dos lugares mais quentes que eu já cheguei'. **g1 Roraima**, 29 set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/09/29/lexa-reclama-de-calor-nas-redes-sociais-ao-chegar-em-roraima-para-show-um-dos-lugares-mais-quentes-que-eu-ja-cheguei.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ROSE, Henry. **Biologisches Zentralblatt**. Volume 35. 1. ed. [s.l.]: [s.n.], 1935. Disponível em: <https://archive.org/details/biologischeszent35rose/page/564/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ROSEN, George. **A history of public health**. Maryland: Johns Hopkins University Press, 2015.

RUFINO, Samantha. Prefeito sanciona lei que veta uso de linguagem neutra em escolas municipais de Boa Vista. **g1 Roraima**, 8 nov. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/11/08/prefeito-sanciona-lei-que-veta-uso-de-linguagem-neutra-em-escolas-municipais-de-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SÁ, Lucia. **Rain forest literatures**: Amazonian texts and Latin American culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Thomas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANT'ANA, Denise Bernuzzi de. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SANTI, José. **Informática, ciberespaço e eletrônica: o impacto da tecnologia nas comunicações**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SANTOS, Antônio Guilherme de Lima. **Discriminação estrutural em práticas jornalísticas na imprensa acreana: o caso Fernanda e a população LGBTQIA+**. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) – Graduação de Jornalismo, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Acre. Rio Branco. 2022.

SANTOS, Antônio Guilherme de Lima; BORGES, Rosana Maria Ribeiro; VIDICA, Ana Rita. Tipificação imagética em casos de LGBTfobia nos webjornais acreanos. In: **XVII Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação (Semic)**, 17., Goiânia. Anais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: PPGCOM UFG, 2023. p. 802-819.

SANTOS, Brenda. Cantora Lauana Prado curte descanso no Rio Araguaia com namorada: 'Bálsamo de amor e paz'. **g1 Tocantins**, 7 ago. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/07/cantora-lauana-prado-curte-descanso-no-rio-araguaia-com-namorada-balsamo-de-amor-e-paz.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SANTOS, Brenda. Tribunal do Júri condena ex-policia a 16 anos de prisão por assassinar mulher trans. **g1 Tocantins**, 3 mar. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/03/03/tribunal-do-juri-condena-ex-policia-a-16-anos-de-prisao-por-assassinar-mulher-trans.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SANTOS, Brenda. Jovem de 19 anos é suspeito de matar homem com golpe de faca no pescoço após desentendimento em programa, diz PM. **g1 Tocantins**, 31 mar. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/03/31/jovem-de-19-anos-e-suspeito-de-matar-homem-com-golpe-de-faca-no-pescoco-apos-desentendimento-em-programa-diz-pm.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SANTOS, Brenda. Trisal famoso por compartilhar rotina nas redes sociais anuncia fim do relacionamento. **g1 Tocantins**, 13 mai. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/05/13/trisal-famoso-por-compartilhar-rotina-nas-redes-sociais-anuncia-fim-do-relacionamento.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SANTOS, Brenda. Cabeleireiro desaparecido é encontrado morto após policiais seguirem homens que dirigiam o carro da vítima. **g1 Tocantins**, 14 ago. 2024e. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/14/cabeleireiro-desaparecido-e-encontrado-morto-apos-policiais-seguirem-homens-que-dirigiam-o-carro-da-vitima.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SANTOS, Brenda. Cabeleireiro foi assassinado com facadas e um tiro na cabeça após ser atraído para falso encontro, diz SSP. **g1 Tocantins**, 14 ago. 2024f. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/14/cabeleireiro-foi-assassinado-com-facadas-e-um-tiro-na-cabeca-apos-ser-atraido-para-falso-encontro-diz-ssp.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SANTOS, Brenda. Suspeitos amarraram e prenderam cabeleireiro em porta-malas de carro antes de matá-lo em falso encontro. **g1 Tocantins**, 15 ago. 2024g. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/08/15/suspeitos-amarraram-e-prenderam-cabeleireiro-em-porta-malas-de-carro-antes-de-mata-lo-em-falso-encontro.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 28, p. 19–54, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SERANO, Julia. **Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity**. Berkeley: Seal Press, 2007.

SETZER, Valdemar. **Os meios eletrônicos e a educação: uma visão alternativa**. São Paulo: Editora Escrituras, Coleção Ensaios Transversais, v. 10, 2001.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 2, p. 37-49, 1998. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.1998.51315. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51315>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. Jornalismo “de pé” e jornalismo “sentado”. **Observatório da Imprensa**, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/liberdade-de-expressao/liberdade-de-imprensa/jornalismo-de-pe-e-jornalismo-sentado/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SLATER, Candace. **Entangled Edens: visions of the Amazon**. Berkeley: University of California Press, 2001.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SÓTER, Gil. Dia do Brega: ritmo nascido na periferia da Amazônia rompe fronteiras e mostra que o futuro do pop está no Norte. **g1 Pará**, 26 jul. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/07/26/dia-do-brega-ritmo-nascido-na-periferia-da-amazonia-rompe-fronteiras-e-mostra-que-o-futuro-do-pop-esta-no-norte.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SÓTER, Gil. Pará na rota dos festivais: confira o calendário de eventos com shows nacionais e internacionais. **g1 Pará**, 16 ago. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/16/para-na-rota-dos-festivais-confira-o-calendario-de-eventos-com-shows-nacionais-e-internacionais.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SÓTER, Gil. 'O carimbó é a origem de tudo: guitarrada, lambada, tecnobrega': artistas destacam o ritmo como a célula fundamental do som do Norte. **g1 Pará**, 26 ago. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/26/dia-do-carimbo-nascido-da-cultura-indigena-e-africana-ritmo-simbolo-da-amazonia-e-elo-entre-geracoes-de-artistas-do-para.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, p. 12-93, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 31-47, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STRYKER, Susan. **História Trans**. Tradução de Sílvia Anauate. São Paulo: Autêntica, 2022.

TAUSSIG, Michael. **The magic of the state**. New York: Routledge, 1997.

TAVEIRA, Eula Dantas. Rede Amazônica de Rádio e Televisão: um império na Amazônia. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, XXIII, Manaus, 2000. Anais. São Paulo: Intercom, 2000.

TAYLOR, Verta. Rock-a-by-Baby: Feminism, Self-Help, and the Organizational Origins of the New Right. In: **Feminism Frontiers**. Organizado por Nancy Whittier e Leila Rupp. Nova Iorque: Routledge, 1999. p. 95-114.

TEMER, Ana Carolina Rocha; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspectus, 2004.

TEMER, Ana Carolina Rocha. Teorizar é pensar a prática: uma reflexão sobre o ensino das teorias da comunicação nos cursos de jornalismo. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 1, n. 2, p. 17-30, abr. 2019.

THELWALL, Mike; MAS-BLEDA, Amalia; KIOUSIS, Spiro; WILKINSON, David. **Academic LGBTQ+ Literature: An Overview**. Wolverhampton: University of Wolverhampton, 2022. Disponível em: https://wlv.openrepository.com/bitstream/handle/2436/624728/TheWall_et_al_Academic_LGBTQ_2022.pdf?sequence=3. Acesso em: 6 ago. 2024.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução: José Eduardo de Andrade. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. **News, the newsman's reality**. 1969. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Artes e Ciências, Departamento de Sociologia, Brandeis University, Waltham, 1969.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gili, 1983.

TURNER, Victor. **Floresta dos símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Niterói: EdUFF, 2005.

TURNER, Victor. **Schism and continuity in an African society**. Manchester: Manchester University Press, 1996.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo gore**. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2022.

VALLE SILVA, Gilda Olinto. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995.

VECCHIETTI, Valentino. The New Intersex – Inclusive Pride Flag. Intersex Equality Rights UK. **The Guardian**, 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/jun/10/new-intersex-inclusive-pride-flag-unveiled-in-the-uk>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VELOSO, Cecília. Arraiais, samba, especial Lady Gaga e mais: veja opções para curtir o fim semana em Boa Vista. **g1 Roraima**, 28 jun. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/06/28/arraiais-samba-espetaculos-teatrais-festival-de-ginastica-ritmica-e-mais-veja-opcoes-para-curtir-o-fim-semana-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VELOSO, Cecília. Festa eletrônica, feira cultural e mais: veja opções para curtir o fim de semana em Boa Vista. **g1 Roraima**, 20 set. 2024b. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/09/20/festa-eletronica-feira-cultural-e-mais-veja-opcoes-para-curtir-o-fim-de-semana-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VELOSO, Cecília. Shows, festa de música eletrônica e mais: veja opções para curtir o fim de semana em Boa Vista. **g1 Roraima**, 27 set. 2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/09/27/shows-festa-de-musica-eletronica-e-mais-veja-opcoes-para-curtir-o-fim-de-semana-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VIEIRA, Idhelena. Artista acreana produz show com músicas sobre renascimento e diversidade: 'movida por algo diferente'. **g1 Acre**, 27 nov. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/11/27/artista-acreana-produz-show-com-musicas-sobre-renascimento-e-diversidade-movida-por-algo-diferente.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

VIEIRA, Idhelena. Projeto de extensão da Ufac discute literatura queer através de obras LGBTQIA+. **g1 Acre**, 3 dez. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/12/03/projeto-de-extensao-da-ufac-discute-literatura-queer-atraves-de-obras-lgbtqia.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

VIEIRA, Idhelena. MP discute desafios enfrentados pelas pessoas trans e o papel do estado; atividades vão até 31 de janeiro. **g1 Acre**, 21 jan. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/24/mp-discute-desafios-enfrentados-pelas-pessoas-trans-e-o-papel-do-estado-atividades-va-ate-31-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 9 dez. 2024.

VIEIRA, Idhelena. Escritora trans do AC lança coletânea de poesias baseada em desilusão amorosa e experiências de vida: 'Livro dolorido'. **g1 Acre**, 25 jan. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/01/25/escritora-trans-do-ac-lanca-coletanea-de-poesias-baseada-em-desilusao-amorosa-e-experiencias-de-vida-livro-dolorido.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

VIZEU, Alfredo Eurico. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

UNICEF. Gênero vs. sexualidade. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/genero-vs-sexualidade>. Acesso em: 6 ago. 2024.

WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. London: Sage Publications, 2011.

WARNER, M. *The Trouble with Normal: Sex, Politics, and the Ethics of Queer Life*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality and its discontents: meanings, myths, and modern sexualities*. London: Routledge, 1998.

WEINDLING, Paul. *The social history of medicine: an introduction*. London: Routledge, 2006.

WILCHINS, Riki Anne. *Read My Lips: Sexual Subversion and the End of Gender*. Ithaca: Firebrand Books, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *Communications*. Harmondsworth: Penguin, 1966.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WHITNEY, William Dwight (Ed.). *The Century Dictionary: an Encyclopedic Lexicon of the English Language*. New York: The Century Co., 1889.

WOLF, Mauro. *Teoria da comunicação de massa – mass media: contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking*. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1999.

WOLTON, Dominique. **Internet et après**: une théorie critique des nouveaux médias. Paris: Flammarion, 1999.

APÊNDICE

A seguir, são apresentadas as tabelas de categorização temática da análise de conteúdo realizada nas editorias de *saúde*, *oportunidade*, *política*, *cultura e cidade* dos webjornais do Portal g1 da Região Norte.

TABELA 4 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Saúde

Categorização da Editoria de Saúde			
Unidade de Registro (Trecho do discurso jornalístico)	Portal	Inferência	Justificativa
"[...] mulher trans, com diagnóstico de transtorno de identidade sexual, que precisou realizar cirurgias transexualizadoras" Rodrigues (2023a).	g1 Acre	Foi utilizado o termo "sexo biológico" para explicar que a paciente havia alterado seu registro civil, incluindo pronome e gênero.	A notícia utiliza um termo inadequado, pois trata "gênero" e "sexo" como conceitos inseparáveis no contexto do webjornal.
"[...] homens e mulheres trans" (g1 Acre, 2024a).	g1 Acre	Foi utilizado o termo para se referir a toda a comunidade de pessoas trans e travestis	Embora não estejam totalmente incorretos, esses termos tendem a reforçar a binaridade de gênero, desconsiderando a diversidade de identidades trans, como travestis e pessoas transmasculinas.

Fonte: Elaboração própria (2025).

TABELA 5 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Oportunidade

Categorização da Editoria de Oportunidade			
Unidade de Registro (Trecho do discurso jornalístico)	Portal	Inferência	Justificativa
"[...] o uso do nome social é assegurado, no âmbito da administração pública federal, pelo Decreto nº 8.727/2016, e, na administração pública estadual, pela Lei nº 3.355/2017, o que justificava a apuração da possível violação dos direitos das	g1 Acre	Há confusão no uso dos termos relacionados à mulheridade, especialmente na distinção entre mulheres cisgênero, transexuais e travestis.	Essa generalização reduziu a transgeneridade feminina à identidade de mulheres trans, ignorando as especificidades de cada grupo e ressaltando a necessidade de maior precisão e

mulheres trans” (Monteiro, 2024b),			sensibilidade terminológica.
“O programa promove a captação e desenvolvimento de talentos em diversas áreas da empresa, incentivando a pluralidade de pessoas, pensamentos e ideias, mostrando que competência não tem gênero, origem étnica, convicções religiosas, orientação sexual, habilidade ou formações diferenciadas” (g1 Santarém e Região, 2024a).	g1 Santarém e Região	Não apresentou fontes ou personagens que representem a diversidade sexual e de gênero.	Não evidenciou a inclusão dessas pessoas trans e travestis nas iniciativas desenvolvidas pelo programa.

Fonte: Elaboração própria (2025).

TABELA 6 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Política

Categorização da Editoria de Política			
Unidade de Registro (Trecho do discurso jornalístico)	Portal	Inferência	Justificativa
“[...] <i>bromance</i> ” (g1 Pará, 2024f).	g1 Pará	A publicação aborda a repercussão na imprensa francesa sobre a relação entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Emmanuel Macron. Imagens descontraídas dos dois líderes durante a visita de Macron à Amazônia paraense chamaram atenção nas redes sociais. Embora as reportagens esclarecessem que as imagens não sugeriam um “clima amigável” romântico, o caráter sensacionalista prevaleceu.	Essa divulgação jornalística em forma de sátira crítica a mídia por usar representações homoafetivas como espetáculo humorístico, reforçando estereótipos da heterocisnormatividade e estigmas contra relações não heteroafetivas.
“Defensoria Pública e UFPA realizam ação jurídica para emissão de RG para público LGBTQIA+” (Nascimento, 2023)	g1 Santarém e Região	Usou-se o termo “LGBTQIA+” para se referir especificamente a pessoas trans e travestis, público prioritário da ação.	Por generalizar a iniciativa como abrangente a toda a comunidade LGBTQIA+, implícita a exclusão de outras

			dissidências sociais em condições mais subalternas.
--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria (2025).

TABELA 7 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Cultura

Categorização da Editoria de Cultura			
Unidade de Registro (Trecho do discurso jornalístico)	Portal	Inferência	Justificativa
“[...] homens que se vestem de mulher” (Menezes; Monteiro, 2024; Nascimento, 2024a).	g1 Acre	Reforçou estereótipos, frequentemente tratados de forma caricatural, que perpetuam estigmas relacionados às identidades de gênero	No contexto carnavalesco, a apropriação dessa “transgressão” temporária, sustentada pela suspensão das normas heterocisnormativas, permite que homens cisgênero “brinquem” de gênero de forma humorística e reducionista.
“[...] homossexualismo” (Pereira, 2024f)	g1 Amapá	Cometeu um equívoco ao utilizar o termo inadequado “homossexualismo” para descrever a remoção da homossexualidade da lista de distúrbios mentais pela OMS.	Esse termo está em desuso por carregar conotações patologizantes, historicamente usadas de forma discriminatória por movimentos anti-LGBTI+. A OMS retirou a homossexualidade da classificação de transtornos em sua CID.
“Homens vestidos de mulheres, mulheres vestidas de homens. A ordem era clara: se divertir e não ficar parado durante o Carnaval” (Elias, 2024).	g1 Amazonas	Refletiu uma visão simplista e estereotipada da expressão de gênero durante o evento.	No contexto carnavalesco, a apropriação dessa “transgressão” temporária, sustentada pela suspensão das normas heterocisnormativas, permite que homens cisgênero “brinquem” de gênero de forma humorística e reducionista.
“No bloco “As Vigienses” apenas desfilam homens usando roupas femininas, enquanto no “Os Cabrasurdos”	g1 Pará	Reforçou a ideia de estereótipos de gênero.	No contexto carnavalesco, a apropriação dessa “transgressão” temporária, sustentada pela suspensão das

desfilam mulheres com vestes masculinas” (g1 Pará, 2024i).			normas heterocisnormativas, permite que homens cisgênero "brinquem" de gênero de forma humorística e reducionista.
“[...] homens vestidos de mulher” (g1 Santarém e Região, 2024c).	g1 Santarém e Região	Associou essa prática ao ritmo carnavalesco e à ideia de folia e diversão tradicional.	No contexto carnavalesco, a apropriação dessa "transgressão" temporária, sustentada pela suspensão das normas heterocisnormativas, permite que homens cisgênero "brinquem" de gênero de forma humorística e reducionista.

Fonte: Elaboração própria (2025).

TABELA 8 – Categorização temática da Análise de Inferência aplicada à Análise de Conteúdo na Editoria de Cidade

Categorização da Editoria de Cidade			
Unidade de Registro (Trecho do discurso jornalístico)	Portal	Inferência	Justificativa
“Justiça do AC mantém decisão para levar ex-sargento do trisal a júri popular por atirar contra estudante” Lebre, 2023e)	g1 Acre	Evidenciou como práticas não-monogâmicas, que desafiam as normas heterocisnormativas, acabam sendo alvo de estigmas e estereótipos, frequentemente associados à promiscuidade.	A associação evidencia como práticas não-monogâmicas, ao desafiar as normas heterocisnormativas, são estigmatizadas e frequentemente associadas à promiscuidade. A visibilidade do relacionamento do ex-sargento foi explorada negativamente, com conotações de escândalos e chacotas. Embora o crime não esteja ligado à dinâmica relacional, o "trisal" foi centralizado na matéria para atrair atenção, como evidenciado no recorte: "Nery ficou nacionalmente conhecido após assumir um trisal com outras duas mulheres,

			em 2021" (Lebre, 2023e).
<p>"[...] um mês após o ex-militar ser preso por atirar no jovem no interior do Acre. Desde então, as duas mulheres compartilhavam suas vidas individualmente em seus perfis pessoais" (Nascimento, 2023).</p>	g1 Acre	<p>Reforçou o sensacionalismo ao sugerir uma associação entre o relacionamento e o crime, alimentando estereótipos de promiscuidade e subversão às normas sociais.</p>	<p>O relacionamento e o crime tornaram-se elementos que alimentam o sensacionalismo. O portal enfatizou as postagens nas redes sociais das integrantes do casal, exotizando o caso e mantendo o relacionamento em foco, mesmo sem ligação direta com o crime. Isso reforça estigmas sobre práticas não-monogâmicas.</p>
<p>"Unir deve fazer retratação pública à pesquisadora chamada de 'sapatona doída' e 'vagabunda' por professor" (Cruz, 2023b).</p>	g1 Rondônia	<p>Utilizou termos pejorativos nas manchetes demarcam contundentes discursivos que reforçam preconceitos e estigmas historicamente associados a gênero e sexualidade.</p>	<p>Termos como "sapatona doída" e "vagabunda", usados para descrever uma vítima de homolebotransfobia, vão além de ofensas: perpetuam a desumanização e reforçam estereótipos que marginalizam mulheres lésbicas e pessoas LGBTI+. O uso sensacionalista dessas expressões amplia a estigmatização de grupos vulneráveis.</p>

Fonte: Elaboração própria (2025).

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Discursos jornalísticos sobre a comunidade LGBTI+: uma análise comparada no Portal de Notícias g1 das capitais nortistas brasileiras

Pesquisador: ANTONIO GUILHERME DE LIMA SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78625424.9.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Informação e Comunicação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.950.194

Apresentação do Projeto:

As informações apresentadas neste parecer foram retiradas dos documentos relativos ao projeto de pesquisa *DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE A COMUNIDADE LGBTI+: UMA ANÁLISE COMPARADA NO PORTAL DE NOTÍCIAS G1 DAS CAPITAIS NORTISTAS BRASILEIRAS*, do pesquisador Antônio Guilherme De Lima Santos, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás e orientado pela Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges. O trabalho tem como proposta investigar as formações hegemônicas e socioestruturais sobre a população LGBTI+ nos discursos jornalísticos divulgados pelos webjornais do Portal de Notícias G1 da Região Norte, produto jornalístico do Grupo Globo Participações e Comunicação. A Rede Globo segue um padrão editorial de produção jornalística nos webjornais, cujo objetivo dessa pesquisa é também perceber as prevalências, semelhanças e diferenças nas publicações que concernem assuntos de diversidade sexual e de gênero. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. Serão utilizadas como técnicas de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e análise documental, para promover um estudo comparativo do acervo das diferentes afiliadas do G1, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas. Os participantes serão 16 editores e jornalistas do g1 da Região Norte com o objetivo de entender como estes profissionais dominam e retratam as discussões sobre diversidade sexual e de gênero, especialmente, em como se dá o grau de afinidade em relação aos conteúdos atados a comunidade LGBTI+. As entrevistas devem ser aplicadas entre os meses de setembro

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “**Discursos jornalísticos sobre a comunidade LGBTI+**: uma análise comparada no Portal de Notícias g1 das capitais nortistas brasileiras”. Meu nome é **Antônio Guilhermede Lima Santos**, sou o (a) pesquisadora responsável e minha área de atuação é na área da **Comunicação**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail guilhermelimes@hotmail.com e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s):

, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFV) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral **realizar uma análise comparada dos discursos jornalísticos dos webjornais nortistas do g1 sobre a população LGBTI+**. Você será parte para coleta de dados para a pesquisa, a partir da entrevista que deve ser realizada com o pretensão de entender como se dá a sua relação com assuntos de diversidade sexual e de gênero, especialmente quando nos referimos a população LGBTI+, para isso o encontro para essa coleta deve ser realizado de modo que seja possível gravar a entrevista, seja ela ocorrendo de forma presencial ou remota, por teleconferência. E para isso deverá reservar um período de **até duas (2) horas para realização da entrevista**. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Por se tratar de uma entrevista em profundidade com uma assunto considerado contra-hegemônico, o risco que deve-se apresentar ao participante é algum tipo de constrangimento caso este não domine o conteúdo que pretende ser questionado relacionado com o tema de diversidade sexual e de gênero. A entrevista pretende ser longa para que se obtenha os dados necessários para obter o objetivo da pesquisa, portanto, é possível que também cause cansaço.

O benefício ao participar da pesquisa, além de possibilitar novos avanços para os estudos que se preocupem com comunidade LGBTI+ no Brasil, as discussões em torno

Comissão de Ética em Pesquisa (CEP)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação/PRPI-UFV, Caixa Postal: Rodovia R2, 3061, Parque Tecnológico 1
Samambaia - CEP:74690-631, Goiânia – Goiás, Telefone: +55 (62) 3521-1215.

E-mail: cep.prpi@ufv.br